

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS

**Klenio Veiga da Costa**

**Permanência e transformação na Agricultura Familiar:**  
Um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores familiares  
no Submédio São Francisco

Recife, 2014

**Klenio Veiga da Costa**

**Permanência e transformação na Agricultura Familiar:**

Um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores familiares  
no Submédio São Francisco

Orientadora: Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte

Co-Orientadora: Dra. Maria de Nazareth Baudel  
Wanderley

Tese apresentada como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
Doutor em Sociologia, do Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia da  
Universidade Federal de  
Pernambuco

Recife, 2014

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

C837p Costa, Klenio Veiga da.  
Permanência e transformação na agricultura familiar: um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores familiares no submédio São Francisco / Klenio Veiga da Costa. – Recife: O autor, 2014.  
219 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Maria Monteiro da Fonte.  
Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria de Nazareth Baudel Wanderley.  
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós Graduação em Sociologia, 2014.  
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Agricultura familiar – Petrolina (PE). 3. Camponeses.  
4. Desenvolvimento rural. I. Fonte, Eliane Maria Monteiro da (Orientadora). II. Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (Coorientadora). III. Título.

301 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2014-26)

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE TESE DE **KLÊNIO VEIGA DA COSTA**, DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2014, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **KLÊNIO VEIGA DA COSTA** sob o título **PERMANÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: Um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores familiares no Submédio São Francisco**. A comissão foi composta pelas professoras: **Profª. Drª. Eliane Maria Monteiro da Fonte – Presidenta/Orientadora; Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley – Titular Interna; Profª. Drª. Maria Luiza Lins e Silva Pires – Titular Interna; Profª. Drª. Ramonildes Alves Gomes – Titular Externa (UFCG); Profª. Drª. Ghislaine Duque – Titular Externa (UNIVASF)**. Dando início aos trabalhos, a **Profª. Drª. Eliane da Fonte** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa a Comissão Examinadora retirou-se para, em secreto, deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profª. Drª. Eliane da Fonte**, presidenta da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade, com indicação para publicação**. E nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 17 de fevereiro de 2014.

---

Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

---

Profª. Drª. Eliane Maria Monteiro da Fonte

---

Profª. Drª. Ramonildes Alves Gomes

---

Profª. Drª. Ghislaine Duque

---

Profª. Drª. Maria de Nazareth Baudel Wanderley

---

Profª. Drª. Maria Luiza Lins e Silva Pires

---

Klênio Veiga da Costa

*Dedico este estudo aos noventa anos de minha querida Vó Nita; e  
às famílias camponesas residentes no Sítio Carretão, Petrolina/PE*

## **Agradecimentos**

O texto que segue é apenas um dos resultados da elaboração de uma tese, cuja responsabilidade é predominantemente minha. Porém, muitas são as pessoas que contribuíram para que o trabalho obtivesse sua feição atual. A todos vocês minha gratidão!

As professoras Eliane da Fonte e Nazaré Wanderley, pela dedicação, empenho, incentivo. Muito obrigado.

A professora Josefa Salete Cavalcanti, agradeço pela disponibilidade e contribuições compartilhadas na ocasião da defesa de projeto.

As professoras Maria Luiza Pires (UFRPE), Ghislaine Duqué (UNIVASF) e Ramonildes Alves Gomes (UFCEG), meus agradecimentos pela participação nesta banca de tese, o que certamente tornará o trabalho mais rico.

Aos agricultores familiares do Carretão, só tenho a agradecer pelo aprendizado que me proporcionaram nas muitas conversas em suas casas, nos bares, nas reuniões de sua Associação.

Aos funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, especialmente, Lucindo João e Ozaneide Gomes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que me concedeu uma bolsa durante a realização do curso de doutorado, condição sem a qual minha formação não seria viável. Portanto, deixo aqui expresso meu agradecimento.

Aos colegas do PPGS/UFPE, principalmente a turma do doutorado em Sociologia de 2009 por todo o companheirismo. Não posso deixar de agradecer os bons momentos que passamos juntos.

Aos muitos amigos feitos nesta longa jornada: em Muriaé, Felipe Veronese, Marcelo Machado, Maria Clara Sobreira, Rodrigo Mota; em Campos dos Goytacazes Silvia Aquino, Júlio Cesar Oliveira, Carlos Valpassos, Tanize Cosa, Mariana Alves, Mariângela Honorato e Isabel Assad; no Rio de Janeiro, Camila Daniel, Felipe Salles, Maryanne Galvão e Maria Moretto; em Joinville, Roberta Nabuco; em Recife, André Carvalho, Bruno Marinone, Cristiana Maymone, Erliane Miranda, Hosana Celi, Joanna Lessa, Marina Melo, Maria Ester Oliveira,

Roberta Alves, Samuel Pires, Valeria Vieira, Vamberto Junior; em Petrolina Marcio Pinto, Andrews Rafael, Dioghenes Pimenta, Luiza Sá, Maiara Rocha, Ângela Araujo e Francisco “Fanfa” Alves, Carlos e Maria.

Meu especial agradecimento a Edvaldo Oliveira e Antonina Oliveira pela acolhida e suporte em Petrolina.

Ariadne Barkokébas, obrigado pela amizade e a boa convivência nestes anos de Recife.

Aos meus familiares, agradeço a compreensão pela minha ausência ao estes longos anos.

A minha mãe, agradeço o apoio e confiança no caminho que escolhi para minha vida, sou muitíssimo grato ao seu amor incondicional.

## **Resumo**

No Sertão do São Francisco em cada rearranjo nos processos de acumulação econômica e do poder político local, os agricultores familiares da área de sequeiro são levados a se reinventar. Sejam como vaqueiros, meeiros do algodão, colonos ou assalariados na fruticultura, estes agricultores, por secularmente viverem sob severos constrangimentos tiveram de adaptar-se a fim de garantir a relativa autonomia de seu modo de vida camponês. É objetivo desta pesquisa investigar as estratégias empregadas pelos camponeses do Sertão para viabilizar sua existência, buscando compreender os fatores que possibilitam a reprodução social deste campesinato e lhe conferem especificidade neste início de século XXI. Este trabalho se insere na discussão sobre o papel e lugar do campesinato na contemporaneidade, sob a orientação de que a modernização do campo não promoveu o fim do campesinato, mas que este ator social resiste e se recria continuamente. O estudo de caso foi realizado com agricultores camponeses residentes no Sítio Carretão, uma comunidade rural localizada na área de sequeiro do município de Petrolina - PE. Constata-se, com este trabalho, que estes agricultores seguem desenvolvendo práticas sociais para levar adiante os seus projetos de vida. Algumas das estratégias identificadas são, o trabalho familiar na agricultura como o elemento fundamental para a recriação da família e uma habilidosa apropriação das políticas públicas para mitigar os efeitos das crises produtivas desencadeadas pelas secas e a pobreza.

Palavras-chave: Campesinato; Resistência Camponesa; Agricultura de Sequeiro; Sertão do São Francisco; Petrolina.

## **Abstract**

In São Francisco Sertão, peasants of sequeiro area are motivated to reinvent themselves in every rearrangement of economic accumulation processes and local political power. As cowherd, cotton sharecroppers, settlers or employees of horticulture, these farmers needed to adapt their practices in order to guarantee a relative autonomy of their peasant way of living vis-a-vis the very severe constraints they face. This research has the objective of investigate the strategies that peasants from Sertão undertake to make a living. This thesis also intend to comprehend the factors that enable the social reproduction of this peasantry and confer it some specificities, in the 21th century. This work is inserted in the discussion on the role peasantry plays and the place it occupy on the contemporaneity, as long as the modernization of the countryside did not promote the end of peasantry. Indeed, peasantry, as social actor, is continuously recreating itself and resisting. This study was conducted among peasants residing in Sítio Carretão, a rural community located in the sequeiro area of the town of Petrolina-PE. In this research, we found that peasants keep on developing social practices to launch their life projects. Some of the strategies that we identified were: family work in agriculture as a fundamental element to reproduce the family and a skillful appropriation of public polices to alleviate the effects of the crisis of productivity triggered by poverty and droughts.

**Key Words:** Peasantry; Peasant Resistance; Peasantry of Sequeiro; Sertão do São Francisco; Petrolina.

## Lista de Figuras

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO SERTÃO DO RIO SÃO FRANCISCO .....	13
FIGURA 2 (1) - LOCALIZAÇÃO ESPACIAL, DELIMITAÇÃO INSTITUCIONAL DO SEMIARIDO BRASILEIRO E CAPITAIS ESTADUAIS .....	29
FIGURA 3 (1) – MAPA ÍNDICE PLUVIOMÉTRICO DA REGIÃO NORDESTE.....	30
FIGURA 4 (1) – EXEMPLOS DE PLANTAS DE CAATINGA .....	32
FIGURA 5 (1) – LOCALIZAÇÃO DO VALE RIO SÃO DO SÃO FRANCISCO.....	33
FIGURA 6 (1) – POPULAÇÃO RESIDENTE NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO .....	34
FIGURA 7 (1) – <i>ACCURATISSIMA BRASILIA TABULA</i> .....	39
FIGURA 8 (1) – BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO, EM DESTAQUE OS PRINCIPAIS BARRAMENTOS DO RIO LOCALIZADOS NA REGIÃO DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO. ....	53
FIGURA 9 (1) – O CONTRASTE ENTRE A CAATINGA SECA E AS VERDEJANTES PLANTAÇÕES IRRIGADAS .....	54
FIGURA 10 (2) – DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DE VALORES DO PRONAF 2011/2012, POR GRANDES REGIÕES DO BRASIL (EM %).....	78
FIGURA 11 (4) – CROQUI DO SÍTIO CARRETÃO COM SEUS AÇUDES, PRÉDIOS PÚBLICOS E DOMICÍLIOS .....	129
FIGURA 12 (4) – VISTA DE UMA CASA E SUA PROXIMIDADE COM A ADUTORA (A TAMPÁ BRANCA INDICA ONDE PASSA A ADUTORA) .....	132
FIGURA 13 (4) – CROQUI DO SÍTIO CARRETÃO SEUS AÇUDES E A LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS EM 1960.....	136
FIGURA 14 (4) – PREPARAÇÃO DO ALMOÇO PARA UMA RODA DE SÃO GONÇALO.....	146
FIGURA 15 (4) – VISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE CARRETÃO .....	147
FIGURA 16 (5) – REPRESENTAÇÃO DO CONJUNTO CASA-QUINTAL E SUAS SUBDIVISÕES .....	154
FIGURA 17 (5) – NA SECA ANA DIARIAMENTE QUEIMA MANDACARU PARA FAZER A RAÇÃO DOS ANIMAIS.....	156
FIGURA 18 (5) – ESQUEMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE OS DIFERENTES SISTEMAS DO SÍTIO.....	162
FIGURA 19 (5) – GRUPO DE PESSOAS REUNIDAS EXECUTANDO A RASPAGEM DA MANDIOCA .....	171
FIGURA 20 (5) – PRENSAGEM DA MASSA DE MANDIOCA E OS DEPÓSITOS EM QUE POLVILHO DECANTA .....	172
FIGURA 21 (5) – PECUÁRIA EXTENSIVA DE CAPRINOS .....	176
FIGURA 22 (5) – GALINHAS CAIPIRAS COMENDO A RAÇÃO PREPARADA À BASE DE MANIÇOBA .....	185

## Lista de Quadros

QUADRO 1 – FAMÍLIAS E PESSOAS ENTREVISTADAS .....	21
QUADRO 2 (1) – ÍNDICE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS – IDH-M. ....	35
QUADRO 3 (1) – PESSOAS NA EXTREMA POBREZA E BENEFICIÁRIOS DA BOLSA FAMÍLIA SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. ....	36
QUADRO 4 (5) – TAREFAS AGRÍCOLAS DO ROÇADO NO SÍTIO CARRETÃO .....	168
QUADRO 5 (5) – CALENDÁRIO AGRÍCOLA NO SÍTIO CARRETÃO.....	175

## Lista de Tabelas

TABELA 1 (1) – EFETIVO DOS REBANHOS POR TIPO, ANO DE 2011.....	58
TABELA 2 (1) – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL .....	59
TABELA 3 (2) – INDICADORES SOCIOECONOMICOS DO BRASIL E SUAS GRANDES REGIÕES.....	61
TABELA 4 (2) – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO BRASIL, REGIÃO NORDESTE E DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O SEMIÁRIDO .....	62
TABELA 5 (2) – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM AGRICULTURA FAMILIAR E POR CLASSE DE RENDIMENTOS .....	62
TABELA 6 (2) – PERÍMETROS PÚBLICOS IRRIGADOS, LOCALIZAÇÃO, INÍCIO DE FUNCIONAMENTO E ÁREA IRRIGÁVEL .....	69
TABELA 7 (2) – SÉRIE HISTÓRICA DA QUANTIDADE E DO VALOR (R\$) DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PARA A POPULAÇÃO RURAL.....	92
TABELA 8 (4) – PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E VALOR DO RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E AS CLASSES DE RENDIMENTO, NO DISTRITO DE RAJADA EM PETROLINA .....	126
TABELA 9 (4) – FORMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO DISTRITO DE RAJADA EM PETROLINA .....	127

## **Lista de Siglas**

ABRA – Associação Brasileira da Reforma Agrária  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ASA – Articulação do Semiárido  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FBB – Fundação Banco do Brasil  
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos  
GEF – Global Environment Facility  
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MDA – Ministério do Desenvolvimento agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MMA – Ministérios do Meio Ambiente  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
OEA – Organização dos Estados Americanos -

PIMC – Programa de Formação e Mobilização para Convivência com o Semiárido-Programa Um Milhão de Cisternas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas integradas do Nordeste

Projeto Sertanejo – Programa Especial de Transformação e Fortalecimento da Economia da Região Semiárida do Nordeste

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PSF – Programa Saúde da Família

PTC – Programa Territórios da Cidadania

PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

RIPSA - Rede Interagencial de Informações para a Saúde

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEBRAE – Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIT – Sistema de Informações Territoriais

STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais

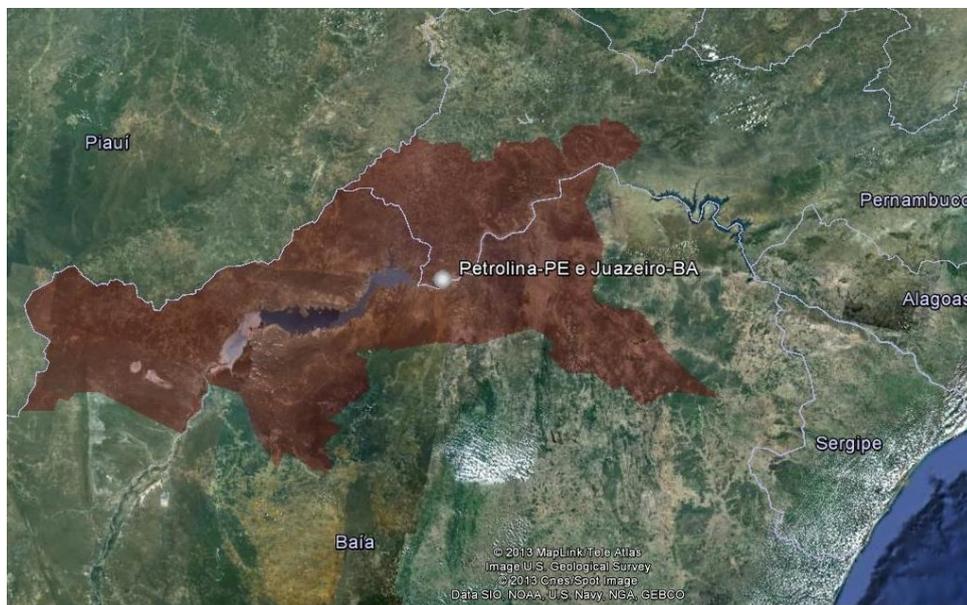
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	13
A LÓGICA CAMPONESA E PRÁTICAS SOCIAIS: O PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E RELEVÂNCIA.....	14
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
ESTRUTURA DA TESE.....	26
1 O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO: ASPECTOS DA SINGULARIDADE DE UMA REGIÃO SEMIÁRIDA .....	29
1.1 O SERTÃO E O SISTEMA PECUÁRIA-SUBSISTÊNCIA.....	37
1.2 O SISTEMA PECUÁRIA / ALGODÃO / SUBSISTÊNCIA .....	44
1.3 O ATUAL CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO ...	52
2 A POBREZA RURAL, A AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ...	61
2.1 AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA .....	64
2.2 POLÍTICAS DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR .....	72
2.3 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	88
2.4 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.....	95
3 A LÓGICA CAMPONESA E AS PRÁTICAS SOCIAIS: PERMANECIA E ADAPTAÇÕES NO SÉCULO XXI .....	101
3.1 SUBORDINAÇÃO E AUTONOMIA CAMPONESA.....	105
3.2 RECIPROCIDADE CAMPONESA .....	114
3.3 RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	118
4 O SÍTIO CARRETÃO: ESPAÇO DE VIDA E TRABALHO .....	123
4.1 O DISTRITO DE RAJADA.....	123
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO CARRETÃO.....	128
4.3 O SÍTIO CARRETÃO E SUAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	140
5 A FAMÍLIA CAMPONESA E SEU COTIDIANO NO SÍTIO CARRETÃO.....	151
5.1 O SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR.....	159
5.1.1 A agricultura.....	163
5.1.2 A pecuária .....	175
5.1.3 O quintal.....	181
5.2 O TRABALHO FAMILIAR CAMPONÊS .....	186
CONCLUSÕES: .....	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	202

## Introdução

A persistência de uma agricultura familiar “tradicional” no Sertão do São Francisco<sup>1</sup>, que remete à secular exploração agropecuária, fundada por vaqueiros e meeiros que ocuparam o Semiárido brasileiro ainda no século XVI, é uma situação que desperta estranhamento. Pois a continuidade desses enclaves da tradição polariza com a recente imagem que vem sendo construída sobre esta parcela do Sertão<sup>2</sup> como um espaço da agricultura moderna, baseada na irrigação e mecanização, integrada à indústria e aos circuitos internacionais de comercialização de frutas frescas (Figura 1).



FONTE: Adaptado do Google Earth e IBGE Censo Demográfico de 2010 (2013)

Figura 1 – Localização do Sertão do Rio São Francisco

Nesta região, a cada rearranjo nos processos de acumulação econômica e do poder político local, os agricultores da tradicional área de “sequeiro” são levados a se reinventar. Seja como vaqueiros, meeiros do algodão, colonos ou assalariados na fruticultura, estes agricultores, por secularmente viverem sob severos constrangimentos, entre os quais a escassez de terras, a

<sup>1</sup> O recorte utilizado, Sertão do São Francisco, refere-se a delimitação formulada pela política de desenvolvimento territorial proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No recorte territorial proposto pelo MDA, além da contiguidade entre os municípios são também considerados para a formulação deste agrupamento de municípios aspectos referentes a identidade regional e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Comparado ao recorte geográfico do IBGE, microrregiões, pouca coisa se altera, apenas duas cidades são excluídas da composição.

<sup>2</sup> Ao longo deste texto, para fazer referência à microrregião de Petrolina serão utilizadas, além de Sertão, as expressões Vale do São Francisco e Submédio São Francisco.

falta d'água e a subordinação político-econômica aos “*donos*” das terras e “*coronéis da água*”, tiveram de adaptar-se a fim de garantir a relativa autonomia de seu modo de vida camponês.

É objetivo desta pesquisa investigar as estratégias empregadas pelos agricultores familiares desta região para viabilizar sua existência, buscando compreender os fatores que possibilitam a reprodução social deste campesinato e lhe conferem especificidade neste início de século XXI.

## **A lógica camponesa e práticas sociais: o problema de pesquisa, objetivos e relevância**

O funcionamento elementar de uma unidade agrícola familiar repousa, como se sabe, na combinação de três grandes fatores de produção: a terra, os meios de produção (próprios, alugados, emprestados ou subsidiados) e controle do trabalho familiar, que no final de um ciclo produtivo resulta em uma produção que será, em termos gerais, voltada para a satisfação das necessidades imediatas do grupo doméstico e sua reprodução no longo prazo (WOLF, 1974; MENDRAS, 1978). Tal produção necessariamente é constituída por uma parte que deve ser reinserida no ciclo produtivo, com a finalidade de garantir a reprodução da produção, e por outra parte que serve ao autoconsumo e à produção de um excedente (MARTINS, 1975). O produto da venda do excedente comercializável destina-se a comprar os bens indispensáveis para a satisfação das necessidades essenciais dos agricultores e de sua família, garantindo a reprodução da força de trabalho e a reprodução/manutenção dos meios de produção – aquisição de terra, compra e substituição de ferramentas, sementes e outros insumos. Além disso, dependendo das especificidades socioeconômicas prevaletes, podem ser incorporadas atividades não agrícolas ou o trabalho fora da propriedade rural (LAMARCHE, 1993; 1998).

De modo geral, o processo de produção agrícola e a organização do trabalho familiar são pensados estrategicamente a fim de contemplar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. Deste modo, é perseguindo essas aspirações que as interações com a sociedade englobante e o mercado acontecem. Wanderley chama a atenção para o fato de que são as raízes e tradições camponesas os elementos que possibilitam a capacidade de resistência e adaptação que os agricultores familiares organizam para enfrentar os diferentes contextos econômicos e sociais a que estão submetidos. Significativa é a

afirmação da autora de que os agricultores familiares “*enfrentam os novos desafios com as armas que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo*” (WANDERLEY, 2009B:166), pois torna explícito que a matriz da racionalidade camponesa, que remete a uma busca contínua pela autonomia frente à sociedade englobante e à reprodução da família, não se enfraqueceu e permanece como referência, influenciando as práticas e representações sociais.

Apesar do funcionamento da unidade familiar camponesa ser facilmente resumido em um esquema, as práticas (os meios) que possibilitam a constituição dessa dinâmica são as mais variadas. Em distintos momentos históricos e em diferentes contextos espaciais, a busca por progresso social, bem-estar e autonomia em seu projeto de vida levaram os agricultores a lançarem mão das mais variadas formas de organização social e de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. Segundo Lamarche, “*se (...) a agricultura familiar está um pouco presente em toda parte do mundo, apesar das numerosas tormentas econômicas e políticas que ela teve de enfrentar, é sem dúvida graças a sua excepcional capacidade de adaptação*” (LAMARCHE, 1993:21). Assim sendo, identifica-se que são as práticas sociais as formas pelas quais acontece a objetivação da existência do campesinato enquanto um modo de vida singular em um dado contexto histórico ou região.

Segundo Godoi (1993), as práticas sociais são permeadas pelo universo simbólico dos sujeitos, pelas categorias e regras mediante as quais pensam e vivem sua existência. Para a referida autora, “*as percepções e ações dos sujeitos estão inscritas nas condições sociais e historicamente situadas e 'funcionam' em um nível mais profundo do que a realidade passível de apreensão imediata [desta forma] é preciso dar à luz as práticas.*” (GODOI, 1993:27-28)

Ao estudar práticas, toma-se por referência o ponto essencial da tese bourdiesiana, na qual o autor recusa reduzir as ações dos indivíduos a atos puramente racionais ou a atos puramente mecânicos, assumindo então a ideia de que as práticas são orientadas a partir do voluntarismo dos indivíduos e das pressões objetivas que limitam essas ações. Esse pensamento de Bourdieu tem como uma de suas bases o conceito de *habitus*, considerado pelo autor fundamental para o funcionamento do corpo socializado (BOURDIEU, 1989).

*Habitus*, em Bourdieu (1989:60), pode ser entendido como capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, ou, ainda, a forma como a sociedade torna-se representada nos indivíduos de maneira durável, conduzindo suas ações e respostas às pressões e demandas do meio social. Ressalta esse autor as características

“criativas, ativas e inventivas” do *habitus*, indicando “a disposição incorporada, quase postural” de um agente em ação, focando com isso o “lado ativo do conhecimento prático”. Diz ainda Bourdieu (1989:60) que este conceito pode ser entendido como conjunto sistematizado de princípios substituíveis, geradores e organizadores de práticas e de representações, a partir das quais podem ser geradas soluções “que não se deduzem diretamente das condições de produção”.

A partir da influência dos *habitus*, diferentes estratégias são produzidas, levando os atores sociais ao exercício de práticas sociais distintas em contextos diversos. Segundo Bourdieu (1983), as práticas:

podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. No mesmo momento em que elas aparecem como determinadas pelo futuro, isto é, pelos fins explícitos e explicitamente colocados de um projeto ou plano, as práticas que o *habitus* produz são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências, isto é, pelas condições passadas da produção de seu princípio de produção de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto (BOURDIEU, 1983:61).

Em outro trecho, o mesmo autor define as práticas como,

o produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1983:65).

Enquanto princípio gerador de estratégias que permitem fazer face a situações imprevisíveis e sem cessar as possibilidades de renovação, o *habitus* representa um instrumento conceitual de grande auxílio para se pensar as ações postas em práticas pelos camponeses do sertão, em sua luta por autonomia e progresso em sua capacidade de reprodução do modo de vida. Seguindo por essa vertente teórica, ao se aprofundar o debate sobre as práticas sociais, a intenção é apreender as mudanças ocorridas, sobretudo como as práticas sociais relacionadas à agricultura, com o atual contexto de políticas públicas para o campo, são incorporadas e reelaboradas, respeitando as estruturas econômicas, sociais e simbólicas estruturantes e estruturadoras do modo de vida camponês do Sertão do São Francisco PE.

Para a condução deste estudo propõe-se a seguinte questão: quais são as principais estratégias empregadas pelos agricultores do sequeiro para garantir a sua produção agropecuária e, por conseguinte, a reprodução de seu modo de vida camponês?

Os constrangimentos sociais e climáticos influenciam profundamente a expressão do campesinato no Sertão do São Francisco. Também marcam a conformação deste particular modo de vida a presença de uma memória social camponesa, bem como a ambição e o desafio por um projeto de vida cada vez mais autônomo. Esses últimos aspectos são os principais contribuintes para a forma como o campesinato vai constituir seu modo de produzir e se apresentar diante da sociedade. O objetivo geral desta pesquisa é: investigar as estratégias que os camponeses do sertão têm desenvolvido com a finalidade de garantir seu modo de vida.

São os objetivos específicos:

- Compreender a origem e a trajetória histórica do sistema agrário que envolve os agricultores camponeses na localidade estudada;
- Identificar as políticas dirigidas à promoção do desenvolvimento rural e combate à pobreza, organizadas pelo Estado e sociedade civil, que efetivamente chegam aos agricultores da comunidade do Carretão.

A persistência da agricultura familiar camponesa – sobre as condições que proporcionaram sua origem, sobre as transformações que incidiram diretamente na vida rural do século XX e sobre as teorias que serviram de “lentes” para explicar seu suposto fim – significa para a sociologia uma renovação do desafio em compreender e explicar este objeto de estudo que é dinâmico e multifacetado, bem como gerador de processos sociais relevantes para a sociedade em geral. Segundo Wanderley,

Enquanto houver em nossas sociedades indivíduos e grupos sociais que vivam ou desejem viver em conformidade com as formas sociais decorrentes da vida em pequeno grupo, nestes espaços, continuamos devedores à sociedade de um pensamento social sobre o “mundo rural”. Sem esta realidade, uma parte de nossas sociedades seria amputada e sem este pensamento social, as ciências sociais ficariam capengas (WANDERLEY, 2010:21).

Essa tese, no âmbito da sociologia rural, se insere na discussão teórica e empírica mais ampla sobre a presença do campesinato na contemporaneidade. De modo mais específico, este estudo consiste em um aprofundamento do conhecimento nas ciências sociais sobre a forma de produzir do camponês (as práticas produtivas que são adotadas, as formas de uso da terra, o

trabalho etc.). Precisar melhor essa competência técnica do campesinato é relevante, pois é por meio deste saber que o campesinato marca sua presença singular nas sociedades modernas.

Por outro lado, este estudo se destaca abordar o modo de vida camponês que os agricultores familiares do Semiárido brasileiro desenvolvem no século que tem início. É relevante, pois a presente reflexão se volta para a investigação das dinâmicas de um setor do mundo rural no Sertão que é obscurecido pelo processo de industrialização da agricultura.

## **Metodologia da pesquisa**

Com relação ao trabalho de campo, é imprescindível dizer que a aproximação com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) tornou-se um elemento de importante valor, pois pelo intermédio desta instituição, na pessoa do Diretor de Políticas Públicas, o acesso aos agricultores camponeses do município foi facilitado. A acolhida do dirigente sindical foi fundamental para que o pesquisador pudesse acessar espaços sociais e pessoas, bem como expandisse sua visão sobre o meio rural de Petrolina.

Via Sindicato, foi possível participar de reuniões da comissão municipal da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), do grupo de agricultores envolvidos na consolidação da cadeia produtiva da mandioca e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Estar nestes lugares proporcionou o contato com lideranças da agricultura familiar do município e as questões que eles traziam de suas comunidades<sup>3</sup>. Por outro lado, a participação proporcionou que o pesquisador (e sua intenção de pesquisa) fosse conhecido por estas lideranças. Transitar nestes espaços revelou-se altamente importante para o relacionamento futuro com as pessoas na localidade do Carretão.

Outra importante contribuição da aproximação com o STR foi a possibilidade de conhecer algumas áreas rurais de Petrolina. De carona no carro do sindicato e acompanhando o curso Negócio Certo Rural<sup>4</sup>, quatro comunidades rurais foram visitadas, em diferentes pontos

---

<sup>3</sup> Por exemplo, grande parte das demandas ouvidas no CMDRS eram cobranças dos agricultores com relação ao desabastecimento de água pelos carros-pipas, à falta de assistência dos políticos locais em questões referente à seca, e à mobilização para a inscrição dos agricultores para o cadastramento no programa Garantia-Safra.

<sup>4</sup> O curso Negócio Certo Rural, uma iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), é voltado para pequenos produtores rurais e suas famílias. O objetivo deste programa é ensinar a estes agricultores e agricultoras a desenvolver e melhor administrar a sua unidade de produção.

do município e contextos agropecuários distintos. São elas: Sítio Surubim, Sítio Carretão, Assentamento Nossa Senhora de Fátima e Assentamento Mandacaru. No total foi possível realizar dez visitas nestas quatro localidades.

Percorrer a zona rural e participar como “professor” do curso Negócio Certo Rural foi conveniente para aprofundar os conhecimentos sobre agricultores familiares da área de sequeiro no Sertão. O curso, como expressa o texto de apresentação assinado por Luiz Barreto (Diretor-presidente do SEBRAE) e Kátia Abreu (presidente do CNA e SENAR), tem como objeto “*fazer chegar às propriedades rurais espalhadas por este imenso Brasil, novos jeitos de conduzir o atual negócio. E, até mesmo, de se implantar novos negócios e assim aproveitar as oportunidades que se apresentam*” (site Negócio Certo Rural). Por conta da temática abordada, as aulas consistiram em grupos de discussão, nos quais as divergências entre os objetivos do curso e os valores dos agricultores traziam à tona informações sobre a particular percepção que estes atores sociais possuem a respeito de sua atividade produtiva e de sua vida. Dessa forma, o curso foi essencial para o estabelecimento de uma percepção mais qualificada sobre a realidade vivida pelos agricultores familiares.

A opção por realizar este estudo no Sítio Carretão aconteceu porque a referida comunidade rural reúne características que são consideradas importantes para a discussão aqui proposta. De um lado, essa é uma comunidade típica da área de sequeiro, cuja formação remete à secular história da ocupação econômica do Semiárido nordestino. De outro, trata-se de uma comunidade que se destaca pelo trabalho e empenho de seus moradores, por meio da Associação, em assumir projetos de desenvolvimento rural. Essa coesão entre as famílias residentes neste Sítio é reconhecida tanto por outras comunidades rurais, como por sindicalistas, técnicos em extensão rural e pesquisadores.

Os agricultores camponeses do Carretão são herdeiros de toda a tradição dos vaqueiros que campearam na Caatinga para cuidar do gado bovino que abastecia o litoral. Isso significa que estas pessoas vivem ainda, de alguma forma, sob legado material (a terra) e simbólico (as práticas sociais) dos primeiros agricultores familiares sertanejos. No Sítio, a atividade agropecuária mantém o princípio do consórcio de diversas formas de exploração da natureza (extrativismo, pecuária e agricultura de diferentes variedades de animais e vegetais, etc.) e tem a família como a principal fonte de trabalho.

Mesmo na dependência das chuvas para realizar as atividades agropecuárias, o que implica em uma precária qualidade de vida, estes agricultores têm experimentado transformações em seu cotidiano, principalmente no que diz respeito ao incremento à produção e o acesso a mercados (feiras estaduais, compra institucional etc). As mudanças passam pela incorporação de novas técnicas e sobretudo na adoção de tecnologias de convivência com o Semiárido. Estas inovações nas práticas sociais são acompanhadas pelo estabelecimento de ações coletivas, até então inéditas localmente, como é a experiência do associativismo (a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão foi criada em 1994).

Para alcançar uma compreensão sobre as estratégias que os camponeses têm desenvolvido para viabilizar seu modo de vida, percebeu-se a relevância do contato diário com uma família camponesa durante algum tempo. A observação participante, conforme as considerações de Geertz (2008), é um meio de interação que possibilita ao pesquisador acessar dimensões da vida social daqueles que são seus sujeitos na pesquisa, “*os imponderáveis da vida real*” como prefere Malinowski (1975), que por outros instrumentos não são capazes de serem alcançados.

Enquanto técnica de pesquisa social, a observação participante proporciona àquele que observa partilhar, em certa medida, as atividades e os interesses do grupo social no qual está envolvido. Ou seja, ela permite uma visão de dentro. A convivência do pesquisador com o grupo estudado cria uma condição privilegiada para que ele acesse uma compreensão da vida social local que de outro modo não seria alcançável. Essa “imersão” na vida cotidiana do outro proporciona para o observador indícios e elementos que podem lançar luz sobre o significado atribuído pelo grupo social pesquisado às suas ações, atitudes, etc. (DA MATTA, 1978; VELHO, 1978; COMBESSIE, 2004).

Partilhar o cotidiano de uma família de agricultores por catorze dias possibilitou estudar, com certo nível de profundidade, a vida camponesa no Sítio Carretão. Para lograr essa convivência foram fundamentais os laços de conhecimento pessoal estabelecidos no ambiente das reuniões no STR e em outros espaços frequentados pelos agricultores familiares. Ser conhecido e ter o respaldo do dirigente sindical e outras lideranças, permitiram uma aproximação que se tornou, com o tempo, um convite para uma estadia na casa de Miguel.

Vivenciar o trabalho na atividade agropecuária, sentar à mesa com a família de Miguel para fazer as refeições, ouvir delas as suas histórias de vida, contar a minha história de vida,

comentar notícias diárias, debater a situação social e política dos agricultores familiares no município de Petrolina, entre outras coisas, foi uma experiência muito rica para o desenvolvimento de uma compreensão sobre o modo de vida do agricultor familiar camponês no Carretão. O contato direto e a convivência íntima com “a minha” família, que até certo ponto foi invasiva, serviu para conhecer as minúcias dos processos interativos que não acontecem publicamente e perceber aspectos da organização familiar que estão na base do modo de vida dos agricultores do Sítio Carretão.

Devido ao caráter altamente subjetivo deste instrumento de pesquisa, é necessário um maior controle e vigilância do pesquisador sobre suas próprias paixões, pois, de forma involuntária, elas podem enviesar a observação e consequentemente todo o trabalho. Neste sentido, uma forma de controle são as notas do diário de campo, bem com o constante retorno à fundamentação teórica.

Além da observação também foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Ao longo do trabalho de campo, catorze famílias foram entrevistadas e também uma pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), um dirigente sindical e um técnico agrícola do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA); o tempo destas conversas variou entre quarenta minutos e três horas. Nem todas estas entrevistas foram gravadas. Em algumas situações, devido à informalidade e espontaneidade, optou-se por deixar o gravador de lado. Além disto, também serviram como fonte de dados as conversas informais realizadas no bar e no mercadinho da comunidade. Com exceção dos diálogos com a pesquisadora da Embrapa, com o dirigente sindical, ambos na fase inicial da pesquisa, e com o técnico do IPA, as demais entrevistas aconteceram no Sítio.

#### Quadro 1 – Famílias e pessoas entrevistadas

Miguel<sup>5</sup> (63 anos), Ana (58 anos/esposa) e Pedro (28 anos/filho) trabalham uma área de 90 hectares (ha) e residem no Carretão desde 1993. A família é composta também por mais duas filhas um genro e uma neta e estas pessoas moram em Petrolina. Miguel e Ana recebem o Previdência Social Rural. Pedro, além do trabalho no sítio, é empregado do mercadinho da comunidade e o atual presidente da Associação. A família de Miguel é beneficiária do Garantia-Safra, do programa do milho da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Miguel e sua família hospedaram o pesquisador.

---

<sup>5</sup> Os nomes reais dos entrevistados foram substituídos para preservar suas identidades.

Guilherme (50 anos) e Laura (45 anos/esposa) trabalham uma área de 43 ha. Os quatro filhos do casal, dois homens e duas mulheres, saíram do Carretão para trabalhar e estudar em Petrolina e São Paulo. Além dos filhos, Guilherme e Laura possuem dois netos. O casal é um dos fundadores da Associação e Guilherme já foi três vezes presidente. O Agricultor é também o proprietário do único bar da comunidade. A família de Guilherme é beneficiada com o Garantia-Safra, o programa do milho da CONAB, PAA e foi contemplada com o programa de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria (o dinheiro foi investindo no criatório de galinhas caipiras).

\*\*\*

Murilo (94 anos) Livia (66 anos/filha) não informaram a área de trabalho que possuem. Livia é a única filha de Murilo e possui 16 filhos (não soube informar o número de netos e bisnetos), destes apenas quatro residem na comunidade do Carretão. Fernanda (Agente de Saúde Comunitária) é uma das filhas de Livia. Murilo fundou um grupo de oração na comunidade e nos anos 1960 animou esse grupo a construir a igreja Católica da comunidade. Murilo e a filha recebem o Previdência Social Rural.

\*\*\*

Fernanda (39, anos) é a Agente de Saúde da Comunidade do Carretão desde de 1991. Fernanda é também moradora do Carretão e filha de Livia, neta de Murilo.

\*\*\*

Arthur (95 anos) é o morador mais idoso do Carretão e vive com sua esposa.

\*\*\*

Felipe (66 anos) e Manuela (69 anos) trabalham uma área de 67 ha. O casal tem 14 filhos e 33 netos. Destes, apenas dois filhos homens, que já estão casados, residem no Carretão em sítios próximos à casa do casal. Felipe e Manuela recebem o Previdência Social Rural. Até se aposentar Felipe trabalhou como pedreiro, ofício que dois de seus filhos seguiram. O agricultor conta com satisfação que ele trabalhou na construção de muitas cisternas da ASA nos municípios de Petrolina e Lagoa Grande. Além da aposentadoria rural, o casal de agricultores acessou o programa do milho da CONAB.

\*\*\*

Nicolas (49 anos) e Alice (46, anos/esposa) trabalham uma área de 36 ha. Além do casal, a família é composta por três filhos, um homem e duas mulheres, e quatro netos. Uma das netas é criada pelo casal. Nicolas trabalha há três anos como pedreiro na empreiteira responsável pela construção da Adutora do Caititu<sup>6</sup>. A família é beneficiada com o Garantia-Safra, o programa do milho da CONAB e recebe o Programa Bolsa Família (PBF) referente à neta em idade escolar.

---

<sup>6</sup> A Adutora de Caititu é uma obra de infraestrutura hidráulica da CODEVASF que vai captar água do canal Pontal para abastecer os moradores das comunidades situadas na estrada do Atalho, entre Uruás a Caititu. A obra foi licitada em 2009 e está em fase de conclusão.

Julia (86 anos/mãe) e Eduardo (47/anos/filho). Julia é a mãe também dos seguintes entrevistados: Guilherme, Nicolas e Victor; além destes, outros três filhos são moradores do Carretão e da Comunidade da Baixa do Tatu. Eduardo, o irmão mais novo, não se casou e mora com a mãe que é viúva há 20 anos. A área que esse agricultor trabalha é entre 30 a 40 ha. Eduardo é beneficiário do Garantia-Safra e Julia é aposentada pela previdência rural.

\*\*\*

Victor (52, anos) e Lorena (50, anos/esposa) possuem uma área de 43 hectares. A família é composta também por mais oito filhos e três netos. Atualmente vivem no Carretão seis pessoas, o casal e quatro filhos. Victor, além do trabalhar em seu sítio, realiza serviços de empreitada ou como diarista tanto na comunidade quanto nas áreas irrigadas de Petrolina para a construção de cercas, farinhadas, derrubadas de mato e construção de latadas de uva. Esse agricultor é um dos mestres de São Gonçalo desta região de Petrolina. A família de Victor é beneficiada com o Garantia-Safra e o Bolsa Família referente às crianças e jovens em idade escolar.

\*\*\*

Mariana (54 anos) é viúva e o seu sítio possui em torno de 50 ha de terra. Sua família é formada por ela, sete filhos e dois netos. Entretanto, atualmente residem no Carretão apenas a própria Mariana, duas filhas e um neto. Segundo a agricultura, os seus filhos se casaram e mudaram do Carretão para trabalhar em Petrolina. Mariana é pensionista da previdência social e recebe o benefício do Bolsa Família referente às filhas e ao neto em idade escolar.

\*\*\*

Henrique (40 anos, filho) mora com a mãe Úrsula (76 anos) e mais uma irmã que também é solteira. Úrsula é beneficiária da Previdência Social Rural e Henrique atualmente trabalha apenas com a agropecuária. Contudo, este agricultor anteriormente trabalhou no mercadinho existente na comunidade. A área que Henrique trabalha é de 16 ha, Úrsula também tem um terreno no qual realiza atividade agrícola, mas a dimensão não foi revelada. Henrique é beneficiário do Garantia-Safra.

\*\*\*

A família de Josélia (69 anos) e João (70 anos). O casal tem sete filhos e oito netos. Atualmente habitam a casa Josélia, João e mais uma filha com o seu filho (neto do casal). A família dispõe de uma área de 50 ha em que realiza atividades agropecuárias. O casal recebe o Previdência Social Rural e a filha recebe o Bolsa Família.

\*\*\*

Beatriz (66 anos) e o esposo moram no Carretão com um filho. A família é composta também por mais sete filhos e dezessete netos. Todos estes filhos moram em outras áreas rurais de Petrolina. O casal é aposentado, Beatriz aposentou-se como funcionária pública (era auxiliar de serviços gerais na antiga escola do Carretão) e o esposo recebe o Previdência Social Rural.

Melissa (73 anos) e Isabela (27 anos/filha) moram em um sítio com aproximadamente 50 ha. Melissa tem mais um filho, nora e neto. O filho de Melissa está no cárcere, e a nora juntamente com o neto moram em Petrolina. Melissa é aposentada pela previdência rural e Isabela é professora na escola municipal de Atalho.

\*\*\*

Lucindo João é sindicalista, militante no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina. Na ocasião da realização desta pesquisa, ele era o diretor de Políticas Públicas do Sindicato. Esse setor é responsável pela emissão da Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disto, Lucindo é membro da ASA Petrolina e conselheiro do CMDRS Petrolina.

\*\*\*

Alineáurea Silva é engenheira agrônoma e pesquisadora na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Semiárido. Uma das áreas de pesquisa de Alineáurea é a mandiocultura. No município essa pesquisadora atuou como consultora no processo de organização da cadeia produtiva da mandioca.

\*\*\*

João Thomas é técnico agrícola no IPA em Petrolina, responsável pela implementação do programa de inclusão produtiva do Brasil Sem Miséria no distrito de Rajada, incluindo algumas Famílias no Carretão.

Os encontros com os agricultores foram cordiais. Contudo, receber um forasteiro em casa, disposto a ouvir sobre a vida local e fazer uma série de questionamentos sobre ela, gerou alguma desconfiança nestas pessoas. Por conta de suas atividades cotidianas, os representantes da associação não puderam acompanhar o pesquisador nas visitas, isso provavelmente influenciou o comportamento reticente de alguns moradores. Mas em outros casos as entrevistas fluíram tranquilamente.

As entrevistas, bem como toda a pesquisa de campo, aconteceram em um momento crítico na vida dos agricultores familiares do Carretão. Por conta da seca iniciada no ano de 2010, muitos destes agricultores estão há três anos sem conseguir uma colheita em seu roçado e tiveram de reduzir o rebanho por falta de ração e água. A crise ambiental e econômica repercutiu fortemente nos agricultores. Nas falas a iminência de um completo colapso produtivo sempre esteve presente. Por suas preocupações com o “de comer dos bichos” e da inexistência dos roçados, quase todos os diálogos iniciavam com declarações sobre a dificuldade que é viver e produzir em condições adversas. Mas, ao longo das entrevistas, outros elementos surgiam e os camponeses destacaram que no inverno, com a verdura da Caatinga e dos roçados, o Carretão torna-se um lugar sem igual para viver.

Neste estudo, a definição dos entrevistados foi realizada a partir de uma sequência de diálogos que foram estabelecidos com Pedro e Guilherme. Estes mediadores privilegiados, por sua inserção como liderança na comunidade, serviram como fontes de informação sobre a população do Carretão e também como facilitadores do contato com os demais moradores/entrevistados. As opiniões, conselhos serviram para que fossem identificados aqueles agricultores que estariam dispostos a receber o pesquisador em suas casas para responder perguntas sobre o desenrolar da vida e do trabalho na atividade agropecuária no Sítio. Por outro lado, é fundamental salientar que o uso do nome destes agricultores no momento em que os entrevistados eram abordados foi de grande utilidade para que as entrevistas acontecessem. Mencionar a anuência e a indicação feita pelos informantes para que aquela família ou agricultor fosse procurado suscitava no interlocutor uma aceitação relativamente mais tranquila para a concessão da entrevista.

O conhecimento sobre as fronteiras da comunidade e a autoridade de Guilherme e Pedro foram fundamentais para que fossem definidos quais agricultores poderiam ser entrevistados. Em uma das vezes que o pesquisador passou a tarde de sábado no bar – com propósito de conhecer e se fazer conhecido – um agricultor da comunidade vizinha, após ouvir a explicação sobre o motivo e a razão da pesquisa, manifestou o interesse em ser entrevistado. De imediato Guilherme entrevistou e alertou que aquele agricultor e sua família, ainda que fossem membros da associação do Carretão, eles não eram domiciliados na comunidade e, portanto, não poderiam ser entrevistados. Este caso serve de exemplo para ilustrar como o profundo conhecimento dos informantes privilegiados sobre o Carretão e seus moradores foi relevante na escolha das famílias entrevistadas.

No momento em que os contornos territoriais do Sítio foram estabelecidos, a escolha dos informantes aconteceu de maneira aleatória. No geral, o pesquisador visitava as famílias que estavam dentro dos limites do Sítio, se apresentava e perguntava sobre a disponibilidade de algum membro da família dialogar sobre questões referentes à agricultura familiar no Sítio Carretão.

As questões propostas aos sujeitos da pesquisa, tanto nas entrevistas quanto nos diálogos travados durante as observações, a partir de uma perspectiva fenomenológica, tiveram por objetivo alcançar o máximo de clareza sobre a lógica que põem em movimento os camponeses do Sertão. De um modo geral, as perguntas buscaram estimular estes agricultores a narrarem os seus conhecimentos sobre as práticas agropecuárias, suas memórias, e revelarem a lógica que

governa as estratégias empregadas para a produção e reprodução deste modo de vida. Os temas que guiaram as entrevistas semiestruturadas foram: a) A atividade agropecuária; b) A organização do trabalho familiar; c) As políticas sociais e de transferência de renda.

## **Estrutura da tese**

As reflexões resultantes do estudo estão apresentadas nos cinco capítulos que seguem. O primeiro capítulo busca compor um quadro com aspectos do Semiárido brasileiro, em geral, e do Sertão do São Francisco, com o propósito de revelar o cenário ao qual os agricultores das áreas de sequeiro estão submetidos. A princípio procede-se a uma caracterização socioambiental destes territórios, enfatizando a singularidade climática e as dinâmicas econômicas e demográficas existentes. Em um segundo momento, busca-se revisitar a história dos ciclos de desenvolvimento econômico do Semiárido, de modo a destacar a formação e o lugar ocupado pela agricultura familiar camponesa. O levantamento destas informações é um primeiro movimento da compreensão do repertório disponível aos camponeses do Sertão, a fim de que estes estabeleçam suas estratégias de produção e reprodução social. Ao final, o capítulo apresenta o atual panorama da agricultura familiar no Sertão do São Francisco, qualificando um pouco mais a conjuntura em que se encontram os agricultores camponeses do Carretão.

No segundo capítulo discute-se sobre a pobreza rural no Brasil, tendo em vista os impactos da modernização da agricultura e as recentes medidas políticas voltadas para a agricultura familiar e a universalização da cidadania. Na discussão empreendida, vem à tona que a pobreza rural não é resultado da falta de investimentos do Estado no setor agrícola ou uma opção dos agricultores familiares em permanecer fora do mercado ou das relações sociais da sociedade englobante. Por outro lado, será apontado que no ambiente social e político criado pela redemocratização, a agricultura familiar emerge como categoria social, científica e política, e passa a receber uma especial atenção do Estado através de políticas públicas desenhadas especificamente para promover a inclusão produtiva e social deste setor. No geral, o objetivo deste capítulo é ressaltar que as políticas públicas, aliadas à trajetória histórica (conforme discutido no Capítulo I) são também elementos que vão compor o repertório de ação que os agricultores familiares do Carretão dispõem para empreender seus projetos de vida.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão teórica sobre a agricultura familiar, cuja a ênfase é o campesinato. Neste debate o enfoque privilegiado são as abordagens contemporâneas

da sociologia rural, que percebem a presença deste ator social na agricultura das sociedades capitalistas desenvolvidas. Analisa-se a contribuição de diferentes autores ao longo das últimas décadas, destacando as seguintes tendências que aparecem nos estudos sobre o campesinato: autonomia e subordinação (José de Souza Martins, Afrânio Garcia Junior, Beatriz Maria Alasia Heredia e Maria de Nazareth Baudel Wanderley); práticas sociais e reciprocidade (Ghislaine Duqué, Eric Sabourin e Jan Douwe van der Ploeg); resistência (James C. Scott, Marilda Aparecida de Menezes, Edgard Afonso Malagodi, Jan Douwe van der Ploeg). Com a discussão sobre autonomia e subordinação pretende-se salientar o lugar que a agricultura familiar camponesa ocupa no interior da sociedade. Já a revisão sobre as noções de reciprocidade e resistência, mesmo que sigam por caminhos distintos, vão permitir pensar o comportamento do campesinato, salientando que esta categoria social organiza suas ações a partir de concepções que não funcionam apenas sob as imposições do mercado de livre trocas.

Uma vez esclarecidos os pressupostos histórico-teóricos, nos dois últimos capítulos consistem nos resultados da pesquisa de campo. O quarto capítulo descreve o Sítio Carretão como um espaço de vida e trabalho das famílias camponesas que protagonizam este estudo; além disso, expõe uma caracterização do distrito de Rajada, local em que o Sítio Carretão está inserido, a partir de dados do Censo Demográfico com ênfase na situação de pobreza que os moradores dessa região rural de Petrolina vivenciam. Na sequência, é exposto o ambiente do Sítio Carretão, aspectos da história de ocupação desta comunidade e a suas organizações sociais. No geral, esses aspectos são ressaltados e analisados de maneira a tornar possível a compreensão sobre o sistema de produção dos agricultores camponeses no Sítio Carretão.

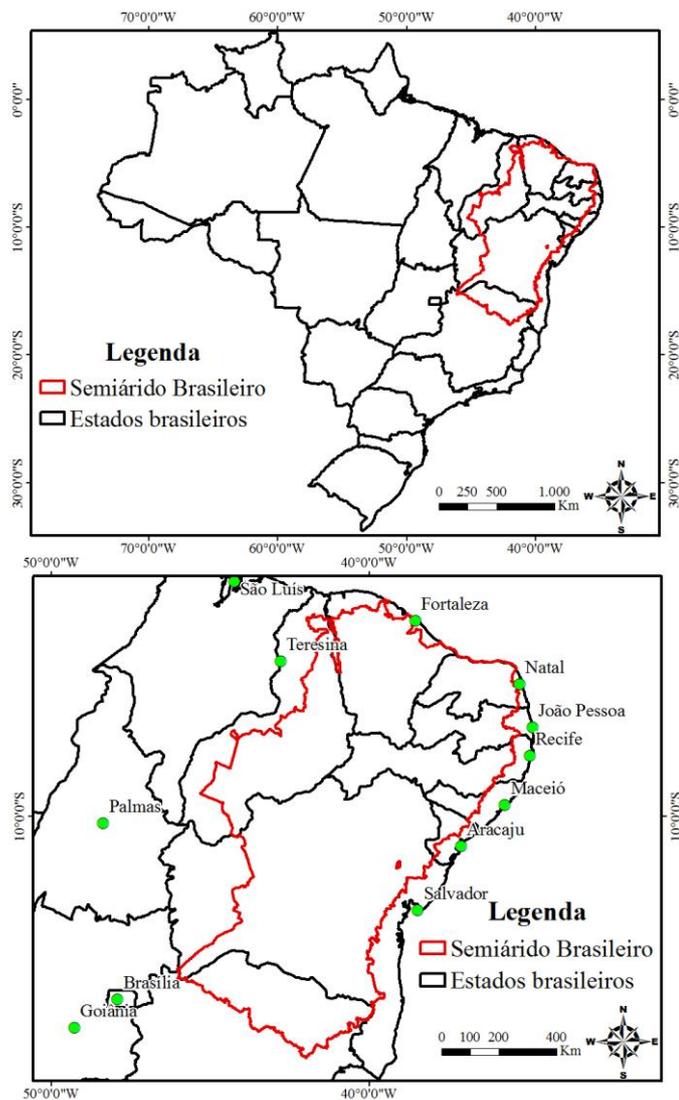
No quinto e último capítulo, são apresentados o cotidiano da família camponesa, o sistema de produção e trabalho dos agricultores familiares no Carretão. Tais informações são interpretadas à luz das discussões históricas e teóricas dispostas nos capítulos anteriores. A base das reflexões são as experiências vivenciadas pelo pesquisador durante o trabalho de campo e as entrevistas realizadas com diferentes famílias camponesas. Por meio de relatos, foi possível compreender os elementos que evidenciam as práticas e as estratégias que os camponeses do Carretão seguem desenvolvendo para habilidosamente levar adiante os seus projetos de vida familiar. Algumas das estratégias identificadas entre os agricultores do Carretão, são o trabalho familiar, como o elemento fundante da recriação da família; a combinação de várias formas de trabalho, que vão desde o trabalho na lavoura à migração temporária; e a reconversão de

benefícios sociais e salários obtidos fora do Sítio em meios para compor a renda familiar e possibilitar a recriação camponesa.

Ao final, apresento as conclusões sobre a pesquisa realizada que, sem o propósito de exaurir o tema, procuram lançar luzes sobre permanência e transformação na agricultura camponesa no Sertão do São Francisco.

# 1 O Sertão do São Francisco: aspectos da singularidade de uma região semiárida

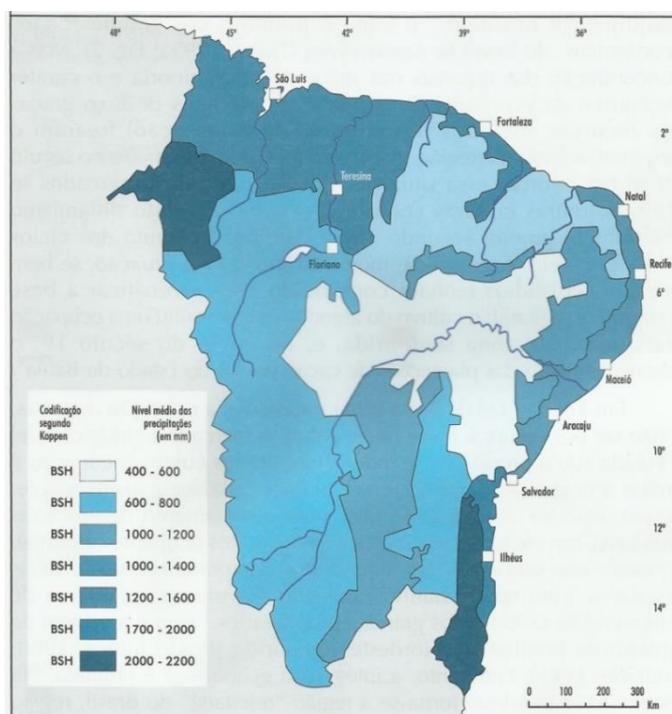
O Semiárido brasileiro tem por características principais a ocorrência periódica do fenômeno climático das *secas* e a predominância do bioma Caatinga. Localizada em sua maior parte no interior da região Nordeste do Brasil, em termos territoriais, a zona semiárida abrange uma área de 980.133 km<sup>2</sup> que equivalem a 11,53% do território brasileiro e compreende nove estados da região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – além de parte do estado de Minas Gerais (Figura 2) (MEDEIROS *et al.*, 2012).



FONTE: BUAINAIN; GARCIA (2013)

Figura 2 (1) - Localização Espacial, Delimitação Institucional do Semiárido Brasileiro e Capitais Estaduais

Decerto o Semiárido brasileiro tem como traço mais marcante as frequentes secas, que podem ser caracterizadas pela ausência, escassez ou alta variabilidade espacial e temporal das chuvas. Ocorre que, além das chuvas serem irregulares, o índice pluviométrico médio, que varia de 200 mm a 800 mm por ano (Figura 2), é bem inferior às taxas de evaporação anuais, que em média são de 2000 mm/ano<sup>7</sup> (MOURA *et al.* 2007:45). Ou seja, não é que não chova, por sinal o Semiárido brasileiro é uma das regiões semiáridas mais úmidas no mundo; acontece que nessa região a evaporação é sempre muito maior do que a quantidade de água que precipita na melhor das temporadas chuvosas (Figura 3).



FONTE: CARON; SABOURIN (2003)

Figura 3 (1) – Mapa Índice Pluviométrico da Região Nordeste

As elevadas taxas de evaporação estão diretamente relacionadas às altas temperaturas que incidem nesta região. Segundo Mendes, o Semiárido brasileiro é:

uma das regiões semiáridas mais quentes do globo. A temperatura média é mais ou menos constante ao longo do ano e relativamente uniforme em toda a região. As médias térmicas anuais oscilam entre 23° e 27°C. A amplitude diária é próxima de 10°C (...). Em virtude de sua proximidade do Equador e da pouca quantidade de nuvens na maior parte do ano, a luminosidade média anual é muito elevada, situando-se em torno de 2.800 horas a luz solar por ano (MENDES, 1986:35-37).

<sup>7</sup> Moura e seus colaboradores (2007) destacam também que em algumas sub-regiões, tal como acontece Petrolina/PE, a evaporação média pode alcançar 3000 mm ano.

Uma vez que as temperaturas permanecem constantes e estáveis ao longo do ano, as estações climáticas distinguem-se essencialmente pela disponibilidade de chuvas e seu oposto, a estiagem. No Semiárido, o regime pluviométrico delimita duas estações bem distintas: uma curta estação chuvosa que tem duração de três a cinco meses, localmente denominada de “*inverno*”, com ocorrência concentrada entre o último mês do ano e final do primeiro trimestre e uma longa estação seca, chamada “*verão*”, cuja duração é de sete a nove meses (de abril a novembro), mas que pode se prolongar nos anos das “*secas*” por dezoito meses ou mais (MENDES, 1986).

Para além do déficit hídrico pluviométrico, a disponibilidade d’água nesta região brasileira está também diretamente relacionada às características de seus solos. Estes, por serem muito rasos, não conseguem armazenar água em aquíferos ou reter a umidade por longos períodos, apesar de chover uma quantidade relativamente alta para um região semiárida. Na estação chuvosa, a água que precipita se infiltra e logo encontra o escudo cristalino (formação rochosa impermeável próxima à superfície), escoar e é drenada rapidamente para os córregos e rios que se enchem, e secam assim que a estação seca tem início.

Dentre os principais tipos de vegetação do Semiárido<sup>8</sup>, nenhum deles é mais característico do que a Caatinga. Abrangendo uma área de aproximadamente 955.000 km<sup>2</sup>, essa mata está presente em todos os estados inseridos em toda a região, e é um bioma com ocorrência exclusiva no Brasil. A vegetação considerada mais típica da Caatinga apresenta árvores de porte baixo e arbustos, no geral, com troncos finos, retorcidos, folhas especializadas (espinhos) ou pequenas que caem na estação seca. Cactáceas terrestres (Mandacaru, Xique-Xique, etc.) e gramíneas que ocorrem apenas nos períodos chuvosos são, também, elementos importantes que compõem esta vegetação (Figura 4).

---

<sup>8</sup> Além da Caatinga, na área de abrangência do Semiárido estão presentes também fragmentos dos seguintes biomas: campos rupestres, cerrado e mata atlântica.



FONTE: Banco de imagens site MMA (2012)

Figura 4 (1) – Exemplos de plantas de Caatinga

Apesar de politicamente ser delimitado como uma unidade climática e fito-botânica, o Semiárido brasileiro não se constitui, do ponto de vista geoambiental, como um espaço homogêneo. O Semiárido é um conjunto de paisagens bastante diversificado que, apesar de preponderar um clima e um bioma, pode ser dividido em sete subespaços<sup>9</sup>, conforme estabelece a Portaria Interministerial n° 1, de março de 2005, (BRASIL, 2005). Nestes subespaços, um ou mais elementos naturais se destacam da paisagem ordinária e conformam especificidades que interferem diretamente no microclima, fauna, flora, ocupação humana, desenvolvimento de atividades econômicas, etc. O Vale do Rio São Francisco, localizado na Depressão Sertaneja, é um destes subespaços diferenciados do Semiárido brasileiro (Figura 5).

A presença do rio São Francisco na paisagem – aproximadamente 63% da bacia hidrográfica do São Francisco está na zona semiárida brasileira – torna possível a realização de diversas atividades humanas que se destacam no contexto mais amplo, tais como: a agricultura irrigada, a geração de hidroeletricidade, a pesca, a navegação de grandes embarcações, etc.

---

<sup>9</sup> A saber: Planaltos Sedimentares; Planalto da Borborema; Planaltos com Coberturas Calcárias; Maciços Serranos Residuais; Chapada Diamantina e Encostas do Planalto Baiano; Tabuleiros pré-Litorâneos; Planície Costeira; e a Depressão Sertaneja



FONTE: ANA/GEF/PNUMA/OEA (2003)

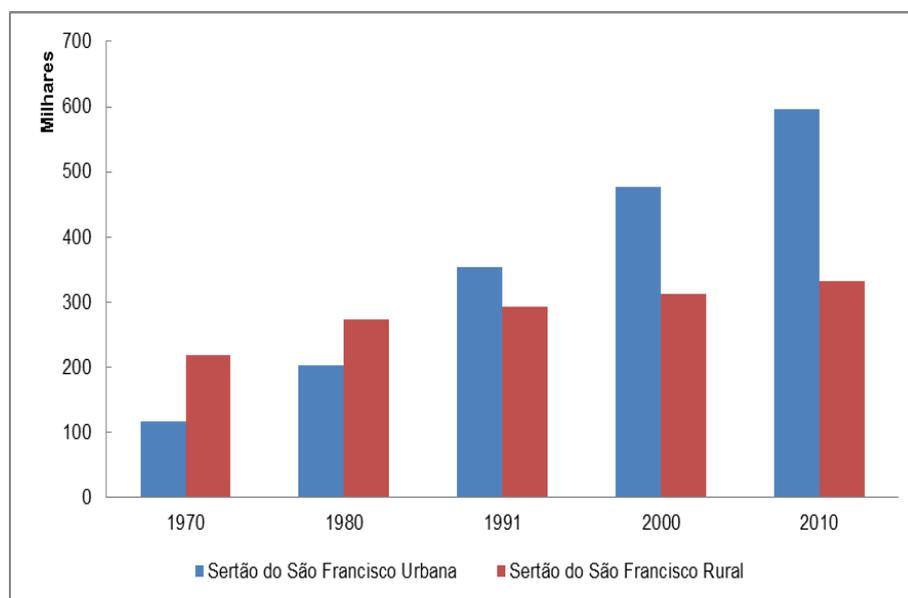
Figura 5 (1) – Localização do Vale Rio São do São Francisco

No Sertão do São Francisco, que está localizado na zona central do Semiárido brasileiro, a presença do grande rio tem condicionado o desenvolvimento da sociedade regional. Desde a criação dos primeiros currais até a segunda metade do século XX, os recursos naturais desta região, sobretudo a água, serviram de estímulo para o desenvolvimento das atividades econômicas e a ocupação humana. Segundo Melo (1988), as áreas que margeiam o São Francisco oferecem condições muito especiais para o desenvolvimento das atividades humanas:

Esta é a Região Ribeirinha do São Francisco, área de exceção no contexto das áreas semiáridas do Nordeste, muito mais em função da presença do grande rio, do que por razões de ordem climática. Aliás, a área de exceção nessa região ribeirinha é mesmo a de influência direta do rio, pelo que representa esse manancial para a vida das populações ali residentes. Poder-se-ia dizer que a, no máximo, uma dezena de quilômetros de distância das margens do São Francisco nada mais há de excepcional na região (MELO, 1988:104).

No Censo Demográfico de 2010, o Sertão do São Francisco, cuja área é 76.432 Km<sup>2</sup>, registrou uma população de 929.144, destes 596.584 estão na área urbana e 332.560 na zona rural (Figura 6). Este contingente populacional vive em dezessete municípios dos estados de Pernambuco e Bahia, quais sejam: Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. De todos estes municípios, segundo as informações do IBGE Cidades, Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) destacam-se dos

demais por seu protagonismo político, dinamismo econômico e aglomeração populacional (Juazeiro com 197.965 e Petrolina com 293.962 mil habitantes) (Figura 6).



FONTE: IBGE/Censo Demográfico de 1970 a 2010

Figura 6 (1) – População residente no Sertão do São Francisco por situação do domicílio

A economia deste território tem a agricultura como principal atividade. Atualmente se destacam as cadeias produtivas da fruticultura irrigada, a vitivinicultura, a rizicultura, a caprino-ovinocultura e a pecuária bovina de corte e produção leiteira. Em segundo lugar, mas fortemente influenciado pela atividade agrícola irrigada, observa-se o desenvolvimento de um proeminente setor de comércio e serviços (serviços médicos e jurídicos; turismo de negócios; comercialização de equipamentos agrícolas e agroindustriais; e ensino técnico e superior), localizado nas cidades de Juazeiro e Petrolina. Além disto, nesta primeira década do século XXI, destaca-se na economia regional, especificamente na construção civil, o impacto de novos investimentos em grandes projetos de infraestrutura realizados pelo Governo Federal dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2), a saber: a Ponte do Ibó, a ferrovia Transnordestina, o canal de transposição do Rio São Francisco e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

Entretanto, apesar dos processos de dinamização econômica que foram implantados a partir da última metade do século XX terem transformado a região, o Sertão do São Francisco ainda hoje registra grandes carências nas condições de vida de sua população. O modelo de desenvolvimento adotado não foi capaz de superar satisfatoriamente os persistentes índices pobreza e de desigualdade social que afetam parte expressiva da população regional, em especial, a população das cidades menores, sobretudo aquela que vive no campo.

As pontuações obtidas pelos municípios do Sertão no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) revelam, conforme destaca Pessoa (1990), o quanto a pobreza reiterada é o outro lado da moeda de um modelo de desenvolvimento concentrador e seletivo (Quadro 2).

Quadro 2 (1) – Índice do Desenvolvimento Humano dos Municípios – IDH-M.

Estado e Município	IDH – M	Posição no Estado	Posição no País
BA Campo Alegre de Lourdes	0,557	347	5098
BA Canudos	0.562	326	5002
BA Casa Nova	0,570	301	4841
BA Curaçá	0,581	246	4614
BA Juazeiro	0,677	17	2503
BA Pilão Arcado	0.506	415	5510
BA Remanso	0.579	253	4654
BA Sento Sé	0.585	225	4515
BA Sobradinho	0.631	66	3469
BA Uauá	0.605	134	4029
PE Afrânio	0.588	106	4444
PE Cabrobó	0.623	39	3631
PE Dormentes	0.589	105	4416
PE Lagoa Grande	0.597	85	4215
PE Orocó	0.610	51	3902
PE Petrolina	0.697	6	1995
PE Santa Maria da Boa Vista	0.590	104	4395

FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil, 2013

A partir dos resultados do IDH-M observa-se que mesmo o município de Petrolina, principal centro do crescimento econômico da região, que se situa no 6º lugar no ranking do IDH-M em seu estado, está longe de ser um modelo de sucesso, pois quando se considera o conjunto dos municípios brasileiros a sua posição é o 1948º lugar em um universo de 5570 cidades. De um modo geral, o processo de desenvolvimento implantado na região, ao promover mais e mais a concentração de riquezas e das terras, como é o caso da irrigação e da agroindustrialização em escala, gerou uma ampla camada de trabalhadores assalariados, temporários, em sua maioria migrantes que não conseguem se incluir favoravelmente nos circuitos produtivos de alto desempenho e nos processos de melhoria de vida.

Dados do Sistema de Informações Territoriais (SIT) do MDA e do Censo Demográfico de 2010 confirmam a dimensão do que foi mencionado anteriormente. A partir destas informações, foi possível levantar o número de pessoas na extrema pobreza<sup>10</sup> (173.205 mil) e daquelas que são beneficiárias do programa federal de transferência de renda Bolsa Família

<sup>10</sup> Na condição de extrema pobreza, conforme define o IBGE, estão todas aquelas pessoas cuja renda domiciliar é inferior a R\$ 70,00 per capita/mês para o ano de 2011.

(278.111 mil), respectivamente 18,6% e 29,9% da população do Sertão do São Francisco (Quadro 3).

Quadro 3 (1) – Pessoas na extrema pobreza e beneficiários da Bolsa Família Sertão do São Francisco.

Estado Município	População <sup>1</sup>	Extrema Pobreza <sup>1</sup>	Bolsa Família <sup>2</sup>
Sertão do São Francisco	929.144	173.205	278.111
BA Campo Alegre de Lourdes	28.090	12.322	10.900
BA Canudos	15.732	4.157	5.520
BA Casa Nova	64.940	15.916	24.712
BA Curaçá	32.168	8.825	11.680
BA Juazeiro	197.965	20.105	51.931
BA Pilão Arcado	32.860	14.424	13.494
BA Remanso	38.957	10.789	14.059
BA Sento Sé	37.425	12.648	13.868
BA Sobradinho	22.000	3.512	5.819
BA Uauá	24.294	6.928	8.545
PE Afrânio	17.586	5.252	7.468
PE Cabrobó	30.873	8.103	11.869
PE Dormentes	16.917	3.146	6.606
PE Lagoa Grande	22.760	4.860	8.186
PE Orocó	13.180	4.972	5.947
PE Petrolina	293.962	25.114	61.567
PE Santa Maria da Boa Vista	39.435	12.132	15.940

1 FONTE: IBGE 2010

2 FONTE: SIT/MDA 2011

A análise destes indicadores, ainda que bem resumida, escancara que o contingente populacional em situação de pobreza é significativo nesta região. Decerto, o recente desenvolvimento econômico do Sertão é um elemento que tem impacto na produção das desigualdades sociais nesta região do Brasil. Mas é significativo ressaltar que a produção da pobreza pelo processo de dinamização econômica não acontece porque as pessoas implicadas não souberam ou desejaram se apropriar do processo que estavam em curso. No sertão do São Francisco, tal como em outras áreas de desenvolvimento rural no Brasil, a modernização por ser de caráter seletivo vai reiterar e amplificar as situações de exclusão social. Como será explorado no tópico seguinte, a sequência histórica de descrições políticas em prol da defesa dos interesses da elite agrária (latifundiária) sedimentou nesta região do São Francisco uma sociedade extremamente desigual, sobretudo no acesso aos recursos naturais e oportunidades econômicas.

## 1.1 O Sertão e o Sistema Pecuária-Subsistência

Antes de prosseguir é pertinente salientar que ao longo deste estudo a definição de agricultura camponesa empregada segue a adotada pelos autores participantes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil. Na Apresentação à coleção, os autores definem:

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardando as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações (Apresentação da Coleção História social do campesinato brasileiro, 2009:09).

Nestes termos, ao qualificar uma das formas de expressão da agricultura familiar do Semiárido brasileiro como camponesa, toma-se como referência empírica os homens e mulheres que constituem a massa de trabalhadores do campo, que não foram totalmente expropriados dos seus meios de produção. Ou seja, são aqueles trabalhadores agrícolas que mantiveram, apesar da subordinação, a posse de uma parcela de terra e o relativo controle sobre o trabalho familiar. São os agricultores que, apesar das transformações suscitadas pela ampliação das relações de mercado, permanecem ocupando as terras menos férteis, sem acesso a fontes d'água ou infraestrutura hidráulica, em geral, as áreas deixadas de lado pela exploração agropecuária comercial (CARON; SABOURIN, 2003).

A história da agricultura familiar camponesa no Sertão está integrada àquela do desenvolvimento da exploração agropecuária voltada para a exportação e geração de divisas econômicas. O Sertão, em sua trajetória como empreendimento econômico, ressaltam Ferraro Junior e Bursztyń (2010), passou por inúmeros ciclos produtivos, sendo que em cada um deles sempre esteve presente uma massa de gente que era retida como um insumo da produção e considerada extremamente necessária para se alcançar competitividade no mercado.

Mobilizada pelos “senhores da terra”, é essa massa que dá origem à agricultura familiar camponesa do Semiárido brasileiro.

Entre os séculos XVI e XVII, a profunda crise política e econômica enfrentada por Portugal<sup>11</sup> levou o governo metropolitano a exigir das colônias ultramarinas o aumento na produção dos bens que mais interessavam ao mercado europeu<sup>12</sup>. O açúcar era o principal produto de exportação brasileiro, nas áreas produtoras, localizadas em grande parte no litoral do Nordeste, isso se traduziu em uma crescente demanda da *plantation* açucareira alargar sua área produtiva (ANDRADE, 1986).

No decorrer deste processo de expansão, na medida em que as crises agravavam as condições econômicas da metrópole, a *plantation* açucareira nordestina avançava sobre as terras do litoral e da zona da mata que estavam ocupadas por florestas ou a serviço do criatório pecuário. Criado solto, o gado que servia para consumo alimentar e força motriz nos engenhos<sup>13</sup>, tornou-se um problema. O rebanho bovino, alheio ao que eram os canaviais e sua importância econômica, ao competir pelo espaço com as lavouras, prejudicava a produção canavieira uma vez que a cana-de-açúcar é, naturalmente, um alimento para o gado.

Por ser um produto indispensável para o trabalho e na alimentação da crescente população colonial, o gado foi, ao longo deste período, tangido das zonas litorâneas para o interior. Tal medida foi a solução para que findassem os prejuízos causados pelos animais às lavouras canavieiras. A necessidade de que as áreas de pecuária do litoral fossem convertidas em lavouras de cana-de-açúcar, suscitou os sesmeiros a se aventurarem no desbravamento das regiões interioranas, em direção do longínquo, inóspito e desconhecido espaço que eram os *sertões*.

Diferentes cronistas do século XVII, segundo Silva (2006), se lançaram à tarefa de decifrar e traduzir para a aristocracia açucareira colonial, residente no litoral e na metrópole, o que significava este vocábulo e quais os desafios de enfrentar esse *outro* denominado *sertão*.

---

<sup>11</sup> Desencadeada sobretudo pela unificação das casas reais de Portugal e Espanha (1580-1640) e a ocupação holandesa em Salvador BA, Olinda e Recife PE (1624-1654).

<sup>12</sup> Enquanto a metrópole tinha como principais produtos de exportação o vinho, frutas, sal e azeite, as colônias ultramarinas forneciam, por sua vez, produtos mais rentáveis: as especiarias provenientes da Índia, as porcelanas da China e do Japão, o açúcar e o tabaco produzidos no Brasil e na Ilha da Madeira.

<sup>13</sup> O gado nos engenhos era empregado tanto nas atividades de moagem da cana-de-açúcar, quanto para o transporte da lenha que alimentava fornalhas e caldeiras.

Neste período, comenta a autora, o sertão presente na memória individual e coletiva da sociedade colonial brasileira era caracterizado ambigualmente com um espaço *sui generis*, permeado por elementos desafiadores à própria existência humana “civilizada”, mas ao mesmo tempo era idealizado com um espaço repleto de riquezas vegetais e minerais, o verdadeiro “*el dorado*”.

No primeiro século de colonização portuguesa nas Américas, o sertão é percebido, como expressam os cronistas e cartógrafos, a partir do seu exterior, sob uma perspectiva utilitarista e etnocêntrica. Uma valorosa amostra da visão partilhada pela sociedade europeia sobre os sertões do Brasil, no início do século XVII, pode ser retida na observação do mapa *Accuratissima Brasilia tabula* (1619) – confeccionado pelo cartógrafo holandês Hendrik Hondius (Figura 7).



FONTE: Acervo online Biblioteca Nacional (2012)

Figura 7 (1) – *Accuratissima Brasilia tabula*

O cartograma de Hondius é relevante, tanto por aquilo que nele está detalhado quanto pelas informações que estão ausentes. No primeiro momento, chama a atenção o traçado da costa (que se aproxima muito com o traçado dos mapas atuais), a precisão das informações sobre a hidrografia e os acidentes geográficos da zona litorânea. Nota-se que no início do XVII, os colonizadores detinham amplos conhecimentos sobre uma considerável faixa do litoral brasileiro. Entretanto, à medida que ocorre um afastamento da zona litorânea na direção do interior do continente, a precisão da realidade geográfica diminui. Observa-se que no lugar da

minuciosa descrição física do ambiente, o cartógrafo preenche, por meio de representações iconográficas, as terras desconhecidas com cadeias montanhosas, animais selvagens, florestas, lagos, cursos d'água e cenas indígenas, sobretudo, de canibalismo.

Essa percepção ambígua, de riqueza e barbárie, é repetida em diferentes mapas e relatos deste período. Para além das questões ecológicas e climáticas – segundo Abreu (1988), estas eram as razões relatadas pelos primeiros colonizadores portugueses para não se estabelecerem nas Caatingas –, a resistência indígena ao processo de reterritorialização do sertão operado pelos sesmeiros foi um grande contribuinte para consubstanciar a mitificação deste espaço como um território a ser temido por seu estado de bestialidade. Em “*Tratado Descritivo do Brasil em 1587*”, o cronista destaca a resistência indígena interpondo-se ao desbravamento dos sertões:

São estes caetés mui belicosos e guerreiros, mas mui atraídoados, e sem nenhuma fé nem verdade, o qual fez os danos que fica declarado à gente da nau do bispo, a Duarte Coelho, e a muitos navios e caravelões que se perderam nesta costa, dos quais não escapou pessoa nenhuma, que não matassem e comessem, cujos danos Deus não permitiu que durassem mais tempo; mas ordenou de os destruir desta maneira (SOUSA, 1938:62).

Por se constituir como um espaço do avesso civilizacional, nos primeiros séculos da ocupação do Brasil o colonizador negligenciou a realização da exploração econômica sistemática do sertão. Assim sendo, a ocupação das capitânicas no Nordeste manteve-se essencialmente no litoral, com um avanço de poucas léguas sobre a Zona da Mata. Abreu comenta:

Os engenhos de açúcar, as roças de fumo e mantimentos cabiam dentro de uma área traçada pelo custo de transporte dos produtos (...). Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia, toda cortada de rios caudalosos e desimpedida, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Na outras zonas interiores o problema pedia solução diversa (ABREU, 1988:71).

Entretanto, frente às necessidades geradas a partir das crises político-econômicas na metrópole, que afetaram diretamente o comércio açucareiro colonial, os colonizadores portugueses foram impelidos a explorar as terras desconhecidas do Sertão. Abreu (1988) relata que o distanciamento e a repulsa inicialmente mantida pelos sesmeiros do Nordeste, com o tempo e as imposições metropolitanas, transformaram-se em uma percepção na qual uma civilização no sertão era possível e ela aconteceria pela determinação e ousadia dos fazendeiros e seus vaqueiros em domesticar e adestrar este espaço tão adverso. Sobre essa inflexão na percepção do sesmeiro acerca do sertão, o referido autor salienta:

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se gradualmente como sinais de abundância (ABREU, 1988:74).

A criação de gado bovino constituiu a grande solução para a ocupação econômica e humana do Sertão. Pois, além de povoar as áreas desocupadas, a produção pecuária sertaneja supria a demanda por animais de força e alimento na zona litorânea. Nesta movimentação, é preciso entender que, embora os núcleos de povoamento fossem pequenos e inexpressivos, havia neles uma população dedicada às atividades urbanas, administrativas e mercantis, que não era produtora direta dos alimentos que consumiam (LOPES, 2010). Assim, o gado sertanejo além de ser utilizado nos engenhos, também tinha por finalidade servir de alimento à população urbana estabelecida no litoral.

Em face da distância e condições climáticas não suscetíveis à reprodução no sertão da *plantation* açucareira do litoral, a criação pecuária extensiva<sup>14</sup> constituiu uma alternativa economicamente viável na região da Caatinga. Pois, por um lado, o gado por ser uma mercadoria que a si próprio transporta, dispensava a proximidade com os centros consumidores no litoral. E por outro, esta capacidade de locomoção tornava possível que nos momentos mais críticos, no auge das estiagens prolongadas, os animais fossem tangidos para áreas com maior disponibilidade de alimentos e água – minimizando os riscos do capital investido pelo grande senhor de terras. Além do mais, a criação pecuária era condizente com a baixa disponibilidade de biomassa da vegetação nativa e a pouca mão-de-obra existente no Sertão: “*a criação de gado não precisava de tantos braços como a lavoura, nem reclamava o mesmo esforço, nem provocava a mesma repugnância; além disso abundavam terras devolutas para onde os índios podiam emigrar*” (ABREU, 1988:72).

Se a colonização do Semiárido brasileiro emerge a partir da pecuária, são as condições climáticas da região que vão condicionar a organização espacial desta ocupação. As secas prolongadas e a escassez de água, que por vezes chegavam a dizimar rebanhos inteiros, determinaram que expansão para o interior acompanhasse o curso dos rios perenes e os sopés

---

<sup>14</sup> Forma de manejo da pecuária na qual o gado é criado solto em campos abertos, com pasto natural, sem cuidados específicos.

das serras úmidas<sup>15</sup>. Antonil, ao descrever a ocupação dos sertões da Bahia e Pernambuco destaca que “*as fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas* (ANTONIL, 1982: 1º Capítulo da IV Parte).

Essa confluência entre a atividade pecuária e as condições climáticas moldou as relações sociais e de produção no Sertão. Os senhores das terras em que a atividade pecuária era desenvolvida não foram residir em suas fazendas – que eram isoladas, distantes, de difícil acesso e situadas em um espaço da *barbárie* –, eles, em sua grande maioria, permaneceram junto ao Litoral ou na Zona da Mata, nas imediações dos centros de comercialização do gado, do poder político e fidalguia da colônia. Andrade salienta que:

Não foram estes grão-senhores [referindo-se a Casa da Torre] (...) os homens fortes da conquista dos nossos sertões (...). Esta luta difícil em um meio hostil contra selvagens belicosos, assim como a defesa das reses deixadas nos currais como verdadeiros marcos do avanço do movimento povoador, eram feitas pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispendo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessárias para obterem concessões de terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias. Eram obrigados a colocar-se sob a proteção dos grãos-senhores, não por temer o ataque dos índios, mas para não serem perseguidos pelos poderosos de Salvador (ANDRADE, 1986:180).

Embora seja mencionada a ocorrência do trabalho escravo no criatório de gado sertanejo, sua presença não teve a mesma força e importância que na *plantation* açucareira. Em um movimento diverso daquele registrado no litoral, nas fazendas de pecuária do sertão prevaleceu o trabalho de homens livres (de brancos, mulatos, negros libertos e índios) que eram remunerados com quarta parte dos bezerros nascidos ao logo do ano mais a cessão de uma porção de terras para o estabelecimento de uma morada e a realização de alguma atividade agrícola para o sustento da família (ANDRADE, 1986). No que diz respeito à atividade de vaqueiro, Abreu escreve:

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos,

---

<sup>15</sup> Segundo Mendes, “o Semiárido é uma região plana ou levemente ondulada, que apresenta esparsas serras relativamente baixas, que constituem verdadeiras ilhas de umidade, em contraste com a sequeidão da planície ao redor. As serras do Semiárido são áreas com altitudes superiores a 600m, porém raramente alcançam mais de 1.000m. Conforme as altitudes e as suas posições em relação à direção dos ventos, que proporciona ou não a ocorrência de chuvas orográficas, as serras podem ser secas ou úmidas. Durante o período seco anual (verão), as serras úmidas são verdadeiros oásis em relação à caatinga caducifólia e seca circundante. As chuvas são abundantes e a ocorrência de fontes de água perenes é frequente. A vegetação nativa é de porte alto e não perde as folhas na época do estio anual. Com relação às áreas contíguas, as serras úmidas exibem clima mais ameno, com temperaturas mais baixas, umidade relativa maior e insolação menor, pela maior abundância de nuvens.” (MENDES, 1997: 34-35).

conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. (...). Depois de quatro ou cinco anos de serviço, começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta (ABREU, 1988:73).

Sobre esse habitante dos sertões, Cunha observa, o vaqueiro criou-se:

em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias — tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o Sol, arrastando de envolta no volver das estações períodos sucessivos de devastações e desgraças. Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, intercalando-lhe agruras nas horas festivas da infância, o espantinho das secas no sertão. Cedo encarou a existência pela sua face tormentosa. É um condenado à vida. Compreendeu-se envolvido em combate sem tréguas, exigindo-lhe imperiosamente a convergência de todas as energias. Fez-se forte, esperto, resignado e prático. Aprestou-se, cedo, para a luta (CUNHA, 2009)

Andrade em “*A Terra e o Homem do Nordeste*” (1986), ao indicar que a atividade agrícola no Sertão surge “*à sombra dos ‘currais’*”, qualifica as condições sob as quais aconteceu o estabelecimento da população sertaneja:

Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a “quarta” dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os “sítios”, que correspondiam a uma légua em quadrado e eram arrendadas a 10 mil réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender às suas necessidades (ANDRADE, 1986:188).

Em um ambiente isolado, sujeito às estiagens periódicas e de pouca circulação monetária, a população teve que se adaptar e viver daquilo que o meio social e ecológico oferecia. Segundo Abreu, a dinâmica camponesa de produzir no Semiárido pode ser sintetizada assim: nos períodos chuvosos, eram plantados roçados, confinados por cercas para afastar os animais, com produtos alimentares que já era cultivados pelos indígenas (feijão, milho, fava, mandioca), da produção pecuária utilizava-se o leite, recorria-se também à caça e ao abate dos animais de pequenos portes eram criados (cabras, galinhas, porcos etc.). Do meio externo ao sítio, o trabalhador rural e sua família necessitavam apenas do sal e da pimenta. Este estilo de vida simples, marcado pela escassez de bens de consumo manufaturados, fez surgir no Semiárido nordestino o que Abreu denominou de “*civilização do couro*”.

Ainda que a expansão pecuária tivesse promovido a “civilização” do sertão, esse processo não se desenvolveu ao ponto de que fossem formadas grandes cidades. No geral, a população sertaneja quando não estava estabelecida em sítios, no interior das fazendas, localizava-se dispersa em vilas ao longo dos caminhos utilizados para o transporte do gado até

Olinda ou Salvador. Essa população, exceto pelo desenvolvimento de um comércio de gado e alimentos que serviam àqueles que faziam o transporte das boiadas, não possuía uma dinâmica social e produtiva muito distinta dos que viviam nas fazendas.

Para Andrade (1986), o ponto fundamental no sistema agrário sertanejo, neste período que compreende os séculos XVII ao XIX e que vai se reproduzir com algumas alterações nos demais séculos, é que apesar do modelo de distribuição de terras adotado ter privilegiado a formação de grandes propriedades fundiárias, a produção agropecuária dos latifúndios só é viabilizada a partir do trabalho de *vaqueiros* e outros agricultores familiares que estão retidos no seu em torno ou interior.

## 1.2 O sistema Pecuária / Algodão / Subsistência

Mesmo que a exploração comercial açucareira estivesse estagnada desde meados do século XVII<sup>16</sup>, a paralisia mercantil do litoral não impediu que a pecuária sertaneja continuasse a sua expansão (FURTADO, 2003). No período que compreende o século XVII até meados do XVIII, o alargamento do território pecuário no Nordeste ocorria de modo natural<sup>17</sup>, acompanhando o crescimento vegetativo do rebanho bovino que, por sua vez, dava oportunidade de emprego e a afluência de migrantes do litoral que chegavam ao Sertão em busca de terra e trabalho (FURTADO, 2003).

Segundo, Silva e Andrade-Lima,

A expansão da economia nordestina ao longo da duradoura crise em que, a partir da segunda metade do século XVII, mergulhara seu setor de exportação, traduziu-se no crescimento do setor de subsistência, à medida que este ia absorvendo a população, o que *“provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção”*. O

---

<sup>16</sup> Com a expulsão dos holandeses do Nordeste, em 1654, todo o conhecimento técnico da produção açucareira, que era dominada pelos batavos, foi transferido para as Antilhas. Assim, a partir do momento em que os holandeses iniciam a produção de açúcar nas Antilhas, bastaram poucos anos para a efetiva quebra do monopólio português e o rebaixamento pela metade dos preços e quantidades exportadas pelo Nordeste (FURTADO, 2003).

<sup>17</sup> Ainda que com a crise açucareira a demanda de gado sertanejo para o abastecimento das plantations tivesse diminuído, a produção pecuária continuou a crescer, pois era necessário alimentar a crescente população litorânea. Além disto, ressalta Guimarães (1989), a contínua expansão do criatório é justificada uma vez que o couro servia como embalagem para as exportações de fumo. Guimarães destaca: “No século XVII, quando a pecuária toma o seu primeiro grande impulso, tem início também a cultura do fumo e com ela abria um vasto campo para o emprego do couro, como envoltório dos rolos de tabaco. (...) Os altos preços alcançados pelo fumo [pagava-se por um rolo 8mil reis] explicariam que se desse pelo ‘couro enrôlo nêlê’ 1300 reis, o que mostra o interesse que a exportação fumageira teria despertado para o aumento do criatório.” (GUIMARÃES, 1989:68).

atrofiamento da economia monetária que caracterizou o sistema pecuário no Nordeste desde os primórdios de sua formação se transformou, portanto, no elemento básico de sua problemática em épocas posteriores, residindo aí o mecanismo fundamental de reprodução do setor de subsistência da economia nordestina (SILVA; ANDRADE-LIMA 1982:36).

Entretanto, no fim do século XVIII e início do XIX, em face ao desenvolvimento da Revolução Industrial e da cotonicultura comercial no Brasil, o padrão de ocupação do Semiárido se transformou e o Sertão passou a receber cada vez mais pessoas interessadas em aproveitar as possibilidades abertas pela exploração pecuário-algodoeira. A simultaneidade entre a ascensão algodoeira e a decadência da economia açucareira facilitou este deslocamento populacional e ampliou sobremaneira o estágio de ocupação das áreas de Caatinga (CANO, 2000:100).

A economia de todo o globo sofreu transformações com a Revolução Industrial. De forma particular, esta revolução também influenciou a economia do Nordeste Semiárido através da transformação da produção algodoeira, antes sem relevância econômica para o grande proprietário, em um dos principais produtos comerciais. Segundo Oliveira (1981), o desenvolvimento da produção algodoeira em escala no Semiárido redefiniu completamente a paisagem ecológica e social da região. Segundo o autor, “*O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodão*” (OLIVEIRA, 1981:47).

Contudo, para compreender os rumos tomados pela economia agrícola nordestina após o século XVIII, especificamente a do Semiárido, destaca Furtado (2003), é pertinente considerar além das transformações econômicas mundiais engendradas pelo desenvolvimento técnico, o realinhamento político e econômico da Coroa Portuguesa no cenário internacional no mesmo período. Para o referido autor,

Assim como seria difícil explicar o grande êxito da empresa açucareira sem ter em conta a cooperação comercial-financeira holandesa, também só pode explicar-se a persistência do pequeno e empobrecido reino como grande potência colonial na segunda metade do século XVII, bem como sua recuperação no século XVIII (...), tendo em conta a situação especial de semidependência que aceitou como forma de soberania o governo português. Os privilégios conseguidos pelos comerciantes ingleses em Portugal foram de tal ordem - incluíam extensa jurisdição extraterritorial, liberdade de comércio com as colônias, controle sobre as tarifas que as mercadorias importadas da Inglaterra deveriam pagar - que os mesmos passaram a constituir um poderoso e influente grupo com ascendência crescente sobre o governo português (FURTADO, 2003:43).

Neste trecho, Furtado pontua que, além da grande voragem das fábricas inglesas por algodão, os acordos comerciais e tratados político-militares bilaterais entre Portugal e Inglaterra

constituem-se como fundamentais na inserção do Brasil como região produtora de algodão nos circuitos de comercialização de *commodities* do nascente capitalismo industrial ainda no século XVIII.

Por outro lado, o ingresso do algodão brasileiro nos teares da Revolução Industrial acontece com certa vantagem nas ocasiões em que os norte-americanos (principais produtores de algodão no mundo) disputam com os ingleses a independência das treze colônias (1775-1783 e 1812-1815) e quando acontece a Guerra da Secessão (1861-1864). Neste período de quase um século – marcado por conflitos armados, crises política e econômica – os embargos e proibições de intercâmbio comercial entre a Inglaterra e os Estados Unidos, bem como a desestruturação do modelo escravocrata de exploração algodoeira do Sul estadunidense, estancaram o abastecimento do produto norte-americano às fábricas inglesas. A escassez e os altos preços pagos pelo algodão serviram de estímulo para que outras regiões do mundo, como é o caso de Portugal, oportunamente iniciassem a produção algodoeira em escala e estreitassem ainda mais seus vínculos comerciais com a Inglaterra (COSTA; BUENO, 2004; FURTADO, 2003).

Beneficiada pela conjuntura internacional no início do século XIX, a produção de algodão brasileira teve um grande impulso e em poucas décadas expandiu ao ponto de rivalizar com o açúcar pelo posto de principal produto da carteira de exportação agrícola nacional (ANDRADE, 1986).

No que toca a sua distribuição espacial, a cotonicultura não esteve limitada às consagradas áreas agrícolas de produção dos bens exportados pela região da faixa litorânea e da Zona da Mata. Os algodoads, que inicialmente foram cultivados no litoral maranhense (1760), em um curto intervalo de tempo se alastraram por toda a região Nordeste, penetrando inclusive nos espaços mais secos da Caatinga. Nesta expansão pelo interior, assumiram papel de destaque na produção as áreas semiáridas dos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia e Pernambuco (ANDRADE, 1986; SOBRINHO; FREIRE, 1982; OLIVEIRA, 1981).

No Sertão, o algodoeiro inaugura perspectivas para a realização de uma agricultura com importância econômica em áreas que por centenas de anos apenas tinham experimentado realizar cultivos com fins de subsistência e cujo produto mais relevante economicamente era o gado de corte. O grande facilitador para que tal empreendimento se tornasse realidade foi o

desenvolvimento de lavouras comerciais de uma variedade de algodão arbóreo nativo da Caatinga, o algodão Mocó. O Mocó, por ser uma planta xerófila, era completamente adaptado às peculiaríssimas condições ecológicas do Semiárido brasileiro, sobretudo à escassez d'água, mantendo uma boa qualidade na produção de fibras (SOBRINHO; FREIRE, 1982; MOREIRA *et al*, 1989; GUIMARÃES DUQUE, 1980).

Na ausência do algodão estadunidense no mercado internacional, o Nordeste do Brasil se sobressaiu suprindo a carência algodoeira internacional com a produção do Mocó (ANDRADE, 1986). Contudo, passado este “*rush algodoeiro*”, quando a produção norte-americana se reestabeleceu, o Nordeste começou a perder espaço no mercado internacional e as áreas plantadas em algodão sofreram uma significativa retração. Sem espaço no mercado externo, desenvolveu-se no Brasil a indústria têxtil, que atendia ao consumo de tecidos da população pobre, assim como absorvia a produção algodoeira nacional e estimulava o crescimento do mercado interno. O algodão arbóreo e a pecuária extensiva, que embora tenham suas histórias marcadas por sucessos e crises, ostentaram por um longo período o status de arranjo produtivo que melhor representou a economia do Semiárido.

Desde o seu início, a exploração do algodão no Semiárido brasileiro revestiu-se das características de um sistema agrícola que se fundamentou no consórcio entre a exploração da pecuária bovina e o cultivo das lavouras de subsistência. Em “*Dialética do Desenvolvimento*” (1964), Furtado destaca,

As conseqüências, para o Sertão, da penetração da cultura algodoeira, foram de grande significado. Ao criar condições para a absorção de quantidades crescentes de mão-de-obra, essa cultura permitiu às populações, que antes buscavam o Agreste para fundar uma economia de subsistência, deslocarem-se até o Sertão e aí encontrar uma ocupação permanente. O grande latifúndio pecuário evoluiu, assim, para uma economia de tipo misto. O algodão não apenas criava uma fonte de renda monetária ao proprietário, mas também proporcionava a semente, cuja torta era excelente fonte de proteína para o gado. Por outro lado, a mão-de-obra que trabalhava no algodão deveria plantar, para o seu próprio sustento, “legumes”, nome que o sertanejo dá a tudo o que tira da terra para comer. E essas culturas de subsistência, feita a colheita, proporcionavam palha para o gado, o que também vinha em benefício do criador (FURTADO, 1964:173).

Do mesmo modo, o documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e cujo coordenador era Furtado, formulou um diagnóstico do Semiárido e nele a realidade da unidade agropecuária típica da região, o latifúndio pecuário, foi representada esquematicamente do seguinte modo:

a economia das zonas semiáridas apresenta-se como um complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento. Do ponto de vista do trabalhador rural a atividade mais importante é a agrícola; do ponto de vista do proprietário das terras, a pecuária. Na fazenda típica da região, combinam-se criação e cultura de algodão mocó. Essas atividades destinam-se ao mercado e dão origem a um fluxo de renda monetária. A renda criada pela pecuária é apropriada em sua quase totalidade, pelo fazendeiro; a que provém do algodão mocó divide-se, quase sempre em partes iguais, entre o dono da terra e o cultivador. Para o trabalhador rural, importa menos a meação do algodão, que a agricultura de subsistência. (GTDN, 1959:63-64).

Com relação aos interesses dos trabalhadores agrícolas do Sertão, o documento do GTDN considera que o elemento central do trinômio é constituído pelas culturas de subsistência:

Temos, então, que o núcleo central da economia das zonas semiáridas é a lavoura de subsistência, pois a renda real de grande parte da população encontra aí sua fonte primária, e as outras atividades, na forma como estão organizadas, pressupõem a existência dessa mão-de-obra barata. O homem do campo trabalha, em primeiro lugar, para alimentar-se. A renda monetária que lhe vem da meação do algodão e outras tarefas desempenha papel suplementar em seu rudimentar sistema de vida. (GTDN, 1959:64-65).

O conjunto de vantagens proporcionadas pelo trinômio pecuária/algodão/subsistência aos grandes fazendeiros incentivou-os a fragmentarem o máximo possível suas propriedades em sítios dedicados ao plantio de algodão e a atrair para suas terras cada vez mais a mão-de-obra disponível das áreas em crise. Para o fazendeiro, a retenção de um grande número de trabalhadores constituía um meio relativamente barato de dispor de novas áreas para pastagem e, principalmente, de mão-de-obra a custo reduzido. Ou seja, esta ação significava a minimização dos riscos econômicos da fazenda, e a ampliação da liquidez dos investimentos na pecuária. Segundo o relatório do GTDN,

A capacidade de produção da fazenda depende, essencialmente, do número de moradores que pode alimentar, isto é, da quantidade de terras aptas para a agricultura de subsistência, graças a qual se manterá a mão-de-obra sem maiores encargos monetários. Como as terras altas aptas para a criação e a produção são muito mais abundantes do que as terras que podem produzir alimentos, estas é que decidem, em última instância, a quantidade de gente que pode ser retida na fazenda e, portanto, sua capacidade de produção de algodão e gado. Compreende-se, portanto, que o fazendeiro tinha a preocupação em reter na fazenda o máximo de gente possível (GTDN, 1959:64).

Atraídos pela oferta de trabalho e áreas para realizar a agricultura de subsistência, aos poucos uma massa de gente ocupou as terras, na condição de arrendatários, moradores ou posseiros e estabeleceram unidades agrícolas de produção familiar, com base na policultura e na criação. Consolidou-se assim a economia camponesa no sertão, uma forma familiar de agricultura, cuja essência é a associação de vários subsistemas produtivos – o roçado, criações

de diversos animais, quintais produtivos, extrativismo vegetal, casas de farinha, artesanatos, etc. – voltados para a produção de gêneros alimentícios destinados ao autoconsumo e geração de alguma renda monetária para a compra dos bens não produzidos no sítio e pagamentos diversos (CARON; SABOURIN, 2003).

No entanto, a manutenção desta agricultura camponesa ocorria sob um tênue equilíbrio. Em parte por que estes camponeses estavam sujeitos a um contexto natural “*inóspito*”, cujos principais limites ao desenvolvimento de atividades agropecuárias eram e ainda hoje são: o clima tropical semiárido (quente e seco); a escassez hídrica e as típicas estiagens prolongadas (MOURA *et al*, 2007). Decerto que as características climáticas e ambientais contribuía para a precária situação destes agricultores, mas a pior das situações enfrentadas por eles consistia nos constrangimentos impostos pelo sistema agrário sertanejo, que só se mantinha ao perpetuar desigualdades entre camponeses e fazendeiros, sobretudo no que diz respeito ao acesso às terras e à água. De acordo com Andrade (1986:194-195), no longo período em que o sistema pecuária-algodão predominou, os agricultores familiares sertanejos regularam,

sua vida amanhando a terra, ajudando-se uns aos outros e procurando obter tanto o produto comercial por excelência – o algodão – como os produtos alimentícios. Assim, nos anos regulares, costumavam os sertanejos, reunidos em mutirão, “brocar” os seus roçados em outubro, fazendo a queima em fins de dezembro, a fim de que em janeiro fossem construídas as cercas. Com a chegada do “inverno” – período chuvoso – o chefe de família, ajudado pela mulher e pelos filhos, fazia a sementeira. Esta era iniciada pelo feijão “ligeiro”, pelo milho de “sete semanas”, o jerimum e a melancia. A mandioca, o algodão, o milho e o feijão eram semeados depois. Entre o primeiro e o segundo plantios, a família mantinha o roçado limpo, enquanto o chefe trabalhava assalariado nas grandes e médias propriedades. O salário era utilizado na aquisição da farinha que constituía com a caça do preá, sobretudo, o alimento cotidiano. Até agosto eram colhidos e consumidos o milho, o feijão, o jerimum e a melancia. Em setembro começavam a desfazer a mandioca, e a realizar a “farinhada”, trabalho em que contavam com a ajuda dos parentes e amigos, sendo a farinha guardada em sacos sobre jiraus existentes nas pequenas casas de taipa. Esta cooperação da farinhada é comumente chamada de “ajutório”. A farinha devia ser consumida com parcimônia, pois dela dependia o sustento da família até abril, quando o roçado começava a dar o jerimum, a melancia e as primeiras vagens de feijão. A colheita e venda do algodão permitiam ao pobre trabalhador a aquisição de roupas e outros utensílios para a família (ANDRADE, 1986:194-195).

Como pode ser percebido no relato de Andrade, o agricultor retido na grande propriedade tinha de dividir e organizar o emprego da força de trabalho familiar entre as atividades de que garantiriam a sua subsistência e a lavoura algodoeira pertencente ao dono da terra. Ademais, no fim do ciclo agrícola, parte do resultado da plantação era propriedade do dono da terra e a outra parte o próprio fazendeiro comprava na “folha” (antecipadamente) do meeiro a preços baixos (pois fazia essa operação tendo em vista os preços do algodão do auge da colheita e após descontar o financiamento do plantio).

Além de subtrair o valor financiado para o plantio dos roçados e seu respectivo juro, se o trabalhador fosse remunerado em dinheiro pelos serviços prestados ao fazendeiro, ele, por ser morador, era obrigado a pagar renda da terra que cultivava para si, em dinheiro ou com parte de sua produção de subsistência. Por outro lado, quando tinha a terra para cultivar sem a necessidade de pagar o arrendamento, era sua obrigação dar dias de serviços gratuitos para o proprietário (FURTADO, 1964; ANDRADE, 1986). Desta operação, restava ao meeiro uma pequena quantidade de dinheiro que consistia mais ou menos na terça parte dos lucros da lavoura e uma parcela da produção de subsistência. Já o fazendeiro comercializava a pluma do algodão, a produção pecuária, parte da produção de alimentos e/ou poupava a renda da terra.

Sob tais condições, o camponês sertanejo produzia, mas não acumulava e a cada nova safra ele mais uma vez estava endividado. Tal situação tornava-se ainda mais crítica no momento em que o período de estiagem se prolongava e a seca inviabilizava completamente a produção agrícola e pecuária (GTDN, 1959). O colapso produtivo-econômico desencadeava uma severa crise social, dada a enorme maioria da população não ter meios para sobreviver até o próximo inverno.

Embora o trabalho nas grandes fazendas sertanejas fosse realizado por pessoas livres, menciona Oliveira (1981), estes trabalhadores rurais eram agentes do tipo daqueles que Franco (1997) descreveu e interpretou como uma forma de inserção de “*homens livres na ordem escravocrata*”. Nestes termos, os camponeses sertanejos eram trabalhadores livres e expropriados que não conheceram o rigor do trabalho forçado e não se proletarizaram, mas que tinham sua posição na estrutura social, seu modo de vida e seus destinos ligados aos condicionantes impostos pelo poder político-econômico dos donos das terras e do capital internacional comercial e financeiro, sobretudo de origem inglesa, que financiava a produção algodoeira. Em uma de suas análises sobre a posição do trabalhador agrícola de subsistência na estrutura social do Nordeste pecuário, Furtado (1982) destaca,

de uma maneira geral esses homens não alcançavam a propriedade efetiva da terra, pois esta havia sido concedida a membros da classe dirigente, os quais tinham sempre em vista utilizá-la na “grande lavoura” de exportação ou pecuária. O pequeno plantador tende assim a transformar-se em “morador”, cabendo-lhe abrir as terras, cultivá-las para uso pessoal, deixando em seguida a palha para o gado do proprietário. (...) dessa forma, o controle da propriedade da terra por uma minoria impediu que frutificasse todo ensaio de atividade agrícola independente da empresa agromercantil. Visto o problema de outro ângulo, esta conseguiu reduzir a população não escrava a um potencial de mão-de-obra a sua disposição (FURTADO, 1982:98).

Capturada pelo sistema pecuária/algodão a partir da estrutura fundiária, a agricultura camponesa que se consolidou no Semiárido brasileiro teve como pré-condição de existência se submeter aos interesses do grande proprietário. Tal subordinação impôs uma forma de acesso à terra e produção agrícola que reduzia substancialmente as possibilidades de acumulação e limitava drasticamente a mobilidade social destes agricultores. Furtado chega a afirmar que,

essa combinação aparentemente tão feliz da pecuária com o algodão arbóreo modificou as bases da economia sertaneja e transformou as secas num problema social de grandes dimensões. A população que acorria ao sertão, em busca das vantagens que apresentava a cultura do algodão e seduzida pela abundância de alimento que ali florescem nos bons *invernos*<sup>18</sup>, estava na realidade sendo atraída para uma armadilha infernal (FURTADO, 1964:173-174).

Até o início da segunda metade do século XX o trinômio pecuária/algodão/subsistência se manteve e se reproduziu sem conhecer nenhuma ruptura significativa, apesar de ter enfrentado crises circunstanciais, como secas e flutuações no preço do algodão. No entanto, nos anos de 1960, com o processo de modernização agrícola e a política desenvolvimentista, a secular organização produtiva e social começou a sofrer rupturas.

No processo de transformação e dinamização produtiva do Semiárido, a proposta de desenvolvimento formulada pelo GTDN, além enfatizar a introdução da agricultura irrigada, estabeleceu a necessidade de diminuir a pressão demográfica da região. Assim, o Estado articulou a migração em massa dos pequenos proprietários e dos trabalhadores sem-terra para áreas de fronteira na Amazônia, especialmente, no Maranhão. No que tange a cotonicultura, há a introdução da exploração comercial de algodão herbáceo e a transposição da área produtora da Caatinga para o Cerrado. Para os trabalhadores que permaneceram no Semiárido, as mudanças na estrutura produtiva previam o envolvimento destas pessoas no projetos de irrigação como colonos ou assalariados rurais. Contudo, é preciso pontuar que as exigências tecnológicas e econômicas para a viabilização da agricultura irrigada tornou-se um gargalo para o acesso dos pequenos agricultores. Por fim, nos anos 1980, a praga do bicudo dizima a produção algodoeira no Sertão.

Diante do colapso da cotonicultura, inúmeras mudanças nas relações de produção aconteceram e toda a sociedade sertaneja sentiu o impacto. A extinção da lavoura algodoeira no Semiárido brasileiro comprometeu diretamente a atividade pecuária, pois a alimentação do

---

<sup>18</sup> Grifo do autor.

rebanho, que era obtida a partir do restolho e do caroço do algodão, desapareceu, o que obrigou os proprietários a ter que comprar o alimento para os animais no mercado, elevando os custos de produção e prejudicando os lucros da atividade. Para os trabalhadores agrícolas sem-terra, a perda foi mais grave, sem a produção algodoeira os contratos de parceria foram cancelados ou reajustados de modo a dividirem com o proprietário a produção das culturas de subsistência:

A desestruturação do complexo pecuária-algodão-lavouras alimentares expandiu, portanto, as dificuldades da população pobre do Semiárido de forma extraordinária, mormente nos anos de seca. Essa população não conta hoje com alternativas de produção para lhes garantir a sobrevivência, nem mesmo nos anos de “inverno” normal. O aumento da demanda pelos empregos criados no quadro dos programas de emergência, convencionais ou modernizados, é uma consequência dessa quase total impossibilidade com que se defronta o sertanejo, mesmo o que dispõe de um pequeno trato de terra. A impossibilidade ganha existência porque o pequeno agricultor não consegue atravessar um ano de boas chuvas apenas plantando lavouras alimentares. Com essas lavouras, de baixíssima produtividade, cultivadas em terrenos onde apenas o algodoeiro arbóreo produzia uma renda monetária relativamente estável, eles não conseguem gerar nem o alimento para consumir durante o ano, nem a renda para comprar os mantimentos do dia-a-dia, como o sal, o querosene e um pouco de carne, uma a duas vezes por mês, se tanto (CARVALHO; EGLER, 2003:55).

As consequências negativas da desorganização do sistema produtivo pecuária-algodão tomaram grandes proporções para os trabalhadores agrícolas. Contudo, em função das transformações no sistema previdenciário rural, instituído pela Constituição de 1988, essa situação é relativamente mitigada. Pois, com a universalização do benefício de aposentarias por idade no campo (1993), a renda monetária que anteriormente era alcançada com a produção algodoeira é, em parte, substituída por este e outros programas de transferência direta de renda que o governo instituiu (BACELAR, 2011).

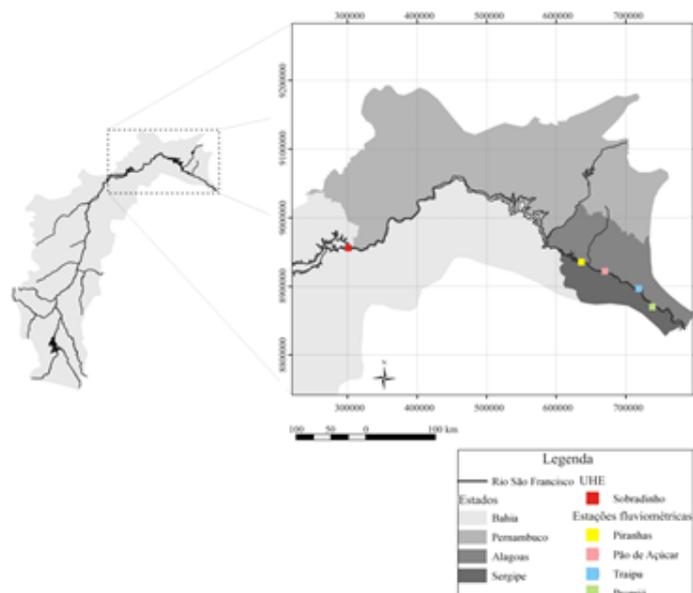
### **1.3 O atual contexto da agricultura familiar no Sertão do São Francisco**

Por consequência dos modelos de empreendimentos agropecuários estimulados no Sertão do São Francisco, uma diversidade dos indivíduos e grupos sociais foram atraídos para a região. Surgem também, a partir dessa diversidade, diferenciações sociais que são resultados das próprias escolhas políticas efetuadas ao longo do tempo. Além disto, no interior da região, a disponibilidade de água e a falta dela condicionam o surgimento de um cenário socioambiental marcado por múltiplas realidades agropecuárias.

Até os anos 1950, a realidade do mundo rural no Sertão, no que concerne às formas de produção agropecuárias, pode ser polarizada entre duas grandes zonas socioambientais, “*a beira do rio*” e o “*sequeiro*”. Entre os ribeirinhos era praticada uma agricultura que aproveitava o regime de cheias e vazantes do rio São Francisco para produzir mandioca, batata doce, feijão, arroz e algumas fruteiras nos quintais (SILVA, 2001). Essa produção agrícola era comercializada na região e nas cidades mais distantes situadas às margens do rio, através da navegação. Além de explorarem atividades agropecuárias, estas pessoas se organizavam para a realização de atividades referentes à pesca. Na área de sequeiro, em razão da escassez d’água, predominava a atividade pecuária extensiva consorciada com a produção de algodão e a realização de pequenas lavouras de subsistência quando acontecia um “*bom inverno*”.

Entretanto, a partir dos anos 1960, momento em que o Governo Federal inicia a implantação dos grandes projetos de geração de energia elétrica e, de modo secundário, viabiliza a modernização da agricultura, a produção agropecuária feita no Sertão do São Francisco se transforma em uma zona socioambiental intermediária é construída: “*a área irrigada*” (ANDRADE, 1986; SIGAUD, 1988; SCOTT, 1999; ARAUJO, 1997; 1995).

As intervenções, realizadas ao longo do rio, para instalar o complexo de barragens e estações de geração de eletricidade modificou a paisagem de todo o Vale do rio São Francisco, bem como as dinâmicas de exploração dos recursos naturais (Figura 8).



FONTE: MARTINS; CHAGAS; MELO NETO; MELLO JUNIOR (2011)

Figura 8 (1) – Bacia do rio São Francisco, em destaque os principais barramentos do rio localizados na região do Submédio São Francisco.

No Submédio Rio São Francisco, a construção dos complexos hidroelétricos de Itaparica e Sobradinho exerceram um papel determinante na alteração do regime de fluxo do rio (MARTINS *et al*, 2011:1059). A regularização da vazão e o barramento de uma grande massa de água tornou possível que nas grandes várzeas do rio São Francisco fosse implantado um moderno aparato de irrigação agrícola. Os Perímetros Públicos Irrigados, localmente chamados de *projeto*, são os “artefatos culturais” (GEERTZ, 2008), centrais na reestruturação do espaço rural sertanejo no Vale do Rio São Francisco. Pois estes verdejantes oásis na Caatinga constituem a materialização da política de modernização agrícola para o Sertão e sua projeção para a cadeia global de comercialização de frutas frescas (Figura 9).



FOTO: Klenio Costa (2011)

Figura 9 (1) – O contraste entre a Caatinga seca e as verdejantes plantações irrigadas

Todos estes investimentos do Estado na requalificação produtiva do Sertão do São Francisco atraiu um novo fluxo de pessoas para a região. Estimulados pelas possibilidades franqueadas pela irrigação, famílias idealizaram encontrar no novo território construído um lugar em que pudessem concretizar seus projetos de vida e encontrar os meios para garantir aos seus familiares um dia-a-dia confortável, segundo os hábitos e estilos de vida sonhados.

Idealizados para efetivarem uma produção agrícola destinada ao mercado nacional e internacional, a instituição dos perímetros irrigados mobilizou a migração de pessoas de diferentes origens, entre elas, pessoas de origem japonesa, italiana e, também, paulista, além dos nordestinos que, em momentos anteriores, migraram para as regiões Sul e Sudeste do país para trabalhar em áreas agrícolas ou em outras atividades (CAVALCANTI, 1999;

CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003). Entre os atores sociais, já residentes do Sertão do São Francisco, apenas uma pequena minoria se beneficiou diretamente das intervenções realizadas pelo Estado na instituição dos perímetros.

Instalados em uma área de aproximadamente 90 mil ha, os produtores irrigantes do Sertão do São Francisco estão distribuídos em “projetos” cujos lotes variam entre seis a quatrocentos ha (Site CODEVASF, 2011). O tamanho do lote explorado é o critério utilizado pela empresa estatal de desenvolvimento para diferenciar *colonos* e *empresários* irrigantes. O *colono* é aquele agricultor que possui uma área agrícola irrigável com até seis ha; já as empresas podem ser: pequenas (com áreas entre 12 e 25 ha), médias (entre 25 a 50 ha) e as grandes empresas são aquelas que exploram lotes com áreas acima de 50 ha irrigados. No que toca a origem das pessoas, nos lotes concebidos para os *colonos* estão, além dos agricultores de várzea atingidos por barragens, proprietários de minifúndios e agricultores sem-terra. Todos estes iniciaram na irrigação com pouca ou nenhuma experiência acumulada neste tipo de agricultura. Já os lotes explorados por empresas foram entregues a agricultores imigrantes e grupos empresariais das regiões Sul e Sudeste do Brasil e do exterior.

Os perímetros irrigados foram estabelecidos a partir de um processo de desapropriação de áreas no sequeiro previamente identificadas com potencial para irrigação. Aqueles que ocuparam então tais áreas teriam direito a uma indenização pecuniária e a prioridade na aquisição de lotes irrigados. A seleção dos agricultores e empresas que ocupariam o perímetro foi feita logo após o término das obras de infraestrutura (ALVES, 2006). Além disso, detalha Barros (2007), o órgão responsável pelo perímetro prestava diversos serviços de apoio à produção, tais como: extensão agrícola e treinamento em tecnologias de cultivo e irrigação. Em geral, além do pagamento da terra (parcelado em média por 15 anos) há tarifas para o uso da água e energia elétrica no perímetro e no lote.

Em diferentes estudos, Cavalcanti chama a atenção para o caráter seletivo da política de modernização agrícola implementada no Sertão. Segundo a autora, os benefícios de se estar e participar de uma região produtora de alimentos voltados para mercados nobres não são, efetivamente, experimentados com a mesma intensidade por todos.

O modelo implantado no Vale privilegia as empresas, ainda que, inicialmente, os projetos públicos de irrigação foram concebidos, também, com um cunho social, incluindo “colonos” e pequenos produtores das áreas ribeirinhas, que perderam as terras que antes cultivavam, pela inundação da barragem. As exigências do modelo empresarial de desenvolvimento do Vale e os exigentes mercados globais foram,

paulatinamente, substituindo esses “colonos” por migrantes, pequenos e médios produtores para os negócios da fruticultura (CAVALCANTI; MOTA; SILVA, 2003:3).

Em uma análise a respeito das crises recentes dessa economia agroexportadora, Silva (2001) também considera que seus efeitos incidem de forma distinta sobre os diversos atores sociais que dela participam. Em suas palavras,

As consequências dessa crise são diversas para a atividade agrícola irrigada, para os agricultores e para a economia da região. Enquanto a agricultura de ciclo curto definha nos perímetros irrigados, contraditoriamente, a fruticultura avança e se expande rapidamente na região. Registra-se nessa transição um intenso processo de diferenciação e exclusão de agricultores, que se manifesta por uma sucessão da posse da terra (os lotes dos perímetros) e dos empreendimentos, resultando, assim, numa “seleção natural” e na mudança completa do perfil dos irrigantes que passa a ser determinado, principalmente, pelas capacidades técnica e de investimento na atividade frutícola (SILVA, 2001:122).

Conforme destaca Sigaud (1988), muitos dos agricultores expulsos das áreas utilizadas para a implementação dos grandes projetos hidroelétricos foram instalados em Perímetros de Irrigação construídos pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF). Essas áreas, denominadas de “reassentamento”, somam a quantia de nove e são assistidas pela CHESF/CODEVASF (Site CODEVASF, 2011). A situação desses irrigantes é claramente distinta dos grandes empresários irrigantes. Reassentados em uma nova terra e tendo experimentado a perda dos laços que os vinculavam às suas comunidades de origem, estes agricultores passam, ainda, por grandes dificuldades para realizar uma atividade tão exigente de conhecimentos peritos no que se refere aos padrões de qualidade dos produtos cultivados, canais de comercialização, etc. Sem capacidade técnica adequada, estes agricultores não conseguem se manter no espaço que adquiriram, fato que obriga a muitos a vender seus lotes, mudarem-se para as cidades e trabalharem como assalariados para irrigantes empresariais (PTDRS do Território da Cidadania Sertão do São Francisco PE, 2011).

As dinâmicas geradas pela agricultura irrigada, apesar de sua reconhecida importância e centralidade na produção do novo espaço econômico e social do Sertão, não reduziram a realidade do campo a uma homogeneidade. Não incluídos diretamente no espaço agrícola da irrigação, estão os agricultores camponeses que vivem nas áreas ditas “de sequeiro”, bem como as populações “tradicionais”, particularmente as comunidades indígenas e quilombolas, que permanecem na região e que são crescentemente organizadas e capazes de expressar suas demandas.

No espaço rural do Sertão do rio São Francisco, segundo o Censo Demográfico de 2010, habitam 332.560 pessoas, aproximadamente 35% da população total dos municípios do Sertão do São Francisco (929.144). No entanto, pelos dados do Censo, não é possível indicar com precisão o número de agricultores familiares inseridos nas diversas situações concretas existentes. Já pelo último Censo Agropecuário (2006) é possível identificar que entre as 55.747 unidades de produção existentes no Sertão do São Francisco, 51.764 propriedades são exploradas por agricultores familiares<sup>19</sup>. Destas quase 52 mil unidades familiares, somente 11.362 desenvolvem algum tipo de produção agropecuária a partir de irrigação e a área que exploram é de aproximadamente 34 mil ha (IBGE, Censo Agropecuário de 2006).

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a maioria dos agricultores familiares do Sertão do São Francisco não está diretamente envolvida na agricultura irrigada. Muito provavelmente a maior parte destes mais de 40 mil estabelecimentos agropecuários de cunho familiar está localizada na zona tradicionalmente conhecida como *sequeiro*. Neste espaço socioambiental, o agricultor ocupa a Caatinga para realizar suas atividades produtivas e é totalmente dependente das condições pluviométricas para desenvolver a pecuária e a agricultura de subsistência.

A agricultura para o provimento da família é realizada em pequenas parcelas de terra, localizadas em áreas próximas à casa de morada, que é cercada, de modo a resguardar a produção agrícola dos animais criados soltos na Caatinga. Os principais produtos cultivados pela agricultura familiar continuam sendo o milho, o feijão e a mandioca. O trabalho no sítio é realizado pela família, seguindo uma divisão histórica entre os gêneros e entre as faixas etárias.

As restrições climáticas, por gerarem uma agricultura de baixo rendimento, condicionam este agricultor a investir a maior parte de seus recursos na pecuária extensiva de caprinos/ovinos e bovinos. De acordo com o levantamento pecuário realizado anualmente pelo IBGE em 2011, o principal rebanho no território é o de caprinos e ovinos com 2.573.398 de cabeças, representando 26% da produção dos Estados da Bahia e Pernambuco, seguido pela avicultura com 765.132 cabeças e pelo rebanho bovino, este com 277.469 cabeças. (Tabela 1)

---

<sup>19</sup> O Censo Agropecuário utiliza para sua classificação a *Lei da Agricultura Familiar nº 11.326* (IBGE, 2007:15-16).

Tabela 1 (1) – Efetivo dos rebanhos por tipo, ano de 2011.

Tipo de rebanho	Unidade da Federação, Região e Grupos de Municípios				
	Pernambuco	Bahia	Sertão do São Francisco	Municípios baianos	Municípios pernambucanos
Bovino	2502156	10667903	277469	164608	112861
Equino	139111	555905	26626	20471	6155
Suíno	425977	1620697	115337	71521	43816
Caprinos e Ovinos	3782129	5813994	2573398	1750098	823300
Aves	31929633	32674978	765132	541612	223520

FONTE: IBGE/Pesquisa Pecuária Municipal, 2011

No que se refere ao manejo alimentar do rebanho no período de estiagem, estes pecuaristas cultivam palma e capim para superar a falta de biomassa na pastagem natural da Caatinga. Além disto, de modo suplementar, os produtores familiares, quando podem, fornecem para a alimentação do rebanho farelos de cereais e torta de algodão. A renda proveniente da atividade pecuária tem origem na comercialização da carne e na produção leiteira. Sobre essa última atividade, no ano de 2011 o rebanho leiteiro do Sertão do São Francisco produziu 34.482 litros de leite – 1,6% da produção dos estados da Bahia e Pernambuco (IBGE/Produção Pecuária Municipal, 2011).

A respeito da produção de carne não há dados disponíveis, tanto no Censo Agropecuário de 2006, como na pesquisa do IBGE sobre a Produção Pecuária Municipal. Contudo, sabe-se que a comercialização deste produto, na maior parte das vezes, é feita via atravessadores da região, que podem ou não ser também proprietário de terras. A produção de carne bovina e da caprinovinocultura tem por destino abastecer açougues da própria região, como também suprir a demanda dos restaurantes e churrascarias de Petrolina e Juazeiro, e de outras cidades dos estados de Pernambuco e Bahia.

No que tange a condição legal das terras deste conjunto de municípios, conforme o Censo Agropecuário de 2006, dos 2 milhões de hectares explorados por estabelecimentos agropecuários no Sertão do São Francisco, a maior parte constitui terras próprias 96,69%, o restante das terras (3,31%) estão nas seguintes condições: “ocupadas ou sem titulação definitiva”, “arrendadas” ou “exploradas no sistema de parceria” (IBGE/Produção Pecuária Municipal, 2011).

Dois outros elementos ligados à condição legal das terras no Sertão devem ser ressaltadas. A primeira refere-se à distribuição destas propriedades quanto ao sexo da pessoa

que dirige o estabelecimento e à área que explora. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos cujo o titular da propriedade é do sexo feminino é de 14% (7.804) e sua área alcança um pouco mais do que 190 mil ha (9,52%). Já o número de estabelecimentos agropecuários que estão no nome de pessoas do sexo masculino, é de 86%, e corresponde a uma área de 1.816.206 ha. O segundo ponto que chama a atenção é o de que 1.757 agricultores familiares se declaram produtores sem área própria.

No Sertão do São Francisco, entre os quase 54 mil estabelecimentos agropecuários, 45% (24.422) são menores do que 10 ha e ocupam apenas 4,6% das terras, uma área de 92.357 ha. No estrato intermediário, os estabelecimentos com área entre 10 a 100 ha representam 48,61% do total de unidades e ocupam 39% da área agrícola disponível. Os estabelecimentos agropecuários com área acima 100 ha são no total de 3.322, pouco mais de 6,15% do total de estabelecimentos e dispõem de 55,73% da área agrícola disponível. Estes valores revelam um estrutura agrária concentrada e desigual (Tabela 2).

Tabela 2 (1) – Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários do Sertão do São Francisco, por grupos de área total

Grupos de área total	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
De 0,1 a menos de 10 ha	24422	45,23	92357	4,61
De 10 a menos de 100 ha	26246	48,61	793872	39,66
Mais de 100 ha	3322	6,15	1115491	55,73

FONTE: IBGE/Censo Agropecuário de 2006

Se a análise da estrutura fundiária considerar o tamanho do módulo fiscal da região – quais sejam: 55 ha para os municípios de pernambucanos e 65 ha para os municípios baianos (INCRA, 1980) – o cenário torna-se mais complexo. Observados sob a perspectiva do módulo fiscal, 93,84% dos estabelecimentos do Sertão do São Francisco possuem entre 0,1 a menos de 100 ha, portanto não alcançariam 1,8 módulo rural e ocupariam apenas 44,27% de toda a área agrícola em uso. Essa constatação aponta para uma realidade complexa, no que diz respeito aos processos de estruturação da agricultura familiar e as suas capacidades de produzir e se reproduzir ao longo das gerações.

\*\*\*

Revisitar alguns dos momentos históricos definidores do desenvolvimento econômico do Semiárido cumpre aqui o papel de destacar a formação e o lugar ocupado pela agricultura

familiar camponesa. Perceber a maneira como a agricultura familiar camponesa é forjada no Semiárido é um primeiro movimento para a compreensão do atual repertório de ações sociais que estes atores lançam mão para viabilizar a sua produção agropecuária e reprodução social. Trata-se, portanto, de examinar o repertório de opções que os agricultores camponeses elaboraram ao longo dos séculos de ocupação do Semiárido e que agora dispõem, através da socialização intergeracional, para elaborar as estratégias de desenvolvimento em seus sítios.

## 2 A Pobreza rural, a agricultura familiar e as políticas públicas

Ao considerar a pobreza no Brasil, a população residente no interior da região Nordeste, ao lado dos habitantes das periferias urbanas nas metrópoles do país, são os extratos sociais que mais representam esse contingente de brasileiros (VEIGA, 2000). Apesar de se igualarem na condição de mais pobres, é evidente que estas duas realidades sociais são muito distintas. No Nordeste a magnitude e gravidade da pobreza se concentram no mundo rural, sobretudo na região do Semiárido.

No quadro geral, ainda hoje o Nordeste é a região do Brasil com os piores índices socioeconômicos. A taxa de mortalidade infantil é de 19,1 por mil nascidos, contra a nacional de 16 por mil. A esperança de vida ao nascer, em 2010, era de 70,8 anos, enquanto a média brasileira era de 73,4 anos. A educação também é algo crítico: a taxa de pessoas com mais de 15 anos sem instrução e/ou com apenas o fundamental incompleto é de 54%, 10 pontos percentuais a mais que a taxa brasileira. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (2011), o rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais era R\$ 880,00 contra R\$ 1.340,00 no conjunto do país; e o percentual de pessoas com renda até meio salário mínimo somava 5,66% contra 8,52% para o restante do país (Tabela 3).

Tabela 3 (2) – Indicadores socioeconômicos do Brasil e suas grandes regiões

Brasil, Grande Região e Semiárido	Taxa de mortalidade infantil <sup>1</sup> *	Esperança de vida ao nascer*	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade Sem instrução escolar e fundamental incompleto <sup>2</sup> **	Rendimento médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade **	Percentual de pessoas com renda de meio salário mínimo <sup>3</sup> **
Brasil	16,0	73,4	44,83	1.340,48	8,52
Norte	21,0	72,4	50,04	1.048,18	11,9
Nordeste	19,1	70,8	54,07	880,59	15,66
Sudeste	13,4	74,9	39,35	1.575,26	4,86
Sul	11,6	75,5	42,78	1.431,41	5,25
Centro-oeste	15,9	74,5	41,99	1.586,49	6,28

Notas: (1) Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos. (2) Considerado pelo IBGE como situação de Analfabetismo funcional. (3) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00  
 FONTE: (\*) RIPSAs 2013; (\*\*) IBGE/Censo Demográfico de 2010

De uma forma geral, estes dados estatísticos tendem a piorar se o recorte efetuado compreender apenas os 1.135 municípios do Semiárido brasileiro. Se o nível de desagregação

das informações considerar apenas o setor rural do Semiárido, estes valores que já não são bons, em algumas situações ficam ainda mais críticos (Tabela 4).

Tabela 4 (2) – Indicadores socioeconômicos do Brasil, região Nordeste e dos municípios que compõem o Semiárido

Brasil, Nordeste e Semiárido	Percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade Sem instrução escolar e fundamental incompleto	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)		Percentual de pessoas com renda até meio salário mínimo	
		Total	Rural	Total	Rural
Brasil	44,83	1.340	629	8,52	17,36
Nordeste	54,07	880	425	15,66	22,93
Semiárido	67,55	527	414	16,63	22,33

FONTE: IBGE/Censo Demográfico de 2010

No Semiárido habitam aproximadamente 8,5 milhões de pessoas, o que representa 4,5% da demografia brasileira ou 16% da população da região Nordeste. Se fosse uma das grandes regiões do Brasil, seria aquela com maior porcentagem da população na zona rural (38%). No mundo rural brasileiro, segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar do Semiárido contribui com 34,99% do total de estabelecimentos rurais familiares no país. São ao todo 1.527.861 de propriedades rurais familiares entre as 5.175.636 de unidades agrícolas deste tipo existentes em todo o território nacional (Tabela 5).

Tabela 5 (2) – Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e por classe de rendimentos

Brasil, Grande Região e Semiárido	Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar	Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar com pronafricanos B
Brasil	4.366.267	2.649.705
Norte	412.666	201.098
Nordeste	2.187.131	1.655.613
Sudeste	699.755	386.024
Sul	849.693	316.785
Centro-Oeste	217.022	90.185
Semiárido	1.527.861	1.126.475

FONTE: IBGE/Censo Agropecuário de 2006

Ao considerar os grupos do PRONAF, os dados do Censo Agropecuário de 2006 tornam mais evidente a dimensão do empobrecimento da agricultura familiar no Nordeste e no Semiárido. O Censo Agropecuário revela que entre os 2,6 milhões de agricultores familiares enquadrados no grupo B do PRONAF, 1,1 milhão estão localizados no Semiárido brasileiro. Ou seja, de cada quatro estabelecimentos recenseados na época e classificados como agricultura familiar (Lei nº 11.326), um tinha rendimentos anuais de até R\$ 3.000 e estava localizado no Semiárido brasileiro. De modo amplo, sem qualquer dúvida, é possível afirmar que a agricultura

familiar do Semiárido compõe a base da pirâmide da agricultura familiar brasileira e concentra o grosso da pobreza rural do país.

O quadro social e econômico dos pobres no Semiárido, constitui uma herança da economia colonial, que se manteve, mesmo com todas as transformações ocorridas, ao longo dos séculos de ocupação dessa região. A pobreza rural é persistente e ampla porque há uma expressiva concentração dos recursos fundiários nas mãos de um pequeno grupo de proprietários. Em contraponto, há uma grande massa de agricultores familiares que vive e trabalha com pouca ou nenhuma terra. Tal desigualdade no acesso à terra está relacionada à forma como aconteceu a ocupação do Semiárido e ao histórico descompromisso político das elites em implantar medidas de redistribuição de terras e de acesso efetivo à água, com o propósito de dinamizar o desenvolvimento social e econômico da região.

A prevalência da grande propriedade determinou que os agricultores camponeses fossem mantidos sob o julgo de “coronéis”. A exploração política e econômica imposta pelos senhores das terras, realizada a partir do clientelismo e da violência, levava os agricultores a viverem em condições que, em geral, inviabiliza a manutenção de seu projeto familiar. No longo prazo, o efeito desta subordinação foi a constituição de uma massa de agricultores familiares que sobrevive em uma situação limite.

Além das formas de controle impostas por determinantes sociais e políticos (que foram constituídos historicamente), a situação do agricultor familiar empobrecido no Semiárido é agravada pelas condições climáticas/ambientais excepcionais da região. Os recorrentes períodos de secas limitam as possibilidades de desenvolvimento agropecuário das famílias rurais, chegando em algumas ocasiões a dizimar completamente suas lavouras e rebanhos. Para ressaltar a grande dimensão do impacto causado pela seca, Maia Gomes destaca que: “*Há registrado, entre os séculos XVIII e XX, 85 anos de secas, o que representa uma média de três anos de seca por década*” (MAIA GOMES, 2001:75).

O atraso econômico da região, as recorrentes secas, e o drama vivido pela população, levaram, desde 1850, os governos a realizar intervenções para extinguir/mitigar a pobreza no Semiárido. Por mais de um século, as ações governamentais mais usuais para atender à multidão de flagelados englobavam somente a distribuição de alimentos e água e a formação de frentes de trabalho emergenciais. Só a partir da segunda metade do século XX, que há por parte do

Estado a experimentação de medidas públicas e sociais de médio e longo prazo para sanar os problemas econômicos e sociais no Semiárido.

Na sequência, serão apresentadas iniciativas dos governos para enfrentar os impasses relacionados à região ora discutida, demarcando dois grandes momentos: o período das políticas voltadas para modernização da agricultura, especificamente aquelas voltadas para região do Sertão Semiárido, e, mais recentemente, as políticas públicas que se esforçam para conjugar desenvolvimento e bem estar social da população rural mais empobrecida no Brasil.

## 2.1 As políticas de modernização da agricultura

No final da primeira metade do século XX, tendo em vista o impulso desenvolvimentista presente no país e a continuidade das graves consequências das secas, um outro olhar sobre as razões do subdesenvolvimento, da miséria e da pobreza no Semiárido brasileiro surgiu. A questão do Nordeste Semiárido, revista à luz da economia política e do planejamento regional, enfatiza que a miséria e a dependência vivenciadas pela maioria da população sertaneja são determinadas pela secular forma de exploração da terra e das pessoas. De acordo com o GTDN,

o sistema econômico das zonas semiáridas, pelo simples fato de se basear em uma mão-de-obra que se auto abastece e num sistema de meação em que a parte economicamente mais fraca suporta o peso maior do risco, tende naturalmente a reter uma excessiva carga demográfica. Ora quanto maior for o excedente demográfico, mais profundo será o impacto social da seca. (...) a raiz do problema está, portanto, em dar maior estabilidade à real renda do trabalhador e na oferta de alimentos. Se durante a seca o trabalhador compra alimentos no mercado é porque, o Governo, embora artificialmente, cria o poder de compra necessário. (...) Se se pretende criar uma economia mais resistente ao efeito das secas o primeiro passo a dar consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência, ou seja, em aumentar a faixa monetária. Alcançado esse objetivo, teremos aumentado a produtividade média da economia da região. Por outro lado, se se aumenta a faixa monetária, consegue-se automaticamente que os efeitos da crise de produção provocadas pela seca não se concentre nos grupos de população economicamente mais fracos (GTDN, 1959:70).

Esta inflexão na compreensão da realidade da região semiárida, que tem as teses de Furtado<sup>20</sup> como marco, desnaturalizou e desmistificou as ações de combate à secas mantidas pelo Estado que, além de ineficazes, perpetuavam as estruturas locais de dominação (GTDN, 1959; FERREIRA, 1993; BURSZTYN, 2008). A contribuição fundamental do pensamento de Furtado diz respeito à formulação de uma nova concepção de seca, em que este fenômeno

---

<sup>20</sup> Formação econômica do Brasil (1959), Operação Nordeste (1959), Dialética do Desenvolvimento (1964).

natural é um dos elementos da crise de produção econômica do Semiárido (não o principal agente) e que a solução desta questão inscreve-se no âmbito da intervenção estatal racional e planejada para a transformação de toda a estrutura social e econômica. Conforme Bacelar sintetiza,

A seca não é a causa do problema do Nordeste, não é causa do problema aqui. A seca é consequência. A causa é a organização social e econômica. É o latifúndio, são os milhares de pequenos produtores embutidos nele, sem condição de sobrevivência nos anos que chove. Portanto, o problema não é o ano que não chove. O problema é o ano com chuva. Se não reestruturamos para o ano chuvoso, nunca vamos enfrentar a questão da seca, porque ela se torna problema social e problema econômico no ano em que não chove. Por que ela é problema social e econômico, segundo Celso Furtado no capítulo da seca? Por que a grande massa de produtores embutida no latifúndio não acumula no ano chuvoso e, portanto, não aguenta passar um ano sem chuva (BACELAR, 2002:254).

Esse posicionamento marca um avanço no entendimento de que as catástrofes causadas pela seca não dizem respeito apenas a fatores climáticos e, subsequentemente, que a solução destas questões é não uma “eficiente” política de barragens e açudes. A abordagem da economia política furtadiana descortina que as secas não são um acontecimento geral e nivelador, que atingem indistintamente todos os estratos sociais do sistema pecuária/algodão/subsistência. Neste ponto, o diagnóstico do GTDN inova e destaca como as diferentes camadas do trinômio sertanejo suportam pesos diferenciados da crise suscitada pelas estiagens prolongadas, sendo os agricultores familiares e trabalhadores sem-terra os principais atingidos, coincidentemente a maior parcela da população. O documento do GTDN destaca:

Se observarmos a economia da região semiárida em suas três camadas antes referidas, comprovamos que o efeito mais importante da política de açudagem se faz sentir na terceira delas, isto é, no setor pecuário. O coeficiente de mortalidade do gado, durante a seca, é hoje em dia muito inferior ao de outras épocas. Não obstante o rebanho ser atualmente maior, a seca já não se traduz em grandes mortandades de animais que eram comuns há alguns decênios atrás. (...) No outro extremo, temos a produção de alimentos, em que quase nada se beneficiou dos grandes investimentos realizados no represamento de águas. Na medida em que tem contribuído para tornar mais rentável a pecuária, a açudagem também contribui para reter uma maior massa populacional na região. Mas como quase não teve consequência no aumento da oferta de alimentos, o resultado paradoxal é que, também, essas medidas de longo prazo contribuíram para agravar os efeitos da secas (GTDN, 1959:71).

Assumindo o pressuposto que o passo essencial para desenvolver uma economia “*mais resistente aos efeitos da seca*” era a maior integração da economia regional ao mercado, o documento do GTDN indica ações em duas frentes; a primeira “*consiste em reduzir o âmbito da agricultura de subsistência*” e sua concomitante substituição pelo aumento da faixa monetária da classe trabalhadora (GTDN, 1959:73). Já a segunda mirava a redução da densidade demográfica (por meio da promoção de programas de colonização nas regiões Norte

e Centro-oeste), tornando compatível o tamanho da população com a capacidade e limites ecológicos de produção do Semiárido. Com isso, nas crises desencadeadas pelas secas evitar-se-ia que grandes contingentes de trabalhadores do campo ficassem desocupados, sem a produção de alimentos e dependentes de ações de socorro emergencial do governo federal (GTDN, 1959).

A criação da SUDENE, em dezembro de 1959, dá substância à busca por mudanças na orientação das ações governamentais no Nordeste. Em seu Primeiro Plano Diretor, essa superintendência definiu um programa de investimentos para o conjunto do setor agropecuário do Nordeste, no qual a “*reorganização da economia da zona semiárida, fazendo-a mais resistente à seca*” consiste em um dos eixos de ação, ao lado do “*aumento da oferta de terras disponíveis para a agricultura*”, e da “*reorientação e intensificação da pesquisa agrônômica e experimentação de novos métodos, visando a produtividade*” (SUDENE, 1966:22). Sobre as diretrizes de ação elencadas neste primeiro plano diretor, Silva e Andrade-Lima comentam:

Como se vê, a intenção do planejador, na época, era, de fato, através de uma ampliação da rede de transporte e da maior disponibilidade de energia, eliminar o problema considerado como insolúvel – o problema da seca –, utilizando a irrigação. Por outro lado, tornando mais racional a utilização da faixa úmida e criando uma economia mais resistente à seca, na Caatinga, pretendia-se orientar os movimentos da população. (...) todas estas transformações seriam a base da política de industrialização e, ao mesmo tempo, nela encontrariam sua razão de ser (SILVA; ANDRADE-LIMA, 1982:36).

Por influência de Furtado, algumas das diretrizes do GTDN foram absorvidas pela SUDENE. Assim, desde a sua criação, a instituição atuou tanto no atendimento às populações flageladas, assumindo as ações da política de combate às secas e de ajuda, como inovou ao implantar ações que visavam redefinir e reorganizar a estrutura das unidades de produção agropecuárias típicas do Semiárido (IPEA, 2010). Com a SUDENE, o Estado iniciou uma nova forma de atuação na região, uma vez que, com ela, por meio dela ou a partir dela, ele passou a atuar de uma maneira mais direta.

Contudo, no pós-1964, o cenário da política regional se alterou. Neste período, a política regional foi reconfigurada. No lugar do desenvolvimento regional baseado nas teses de Celso Furtado, outra proposta de desenvolvimento emergiu. No regime militar a dimensão política do planejamento regional, voltada para as transformações estruturais da sociedade nordestina, protagonizada pela SUDENE, foi esvaziada. Em substituição, o governo militar instalou um programa político voltado para a integração nacional, por meio da ampliação e do desenvolvimento de uma infraestrutura econômica, sustentada na estratégia que se voltara para

a garantia da segurança nacional (IPEA, 2010). Nesta nova forma de intervenção o Estado materializou-se em termos de programas, projetos, ações, organismos, repartições, agentes e, sobretudo, dinheiro. “*Tratava-se de gerar uma nova onipresença ou a legitimação de um novo estado, moderno, modernizante e desenvolvimentista*” (FAVERO *et al*, 2000:36). Na visão de Bacelar (2002),

um das denúncias mais importantes do GTDN era esta: já que construímos um Estado desenvolvimentista no sudeste, que o Estado desenvolvimentista venha também para o Nordeste. E a Sudene seria essa solução. É como se nós pudéssemos enfrentar a questão da miséria com o dinamismo econômico patrocinado pelo Estado desenvolvimentista. (...) O caráter reformista foi enterrado pela ditadura, e a trajetória que se segue é a mais conservadora, pois esse caráter desaparece, e o que fica é uma ação de políticas públicas voltadas muito mais para promover mesmo o crescimento econômico e a industrialização. (BACELAR, 2002:250).

Sob esse impulso modernizante e desenvolvimentista, profundas intervenções foram iniciadas no Sertão do São Francisco. Para a região, o I Plano Diretor da SUDENE reiterava a necessidade de se realizar “*um inventário completo dos seus recursos naturais, especialmente, no que se refere às aptidões do solo*” (SUDENE, 1966:128). Assim, “*antes de chegar ao estágio da elaboração de projetos de grande irrigação, há necessidade, portanto, de realizar um programa de estudos geológicos, hidrológicos, agrônômicos e sociológicos*” (SUDENE, 1966A:128). Já por ocasião do II Plano Diretor, a SUDENE registrava que o avanço desses estudos já alcançava um estágio em que era possível iniciar a execução de projetos-pilotos de irrigação (SUDENE, 1966B). O êxito nos projetos-piloto e a manifesta intenção desenvolvimentista do governo militar tornaram os grandes projetos de irrigação os principais focos de atenção dos formuladores da política de desenvolvimento regional. Por exemplo, o III plano-diretor da SUDENE apresentou como um de seus objetivos:

implantar a irrigação, em larga escala, no Submédio São Francisco, mediante a criação de grandes perímetros irrigados, com a introdução de uma tecnologia adaptada as condições da região, aproveitando-se o contingente humano já existente e desenvolvendo, entre os rurícolas, a mentalidade de irrigante. Os grandes perímetros de irrigação, além de transformar a região num centro produtor de gêneros básicos de alimentação permitirão, em combinação com a atividade pastoril, o surgimento de novas indústrias de transformação de produtos agropecuários. (SUDENE, 1966C:129).

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco<sup>21</sup> (CODEVASF), criada em 1974, herdeira de denominações anteriores, foi o órgão encarregado de coordenar as ações de

---

<sup>21</sup> Em 2006, o campo de atuação da CODEVASF foi estendido para o Vale do Parnaíba (Piauí) e em 2010, incorporou também os vales dos rios Itapecuru e Mearim, (Maranhão). ([www.codevasf.gov.br](http://www.codevasf.gov.br))

desenvolvimento na região do Vale do rio São Francisco. Tendo como principal objetivo a implantação de um vasto sistema de irrigação, a CODEVASF, associada a um conjunto de outras instituições públicas e privadas, liderou um importante processo de transformação da região ao criar as condições para o desenvolvimento de uma nova agricultura (SILVA, 2001).

Com efeito, as áreas mais próximas às margens dos rios que compõem a bacia hidrográfica do São Francisco na região, para além da tradicional política de combate à seca através do armazenamento de água em reservatórios e açudes – na verdade, jamais plenamente abandonada –, tornam-se o *locus* pioneiro e principal de uma política agropecuária para a região. Essa nova forma de atuação do Estado é baseada na implantação de um sistema de agricultura irrigada, de caráter empresarial, desenvolvido de modo integrado às agroindústrias processadoras e voltado para a produção especializada de vegetais de ciclo curto, especialmente frutas, cana-de-açúcar, cebolas e tomates, que são destinados a abastecer os mercados regional, nacional e internacional (ARAÚJO, 1995).

A ação do Estado para estimular a implantação desse novo perfil agropecuário no Sertão do São Francisco, conforme destaca Cavalcanti, foi decisiva para transformar essa região em uma região com destaque mundial na produção agrícola:

A transformação do Vale do São Francisco em uma dessas regiões globais é, pois, exemplar, considerando-se três aspectos: 1) aquele da presença de recursos físicos terra, água e tecnologia, a última aportada segundo perspectivas de desenvolvimento do país; 2) o de poder contar com um contingente populacional, entre aqueles que foram previamente deslocados, para garantir a produção hidroelétrica requerida pela industrialização do país e, 3) finalmente, o de poder justificar, com um novo projeto fundado na fruticultura de exportação, o potencial de inclusão desses amplos projetos de desenvolvimento (CAVALCANTI, 2009:61).

Conforme o proposto e executado pelo Estado, a instalação de um moderno aparato hidráulico transformou as áreas próprias para a produção do sequeiro em um “oásis” para a produção irrigada voltada para exportação e obtenção de divisas para o país. No Sertão do São Francisco, os mais de 85.000 ha irrigáveis disponibilizados nos perímetros públicos (Tabela 6), além das áreas irrigadas consolidadas a partir da iniciativa privada e dos vultosos aportes de recursos financeiros para agroindústrias, modificaram completamente a paisagem natural e social da região.

Tabela 6 (2) – Perímetros Públicos Irrigados, localização, início de funcionamento e área irrigável

Perímetro irrigado	Localização	Início de funcionamento	Área Irrigável (Hectares)
Tourão	Juazeiro (BA)	1979	13.662
Senador Nilo Coelho	Casa Nova (BA) Petrolina (PE)	1984	22.946
Maniçoba	Juazeiro (BA)	1980	5.006
Mandacaru	Juazeiro (BA)	1971	419
Curaçá	Juazeiro (BA)	1980	4.345
Bebedouro	Petrolina (PE)	1968	2.432
Salitre	Juazeiro (BA)	Em implantação	31.305
Pontal	Petrolina (PE)	Em implantação	7.862
Total			87.977

FONTE: Site CODEVASF (2012)

O resultado desse investimento em progresso é a consolidação, no final da década de 1980, de um verdadeiro enclave agroindustrial no Sertão, cujo centro é formado pelos municípios conurbados de Petrolina e Juazeiro. A disponibilidade desta grande quantidade de terras tem atraído para estas cidades sertanejas um número expressivo de empresas agrícolas, de agroindústrias (de investidores nacionais e internacionais), trabalhadores rurais, bem como de agricultores familiares, que desenvolvem atividades ou prestam serviços relacionados à irrigação. Ao mesmo tempo, instalam-se também na região empresas e indústrias locais, nacionais e internacionais, que atuam em distintos ramos produtivos complementares, com as funções de prestar suporte técnico, fornecer insumos e implementos ao sistema produtivo irrigado, processar em diferentes níveis os produtos agrícolas e escoar a produção para o mercado nacional e internacional.

No entanto, há que se atentar para o fato de que os efeitos positivos de todo esse processo de dinamização econômica não repercutiu com a mesma intensidade entre todos os setores da sociedade local. Segundo Araújo (1996, 1997), as ações de modernização que garantiram o “sucesso” do Sertão do São Francisco como região produtora para os mercados “nobres” não se converteram em benefícios para todos os atores sociais que dela participam<sup>22</sup>. O caso

<sup>22</sup> Além das modificações fundiárias, das questões econômicas e sociais, a irrigação promove um grande impacto ambiental na região. A abertura dos perímetros irrigados e as culturas implantadas nas margens dos rios levaram à destruição das matas ciliares, à erosão e ao assoreamento dos rios. Por má orientação, a irrigação no Sertão do São Francisco, feita por produtores não capacitados e com base em técnicas inadequadas, desencadeou um processo de salinização das terras irrigáveis (Site CODEVASF). O uso desmedido de agroquímicos contribuiu para a contaminação dos solos, a poluição dos poucos mananciais de águas e a intoxicação de muitos agricultores, que fazem uso de "venenos" sem a proteção adequada (BEDOR, 2008). Por outro lado, ocorrem também conflitos

Petrolina e Juazeiro é exemplar, pois a partir dele se observa como o processo de penetração do capital na agricultura trata de reconfigurar o mundo rural sertanejo, mas não proporciona, com a mesma intensidade, acessos equitativos aos recursos econômicos e ecológicos disponibilizados pelo conjunto de políticas públicas que ali se aportam (CAVALCANTI, 1999; CAVALCANTI; MOTA, 2001; BARROS, 2007; ALVES, 2006; SILVA, 2001).

O advento da agricultura irrigada e sua posterior especialização na produção de frutas *in natura* promoveram uma dinamização econômica sem precedentes no Sertão do São Francisco (ARAÚJO, 1995; 1997; CAVALCANTI, 1999; ABRAMOVAY, 2003). Contudo, devido ao caráter seletivo deste processo, a maior parte dos agricultores familiares desta região não usufruiu dos benefícios proporcionados pela agricultura irrigada (ALVES, 2006). Barros (2007) e Andrade (1984B) vão destacar que dos milhares de agricultores camponeses compulsoriamente desmobilizados de suas terras, na ocasião da construção dos grandes projetos de infraestrutura (SIGAUD, 1988), poucos foram os admitidos como *colonos irrigantes*, obtendo assim crédito, assistência técnica e acesso à água e à terra para retomarem a atividade produtiva.

No assalariamento rural, devido às especificidades da moderna produção irrigada, foram poucos os agricultores camponeses que tiveram oportunidades de trabalho nas fazendas e nas agroindústrias. No geral, quando empregados, eles estão sujeitos a postos de trabalho mal remunerados e a contratos precários no âmbito das relações trabalhistas legais (CAVALCANTI, 1999; CAVALCANTI; MOTA, 2002; MOTA, 2001).

Outra face da modernização da agricultura no Semiárido foram os projetos de desenvolvimento rural integrado executados entre as décadas de 1960 e 1980. A persistência nessa região de um segmento rural marginalizado com baixos níveis de renda, um padrão de vida precário e sem acesso à terra ou a empregos formais determinou, ainda sob a influência das teses do GTDN (1959), a criação de programas de desenvolvimento especificamente dirigidos a esse público.

Na região Nordeste, entre os anos 1960 e 1970, os principais programas criados com o objetivo de elevar os níveis de renda e de vida dos pequenos produtores foram: o Programa

---

sobre a gestão da água, em que os agricultores irrigantes contestam a forma de cobrança feita pela CODEVASF e CHESF para o uso e a distribuição desse recurso natural.

Plurianual de irrigação; Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE); Programa Especial de Transformação e Fortalecimento da Economia da Região Semiárida do Nordeste (Projeto Sertanejo); e já na década de 1980 foi criado o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Todos eles apoiados por intuições internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial (BRASIL 1974; BRASIL 1976; BRASIL, 1985).

De modo geral, a concepção de política pública que norteava estas ações assumia que apenas com investimentos concomitantes nos setores essenciais para o desenvolvimento rural e o crescimento da economia regional era possível *“a interiorização dos recursos econômicos e sociais do progresso, ao mesmo tempo em que alivia as pressões incidentes nas congestionadas zonas urbanas, onde importante parcela da população vive marginalizada econômica e socialmente”* (BNB, 1985:19).

Em seus objetivos, esses programas tinham a pretensão de elevar os níveis de renda e da qualidade de vida dos pequenos produtores agrícolas do Semiárido, bem como de integrá-los ao mercado, modernizando-os. Ou seja, estes programas, de modo complementar aos projetos de irrigação desenvolvidos pela CODEVASF e pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), constituíam uma alternativa à realização das mudanças estruturais que os planejadores julgavam ser imprescindíveis para acabar com o subdesenvolvimento da região Nordeste. Tais programas tomaram por base uma estratégia em que a agricultura ampliaria sua escala e seria conduzida como parte de um processo mais abrangente, em que integra, sob a ótica do planejamento regional, a resolução de problemas referentes à produção, ao mercado, à infraestrutura econômica e social, à pesquisa, à assistência técnica e ao crédito.

Embora os projetos de desenvolvimento rural voltados para a agropecuária das áreas de sequeiro tenham inicialmente lançado soluções e intervenções originais, os direcionamentos políticos na escolha dos beneficiários, por privilegiar critérios como a dimensão fundiária da propriedade e a análise do custo-benefício dos projetos, resultaram na marginalização da maioria dos pequenos produtores rurais. Por este caráter seletivo, os agricultores sem-terra, arrendatários, meeiros e minifundiários, sabidamente a maioria da população rural do Semiárido, dadas as condições para participarem dos projetos, foram classificados como inviáveis e deixados de lado.

Para Redwood III e Cabral (1981), do modo como funcionaram, pelo volume de recursos alocados, os tipos de projetos executados e o público alvo privilegiado, os projetos de

desenvolvimento rural integrados não foram capazes de modificar a essência das condições econômicas e sociais do Semiárido nordestino. Na execução dos projetos, pontuam estes autores, verifica-se que exatamente os setores mais empobrecidos e, portanto, mais necessitados da intervenção governamental, foram simplesmente excluídos do processo de implementação desses programas.

A concentração dos investimentos nos estratos “mais viáveis”, com relativa capacidade econômica, e a alienação dos pequenos proprietários e dos sem-terra tiveram como resultado o desencontro entre os planos e metas estipulados com as reais aspirações e experiências das populações sertanejas. Segundo Galindo e Lessa (1985),

Os objetivos reais da política, os quais se revelam no momento da implementação dos diversos programas, têm apontado sempre no mesmo sentido, qual seja, o benefício para uma mesma classe social, a classe dominante, detentora do poder político. Essa defasagem entre os objetivos aparentes e os objetivos reais, pela sua persistência não pode ser considerada como erro administrativo ou deficiência no planejamento, mas consequência da visão elitista, autocrática, que caracteriza os processos de decisão na esfera política (GALINDO; LESSA, 1985:216:217).

Como secularmente tem acontecido, a estratégia governamental, apesar de renovada pelo discurso da modernização, permanece amarrada a práticas que privilegiam a concentração do poder político econômico nas mãos da elite regional. De modo geral, o caráter desenvolvimentista destes projetos se mostrou como um fator que impediu a efetivação de propostas para a melhoria da qualidade de vida das populações mais empobrecidas. A preponderância de diretrizes econômico-produtivas em detrimento do aspecto socioeconômico, que apontassem para o fortalecimento da organização social, minimizou a criação de condições reais que garantissem à população rural do Sertão suportar ou mesmo romper com a histórica sujeição imposta pelos senhores da terra.

## **2.2 Políticas de apoio à Agricultura familiar**

O início dos anos 1980 marca o término de um longo período de crescimento econômico/industrial, bem como o fim da ditadura militar (1985) no Brasil. Estes eventos são significativos, pois servem de prelúdio para o estabelecimento de um novo arranjo da ordem econômica e política nacional. Para a questão agrária, destaca Delgado (2005), os anos 1980 representaram um momento de transição. “Com o fim do regime militar, abre-se uma

*temporada de oxigenação às forças sociais submetidas a duas décadas de domínio autoritário da modernização conservadora da agricultura” (2005:61).*

No ambiente da luta pela democratização, o debate sobre o campo no Brasil ganha nova relevância e visibilidade na sociedade nacional. Novas instituições, formadas por agricultores e acadêmicos, surgem no jogo político: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, o Conselho Nacional dos Seringueiros; e as organizações não-governamentais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA) (DELGADO, 2005). Aos quais se somam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), revigorados no novo momento democrático.

A presença destas organizações sociais e suas reivindicações deram novo impulso às discussões sobre a Reforma Agrária. Mas trouxe também novos temas para o debate da sociedade e dos governos. Entre eles estão as reivindicações por políticas públicas de preços, de crédito rural, de gênero e geração.

Uma das consequências da afirmação destes novos atores e suas reivindicações no âmbito governamental é o lançamento, em 1985, do I Plano Nacional de Reforma Agrária, documento proposto pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que contou também com a participação social em sua formulação (MEDEIROS, 2001; DELGADO, 2012).

No que toca as transformações políticas mais amplas, todo o debate e mobilização da sociedade em prol da redemocratização culmina na promulgação da Constituição de 1988. Segundo Dagnino (2004), a Carta de 1988 expressa um projeto democratizante e participativo de nação que foi construído nas lutas pela expansão da cidadania e pelo aprofundamento da democracia. A Constituição, lembra Delgado (2012), buscou “*democratizar não apenas o aparato formal do Estado, mas a sociedade, e de implementar processos de descentralização das atividades governamentais e da relação entre Estado e sociedade*” (DELGADO, 2012:98). Tudo isto com a intenção de abolir qualquer possibilidade de retorno do Estado autoritário e centralizador.

A Constituição tem como marcos importantes o reestabelecimento da democracia formal, com eleições livres e a reorganização partidária; a criação de espaços públicos onde a governança do Estado é compartilhada com a sociedade; e o estabelecimento de um novo pacto federativo. Esta última medida visa transferir a capacidade decisória, funções de execução e recursos do governo federal, para estados e municípios. Assim sendo, políticas como educação, saúde, assistência social, combate à pobreza, desenvolvimento rural, etc. tornaram-se uma atribuição dos municípios e estados, embora continuassem sendo também responsabilidade do governo federal.

A garantia constitucional de que a sociedade exerça uma participação mais efetiva na vida política vai representar um marco determinante na feição que a democracia brasileira e de alguns rumos do Estado vão ter nos anos subsequentes. É fundamental lembrar que mesmo sob pesada influência das políticas neoliberais – que prescreveram a reestruturação do Estado e da economia nos anos 1990, a favor da minimização da participação estatal –, as regras estabelecidas na Carta de 1988 permitiram que no interior do Estado existissem setores preocupados, não só com a garantia dos direitos civis e políticos, mas também com a defesa e ampliação dos direitos sociais da população. Segundo Dagnino (2004),

o projeto neoliberal encontra no Brasil um contendor relativamente consolidado, embora evidentemente não hegemônico, capaz de constituir um campo de disputa. A existência desse contendor e dessa disputa determina, na nossa perspectiva, direções específicas às estratégias e formas de atuação das forças vinculadas ao projeto neoliberal em nosso país que, se não se afastam das direções adotadas no nível global, adquirem especificidade própria na medida em que são forçadas a estabelecer relações de sentido e um terreno de interlocução com o campo adversário. A necessidade dessa interlocução se acentua no interior dos espaços públicos de participação do Estado e da sociedade civil quando se defrontam face a face esses dois projetos (DAGNINO, 2004:99).

Nestes termos, a Constituição de 1988 foi uma conquista excepcional para a democracia brasileira. É importante notar que a criação de espaços públicos dedicados à participação social no interior do Estado proporcionou avanços no controle social e a descentralização de várias políticas públicas; bem como consistiu em um instrumento indispensável “*de aprendizado e de mobilização para a construção de agendas de reivindicações da sociedade civil com vistas a influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas setoriais*” (DELGADO, 2012:99).

A descentralização de atribuições governamentais e a criação de espaços públicos para a governança, como estabeleceu a Constituição, proporcionou que militantes dos movimentos

sociais, sindicalistas e outros atores diretamente relacionados ao mundo rural se tornassem parte do processo de produção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural. E possibilitou também que algumas lideranças de movimentos sociais ou sindicatos se projetassem para a esfera político-partidária, concorrendo a cargos eletivos de vereador, prefeitos e deputados. Essas condições de possibilidade permitiram a ampliação da pauta de reivindicações e tornou possível uma defesa mais efetiva dos temas relativos aos agricultores familiares no interior do Estado.

No campo das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, as oportunidades abertas pela conjuntura democratizante e participativa foram fundamentais para uma inflexão na atuação do Estado em determinados segmentos do campo, especialmente junto aos agricultores familiares. O surgimento e reconhecimento pelo Estado da categoria agricultura familiar é um ponto fundamental para que uma parcela da população do campo, tradicionalmente marginalizada, se tornasse o centro da discussão e público alvo de uma série de políticas públicas.

A instituição de políticas públicas e marcos legais específicos para agricultura familiar são muito significativos, pois representam o reconhecimento explícito da existência de outro tipo de agricultura no país, além do latifúndio. Por outro lado, indicam também que a agricultura familiar tem abrangência nacional, é diversificada, e deve ser fortalecida pelos governos dada a sua importância para a produção agropecuária e a geração de empregos. Segundo Delgado, além do,

reconhecimento da enorme diversidade cultural, econômica e social do rural brasileiro que abriga um amplo conjunto de populações e de povos, cuja saída da “invisibilidade”, através da conquista de direitos sociais universais e de políticas públicas diferenciadas, é uma das atribuições primordiais de um Estado democrático (DELGADO, 2012:105).

Na sequência, são apresentadas algumas características assumidas por políticas e medidas direcionadas ao apoio à produção agrícola familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em 1996, significa o resultado da intensa mobilização dos movimentos sociais e organizações dos trabalhadores rurais por uma política pública favorável à reforma agrária, “*que envolvia, dentre outras demandas, a questão do crédito rural*” (BRUNO; DIAS, 2004:24). Até então os agricultores familiares, pequenos produtores e trabalhadores rurais, eram “invisíveis” como categoria social e, conseqüentemente, não eram contemplados pelas políticas públicas voltadas

ao meio rural brasileiro, como assistência técnica, seguro agrícola, crédito e acesso aos mercados. Segundo Bruno e Dias,

O Programa surgiu como uma novidade institucional relacionada a redefinições do papel a ser desempenhado pela pequena produção agrícola de perfil familiar nos processos de sua integração aos mercados e de promoção do desenvolvimento econômico. Naquele ambiente, a questão agrária voltava à cena pública, colocando em discussão tanto o problema do acesso à terra quanto a necessidade de criação de mecanismos e políticas públicas que apoiassem o problema da produção em pequena escala, sistematicamente escamoteado durante o processo de modernização da agricultura. A avaliação dos resultados e dos impactos deste processo de modernização incentivou a busca de alternativas para a promoção do desenvolvimento rural, principalmente para os segmentos que ficaram à margem das políticas estatais implementadas no período (BRUNO; DIAS, 2004:26).

Derivado do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural<sup>23</sup> (PROVAP), o PRONAF é criado pelo Decreto Federal nº 1.946 (BRASIL, 1996) com o propósito de fortalecer as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares, fazendo com que estes se aproximassem das funcionalidades das cadeias produtivas do modelo do agronegócio. O programa busca também valorizar os produtos da agricultura familiar, ampliando sua renda e modernizando seu sistema de produção.

Segundo Carneiro (1997), o PRONAF coloca em evidência ao menos três importantes inovações discursivas por parte do Estado: (a) suas atenções estavam voltadas às demandas dos trabalhadores rurais, elegendo a agricultura familiar como setor prioritário da intervenção pública; (b) qualificava a noção de desenvolvimento, tentando superar, pela incorporação da noção de sustentabilidade ambiental dos processos produtivos, o viés economicista das políticas dirigidas ao setor agrícola; e (c) propunha a criação de mecanismos participativos de gestão social do Programa, envolvendo os agricultores e suas organizações. Sobre este último ponto, Abramovay e Veiga (1998) destacam que o PRONAF Infraestrutura – uma linha de crédito para a implantação de projetos de desenvolvimento rural de caráter municipal e comunitário – desdobra-se na política territorial que o governo federal implantou com os Territórios Rurais (2004) e Territórios da Cidadania (2008).

Desde sua criação, o PRONAF apresenta resultados importantes no estímulo à produção agropecuária para a agricultura familiar. Destacam-se, a) o aumento no volume de recursos

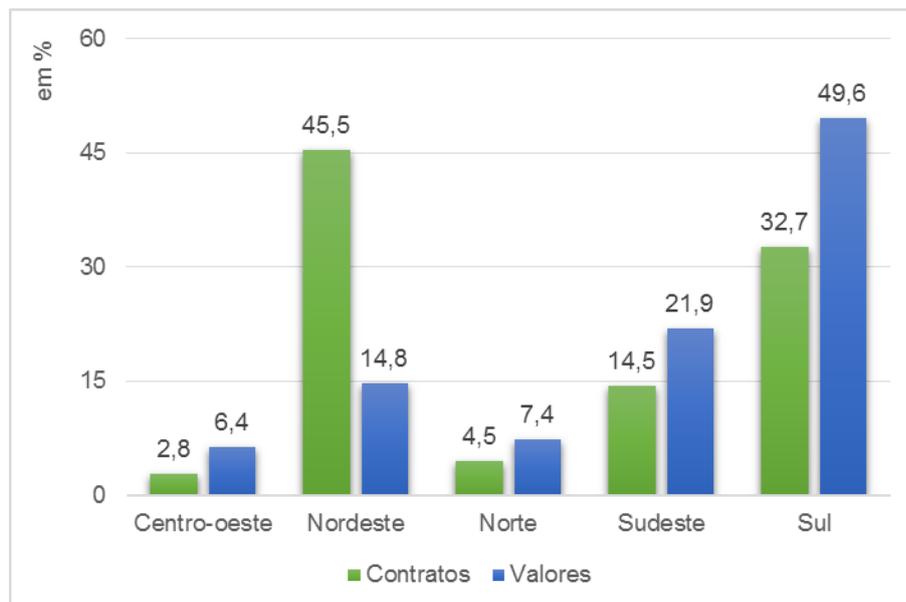
---

<sup>23</sup> Em 1994, após as intensificações nas reivindicações dos agricultores familiares, prejudicados pela inexistência de uma política de desenvolvimento voltada especificamente para suas demandas, o Governo Federal, por meio do Banco Central do Brasil, criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP (RESOLUÇÃO N. 002101, 1994), instituindo então a primeira política de crédito voltada à agricultura familiar.

repassados para a agricultura familiar, que se elevou de R\$ 89 milhões na safra 1994/1995 para R\$ 15.9 bilhões em 2011/2012; b) o crescimento no número de contratos de crédito, o Programa passou de 33.227 (1994) para mais de 1.7 milhão (2012) de usuários; c) há uma diminuição progressiva dos encargos cobrados aos agricultores, os juros passaram de 16% ao ano para 4% a 0,5% ao ano, dependendo do tipo de contrato. Concomitante a isto, acontece uma ampliação dos subsídios destinados aos grupos do PRONAF de baixa renda (A, A/C e B). Para estes agricultores, o cumprimento das obrigações com o pagamento da dívida dentro dos prazos previstos garante um bônus de adimplência que varia entre 25% a 44%.

Além deste conjunto de medidas, é importante destacar que os governos, sobretudo a partir de 2003, têm procurado consolidar o estímulo à produção agropecuária familiar promovendo adaptações/adequações do PRONAF às demandas oriundas do reconhecimento da diversidade existente na agricultura familiar brasileira. Assim, foram criadas novas linhas de financiamento além dos grupos já existentes, por exemplo, os PRONAFs Jovem, Mulher, Agroindústria, Floresta, Agroecologia, Semiárido, Pesca, etc.

O PRONAF, enquanto mecanismo de desenvolvimento, continua a esbarrar em antigas questões referentes à oferta de crédito para a agricultura familiar. Uma destas questões, levantada por Guanzioli (2007) e Gasques (2005), está relacionada à desigual distribuição de recursos do programa entre as grandes regiões brasileiras, por exemplo, para a safra 2011/2012 nota-se que a região Sul permanece como aquela que consegue captar maior concentração de recursos, 49,6 % de todo o crédito concedido. Já a região Nordeste do país, mesmo concentrando 45,5% de todos os contratos só captou 14,8% dos R\$ 15.9 bilhões de reais disponibilizados (Figura 10).



FONTE: Banco Central do Brasil, Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012)

Figura 10 (2) – Distribuição do número de contratos e montante de valores do PRONAF 2011/2012, por grandes regiões do Brasil (em %)

Se for observada a distribuição dos recursos do PRONAF a partir dos produtos agrícolas, percebe-se que um grande volume do crédito disponibilizado (R\$ 2.9 bilhões) é captado por produtores que se dedicam a plantar culturas de milho, soja e fumo que são destinados à exportação e/ou estão implicados em cadeias produtivas das agroindústrias processadoras. Enquanto produtos como arroz, feijão e mandioca captaram somente R\$ 361 milhões.

Segundo Maia, Bastos, Conti e Roitman (2012), nos anos iniciais do PRONAF, por não ter existido uma definição dos limites máximos de renda familiar anual para os possíveis beneficiários, bastava que os produtores se enquadrassem nas condições estipuladas pela lei para que recebessem crédito. Mas, dada a multiplicidade de situações da categoria agricultura familiar no Brasil – que abarca tanto famílias de produtores rurais já estruturadas e inseridas nos mercados, como famílias de agricultores carentes e desprovidos de condições para a produção mercantil – e a ausência de definições sensíveis a essas diferenças, “*o resultado inevitável foi uma seleção viesada dos mutuários, concentrando aqueles de maior renda*” (MAIA *et al.*, 2012:2).

Sobre essas disparidades pode-se aventar, conforme indica Carneiro (1997), que o programa de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar seguiu privilegiando as propriedades de cunho familiar mais eficientes e sustentáveis economicamente. Portanto, obtiveram benefícios muito mais àqueles produtores que já eram capitalizados. Ainda que em

2000 o PRONAF B fosse reorientado, enfatizando o Microcrédito Rural para os agricultores familiares com menores rendas anuais, essa ação para corrigir a concentração de recursos vem tendo alguns resultados positivos e outros retrocessos. Sobre as deficiências do PRONAF, Magalhães e Abramovay salientam,

A ideia de reduzir a pobreza a partir de um programa de crédito tem uma importante limitação conceitual. A grande heterogeneidade da pobreza rural (WEBSTER, 2004) especialmente quanto a fontes de renda, quantidade e qualidade do capital físico exige a adoção de um conjunto integrado de políticas. (...) É exatamente na total desarticulação das políticas de desenvolvimento que reside a incapacidade do Pronaf B de melhorar a renda das populações pobres do meio rural. E esta incapacidade se exprime também no formato organizacional do próprio Programa: ele acaba sendo não o elo de um conjunto coerente destinado a eliminar a pobreza rural por meio da luta contra a desigualdade (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006:18).

No mesmo sentido, argumenta Carneiro (1997), a experiência francesa de modernização da agricultura familiar foi uma das principais referências na concepção do PRONAF. No entanto, no caso francês, ao contrário do que aconteceu no Brasil, houve, durante todo o processo, uma grande capacidade de investimento estatal em políticas sociais que, de modo complementar aos processos de modernização agrícola, deram suporte às transformações premeditadas. No caso brasileiro, o momento no qual o PRONAF é instituído, na década de 1990, coincide com a instituição de um Estado mínimo com restrita capacidade de investimento no bem-estar da população. Desta forma, tal como destacam Carneiro (1997), Magalhães e Abramovay (2006), a inexistência de políticas sociais, que atuariam de modo complementar ao crédito, diminuiu o alcance das boas intenções e objetivos do PRONAF, principalmente aquele que trata do combate à pobreza rural.

Dos anos 2000 em diante, ações que estão para além do crédito passam a integrar o PRONAF com o intuito de melhor atender os agricultores familiares. Entre elas, as políticas públicas que objetivam garantir mercados institucionais para agricultura familiar e a política de seguro-safra para os agricultores familiares do Semiárido brasileiro atingidos pelas secas.

O programa Garantia-Safra, criado em 2001, é mais uma política relacionada ao PRONAF, e está institucionalmente vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo o ato de criação, o Garantia-Safra tem por objetivo “*garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico*”, situados na área de atuação da

SUDENE<sup>24</sup>. De acordo com os critérios de elegibilidade, estabelecidos na Lei 10.420 de 2002, pode-se constatar que o público majoritário do Garantia-Safra corresponde àquela parcela mais pauperizada da agricultura familiar, os pronafianos dos Grupos A e B.

O Garantia-Safra criado pela União e gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), é operacionalizado, por ano agrícola, mediante adesão monetária de estados, municípios e agricultores familiares ao Fundo Garantia-Safra. O Fundo é constituído por aportes monetários proporcionais para todos os envolvidos. Por exemplo, para a safra 2012/2013 quando valor do Benefício pago a cada família foi de R\$ 760,00, as cotas do Fundo Garantia-Safra foram distribuídas da seguinte maneira: Agricultor: R\$ 9,50; Município: R\$ 28,70; Estado: R\$ 57,00; e União: R\$ 190,00. Sendo que,

no caso de ocorrência de frustração de safra em razão de estiagem ou excesso hídrico, sem que haja recursos suficientes no Fundo Garantia-Safra, a União antecipará os recursos necessários para o pagamento dos benefícios, limitado às suas disponibilidades orçamentárias, observados o valor máximo fixado por benefício e a devida comprovação. (BRASIL, 2002; Art.º 6º, § 1º).

Excepcionalmente, para a safra 2011/2012, o Fundo foi autorizado a pagar um adicional ao Benefício Garantia-Safra no valor de R\$ 560,00 aos agricultores familiares que aderiram ao Fundo Garantia-Safra e tiveram perda de safra em razão de estiagem prolongada de 2011-2013. Além disto, cabe ressaltar que os repasses de dinheiro aos agricultores acontece por meio dos cartões do Bolsa Família e Cartão Cidadão.

Por seu desenho institucional, de modo geral, pode-se afirmar que o Garantia-Safra é novidade no âmbito das políticas públicas brasileiras. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2009), por suas características, o programa constitui uma junção de programas de transferência de renda e está situado entre bolsa e seguro agrícola. Para o IPEA:

Sob ângulo de programa de transferência de renda, o Garantia-Safra tem, basicamente, o fato de a maior parte do volume de recursos (96%) ser de origem estatal e direcionada a pagamento de benefícios de valor fixo para seu público. Sob o ponto de vista de seguro, tem-se, primeiramente, o fato de o programa estar vinculado à atividade econômica, ou seja, cobre determinadas culturas agrícolas. [Contudo,] Considerando que o valor do benefício não é proporcional ao volume de perdas e não cobre qualquer causa de frustração de safra, o Garantia-Safra não pode ser enquadrado como seguro agrícola de sentido estrito, uma vez que, para isso, há uma série de

---

<sup>24</sup> Os estados brasileiros que compreendem a área de abrangência da SUDENE são: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, o norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

normas que regulamentam tal tipo de política. [Desse modo,] Pode-se, assim, afirmar que o Garantia-Safra é um programa atípico, seguro de renda vinculado à produção agrícola, cujo prêmio é quase 100% subsidiado pelo Estado (IPEA, 2009:292).

Um dos grandes desafios do Garantia-Safra diz respeito à falta de mobilização do poder público para o cumprimento do Art. 6A da lei que cria o Garantia-Safra, e que dispõe sobre: “*a melhoria das condições de convivência dos agricultores familiares com o semiárido*” e enfatiza a necessidade da:

- Introdução de tecnologias, lavouras e espécies animais adaptadas às condições locais;
- Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares;
- Estímulo ao associativismo e ao cooperativismo; e
- A ampliação do acesso dos agricultores familiares ao crédito rural.

Segundo Lima e Wehrmann (2012), apesar da crescente ampliação do Programa e sua eficiente execução na garantia de renda para os agricultores familiares atingidos pelas secas no Nordeste, a lei não é cumprida integralmente. Os autores assinalam que o Garantia-Safra “*não tem conseguido promover e estimular uma série de atividades que permitam uma melhor convivência dos agricultores com as características do semiárido*” (2012:12). Em sua análise, os referidos autores notam que não há uma interlocução direta entre Garantia-Safra e as ações de Convivência com o Semiárido.

O PAA foi criado em 2003<sup>25</sup> como umas das ações estruturantes do Programa Fome Zero. Mas, além de ser uma ferramenta política para o enfrentamento da fome e da pobreza, ao mesmo tempo o PAA é uma medida para fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa privilegia a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações e estimula que estes realizem processos de agregação de valor à produção, tais como a agroindustrialização (MDA, 2013).

Segundo a Lei 10.696 de 2003 – que trata da repactuação das dívidas do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – o PAA foi instituído “*com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos*” (art. 19). Portanto, o PAA é uma política constituída por certa

---

<sup>25</sup> O PAA é instituído pela Lei nº 10.696, de julho de 2003.

ambiguidade. Desde o princípio não há uma separação entre as duas funções distintas ao qual se propõe ser “*política agrícola*” ou “*política de segurança alimentar e nutricional*”. Enquanto política agrícola, o programa se dispõem a ser um polo estruturante de demanda institucional para a produção familiar; já como política de segurança alimentar, ele busca prover subvenções ao consumo de alimentos básicos às populações em situação de forte risco nutricional.

De modo simplificado, o Programa adquire alimentos com isenção de licitação conforme a Lei 8.666/1993, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 8 mil ao ano por agricultor familiar que se enquadre no PRONAF. Numa abordagem não assistencialista, o PAA criou mercados até então inexistentes e alterou a relação entre os produtores e os “atravessadores”. Segundo Delgado, Conceição e Oliveira (2005),

Um aspecto que muitas vezes não é considerado nas análises sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – além do apoio à produção para o autoconsumo, do excedente para comercialização e do subsídio ao consumo – são os benefícios indiretos advindos da recuperação dos preços recebidos pelos produtores. Isso tem ocorrido tanto nos locais de abrangência dos polos de compra da Conab quanto nos demais, onde são realizadas as compras institucionais através dos convênios firmados pelo MDS com os estados e as prefeituras municipais. Há casos em que o simples anúncio da compra pública de determinada quantidade de produto é suficiente para elevar os preços agropecuários. (...) Noutras situações, o mercado local absorve a produção e as compras governamentais anunciadas nem precisam ser realizadas, principalmente quando a intervenção visa exclusivamente à recuperação dos preços, característica das compras da Conab para a formação de estoques (DELGADO *et al.*, 2005:18).

Pela óptica do consumidor, a compra/distribuição institucional dos alimentos da agricultura familiar enriquece a alimentação da população mais vulnerável à desnutrição atendida por escolas, creches e instituições da rede socioassistencial, que são beneficiadas com os alimentos adquiridos pelo Governo Federal. Além disto, soma-se aos efeitos positivos do Programa, a sua possível contribuição para a frequência e o desempenho escolar de alunos da rede pública, a redução das doenças provocadas pela má alimentação, etc. É relevante pontuar, ainda, que o Programa contribui para a preservação e reforço de costumes, hábitos e culturas regionais tanto pelo lado da produção agrícola, como pela culinária local (DELGADO *et al.*, 2005).

Outra medida de apoio à agricultura familiar que se destaca é o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2003<sup>26</sup>, que visa a diversificação da matriz energética brasileira. Em linhas gerais, o programa propõe um crescente acréscimo de diesel vegetal no diesel derivado do petróleo comercializado no Brasil. Atualmente, o diesel brasileiro tem, em sua composição, 5% de biodiesel e há uma previsão de que em 2020 essa mistura seja de 20%.

Esse projeto de renovação da matriz energética envolve múltiplos atores. Participam os Ministérios (Minas e Energia, Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo, centros de pesquisa tecnológica da EMBRAPA, empresas transformadoras, grandes produtores agrícolas e a agricultura familiar. O PNPB possui três características importantes, a primeira é a produção de biodiesel a partir de diferentes óleos vegetais das diversas regiões do país; a segunda é a promoção da inclusão social mediante a geração de empregos e a participação da agricultura familiar; e em terceiro, o apoio a uma nova fonte de oferta de óleo com preços competitivos e com qualidade.

Uma marca importante do Programa Biodiesel é a sua opção política de se tornar um vetor de possíveis ganhos econômicos e sociais para a agricultura familiar. Conforme sua estrutura e funcionamento, o Biodiesel oferece uma oportunidade importante para a promoção da inclusão social nas regiões mais pobres do país. Para viabilizar esse intento por meio do PNPB, o governo criou o Selo do Combustível Social, que é concedido a usinas de biodiesel que mantém contratos de compra de matéria-prima de produtores familiares. Segundo Diniz e Favareto (2012:142),

É interessante para as empresas adquirirem tal selo, pois ele permite acesso a melhores condições de financiamento com o BNDES e outras instituições financeiras, além de dar direito de preferência em leilões de compra antecipada de biodiesel realizados pela Petrobras. As empresas produtoras que tiverem o selo também terão direito à desoneração de alguns tributos, mas se obrigarão a garantir a compra da matéria-prima com preços pré-acordados, oferecendo segurança aos agricultores familiares (DINIZ; FAVARETO, 2012:142).

O Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), estabelece as condições para que produtores industriais de biodiesel obtenham benefícios fiscais e créditos. Para conseguir o selo, o industrial deve comprar matérias-primas

---

<sup>26</sup> A estrutura institucional do PNPB foi criada em 2003 por meio de um decreto presidencial e regulada pela lei 11.097/2004.

de agricultores familiares e se comprometer contratualmente a comprá-las com preços previamente estabelecidos, prestar assistência técnica e oferecer capacitação aos agricultores familiares. Como benefício, as indústrias processadoras recebem isenção fiscal (WILKINSON; HERRERA, 2008; DINIZ; FAVARETO, 2012).

Os objetivos do PNPB são altamente meritórios, por se vincularem a questões importantes: preocupação ambiental, desenvolvimento rural e inclusão social. É fundamental destacar que no Nordeste a implementação deste programa representou algumas mudanças positivas para a agricultura familiar, pois a produção para a cadeia do biodiesel criou uma nova opção de comercialização e garantiu a oferta de assistência técnica. Com o PNPB, estabeleceu-se uma configuração contratual monitorada pelas organizações dos agricultores familiares, o que representa, mesmo que de maneira embrionária, um tipo de cooperação inédito para os padrões locais. Além disso, a entrada em cena das empresas de biodiesel ocasionou uma relevante alta de preços, o que beneficiou a todos os produtores (DINIZ; FAVARETO, 2012).

Diferente das ações anteriores, que têm origem e são executadas pelo Estado, o “Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais” (P1MC)<sup>27</sup>, uma parceria da ASA-Brasil com o Governo Federal, constituiu um tipo singular de política voltada para o apoio à agricultura familiar. Seu objetivo central é a implantação de reservatórios de água da chuva em habitações rurais no Semiárido brasileiro, e a sua execução envolve o financiamento do governo federal, o trabalho de movimentos sociais e dos próprios beneficiários do programa. Esse arranjo institucional, que tem como marca o protagonismo da sociedade civil, é um dos elementos mais originais desta política social.

O surgimento do P1MC está intimamente ligado às disputas pela instituição de um novo modelo de desenvolvimento para a região Nordeste e especificamente para o Semiárido. O enfraquecimento da SUDENE, na década de 1990, abriu espaço para que a sociedade se mobilizasse em favor de um outro modelo de desenvolvimento rural cuja pretensão era ultrapassar o desenvolvimentismo e superar a pobreza. Segundo Diniz e Piraux,

É fato que a ideia de convivência com o Semiárido, enquanto uma ideia política agregadora, foi motivada por uma conjuntura política favorável (...) e, também, pelos problemas sociais, em razão de uma seca (das tantas que ocorreram ao longo do século XX) que se configurou na região a partir de 1993. Nesse ano, centenas de trabalhadores rurais nordestinos (e suas organizações) fizeram uma grande

---

<sup>27</sup> Doravante também chamado de *Projeto Um Milhão de Cisternas*.

mobilização, ocupando a sede da Sudene, em Recife (PE), exigindo que os governos, federal e estaduais, tomassem providências eficazes na intenção de amenizar a situação de “sofrimento” da população do Semiárido brasileiro (DINIZ; PIRAUX, 2011:229)

Segundo os atores sociais que viveram ou vivem os efeitos das políticas de modernização agrícola e do assistencialismo do Estado no Nordeste Semiárido, as medidas tomadas para o combate à seca não resultavam na promoção de transformações sociais e econômicas para minimizar a pobreza entre a população rural do Semiárido (ASA-Brasil, 1999). Assim sendo, para estes atores, os rumos do desenvolvimento local e regional deveriam ser repensados e direcionados a seguir por um caminho em que “*é na mutação das próprias atividades tradicionais que se decide o destino do processo de desenvolvimento*” (ABRAMOVAY, 2003:03). De uma grande mobilização dos agricultores, agentes pastorais, ONG’s, sindicatos, movimentos sociais, etc. surge como modelo alternativo de desenvolvimento rural a noção de convivência com o Semiárido (ASA-Brasil, 1999; DUQUÉ, 2008).

Ao longo dos anos 1990, em grande parte dos estados do Nordeste aconteceram capacitações, organização e mobilizações em torno da proposta da *convivência*, evidenciando o potencial político do campesinato que até hoje está em consolidação (DUQUÉ, 2008). Em 1999, a partir destas experiências e intercâmbios, foi criada a ASA-Brasil, no Recife, quando ocorreu a mobilização da sociedade civil para a *3ª Conferência das Nações Unidas das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e Seca*. Nesta ocasião, criou-se um Fórum Paralelo para construir uma reflexão sobre a realidade do Semiárido brasileiro. Ao fim do encontro foi redigida a Declaração do Semiárido, um documento que preconiza que a convivência com a seca é possível:

que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido (ASA-Brasil, 1999).

Em seu trecho final, a Declaração reafirma as pretensões desta associação que atualmente reúne mais de mil instituições camponesas,

O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de

modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça (ASA-Brasil, 1999).

Segundo sua Carta de Princípios (2000), a Articulação tem “*compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações, em especial os agricultores e agricultoras familiares*” (ASA, 2000:3º Princípio). Para tanto, suas ações baseiam-se em: “*a) conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido*” (ASA, 2000:3º Princípio). Além disto, a Articulação procura:

contribuir para a implementação de ações integradas para o Semiárido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido (ASA, 2000:4º Princípio).

Com base nos princípios assumidos na Declaração, a ASA-Brasil assume a implantação de um grande projeto para a convivência da população com a semiaridez, conhecido como “*Projeto Um Milhão de Cisternas*” (P1MC). Iniciado em 2001, o P1MC conheceu várias etapas e tem obtido diversos apoiadores. No ano de 2003, o P1MC teve um grande impulso ao ser incluído nas ações do Fome Zero e passou a ser também de responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional, precursor do Ministério do Desenvolvimento Social. Por meio de um convênio pactuado entre o Governo Federal e a ASA, a União passou a apoiar e financiar programas de construção de cisternas de placas<sup>28</sup> e formação de agentes multiplicadores. Além do Governo Federal e da ASA, estão associados financeiramente ao P1MC entidades como a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN e a Fundação Banco do Brasil – FBB.

O nome completo do P1MC indica que a ambição desta ação vai bem além da construção de cisternas de placa (ASA-Brasil, 2003). O *Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais* é uma proposta que visa, em parceria com as famílias, comunidades e suas organizações, criar um novo padrão de relacionamento do agricultor camponês com a Caatinga. De acordo com o MDS (Site MDS), são objetivos do P1MC:

---

<sup>28</sup> Trata-se de uma cisterna redonda, feita de placas de cimento pré-moldadas, parcialmente enterrada, de forma que resiste à pressão da água melhor do que uma cisterna quadrada de tijolos e é muito mais barata.

- Apoiar estados, órgãos federais e sociedade civil atuantes na região semiárida na implementação de programas que visem garantir o acesso à água potável, como componente fundamental da garantia da segurança alimentar e nutricional, para as famílias de baixa renda do sertão nordestino.
- Possibilitar à população do Semiárido o acesso a uma estrutura simples e eficiente de captação de água da chuva e de aproveitamento sustentável de recursos pluviais, bem como fomentar a formação e a capacitação para a convivência sustentável com o Semiárido.
- Contribuir com a integração União, Estados, Municípios e Sociedade Civil na implementação de ações que tenham como foco a convivência com o Semiárido.

A elaboração e execução do PIMC é responsabilidade da ASA. Sua administração é realizada através de unidades gestoras, uma central e microrregionais distribuídas pelos estados Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo. Nos municípios em que o programa é implantado são formadas comissões compostas por representação de três a cinco organizações da sociedade civil, e uma dessas organizações é escolhida para ser a unidade gestora. Essas comissões municipais são responsáveis pela escolha das comunidades e famílias que participam do programa<sup>29</sup>, bem como mobilizar e organizar cursos de capacitação, supervisionar e monitorar a execução realizada pela unidade gestora municipal (ASA-Brasil, 2003).

Além de promover a democratização da água, com a construção de 300 mil cisternas que beneficiam mais de 1,5 milhões de pessoas, o PIMC provoca mudanças sociais, políticas e econômicas significativas para a região Semiárida. Segundo Diniz e Piraux, (2011) as ações da Asa-Brasil vão desencadear alterações no enfoque de várias políticas e programas do Estado que são direcionados para o Semiárido. Estas alterações passam pela incorporação da noção de convivência com a semiaridez em ações como o PRONAF (PRONAF Semiárido). Outro

---

<sup>29</sup> Os critérios de prioridade de atendimento do PIMC nos municípios seguem alguns critérios gerais. Para as comunidades são: Identificação primária das localidades, em referência aos dados secundários existentes, a partir de fontes como IDH, Data SUS, IBGE, etc.; e, o número crianças e adolescentes em situação de risco, mortalidade infantil. Já os critérios gerais para a escolha das famílias são: Mulheres chefes de família; Número de crianças de zero a seis anos; Crianças e adolescentes na escola; Adultos com idade igual ou superior a 65 anos; Deficientes físicos e mentais (ASA-Brasil, 2003).

resultado extremamente positivo do P1MC é reduzir as mediações existentes entre populações rurais e o acesso à água. Segundo Duqué (2009),

a ASA está criando um modelo de desenvolvimento capaz de libertar os camponeses dos modelos dominantes, quais sejam: do ponto de vista técnico: o modelo da revolução verde, dos pacotes, do predomínio das grandes firmas multinacionais; do ponto de vista político: o assistencialismo; do ponto de vista social: o controle e subordinação dos trabalhadores. Quando na ASA os camponeses discutem a questão do agronegócio, não se trata apenas de criticar a tecnologia, o uso de insumos químicos, eles defendem uma visão absolutamente oposta do que é o trabalhador rural: no agronegócio, ele é mão-de-obra, fator de produção; para a ASA, ele é cidadão. O modelo defendido pela ASA é democrático, porque se inspira das experiências dos camponeses na base. Os modelos impostos de fora desqualificam as práticas tradicionais e podem comprometê-las (DUQUÉ, 2009:318).

Esse envolvimento na base consiste no principal ganho proporcionado pelas ações da ASA, pois isso extrapola a simples oferta de água e alcança objetivos como a inclusão cidadã dos camponeses sertanejos. A autora (2009) salienta que parte-se da questão da água para se refletir e agir em outros temas: terra, financiamento, crédito agrícola e assistência técnica, cuidados com o meio ambiente, educação ambiental, segurança alimentar, etc. Além disto, o P1MC suscita reatualizações das ações de solidariedade entre comunidades rurais e em seu interior. Aos poucos, a partir de iniciativas modestas, os agricultores familiares e suas organizações estão mudando as regras do jogo político e de sua própria vida.

## 2.3 Os Programas de Transferência de Renda

O restabelecimento da democracia no Brasil deu início a um processo de reformas das ações do Estado no âmbito das políticas públicas e sociais. Em relação ao sistema de proteção social brasileiro, o ponto de partida para a revisão foram as críticas à forte centralização das ações no governo federal, ao caráter fechado das decisões, à gestão extremamente burocrática, à fragmentação institucional e à iniquidade do ponto de vista da distribuição dos serviços e benefícios (BICHIR, 2010). Segundo Draibe (2003:69),

Em boa medida, o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais, o qual respondesse às demandas da sociedade por maior equidade e pelo alargamento da democracia social. Também a melhora da eficácia das políticas inscreveu-se naquela agenda, uma vez que se reconhecia ser já significativo o esforço de gasto que o país realizava na área social em face de seus medíocres resultados. No plano institucional, objetivos desse teor sustentaram proposições de descentralização, maior transparência e *accountability* dos processos decisórios, acompanhados do reforço da participação social – grandes ideias-força que fechavam o círculo da democratização do Estado (DRAIBE, 2003:69).

Como destaca o autor, as reformas do sistema de proteção social, iniciadas a partir de 1988 tinham como principal meta a correção das distorções desse sistema, com a finalidade de tornar as políticas sociais um instrumento efetivo de combate às desigualdades. Na Constituição, as diversas políticas de cunho assistencial existentes, até então fragmentadas, foram aglutinadas, bem como são criados novos mecanismos para assegurar os direitos sociais. No artigo 203 da Carta de 1988, ficou estabelecido que “*a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social*” e que seus objetivos são:

- I. a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II. o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III. a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV. a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V. a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

A Constituição de 1988 constituiu um profundo avanço no campo da assistência social, pois lançou as bases para uma real universalização de benefícios sociais (e.g. aposentadoria, seguro-desemprego e auxílio maternidade) ao desfazer distinções entre os direitos dos trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais. Além disto, é também significativo o processo de descentralização política, administrativa e financeira na organização dos agentes do Estado responsáveis pela gestão da assistência social. Pois a descentralização emergiu como um mecanismo administrativo fundamental para que fosse alcançada uma melhor efetividade das políticas de combate à pobreza.

Contudo, em função da política macroeconômica adotada desde os anos 1990, grande parte dos princípios da seguridade social estabelecidos na Carta de 1988 não foram implementados em plena consonância com a redação do texto final. É pertinente destacar que na segunda metade da década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), as reformas exigidas pelo modelo neoliberal frearam a profunda transformação do sistema de proteção social, especialmente no que se refere à garantia dos direitos sociais dos não trabalhadores. O processo de liberalização econômica e minimização da ação do Estado levou

o sistema de segurança social brasileiro a não lograr a universalização idealizada pelos constituintes (SOARES, 2010:12).

As disputas, no interior do Estado, entre o projeto neoliberal e o projeto democratizante não possibilitou que preponderasse no campo da proteção social políticas alinhadas a concepções socialdemocratas e em profunda sintonia com as ações do estado do bem-estar-social. Em decorrência das imposições neoliberais, os gestores públicos preocupados com a inclusão cidadã foram obrigados a operacionalizar readequações “criativas” para o sistema de segurança social no Brasil. Em um contexto de minimização da ação do Estado, a alternativa encontrada foi a focalização das ações em problemas sociais específicos ou necessidades particulares de determinados grupos sociais, especialmente daqueles considerados os “*mais necessitados*”.

Desta forma, existe no atual sistema de proteção social brasileiro tanto programas de transferência de renda que buscam a universalização de direitos, Previdência Social Rural<sup>30</sup>, como ações focalizadas em setores sociais específicos, Programa Bolsa Família.

Em linhas gerais, o Bolsa Família se diferencia da Previdência Social Rural pela indexação dos valores transferidos, pelo público alvo a que se destinam e pelas condicionantes que são impostas ao público beneficiário. O programa focaliza as crianças, os adolescentes, e os adultos localizados na pobreza e na extrema pobreza, enquanto a Previdência Rural destina-se às pessoas idosas, aquelas com mais de 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. No que se refere aos benefícios, o Bolsa Família não é associado a qualquer indexação monetária, enquanto que a Previdência está indexada ao salário mínimo. Além disto, a estratégia do Bolsa Família obriga as pessoas a mudanças comportamentais (melhoria na frequência escolar e utilização dos serviços de saúde preventiva). Em parte pelas características do público beneficiário, a previdência social rural não exige contrapartidas comportamentais (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

A Previdência Social Rural conforme estabelece a Constituição Brasileira, complementada pelas Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios) de 1991 e a Lei 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) de 1993, pode ser considerada um dos maiores programa de transferência de renda para a população rural do Brasil. Pois seu

---

<sup>30</sup> Doravante também chamada de Previdência Rural ou aposentadoria rural.

impacto é significativo na redistribuição de renda e na redução da pobreza dentro deste setor da sociedade nacional no qual são registrados os mais elevados índices de desigualdades sociais (DELGADO; CARDOSO JUNIOR, 2000; SCHWARZER, 2000).

A Previdência Rural é um tipo de aposentadoria concedida a todo trabalhador rural, pequeno agricultor, arrendatário e meeiro que atue no campo afim de sustentar sua família. Nestes termos, grande parte do público privilegiado por este tipo de benefício é aquele identificado como agricultura familiar. Para o recebimento da aposentadoria rural, o homem e a mulher devem comprovar o trabalho em atividades rurais por um período de 15 anos e ter as idades de 60 e 55 anos, respectivamente.

Um dos principais elementos que caracteriza a aposentadoria rural como mecanismo de transferência é a flexibilidade no tempo de exercício da atividade agrícola necessário para que o agricultor e a agricultora se tornem beneficiários. Diferente dos trabalhadores urbanos que devem contribuir por um período de tempo com a previdência, os beneficiários da aposentadoria rural apenas têm de possuir comprovação de que estão envolvidos na atividade rural por um período de 15 anos. Essa é uma característica importante, que diferencia o trabalhador rural dos demais segurados da previdência social.

Segundo Schwarzer (2000), apesar de extinto o tratamento administrativo institucional discriminatório dado ao setor rural na previdência social, algumas especificidades para esses segurados permaneceram:

A primeira especificidade continuou residindo na forma de contribuição do segurado especial, onde, em vez de contribuições sobre a remuneração percebida, manteve-se a contribuição sobre a produção comercializada, cujo recolhimento é encargo do comprador (...) Uma segunda especificidade de tratamento reside na idade de acesso à aposentadoria por idade mais baixa, que ficou fixada em 60 anos para homens e 55 anos para mulheres no meio rural (...). Uma terceira diferença de tratamento corresponde às formas de comprovação do tempo de atividade rural, a ser documentada na mesma extensão que o período de contribuição mínimo previsto para os segurados urbanos. A comprovação da atividade rural pode ser feita, além das possibilidades elencadas para os trabalhadores urbanos, por meio da documentação comprobatória do uso da terra, notas de venda da produção rural ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo INSS (SCHWARZER, 2000:10-11).

A aplicação do princípio contido no art. 195 da Constituição, que dispõe sobre a Seguridade Social, significou, na prática, a universalização dos direitos previdenciários a idosos e trabalhadores inválidos, de ambos os sexos, independentemente das suas capacidades contributivas. Tal medida, proporcionou no campo a emergência de um grupo social (dos aposentados e pensionistas rurais), cujos papel, dinâmica e significação para a família rural

certamente têm suscitado mudanças significativas em seu interior. A dimensão deste novo grupo pode ser percebida revendo a série histórica da quantidade e dos valores pagos aos novos benefícios da aposentadoria rural nas últimas duas décadas (Tabela 7).

Tabela 7 (2) – Série histórica da quantidade e do valor (R\$) de benefícios concedidos para a população rural

Ano*	Quantidade de Benefícios Concedidos	Valor de Benefícios Concedidos (R\$)
1990	152.291	136,21
1991	129.449	1.004,06
1992	670.089	106.081,81
1993	919.839	1.986.068,81
1994	421.530	19.807.894,32
1995	120.706	11.176.481,49
2000	318.727	47.285.363,26
2005	280.822	81.152.271,20
2010	347.334	177.354.558,63

(\*) posição em dezembro

FONTE: DATAPREV/Anuário Estatístico da Previdência Social/

Observa-se que entre os anos 1991 a 1993, período em que a previdência social rural é efetivada, o número de benefícios que são concedidos alcança os 130 mil em 1991; em 1992 eles ultrapassam os 670 mil e em 1993 atinge a marca de 919 mil benéficos. Certamente, a incorporação destes mais de 1,5 milhão de aposentados, em apenas dois anos, é um indicativo do vulto que as aposentadorias assumem entre a população rural. É relevante registrar que isso gerou um significativo impacto financeiro, pois num curto espaço de tempo passou a circular nas áreas rurais dezenas de milhões de reais. Por exemplo, no ano de 2011 a previdência pagou para o setor rural, um universo de 8,5 milhões pessoas, uma soma de 4,6 bilhões de reais em benefícios (DATAPREV/Anuário Estatístico da Previdência Social, 2013).

O impacto das pensões e aposentadorias sobre a renda da família rural é de caráter permanente. Ter ou não ter um aposentado ou pensionista nas famílias fará diferença significativa na composição da economia familiar, pois o benefício pago pela Previdência Social é empregado em funções muito além daquilo que se esperaria classicamente de um benefício previdenciário. Na pesquisa realizada por Delgado e Cardoso Jr. (2000; 2000B), estes autores destacam evidências empíricas que indicam, de maneira indireta, a conversão do seguro social em seguro agrícola. Nesta reconversão de finalidade, o benefício rural torna-se um mecanismo que viabiliza economicamente um amplo setor da agricultura familiar. Além disto, esclarecem estes autores, o recebimento deste benefício social suscita e fortalece as estratégias de reprodução econômica projetadas pela família rural, como o acesso ao autoconsumo de

produtos básicos, a produção por conta própria e o envolvimento de algum membro da família no mercado de trabalho.

Na busca por cumprir com a tarefa da promoção do desenvolvimento social, os programas de transferência direta de renda focalizados constituíram uma ferramenta interessante para mitigar as desigualdades, sobretudo aquela relacionada à renda das famílias mais pobres. Nas últimas décadas, o principal programa dessa natureza e que tem profunda influência sobre o mundo rural brasileiro é o Programa Bolsa Família.

Mesmo após a publicação da LOAS (1993), foram necessários alguns anos para que as políticas da assistência social de base redistributiva começassem a ser efetivamente postas em prática. As primeiras iniciativas para isto datam do segundo mandato de FHC (1998) com a instituição do Comunidade Solidária – que consistia em uma estratégia de articulação e coordenação das ações do Estado voltadas para o combate à fome e à pobreza e compreendia ações como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Entretanto, é apenas no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva que o modelo de gestão da assistência social é expandido e se consolida.

Uma das principais iniciativas na área social no governo Lula foi a instituição do *Fome Zero*, um amplo programa que articulava a participação dos três níveis de governo e da sociedade civil no combate à fome e à pobreza. Esse programa, explícita Betto (2004), visava:

combinar políticas locais (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, sacolões, banco de alimentos etc.); políticas específicas (cartão-alimentação, ampliação do programa de Alimentação do Trabalhador, estoques de segurança, ampliação da merenda escolar etc.); e políticas estruturais (reforma agrária, incentivos à agricultura familiar, microcrédito etc.) (BETTO, 2004:23).

O cartão alimentação fornecido pelo Fome Zero consistia em um dos centros de ação do programa. Pois, por meio deste cartão, cada família em situação de risco social e alimentar era identificada e tornava-se beneficiária do programa. A posse do cartão-alimentação garantia uma renda monetária por um período de até dezoito meses e este recurso deveria ser destinado para a aquisição de todo o tipo de alimento. Além disto, a família beneficiária também era alvo de um conjunto de outras políticas públicas que visavam a promoção da cidadania. Estavam neste pacote contra a exclusão social, os mutirões para o fornecimento de documentos (Certidão de Nascimento, Identidade e CPF), cursos de alfabetização, programas de saúde, etc.

Mudanças no interior do governo levaram à criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao rearranjo do Fome Zero. No que tange o Cartão-alimentação, este benefício foi incorporado pelo Bolsa Família<sup>31</sup>. O PBF unificou quatro programas que já existiam, são eles o Cartão-alimentação, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Auxílio-Gás. Além disso, procurou unificar as ações dos governos federal, estaduais e municipais em um único programa de transferência direta de renda por meio de convênios.

De forma sintética, o Bolsa Família consiste em um programa de transferência de renda sem contrapartidas, no caso das famílias extremamente pobres (com renda familiar per capita de até R\$ 69,00), já no caso das famílias pobres (com renda familiar per capita entre R\$70,00 e R\$ 140,00), prevê contrapartidas, como a frequência escolar e cuidados básicos de saúde. Desta forma, os valores pagos pelo PBF podem variar entre R\$ 32,00 e R\$ 306,00 por família, de acordo com a renda familiar mensal e o número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens entre 16 e 17 anos.

Nestes termos, é possível afirmar que o pressuposto central que orienta o Programa Bolsa Família é de que o ciclo de reprodução da pobreza pode ser interrompido na medida em que o trabalho precoce dos filhos de famílias pobres cessa e estes são encaminhados para a escola. É nítido na estratégia do Bolsa Família que este não é apenas um programa de caridade ou clientelista, pois nota-se que o Estado esforça-se para sustentar uma articulação entre as transferências de renda e as políticas básicas estruturantes, a saber: educação, saúde, etc.

De acordo com o Relatório de Informações do Bolsa Família e Cadastro Único, disponível no site do MDS, o Bolsa Família beneficiou no ano de 2012, em toda a região Nordeste, um pouco mais do que 6,6 milhões de famílias o que significou uma transferência de renda no valor aproximado de R\$ 10,2 bilhões de reais, cujo valor médio foi de R\$ 128,25 reais por mês (MDS/RI do Bolsa Família e Cadastro Único, 2013).

Sobre o resultado das metas impostas pelas condicionantes do referido programa, o Relatório destaca que o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre finalizado em novembro de 2012, foi de 89,32%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que corresponde a aproximadamente 13 mil alunos em um universo de 14.896.854 alunos beneficiários. Para os adolescentes que recebem o Benefício Vinculado ao Adolescente, o

---

<sup>31</sup> O PBF foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 2003 e regulamentado na Lei nº 10.836, de 2004.

percentual de acompanhamento da frequência escolar foi de 77,62%, resultando em 2.389.544 jovens acompanhados de um total de 3.078.673 jovens com perfil. Sobre o acompanhamento relativo à saúde das famílias, cujo mês de referência é dezembro de 2012, o PBF obrigou 8.689.047 famílias (de um total de 11.883.263) ao acompanhamento médico preventivo (MDS/RI do Bolsa Família e Cadastro Único, 2013).

## 2.4 Desenvolvimento territorial

A adoção de uma abordagem territorializada para a promoção do desenvolvimento rural não constitui uma novidade. Na literatura normativa, aquela produzida por instituições como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO<sup>32</sup>) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o debate sobre a noção de território e de sua pertinência como estratégia de desenvolvimento já estava instalado desde os anos noventa (FAVARETO, 2010). No Brasil, essa abordagem emerge em 2003 através da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o lançamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)<sup>33</sup>.

A instituição da SDT e do PRONAT consistiu em um processo de ampliação e autonomização do PRONAF/Infraestrutura (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998). Neste movimento, a intenção era assegurar ao planejamento das políticas públicas de apoio à agricultura familiar uma escala mais ampla que o município. Na estratégia dos Territórios Rurais, a ação do Estado passa a acontecer seguindo uma orientação supra municipal em espaços selecionados conforme seu grau de pobreza e a presença de agricultores familiares, assentados e populações tradicionais. Além disto, em relação ao PRONAF/Infraestrutura *“modifica-se também o marco para a participação social na gestão do programa. Em vez de conselhos municipais, passa-se a estimular e exigir Colegiados Territoriais”* (FAVARETO 2010:15).

---

<sup>32</sup> Em inglês: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

<sup>33</sup> O PRONAT visava fortalecer os atores sociais atuantes nos territórios espacialmente definidos e estimular sua participação na construção de um plano de desenvolvimento e na elaboração de projetos coletivos para o meio rural.

Segundo a definição da Secretaria de Desenvolvimento Territorial o,

Território é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL 2005:28).

Nesta definição encontram-se dois princípios chave da nova estratégia governamental para reduzir as desigualdades econômicas e sociais. O primeiro deles refere-se à integração do urbano e rural, pressupondo então a integralidade das relações entre estes espaços sociais. A segunda diz respeito a *“uma visão multidimensional que introduz um equilíbrio com a visão predominantemente econômica que tem prevalecido nas concepções tradicionais de desenvolvimento rural”* (ECHEVERRI, 2010:91). Desta forma, a adoção do Território como unidade de gestão significou um inflexão na forma de promoção da política de desenvolvimento para o meio rural.

Outro elemento que se consolida com essa mudança é o reconhecimento da necessidade de um novo tipo de arranjo institucional para que o desenvolvimento rural tal como proposto seja alcançado. Nesse sentido, a abordagem territorial prescreve que o planejamento deste tipo de desenvolvimento local deva ocorrer de baixo para cima, ser de caráter participativo (em consonância com os processos de descentralização das política públicas) e baseado na autogestão. Nestes termos, torna-se fundamental para a política de desenvolvimento rural a participação de diferentes órgãos e ministérios do governo federal, a participação dos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a participação das múltiplas organizações da sociedade civil. Na estratégia da SDT, o comprometimento destes atores garantiria uma gestão social dos rumos do desenvolvimento rural, priorizando ações e a implantação de programas conforme as necessidades do local.

No cerne da abordagem territorial para a promoção do desenvolvimento está a concepção de que o envolvimento dos atores locais no processo é fundamental para que as mudanças aconteçam. Na política de desenvolvimento territorial, a ideia é que os agricultores familiares, assentados, quilombolas, comunidades indígenas, etc, participem ativamente da formulação e planejamento das políticas públicas, bem como realizem o controle social sobre elas. Este processo de empoderamento dos atores locais visa liberar as populações dos laços de sujeição aos quais historicamente estiveram submetidas. O principal instrumento para viabilizar

a entrada dos atores locais nos processos decisórios foi a criação de colegiados territoriais, que são espaços em que os representantes da sociedade civil e do Estado se congregam e é também o cenário onde eles negociam sobre os rumos do desenvolvimento rural em seu território.

O Programa Territórios da Cidadania (PTC) surge, em 2008, de uma preocupação em se engendrar um novo ciclo de desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais ampliando os resultados sociais e econômicos alcançados nos primeiros quatro anos de governo do Partido dos Trabalhadores (FRANÇA, 2011; FRANÇA e SORIANO, 2010). O PTC consiste em uma ampliação da política de desenvolvimento territorial lançada pela SDT/MDA. Nesta mudança, a política territorial passou a incorporar as ações conduzidas por diferentes ministérios. Coordenados pela Casa Civil, os 19 ministérios foram convocados para constituir um quadro de convergência e de sinergia entre as diversas políticas setoriais que operavam, articulando as suas intervenções no âmbito de um mesmo espaço e para um conjunto diversificado de populações.

Da mesma forma que o PRONAT, a nova proposta de desenvolvimento territorial estabelece, por um lado, a necessidade de apoiar a dinâmica do desenvolvimento local a partir das identidades, solidariedades e iniciativas criadas nos próprios espaços locais. Por outro lado, o PTC reafirma a necessidade de uma nova institucionalidade que tem por objetivo superar a dispersão e a desarticulação de políticas públicas e sociais destinadas às populações mais pobres. Organizado a partir dos instrumentos de gestão já constituídos na experiência anterior (fóruns e colegiados territoriais, planos de desenvolvimento territorial, etc.), a diferença fundamental entre o PTC e o PRONAT é o seu objetivo específico de superar a forma desconexa e desintegrada das ações do governo federal.

O Programa Territórios da Cidadania insere-se na história das políticas de desenvolvimento rural e combate à pobreza como uma evolução das políticas públicas e sociais nas últimas décadas. Segundo Leite, Kato e Zimmermann, o progresso do PTC em relação às ações anteriores do Estado está nos dois processos centrais desta concepção de política, quais sejam: descentralização das políticas públicas e o empoderamento dos atores locais. Os referidos autores destacam que estes atributos são percebidos como importantes e transformadores, pois, na medida em que se efetivam, ocorre o fortalecimento de uma real

participação social<sup>34</sup> e democrática na governança dos rumos tomados pelo desenvolvimento no país.

Favareto (2009), assim como Leite e outros (2009), reconhece o PTC como algo novo e com efeitos positivos sobre os processos democráticos e participativos. Contudo o autor ressalta que,

o Territórios da Cidadania revela-se, até o momento, mais uma inovação parcial. Inovação importante, porque abre a possibilidade inédita de que se reconheça o Brasil rural, o Brasil interiorano, o Brasil profundo como um espaço de investimentos tendo por foco os segmentos mais precarizados. Mas inovação parcial porque reproduz uma dicotomia: para o Brasil dinâmico, a aceleração do crescimento, e para o Brasil rural a ampliação da cidadania dos mais pobres (FAVARETO, 2009:64).

Favareto observa que essa dicotomia entre redução da pobreza e dinamização econômica deve ser um elemento a ser superado para que a experiência brasileira de territorialização consista em um instrumento com real efetividade. “*Obras de infraestrutura e políticas sociais ou focalizadas são condições básicas, mas estão longe de ser o bastante para promover o desenvolvimento territorial*” (FAVARETO, 2009:64). O autor também destaca que,

O erro dos críticos mais ácidos do Territórios da Cidadania é não reconhecer que a integração de políticas é um dos princípios mais elementares do planejamento governamental. Algo que evita a pulverização de esforços e que já deveria ocorrer desde muito tempo. O programa é um passo nessa direção. O erro dos entusiastas é achar que o programa representa uma inovação sem precedentes e consistente o bastante para aquilo a que se propõe. Enquanto isso, o mais importante dilema permanece sem solução e, pior, sem portadores sociais capazes de equacioná-lo: como não confinar as regiões interioranas ao eterno delivery de políticas públicas. Este é, ou deveria ser ao menos, o verdadeiro pomo da discórdia. Mostrar quais serão os caminhos da verdadeira integração das políticas, e não sua mera concentração em um ministério, é o grande desafio do programa para ser de fato uma mudança institucional significativa (FAVARETO, 2009:64).

O processo de desenvolvimento a partir da estratégia territorial, como demonstrado, é ainda muito recente no interior do Estado e não pode ser tomado como uma forma de ação política acabada. O desenvolvimento territorial, desde as ações do PRONAF/Infraestrutura, tem passado por inúmeros ajustamentos, avanços e algumas estagnações. Contudo, não se pode desprezar que com esse processo mudanças significativas aconteceram, inclusive no sentido de incrementar o repertório de ação de agricultores familiares. A participação social nos termos

---

<sup>34</sup> Uma participação social “não necessariamente aliada (..) às práticas ‘assembleísticas’, ‘populistas’ ou ‘assistencialistas’ que foram amplamente utilizadas na ‘velha’ experiência de planejamento do desenvolvimento rural (muito em voga nas décadas de 1970 e 1980, em boa medida incentivada pelos programas financiados por agências multilaterais, como o Banco Mundial).” (LEITE; KATO, ZIMMERMANN, 2009:108).

em que a política territorial apregoa, com ênfase na inclusão da sociedade civil na governança da coisa pública, consiste em uma possibilidade interessante para que a pobreza rural e a exclusão social sejam superadas a partir de um esforço conjugado entre Estado e sociedade.

\*\*\*

Neste capítulo buscou-se enfatizar que o mundo rural brasileiro, especialmente no Nordeste, alberga a grande maioria das pessoas em situação de pobreza no país. Na discussão empreendida, fica claro que a pobreza rural não é resultado da falta de investimentos do Estado ou uma opção dos agricultores familiares em permanecer fora do mercado ou das relações sociais da sociedade englobante. Conforme exposto, o Brasil rural, desde os 1950, por intermédio de ações do Estado, passa por um profundo processo de transformação. Tais mudanças representaram a fundação de novas e modernas ruralidades em vários espaços do país, inclusive no Sertão do São Francisco. Nesta conjuntura não faz sentido tratar o rural brasileiro como sinônimo de atraso, pois as intervenções empreendidas pelo poder público estimularam a edificação de um rural dinâmico, com processos agrícolas interligados à indústria e que extrapolam as fronteiras nacionais.

Ao discutir as políticas de modernização da agricultura fica exposto que estas ações, tal como foram empreendidas, reiteraram a histórica desigualdade de acessos aos recursos naturais, ao conhecimento técnico, ao mercado, etc., existente entre as diferentes categorias sociais presentes no campo brasileiro. A modernização, para a agricultura familiar, em muitos casos significou o aumento das disparidades socioeconômicas e a completa exclusão social. Como foi visto, por seu caráter seletivo, a modernização tratou de implodir padrões de organização social, econômica e ambiental que a agricultura familiar, em suas diversas expressões, vinha desenvolvendo ao longo de séculos de convivência com a natureza.

Contudo, em razão das profundas alterações sociais e políticas que aconteceram no Brasil, depois dos anos 1980, um novo momento para as questões diretamente relacionadas à pobreza rural e à agricultura familiar foi inaugurado. Com a redemocratização, a sociedade e os governantes se mostraram mais sensíveis às questões relativas à universalização da cidadania e às desigualdades sociais. Neste ambiente, a agricultura familiar emerge como categoria social, científica e política, e passa a receber uma especial atenção do Estado. Surgiu uma série de políticas públicas e sociais que visavam promover a inclusão e o desenvolvimento desta parcela do mundo rural. Para os agricultores familiares essa inflexão no modo de fazer política tornou-

se uma oportunidade valiosa para eles (re)elaborarem suas estratégias e garantirem que seus projetos de vida fossem concretizados e que suas famílias vivessem conforme a qualidade de vida idealizada.

### 3 A lógica camponesa e as práticas sociais: permanência e adaptações no século XXI

Nos anos dourados do capitalismo (entre as décadas de 1950 a 1970) o mundo assistiu a um acelerado processo de difusão da modernização e industrialização da agricultura. Esse projeto, justificado sob o pretexto de promover o crescimento econômico, levou governos de diferentes países, desenvolvidos e em desenvolvimento, a se empenharem na promoção da nova “*revolução agrícola*”<sup>35</sup>.

Contudo, em razão dos diferentes contextos políticos e particularidades históricas, o projeto de modernização da agricultura assumiu distintas feições ao redor do mundo. Se em alguns países desenvolvidos, tal como discute Abramovay (1990), a consolidação do “*capitalismo agrário*” baseou-se numa forte atuação do Estado para viabilizar uma agricultura familiar modernizada, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os avanços técnicos e de responder às políticas governamentais, nos países em desenvolvimento isso necessariamente não se repetiu. Apesar de igualmente estimulada pelo poder público, há casos em que a modernização da agricultura redundou na adoção dos preceitos da Revolução Verde – mecanização, uso de agroquímicos, biotecnologias e especialização da produção – pelos grandes e médios produtores ou pelas empresas agropecuárias.

No Brasil, a modernização da agricultura é parte e resultado de um consistente investimento do Estado na concretização da economia capitalista de base industrial<sup>36</sup>. A política

---

<sup>35</sup> Sobre as características deste processo na Europa, Mazoyer e Roudart (2008) destacam: “*Em suas grandes linhas, essas políticas consistiram em facilitar o escoamento dos produtos (...) e em garantir aos produtores preços bastante estáveis e remuneradores para estimular a produção, além de dotar os estabelecimentos capazes de se desenvolver de uma real capacidade de auto investimento. Para ampliar a possibilidade de investimento desses estabelecimentos, também foram criados sistemas de créditos bonificados com baixas taxas de juros para ampliar ainda mais a possibilidade de investimento dessas explorações. Além disso, para facilitar a aquisição de novos meios de produção, máquinas, adubos, produtos de tratamento, construções e ordenamentos fundiários, os estabelecimentos foram não só exonerados de taxas, mas, em alguns casos, subsidiados. (...) Paralelamente eram reforçados ou criados desde a base dispositivos nacionais de pesquisa agrônômica, amparados por institutos técnicos especializados que, por sua vez, apoiavam-se em uma extensa rede de centros locais de experimentação, de informação e de vulgarização agrícola*” (MAZOYER; ROUDART, 2008:480).

<sup>36</sup> As estruturas econômica e política brasileira, a partir do fim da década de 1930, são organizadas de modo a possibilitar a formação de um substrato institucional e social que servisse de suporte ao projeto estatal de industrialização do país. Neste esforço o Estado brasileiro torna-se um agente com forte presença na vida econômica do país. Nas décadas subsequentes à de 1930, sobretudo a partir de 1964, além ser um participante ativo da economia o Estado intensifica o estímulo à industrialização e permite a entrada de capitais transnacionais nos setores da indústria de bens de consumo duráveis (GREMAUD; VASCONCELLOS; TOLEDO JR 2005:409-

agrícola brasileira, definida na segunda metade da década de 1960, criou um amplo programa de desenvolvimento rural para as diferentes regiões do Brasil, com o objetivo de transformar a produção agropecuária nacional, tornando-a complementar ao parque industrial recém instalado no país.

No período de expansão dos princípios associados à Revolução Verde, ressalta Delgado (2001), o debate sobre a “*questão agrária*” no Brasil – por força da conjuntura política que se estabeleceu – ficou inteiramente dominado pela agenda dos Governos Militares. Se no momento anterior ao Golpe ele estava centrado nas relações de produção, na estrutura fundiária e nas suas consequências sociais, econômicas e políticas, nos vinte e cinco anos que se seguiram, o debate se metamorfoseou e voltou-se para aspectos relativos à oferta e à demanda de produtos agrícolas e seus efeitos sobre os preços, o pleno emprego e o comércio exterior (DELGADO, 2001:163). Deste modo, no período de 1964 a 1980,

as funções da agricultura na economia, mais além de perseguir objetivos estritos de estabilidade de preços e do salário real e superávit comercial externo, incorporariam uma outra demanda, não presente no período anterior: o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período (DELGADO, 2001:164).

Por consequência deste direcionamento político, salienta Martine, “*a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial*” (1991:10). De acordo com Kageyama, a formação dos complexos agroindustriais: “*envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma fábrica que compra determinado insumo e produz matérias primas para outros ramos da produção*” (1990:121-127).

Decerto, tais alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola provocaram profundas transformações do setor agrícola nacional. A mais notável delas foi o salto na capacidade produtiva nacional – materializada nas super-safras das *commodities* agrícolas. Contudo, a formação dos complexos agroindustriais não significou uma alteração nas estruturas sociais do campo. De modo geral, apesar do capitalismo agrário espriar-se por todo território nacional, como de costume, e confirmando um processo histórico de exclusão social

---

412). Ademais, neste momento, o governo passa a fomentar um amplo processo de modernização do setor agrícola do país (MARTINE; BESKOW, 1987:19).

das classes populares, a modernização agrícola brasileira negou ao campesinato e demais trabalhadores rurais o acesso à terra (em condições iguais às obtidas pelos grandes proprietários e pelas empresas agropecuárias) e os privou também de direitos básicos da legislação trabalhista já assegurados aos trabalhadores urbanos desde o “Estado Novo”<sup>37</sup>.

Por razões políticas, paralelamente ao desenvolvimento da moderna agricultura brasileira há em curso um processo de exclusão social e êxodo rural. As condições impostas pela modernização agrícola transformou grandes contingentes de agricultores familiares em migrantes segregados nas áreas periféricas das cidades brasileiras<sup>38</sup> ou em bolsões de pobreza localizados no entorno das propriedades modernizadas. A literatura sociológica caracteriza este processo de desenvolvimento do campo como uma modernização parcial, seletiva, excludente e “dolorosa”. Segundo Wanderley,

a modernização adotada é dolorosa, antes de tudo, porque paradoxalmente, reproduz o “atraso”. Ora o “atrasado” que permanece dentro do “moderno” e o que o redefine, pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é, foi feita pelos e para os proprietários fundiários, gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização (WANDERLEY, 2009E:46).

No momento em que o Estado investiu pesadamente na modernização da agricultura, o interesse dos grandes proprietários<sup>39</sup> determinou que a transformação do campo não fosse generalizada. Sob o pretexto de conservar a grande propriedade como detentora das melhores terras, maximizar o excedente extraído da atividade agrícola e manter uma massa de trabalhadores ao mais baixo custo (FURTADO, 1981; 1982), os donos do poder obstruíram a participação da agricultura familiar no processo de modernização. Desta forma, apenas setores agrícolas privilegiados<sup>40</sup>, intrinsecamente relacionados às grandes propriedades ou às empresas rurais, receberam estímulos governamentais para se modernizar.

---

<sup>37</sup> Em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado no Congresso. Através dele os trabalhadores do campo passavam a ter os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, a saber: registro profissional, 13º salário e férias.

<sup>38</sup> Na zona canavieira de Pernambuco, estudos como os de Andrade (1986) e Sigaud, (1979) apresentam como a modernização transformou as relações trabalhistas e conseqüentemente intensificou a expulsão dos moradores de engenho. Uma vez expulsos, o principal destino destes agricultores familiares era se fixarem nas “pontas de ruas”, as áreas periféricas das cidades.

<sup>39</sup> Grupo que ao longo de grande parte da história do Brasil foi o principal responsável por definir “o eixo em torno do qual giraria todo o sistema de decisões concernentes à ocupação de novas terras e à criação crescente de emprego para uma população crescente” (FURTADO, 1982:91-92).

<sup>40</sup> São eles os vinculados à demanda externa ou a produtos estratégicos para o mercado interno como trigo, cana-de-açúcar e hortigranjeiros.

Os dirigentes políticos, em conluio com a elite agrária, conduziram a modernização de uma maneira que somente *“os grandes proprietários puderam se beneficiar, prioritariamente, das somas consideráveis de recursos públicos, os quais, como numa espiral, terminavam por reforçar a concentração da terra”* (WANDERLEY, 2009D:24). Essa reiteração do monopólio da terra constituiu um poderoso instrumento para que os grandes proprietários conservassem o seu poder e a sujeição de uma massa de trabalhadores camponeses.

Graças aos rumos do processo de modernização, os grandes proprietários garantiram uma divisão de trabalho no campo muito conveniente para eles, qual seja: as maiores propriedades, localizadas nas melhores terras, tiveram acesso a crédito subsidiado, tecnologia e assistência técnica para poder produzir e abastecer o mercado externo e interno. Por outro lado, para as diferentes expressões da agricultura familiar restou ocupar três frentes de trabalho:

A frente do minifúndio, quando o trabalhador tem acesso a essa forma precária de propriedade da terra, onde subutiliza sua capacidade de trabalho e está praticamente impossibilitado de capitalizar e melhorar seu nível técnico; a fronteira móvel sem apoio logístico ou financeiro onde se dedica a abrir terras com técnicas primitivas, sem qualquer possibilidade de fixar-se e ascender à situação de proprietário; e integrar-se em uma empresa agromercantil como parceiro, foreiro, rendeiro, trabalhador assalariado, etc. ou mediante a combinação de mais de uma dessas relações de trabalho (FURTADO, 1982:117).

A expropriação do acesso aos meios de produção da subsistência, imposta aos agricultores familiares a partir da modernização, levou essa unidade de produção a um nível mais alto de dependência e subordinação aos grandes proprietários. Neste ponto é fundamental lembrar Palmeira (1989) e destacar que não é a partir da modernização que o campesinato brasileiro torna-se uma classe expropriada. O referido autor afirma que a expulsão de “trabalhadores dependentes” (moradores, agregados, colonos, etc.) já ocorria no passado. Contudo, a perversa novidade no êxodo rural comandado pela modernização da agricultura é que neste momento há um completo rompimento das relações tradicionais que garantiam uma relativa autonomia ao campesinato sobre o seu trabalho e projeto de vida. Palmeira destaca:

Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado (PALMEIRA, 1989:89).

Segundo Martins, a seletividade da modernização, ao criar ilhas de agricultura moderna, gerou consequências gravíssimas para os agricultores familiares. O autor destaca que a modernização, da forma como foi implementada, significou para a grande maioria da população

do campo, os agricultores familiares, uma abrupta ruptura do projeto de vida que o grupo doméstico construía ao longo de várias gerações. A partir da modernização,

Desaparece a produção direta dos meios de vida, de tipo camponês, (...) complementada por pagamentos em dinheiro. Difunde-se no campo o trabalho puro, configurado no salário puro, isto é, pagamento do estrito número de horas trabalhadas. Decorre daí a nova pobreza brasileira que, sendo rural e agrícola, se manifesta como pobreza urbana e como marginalidade social ou o que preferem definir, nem sempre com precisão, como “exclusão social” (MARTINS, 2002:172).

Ao evitar um conjunto de reformas no campo, sobretudo a reforma agrária, os governos e seus apoiadores inviabilizaram a modernização da agricultura familiar, tal como aconteceu em outros contextos históricos, de produzir transformações profundas no pacto entre Estado e a sociedade. Nestes termos, a modernização da agricultura no Brasil, *“menos pelo que introduziu de moderno e mais pelo que reproduziu das formas tradicionais de dominação”* (WANDERLEY, 2009D:37), é, em grande parte, a principal responsável por determinar a situação que agricultura familiar camponesa ocupa atualmente na economia e na sociedade brasileira.

### **3.1 Subordinação e autonomia camponesa**

Para falar sobre o campesinato e seu lugar na sociedade é fundamental ter bem claro que estes agricultores familiares estão historicamente imersos em condições sociais, políticas e econômicas marcadas por relações de dependência, marginalização, penúria e subordinação. E que apesar de existir grandes diferenças entre as muitas formas de agricultura familiar, é importante saber que todas elas estão, neste último século, submetidas a contextos extremamente conturbados (LAMARCHE, 1993; 1998).

Inscrito em condições tão adversas, o campesinato, para garantir sua manutenção e a reprodução de seu modo de vida, sempre esteve envolvido em lutas por maior autonomia de seu projeto de vida, por sua sobrevivência, por dignidade, por algum protagonismo social. Pelejar por estes objetivos, que também são de muitas outras categorias sociais (no campo ou nas áreas urbanas), especificamente no caso camponês, materializa-se em um processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa da gestão de uma base de recursos simbólicos e materiais, entre os quais destacam-se a terra e a natureza socialmente produzida. *“A terra camponesa não é apenas uma terra de trabalho, ela é também morada da vida, lugar*

*dos animais de estimação, do pomar, da horta e do jardim, é a terra da fartura, onde o grupo familiar se reproduz*” (PAULINO; ALMEIDA 2010:40).

No Brasil, desde o início da segunda metade do século XX, quando a modernização da agricultura se radicaliza, tem início uma profunda transformação do mundo rural. Nesta corrida pela requalificação da agricultura nacional, com o objetivo de torná-la um setor economicamente mais dinâmico e alinhado às características essenciais da indústria, não foi considerada a possibilidade dos pequenos agricultores familiares participarem como protagonistas deste projeto. O resultado disto, por um lado, foi a conversão das grandes e médias propriedades agropecuárias em modernas unidades produtivas, a partir da adição de tecnologias e integração à agroindústria processadora e, por outro lado, a expropriação e marginalização dos trabalhadores e agricultores familiares imobilizados nestas fazendas por contratos trabalhistas como o de colonato ou morada<sup>41</sup>.

Entretanto, paralelamente ao êxodo compulsório dos trabalhadores das grandes propriedades (sem-terra), observou-se no campo brasileiro que um crescente número de agricultores familiares conseguiu e consegue, sob formas e em circunstâncias as mais variadas, manter sua capacidade de organizar uma atividade produtiva, permanecendo produtores de mercadorias. Decerto, para todos aqueles que acreditaram que a instalação do capitalismo agrário havia decretado o fim do modo de produção familiar, a emergência econômica, política e cultural de diversas formas de expressão da agricultura familiar consistiu em uma situação anômica<sup>42</sup>.

Era algo inusitado porque na “utopia da modernidade”, cuja pretensão era tornar o mundo homogêneo e governado pela razão instrumental, estava prescrito o fim da separação entre campo e cidade. Long e Ploeg ressaltam que as teorias desenvolvimentistas independentes

---

<sup>41</sup>Segundo Neves “*O colonato e a morada constituíam formas de imobilização da força de trabalho em que o proprietário de terra, controlando os trabalhadores para disponibilidade plena nos momentos de pico produtivo, liberava-se dos custos de reprodução da mão-de-obra naqueles períodos de diminuição das atividades agrícolas. Apresentavam-se como sistemas de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinados com plantio de lavouras de subsistência, vigentes em determinados contextos socioeconômicos em que a estrutura de poder nas fazendas fundava-se em relações personalizadas e regras consensuais*”. (NEVES, 2008:137-138)

<sup>42</sup> Vale notar que a permanência camponesa na contemporaneidade implicou em uma participação decisiva deste ator social nas revoluções que abalaram o mundo ao longo do Século XX, por exemplo: Mexicana 1910, Russa (1905 e 1917), Chinesa (1921), Vietnamita (1961), Argelina (1954), Cubana (1958). Contudo, o protagonismo camponês não se limita aos conflitos armados, é significativo destacar que por meio da ação coletiva e dos movimentos sociais camponeses como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra ou o movimento Zapatista, dentre muitas outras, os agricultores familiares construíram seu espaço no mundo contemporâneo.

de seu posicionamento – se alinhadas à teoria da modernização ou à teoria neomarxista – conceberam o desenvolvimento rural em termos de “*um movimento progressivo em direção a forma tecnológica e institucionalmente mais complexas e integradas da ‘sociedade moderna’*” (LONG; PLOEG, 2011:21).

A integração ocorreria, segundo os mesmos autores,

através de um envolvimento crescente em mercados de *commodities* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologias, conhecimentos, recursos e formas de organização do mundo desenvolvido ou de setores de um país, para partes menos desenvolvidas (LONG; PLOEG, 2011:22).

A preponderância desta apreensão modernizante da vida social e a crença em um natural desenvolvimento econômico (no qual o modo de produção capitalista consistiria no fim da história) ofuscaram, de modo irrefletido ou não, certas práticas camponesas que continuaram a se reproduzir e se reconstituir em diferentes situações apesar de tudo. Contaminadas por visões deterministas, lineares e externalistas das mudanças sociais, teorias e políticas de desenvolvimento rural construíram uma compreensão dos processos agrícolas que não reconhecia no campesinato a capacidade de agente (MENEZES; MALAGODI, 2011).

No anseio de modernizar o campo, muitos esquemas analíticos, geradores de intervenções públicas no mundo rural, foram displicentes com os indícios de que a agricultura familiar, em sua história, tem agregado elementos do passado nos modos de produção do presente. Assim sendo, faltou a estes esquemas aprofundar a compreensão de que o campesinato pode estar contraditoriamente inserido no modo capitalista de produção.

Em “*Capitalismo e tradicionalismo*”, Martins (1975) expõe ideias que tocam diretamente o tema da presente discussão. Em seu estudo sobre a pequena agricultura no Vale do Paraíba do Sul, destaca que a unidade camponesa, realizadora de uma produção agropecuária fundamentalmente familiar, não é marginal à expansão do capitalismo agrário e nem é uma experiência social em extinção. Ao contrário, ela é orgânica e essencial à expansão do capitalismo contemporâneo.

O autor refere-se à agricultura tradicional como inscrita numa economia de excedente, em que os agricultores geram tanto bens de consumo familiar, quanto um excedente produtivo que é destinado ao replantio do roçado, à troca entre vizinhos e à venda no mercado local e regional. Segundo ele, na produção camponesa a comercialização não é uma transação

incidental ou que envolve os produtos que sobraram do consumo familiar. Por parte do agricultor camponês, há uma série de cálculos e avaliações para que a decisão de participar do mercado seja efetivada ou refratada. Assim sendo, definitivamente, as relações entre o autoconsumo e a venda no mercado não são excludentes e tampouco levam ao fim da agricultura familiar. O referido autor salienta,

Na planície, a maior parte da subsistência da população rural é obtida mediante o dinheiro, por sua vez obtido com a venda do leite. Na montanha isso não ocorre, porque a subsistência está garantida diretamente pelo produtor e não depende da comercialização do leite. Embora os fretes e o transporte aos postos de refrigeração, engarrafamento e distribuição onerem mais o pecuarista da montanha (porque mais distante), o custo da sua produção é provavelmente mais baixo. De certo modo, como se observa na região, o homem da montanha pode vender o leite por qualquer preço. Os custos marginais da sua produção, inferiores aos da planície, dão-lhe condição de inserir-se no mercado sem riscos de rendimentos líquidos negativo como ocorre com aquela (MARTINS, 1975:11).

Outro posicionamento sobre a inserção do campesinato no mercado a ser considerado é o proposto por Garcia Junior (1989), Heredia (1979) e Garcia Junior e Heredia (2009) a partir da noção de “*alternatividade entre autoconsumo/venda*”, considerando que uma das características fundamentais da economia familiar do campesinato brasileiro é a combinação recorrente “*de lavouras ditas para o gasto da casa e de lavouras para venda*” (2009:233). O princípio da *alternatividade*, formulado por estes autores, destaca que entre as opções possíveis ao agricultor familiar – investir exclusivamente na produção para o mercado ou manter-se completamente afastado dele – o chefe da unidade familiar toma como prioridade prover o grupo familiar, colocando-o em posição vantajosa para garantir sua segurança em qualquer circunstância. Assim sendo,

As lavouras denominadas com frequência de “para o gasto” (...) podem ser objeto de autoconsumo, mas também podem dar origem a mercadorias, objetos de compra e venda a dinheiro. Permitem o gasto da casa em itens imprescindíveis, que não podem faltar à mesa [e.g. sal], podendo circular do sítio ou do roçado para a casa ou passarem por circulação mercantil antes de seu consumo (GARCIA JUNIOR; HEREDIA, 2009:233).

Ainda que possa levar o camponês a se tornar um “cativo” do mercado, como ocorre entre os agricultores estudados por Martins, por ser meticulosamente calculada, a confluência entre a produção e a comercialização não se converte em um impedimento à plena continuidade destas unidades agropecuárias. Mas sim, em um elemento de “*vantagem*”, que é sabiamente explorado pelos agricultores camponeses. Pela perspectiva do campesinato, a inserção no mercado pode vir a ser, destaca Woortmann (1990), um mecanismo para sua continuidade. Segundo o autor, a integração ao mercado,

não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade. Colonos teuto-brasileiros do Sul do país de há muito produzem para o mercado, tendo se configurado, no passado, como exportadores de alimentos para a Europa. Sua ordem social é, no entanto, de caráter mais holista do que individualista; para eles a terra não é mercadoria, e sim, patrimônio da família (mais precisamente da Casa-Tronco), e garantir sua integridade é ponto de honra para pessoas morais governadas pelo senso de honra. Tal como os camponeses franceses estudados por Bourdieu (1962), organizados pela *maison* (equivalente à Casa-Tronco), a terra-patrimônio se sobrepõe ao indivíduo; este é prisioneiro daquela, na medida em que ela expressa o valor-família, visto este último como manifestação específica do valor-hierarquia, no sentido que lhe atribui Dumont (1985). Produzir, então, para o mercado não significa, necessariamente, modernidade no plano do valor. Produzir para o mercado não significa tampouco estar integrado ao mercado (Tepicht, 1973) e muito menos estar integrado à sociedade nacional, no que se refere às tendências dominantes desta. Não significa nem mesmo pertencer à nação, como mostra Delbos (1982) (WOORTMANN, 1990:15).

Em sua reflexão sobre o lugar e participação do campesinato nas sociedades capitalistas contemporâneas, especificamente no caso brasileiro, Wanderley (2009A) destaca que pela perspectiva do modelo econômico capitalista “*O camponês: [é] um trabalhador para o capital*”. Segundo a autora, na atualidade, o campesinato pode ser considerado um segmento da agricultura familiar e é uma forma particular de agricultura familiar muito presente no Brasil<sup>43</sup>, especialmente no Nordeste brasileiro – inclusive no quadro da modernização da agricultura (2009B). Assim, o campesinato, mesmo tendo perdido a importância que tinha nos sistemas societários precedentes ao capitalista, ainda hoje continua a se reproduzir e o faz de maneira integrada às condicionantes impostas pelo tempo presente. Pois, é:

uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado. (...) Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de “patrimônio sociocultural” do campesinato brasileiro (WANDERLEY, 2009B:172).

Compreendido desta maneira, não é esclarecedor restringir a agricultura camponesa a uma agricultura de subsistência, altamente refratária ao risco e apegada a uma tradição que não a permite se lançar no mercado, mesmo que de modo parcial. Wanderley apresenta o camponês sob uma perspectiva em que a “tradição” ou o “patrimônio sociocultural” do campesinato,

---

<sup>43</sup> Apoiando-se no tipo ideal de sociedade camponesa formulado por Mendras, Wanderley salienta que a maior parte das características apontadas pelo sociólogo francês podem ser encontradas em algumas expressões da agricultura familiar no Brasil, a saber: “*a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interrelacionamentos; e a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma relação entre a sociedade local e a sociedade em geral*” (2009B).

transmitido entre as gerações sucessivas, serve de base para o enfrentamento das condições impostas pelos diferentes contextos históricos (LAMARCHE, 1993).

A agricultura familiar camponesa que permanece e projeta seu futuro, segundo a referida autora, é aquela que, sob o impacto das transformações socioeconômicas mais abrangentes – desencadeadas pela urbanização, pelas relações monetarizadas, pelo desenvolvimento tecnológico e, recentemente, pela globalização, etc. – conseguiu se adaptar e reproduzir, transformando-se interna e externamente para tornar-se um agente com competências que a habilitam a participar da agricultura moderna. Recorrendo aos escritos de Jollivet e Mendras (1971) e Jollivet (1974), Wanderley destaca que a “*crescente perda*” de autonomia camponesa (desencadeada pelos processos anteriormente referidos) não deve ser compreendida como um movimento que levará à extinção do campesinato.

A permanência do camponês como um trabalhador para o capital decorre de um desinteresse do capital em proletarizar a totalidade da força de trabalho disponível no campo. Para o sistema, é conveniente que agricultura camponesa se reproduza no interior das sociedades modernas como uma pequena produção mercantil e abasteça o mercado urbano e industrial com alimentos e matérias primas. A admissão do camponês como mais um elemento do capitalismo agrário acontece porque convém ao modo de produção capitalista manter este agente produtivo, uma vez que ele é obrigado a produzir cada vez mais sobretrabalho, em forma de excedente agrícola, para não ser penalizado com uma maior expropriação dos meios de produção e ter seu projeto de vida familiar completamente inviabilizado.

Na formação da sociedade brasileira, como expõem os textos da Coleção História Social do Campesinato (Ed. Unesp/NEAD), as relações de subordinação entre o modo camponês de produção e a economia de mercado são de longa data. Os vários artigos desta coletânea explicitam que, através dos tempos, as mais variadas formas de agricultura familiar coexistiram com outros modos de produzir e mantiveram com eles intrincadas relações de interdependência, mas sempre ocupando uma posição hierárquica inferior e marcada por desigualdades sociais:

ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação com a grande produção agroindustrial e pastoril (Apresentação da Coleção História social do campesinato brasileiro, 2009:11-12).

Ao rever a história camponesa do Brasil, fica explícito que a agricultura tradicional constitui um dos pontos de apoio para a efetivação do mundo capitalista e urbano neste país. É bem verdade que a principal plataforma do desenvolvimento capitalista no Brasil do século XX consiste na industrialização e no trabalho assalariado (urbano e rural). Mas isso não significou que o capital, em sua pungente necessidade por maiores rendimentos a menor custo, descartasse manter relações com a economia tradicional de setores identificados por ele como arcaicos e desconectado dos “*novos tempos*”. Comprar barato dos seguimentos agrícolas de subsistência tornou (e torna) possível para o capital ampliar ou manter o número de consumidores urbanos auferindo níveis satisfatórios de retorno dos investimentos iniciais. Nestes termos, conclui Martins, “*a viabilidade da economia nacional está na dependência direta não apenas na expropriação do proletário urbano, mas fundamentalmente da expropriação do homem rural (...) produzindo-se com caipira*” (MARTINS, 1975:14).

Segundo o posicionamento de Santos (1982), é possível afirmar que a agricultura camponesa situa-se em diferentes lugares, a meio caminho entre dois pontos diretamente opostos: por um lado, as unidades ou coletividades de produção voltadas exclusivamente para o autoconsumo e, por outro, as modernas unidades empresariais de produção para o mercado. Estar entre estes extremos significa para o camponês deter um relativo controle sobre sua vida e atividade profissional (direcionando-a para a satisfação das necessidades de seu projeto de vida) mas, ao mesmo tempo, representa estar submetido, formal ou informalmente, ao capital, na medida que este estabelece um conjunto de limitações sobre seu processo de trabalho, sem contudo aliená-lo completamente desta atividade.

Para o referido autor, o capital subordina o processo de trabalho do camponês sem requisitar que ele seja completamente transformado. Nestes termos, o camponês permanece com o relativo controle da terra e dos outros meios de produção, com alguma capacidade para o gerenciamento da força de trabalho familiar e a execução de sua atividade agropecuária (SANTOS, 1982). O capital também determina o processo de trabalho camponês a partir do momento em que,

converte a terra em equivalente de mercadoria, coagindo o camponês a comprá-la para se tornar proprietário privado da terra; transforma as regiões camponesas em viveiro de força de trabalho para os setores agrícola e urbano-industrial das zonas de ocupação antiga e recente; leva os camponeses a produzir alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, estabelecendo a produção de valor de troca; provoca a extensão da jornada de trabalho da família camponesa; efetua o controle parcial do processo produtivo camponês; induz à dependência ao capital financeiro que viabiliza a reposição dos meios de produção; efetiva, mediante relações de troca desiguais, a

exploração do valor gerado pelo camponês; e, finalmente, produz a pauperização relativa das famílias camponesas (SANTOS, 1982:111).

A subordinação do campesinato realiza-se também através da reprodução, por parte da sociedade, de uma “amnésia social” ou uma apreensão unidimensional sobre quem é o camponês e o seu papel na história do Brasil (MOTTA, 1998; 2008). O processo de amnésia social “*apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros*” (Apresentação da Coleção História social do campesinato brasileiro, 2009:12) e em seu lugar consagra – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. A afirmação desta identidade caricatural de que o agricultor camponês é um pobre coitado, que vive isolado e distante da cultura oficial, analfabeto e mal nutrido, consiste em um processo de dominação simbólica cujo propósito é reiterar as bases da exploração e da submissão imposta à agricultura familiar.

A integração e subordinação do campesinato à modernidade, ainda que de grande potência e geradora de efeitos drásticos, sendo a mais notável o êxodo rural em massa, não constituiu um simples fenômeno de assimilação. A produção acadêmica brasileira em Ciências Sociais, por exemplo, aquela condensada na Coleção História Social do Campesinato, descortina as mais variadas formas como as agriculturas familiares reagiram na tentativa de preservar sua originalidade. Segundo Moura, frente às restrições sociais e econômicas impostas pela modernização do campo,

o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinidas e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem da reprodução do capital (MOURA, 1988:18).

Para Moura, o movimento de integração do camponês à modernidade não constitui uma via de mão única. Ou seja, no esforço para se manter, ao mesmo tempo em que é levado pela sociedade a se transformar e se diferenciar, o campesinato também impõe que a sociedade se modifique em alguma medida para albergá-lo. Estes ajustamentos mútuos para a integração de racionalidades tão distintas, e suas repercussões culturais, políticas e econômicas, exercem pressão e contribuem para modelar a sociedade em que vivemos.

Ploeg (2008), ao discutir a situação do campesinato no início deste século XXI, qualifica a agricultura camponesa moderna e define sua posição na sociedade pela articulação estreita

entre este modo de produzir e as relações sociais mais globais, o que o autor chama de *condição camponesa*. Segundo Sabourin, Ploeg:

propõe uma definição de condição camponesa, definida por seis características: 1) uma relação de coprodução com a natureza (p.24); 2) a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); 3) uma relação diferenciada com os mercados diversificados, resguardada uma certa autonomia; 4) um projeto de sobrevivência e resistência à reprodução da unidade familiar (p.30); 5) a pluriatividade (Schneider, 2003); 6) a cooperação das relações de reciprocidade (p.48) (SABOURIN, 2009:2).

Nessa compreensão, destacam Menezes e Malagodi (2011), observa-se que as relações que o camponês tem estabelecido com os fatores da produção (terra e trabalho) e os mercados continuam a fundamentar-se na busca de autonomia de seu projeto de vida. Para Ploeg (2008; 2011) fica patente que a perseguição empreendida pelo campesinato por uma maior autonomia e a reprodução de seu grupo familiar tem determinado uma forma muito particular de organização dos recursos produtivos (secularmente constituída) e uma relação tensa com o mercado. Neste esforço para permanecer, o camponês segue uma racionalidade que não é suficientemente explicada/compreendida, apenas utilizada instrumentalmente, pela lógica do mercado (PLOEG, 2008; 2011).

Considerar o camponês um ator social contemporâneo – que não está em vias de desaparecimento ou que existe apenas por determinação do capital – significa admitir que essa permanência nos dias de hoje e no amanhã resulta das capacidades de adaptação deste ator social frente às adversidades interpostas em sua trajetória histórica. Da mesma forma significa perceber, destacam Menezes e Malagodi, que a lógica da produção camponesa, distinta daquela que anima a agricultura empresarial<sup>44</sup>, é fundamentada em uma racionalidade que não é unidirecional, mas sim composta de uma associação de fatores econômicos, sociais e culturais (MENEZES; MALAGODI, 2011).

Para perceber a idiosincrasia da lógica que sustenta a constituição dos camponeses enquanto atores sociais da contemporaneidade, recorre-se a duas contribuições conceituais, quais sejam: as discussões referentes à reciprocidade e à resistência camponesa. De modo resumido, é importante destacar que estas duas contribuições teóricas nas ciências sociais são significativas, porque negam a possibilidade de generalizar/universalizar modelos explicativos

---

<sup>44</sup> De forma sintética, a racionalidade que impulsiona e mobiliza o capitalismo agrário, o capitalismo em geral, fundamenta-se no uso dos fatores de produção enquanto ativos produtivos e tem como único objetivo a maximização do lucro do capital investido.

centrados no “ator racional”. As contribuições da reciprocidade e a resistência, mesmo que sigam por caminhos distintos, permitem pensar o comportamento do campesinato (e de outras categorias sociais) a partir de mundos sociais que não funcionam apenas sob as rédeas do mercado de livre troca.

### 3.2 Reciprocidade camponesa

A interdependência entre a agricultura familiar camponesa e a natureza, tratada até aqui de modo transversal, é também um dos elementos centrais na trajetória histórica desta categoria social, afinal a base da vida destes sujeitos acontece a partir da interdependência entre o meio ambiente e os sistemas agrícolas que eles desenvolvem com o objetivo de garantir a sua reprodução social.

No Brasil, mesmo que os pacotes da Revolução Verde tenham sido difundidos também entre os agricultores familiares, impondo a eles, como fator de competitividade/sobrevivência, a necessidade de adoção de máquinas, implementos, os mais variados tipos de agroquímicos e demais insumos, bem como transformando a relação natureza e cultura, há entre os agricultores familiares focos de resistência para uma ampla e indiscriminada utilização destes artifícios externos no auxílio da viabilização da produção. As razões para isso são desde a indisponibilidade de recursos monetários para a contínua aquisição dos onerosos *pacotes*, face à pobreza em que vivem, passando também por questões morais e ideológicas.

A exígua disponibilidade de uma base de recursos naturais e sociais (tais como: conhecimento, redes de comercialização, força de trabalho, terra, sementes, gado, irrigação, terraços, esterco, etc.) para produzir é uma das principais marcas da condição enfrentada pelo campesinato para viabilizar seu projeto de vida na contemporaneidade. Entretanto, é a terra que constitui o pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. A sua posse e o subsequente acesso aos recursos naturais representam o domínio de um suporte para que o agricultor familiar alcance um certo nível de autonomia. Ela é “*o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado*” (PLOEG, 2008:19).

Os camponeses por estarem dependentes, em geral, de uma área bem reduzida de terras, estão em constante busca por formas de aperfeiçoar o uso desse recurso vital, com o intuito de maximizar o seu uso em favor da família. Desta feita, a lógica camponesa de vínculo com a

terra, enquanto natureza socializável e patrimônio familiar, é decorrente de um certo tipo de reciprocidade entre este ator social e o meio natural. Segundo Sabourin, pode-se falar de consequências no plano concreto, “*na medida em que as relações de reciprocidade no plano simbólico produzem valores éticos de responsabilidade em termos de reprodução ou de proteção dos recursos*” (SABOURIN, 2009:279).

Brandão (1999) destaca que, para além das usuais razões econômicas pelas quais o trabalho camponês na terra é necessário – como forma de obtenção de mantimentos para alimentar a família e de renda monetária – alguns dos agricultores que entrevistou também justificavam a continuidade de seu trabalho na terra com o fato de serem muito amorosos e afetuosos com ela. A partir dos estudos realizados com agricultores familiares da Serra da Mantiqueira (entre São Paulo e Minas Gerais), Brandão destaca:

[Entre os camponeses,] há um prazer fecundante que torna parceiros de uma relação amorosa o lavrador e a terra. Eu reconheço que neste enlace de afeto está o desejo de tornar "culturalmente" culto o inculto, civilizado o selvagem, socializado e útil aquilo que, dado pela natureza ao homem, somente parece completar o ciclo de seu valor quando transformado de floresta em campo, de campo em terra de lavoura, de terra de lavoura em lavoura plantada e colhida (BRANDÃO, 1999:66).

E o autor conclui:

Há um visível enunciado de vocação judaico-cristã, que sugere ao homem de trabalho o próprio trabalho como o complemento humano da "obra da criação". Mais do que o castigo imposto pelo deus acreditado no campo ao inocente pecador Adão e a todas as suas gerações de homens de todos os tempos, a razão do domínio agropastoril sobre o mundo natural é ao mesmo tempo a forma mais humanamente nobre e essencial de trabalho e o espelho mais visivelmente verdadeiro da evidência de que o homem toma a seu cargo e completa uma domesticação do mundo iniciada pelo deus de todas as coisas, entregue a homens e mulheres (BRANDÃO, 1999:66).

Para os camponeses estudados por Brandão, a atividade de tornar fecundo o que é naturalmente fecundável consiste em uma obrigação moral. No sentido apresentado pelo autor, trabalhar e cuidar da terra representam a parcela do camponês na “coautoria” da criação divina. Nos termos de uma relação de reciprocidade, a ação de cultivá-la, significa devolver “*a própria terra a Deus, o mundo de natureza com todos os seus elementos e, entre todos, a água, e, mais do que tudo, a própria terra, o chão da vida, o palco ou o solo do palco onde tudo e todos firmam os pés e o corpo dos gestos do drama da humanização do mundo natural.*” (BRANDÃO, 1999:67).

Para além das relações mágico-religiosas que inspiram a constituição de um *ethos* camponês, como apresentado Brandão, as relações simbólicas de reciprocidade entre os

camponeses e a natureza, a terra e seus recursos, são presentes também naqueles contextos em que o acesso a ela é precário. Para Sabourin, a dependência de trabalhadores agrícolas como meeiros e moradores pode ser pensada a partir de relações de reciprocidade desiguais entre estes camponeses e o proprietário/patrão. Neste caso, pondera o autor, a obtenção da terra de trabalho e do espaço da vida familiar é marcado por uma dívida moral perante o fazendeiro que a cedeu.

Nos trabalhos de Neves (2008), Garcia-Parpet (2008) e Heredia (2008), pode-se perceber como este sentimento de dívida para com o dono da terra suscita no camponês um comprometimento (a subordinação) que franqueia ao grande proprietário ou a *plantation* açucareira benefícios com a disponibilidade de mão-de-obra sem custos de assalariamento ou o pagamento dos direitos trabalhistas. Garcia-Parpet (2008), ao analisar o exercício de dominação tradicional e a (re)criação de relações personalistas entre senhor de engenho e moradores, destaca:

Ao oferecer aos residentes a possibilidade de se abastecerem no interior da propriedade, o usineiro tinha um instrumento de controle não apenas sobre as trocas materiais, como sobre a totalidade da vida social da usina. Com efeito, isso lhe permitia intervir de longe no orçamento pessoal dos moradores, mediar suas relações com o mundo exterior e frear os excessos de bebidas alcoólicas, as brigas. Por esse meio, ele aumentava os vínculos com os trabalhadores, diluía pela presença mediadora dos administradores, reafirmando seu poder sobre eles e sobre todos os membros da grande plantação. A reunião que a feira permitia se apresentava como uma dádiva para cada indivíduo e para a coletividade: graças a ela, os moradores podiam aumentar sua renda e usufruir certa coesão social. Ao mesmo tempo, ela os colocava sob os olhos vigilantes do senhor ou de seus prepostos. Encontramos aqui um dos elementos-chave da dominação, como foi analisada por Weber (1971), em que o interesse do dominante parece ser o mesmo do dominado, assegurando a legitimidade do exercício do poder personalizado (GARCIA-PARPET, 2008:85).

Também no plano concreto, as relações de identidade e reciprocidade entre camponeses e natureza suscitam valores morais que proporcionam o acesso partilhado dos recursos naturais. É significativo recordar os sistemas de uso comum de áreas de pastagem, fontes d'água, matas, etc., como acontece no caso dos faxinais no Paraná, das terras gerais no cerrado mineiro e dos fundos de pasto no semiárido baiano. Outro exemplo da capacidade estruturadora da vida social desencadeada pela relação de reciprocidade camponês-natureza é apresentada por Paulino e Almeida. Segundo estas autoras: “*a comida é mais que alimento; na verdade, sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia [familiar]. Por outro lado, comida é fartura quando se tem para comer e para oferecer aos amigos*” (PAULINO; ALMEIDA, 2010:39).

O argumento de Paulino e Almeida reitera aquele defendido por Candido em “*Os Parceiros do Rio Bonito*” (2001). Para Candido, a produção agrícola do campesinato desempenha um papel que vai além da sua dimensão mais concreta como alimento que pode ser comercializado. Em sua obra, o autor demonstra que juntamente com outras ações sociais – mutirão, atividades lúdico-religiosas, etc. – o alimento produzido pelo camponês serve ao propósito de estreitar os laços de sociabilidade dentro da família e no interior das comunidades rurais. “*Mais importante e interessante é a oferta de alimentos entre vizinhos, na realidade um sistema amplo de troca sob a forma de presente, pois o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente*” (CANDIDO, 2001:181).

Por meio de um circuito que envolve dar, receber e retribuir, os camponeses estabelecem e reiteram vínculos familiares, de compadrio, amizade, etc. As estruturas de reciprocidade entre os camponeses estão presentes na produção (ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos) e na transmissão do patrimônio de uma geração a outra. Por outro lado, encontram-se também nas relações desiguais no acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e na dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (estrutura de redistribuição assimétrica). Todos estes jogos de prestações e contraprestações, tais como aqueles estudados por Mauss (2003) e Sabourin (2009; 2011), consolidam valores sociais que organizam a vida cotidiana, o modo como o mundo é representado e a forma que os camponeses agem sobre ele.

Ao considerar que as relações de dádiva são estruturantes entre os agricultores camponeses, seria plausível assumir que ao ingressar no mundo dos negócios o camponês estaria negando os elementos que estruturam suas relações sociais. Contudo, é necessário contextualizar e relativizar a participação do agricultor no mercado (seja comercializando a sua produção ou a mão-de-obra). Segundo Woortmann, ainda que a realização do *ato de negociar* seja vista pelos agricultores como imoral, afinal é um ganho obtido através da exploração do outro,

Vender a própria produção e realizar valor monetário do trabalho é expressão de autonomia camponesa. Nesse sentido, a feira é um espaço de realização do pai de família que no roçado encarna o trabalho familiar e na feira “governa” a transformação desse trabalho em ganho, necessário para “botar de um tudo dentro de casa”, outro atributo do pai. Nesse plano, na feira se afirma a honra do pai, pois quem só pode vender para o patrão, como morador de engenho, não “governa” o ganho; é sujeito (objeto de sujeição), já que não pode dispor livremente do produto do processo de trabalho, mesmo que este tenha sido realizado autonomamente com base num saber próprio (WOORTMANN, 1990:39).

Como destaca Woortmann, ir ao mercado significa reafirmar a autonomia camponesa. Sem qualquer dúvida é pertinente assumir que, para a maioria dos agricultores familiares, estar no mercado significa um dos meios para se chegar à terra, isto é, a um patrimônio que possibilite condições para se realizar como pai ou mãe, transmitindo valores como o trabalho na terra e o próprio patrimônio às futuras gerações de sua família. Se, por um lado, negociar é a negação das relações de reciprocidade, por outro, “*se pensado como prática/estratégia, (...) é o caminho para a liberdade e para a terra*” (WOORTMANN, 1990:39).

### **3.3 Resistência camponesa**

No âmbito da vasta multiplicidade de agriculturas familiares, a existência de uma agricultura com características camponesas é marcada pela permanência de estruturas de reciprocidade, e, principalmente, pela constante busca por autonomia perante o mercado (MENDRAS, 1978; PLOEG, 2008). A autonomia camponesa consiste na sua capacidade de promover uma produção diversificada que associa a inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo, intensificação do trabalho manual, minimização do uso de recursos energéticos externos e constante otimização dos recursos naturais.

Devido aos percalços enfrentados pelos camponeses em sua história social, a busca por autonomia imprime nesta categoria social uma comoção muito específica: o desejo de segurança da família em primeiro lugar. Para o camponês, haja vista as condições hostis que enfrenta e enfrentou, é mais significativo que seus esforços e cálculos estejam concentrados para minimizar o risco de maiores perdas e garantir que seu projeto de vida familiar esteja sempre em segurança.

Sendo o desejo por segurança o fundamento inspirador da racionalidade camponesa, é possível encontrar aí uma chave para compreender as razões pelas quais a não-observância desse princípio por agentes do Estado e do mercado pode motivar ressentimentos e precipitar reações destes atores sociais – não só porque as exigências e compromisso deixaram de ser atendidos, mas também porque direitos foram violados e os limites toleráveis foram excedidos. O rompimento destes contratos e direitos pactuados entre o campesinato e os representantes do modelo societário dominante tem ao longo dos séculos implicado na eclosão de lutas, inclusive armadas, bem como enfrentamentos prosaicos e cotidianos.

É inegável que a construção do espaço social camponês na contemporaneidade está relacionada às lutas empreendidas por eles nos mais diferentes níveis, lugares e momentos históricos. Autores como Thompson e Wolf destacam, em alguns de seus trabalhos, a dimensão pública da resistência camponesa. Além das rebeliões e guerras camponesas, a organização dos camponeses nos movimentos sociais permitiu a eles importantes conquistas. No Brasil, durante as últimas décadas do século XX e neste início de XXI, os movimentos sociais se tornaram paradigmáticos na realização da luta pela terra. Tanto no jogo político como no âmbito acadêmico, está consagrado que os movimentos sociais são meios eficientes de manifestação das aspirações da agricultura familiar e seu reconhecimento como categoria social de certa relevância no campo.

Entre os anos 1960 e 1970, insatisfeito com o fato de que os camponeses, na maior parte do tempo, aparecem nos registros das Ciências Sociais somente como contribuintes mais ou menos anônimos nas estatísticas (sobre densidade populacional, impostos, migração da mão-de-obra, propriedade de terras e a produção agrícola), Scott propõe o estudo da resistência camponesa destacando a luta mais comum, cotidiana, ao invés de eventos com maior grau de organização como são as rebeliões e os motins. Para Scott,

apesar de toda sua importância para os lugares onde ocorreram, as rebeliões camponesas, deixando de lado as “revoluções” camponesas, são poucas e diversas. Não somente são comparativamente raras as circunstâncias que favorecem levantes camponeses de larga escala, mas também as revoltas por elas provocadas são quase sempre totalmente esmagadas. Na verdade, mesmo as revoltas que fracassaram podem representar algum ganho: algumas poucas concessões por parte do Estado ou dos proprietários de terras, uma breve pausa em relação a novas e dolorosas relações de produção, e, pelo menos, uma memória da resistência e da coragem que pode servir para o futuro. Tais ganhos, porém, são incertos, enquanto o massacre, a repressão e a desmoralização da derrota são tão certos quanto reais (SCOTT, 2002:11).

Tendo em vista isso, no julgamento do referido autor ocorreu “*que a ênfase sobre rebelião camponesa estava mal posta*” (SCOTT, 2011:219). Desta feita, interessa no processo de resistência do campesinato aos imperativos do mercado muito mais aquilo que o cientista político chama de “As armas dos fracos...”<sup>45</sup>. Ou seja, “*a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros*” (SCOTT, 2011:219), que não se materializa nos pequenos ou grandes movimentos de ação coletiva (pressupondo nestes movimentos uma articulação, organização e coordenação entre as ações), mas sim nas “*armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder:*

---

<sup>45</sup> Título original: *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance* (1985)

*relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante”* (SCOTT, 2011:219).

O referido autor, ao admitir que a resistência camponesa ocorre a partir das ações cotidianas, levanta questionamentos sobre as perspectivas teóricas que atribuem aos agricultores familiares pré-noções, “*ou que os consideram sempre passivos e obedientes ou, no outro extremo, agentes ativos de processos de mudança social, de movimentos sociais e até de processos revolucionários*” (MENEZES; MALAGODI, 2011:61). Sem deixar de reconhecer a importância das ações coletivas e movimentos sociais, ele destaca que as ações cotidianas ou triviais também produzem consequências significativas sobre as relações sociais estabelecidas entre os camponeses e os proprietários de terras, os comerciantes, o Estado, etc.

Scott, ao se debruçar sobre as armas dos fracos propõe que a resistência cotidiana produz efeitos muito mais significativos na manutenção da autonomia do que as rebeliões. Pois apesar do seu localismo e do aparente isolamento, estas ações, quando tomadas em conjunto, possibilitam ao campesinato se fortalecer para defender os seus interesses, alcançar os níveis de bem estar social satisfatórios e garantir a produção de sua reprodução familiar. Para este mesmo autor,

Se puede concebir la infra política como la forma elemental – en el sentido de fundacional – de la política. Es el cimiento de una acción política más compleja e institucionalizada que no podría existir sin ella. En las condiciones de tiranía y persecución en las que vive la mayoría de los sujetos históricos, la infra política es vida política. Y cuando las escasas cortesías de la vida política abierta son restringidas o destruidas, como sucede con frecuencia, las formas elementares de la infra política permanecen como una defensa a fondo de los desvalidos (SCOTT, 2004:237).

Em outra obra Scott afirma,

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro atos que resultaram na barreira (SCOTT, 2002:13).

Ao estudar essas micro ações, interessa a Scott a compreensão da “economia moral” ou a “ética da subsistência” inerente aos agricultores camponeses. Segundo Fassin (2009), Scott não procura responder à questão das causas de revoltas, mas sim descortinar as suas condições de possibilidade. Portanto, o trabalho de Scott é menos para entender “o que é” e “o que não é feito” e mais para compreender “o que é tolerável” e o “que não é tolerado” pelo campesinato.

Desta forma, a sua preocupação se assenta na compreensão daquilo que fundamenta as estratégias que a população rural pobre elabora – para encarar as situações limites de sua vida, tanto no âmbito econômico, político, bem como aquelas relacionadas à base natural necessária à vida.

A concepção de economia moral empregada em “*As armas dos fracos*”, ao incorporar a dimensão dos valores e emoções, e, especialmente, o senso de justiça camponês para a (sub)existência de seu projeto de vida, destaca que este ator social não está somente em busca de afirmar uma tradição que continua – como o camponês inglês do século XVIII estudado por Thompson<sup>46</sup>. O camponês de Scott é um ator social que também invoca a afirmação de direitos. Segundo o próprio Thompson, a economia moral em Scott designa “*concepções camponesas de justiça social, direitos e obrigações, reciprocidade (...), mas vai muito além de descrições de 'valores' ou 'atitudes morais'*” (THOMPSON, 1998: 259). De acordo com Fassin:

Dans les pages qu’il consacre à la «sécurité de subsistance», J. C. Scott parle des valeurs qui lient les paysans à la fois aux grands propriétaires et aux autres membres de leur communauté: l’exploitation par les premiers et la réciprocité entre les seconds appartiennent à un même univers «moral» dont les valeurs se rattachent à cette éthique de la survie. Ce qu’il précisera plus tard dans son ouvrage sur les arts de la résistance: «Le contexte moral consiste en un ensemble d’attentes et de préférences sur les relations entre les riches et les pauvres. Ces attentes et ces préférences s’expriment dans le langage du patronage, de l’assistance, de la considération, de l’obéissance. Elles s’appliquent aux domaines de l’emploi, du métayage, de la charité, de la fête et de la conduite à avoir dans les rencontres de tous les jours. Elles impliquent que ceux qui s’y conforment seront traités avec respect, loyauté et reconnaissance sociale». C’est ainsi un monde local des valeurs qui définit l’économie morale. On est loin de la confrontation sur un marché autour de la fixation des prix des céréales (FASSIN, 2009 :1249).

Para Scott (2002), a “*questão do pão*” (a sobrevivência), por ser essencial ao campesinato, constitui o princípio “*fundamental da política das classes subordinadas e da sua resistência*”. Segundo o autor, “*este é, então, o coração do auto interesse da luta de classe cotidiana: a luta defensiva permanente de mitigar ou vencer a apropriação*” (SCOTT, 2002:28). Deste modo, para os camponeses, as práticas de resistência não são apenas reações ou oposições às formas de dominação, elas são, como também destaca Ploeg, “*uma forma de produção de ação*” (PLOEG, 2008:297). A resistência, continua este autor, é também a

---

<sup>46</sup> Em “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*” (1998), Thompson argumenta que havia uma economia moral baseada na tradição cultural daquela sociedade que dava sentido mais amplo aos motins. Desta forma, Thompson questiona os analistas sociais que interpretavam as revoltas populares no século XVIII, como somente provocadas pelo aumento dos preços, pelos maus procedimentos comerciais ou pela fome. Contra esse reducionismo econômico o historiador inglês salienta que o processo de transformação político-econômico das fases iniciais do capitalismo encontrava nos valores ou atitudes morais elementos de resistência.

capacidade de desenvolver potencialidades novas e constitutivas que vão além das relações de exploração e subordinação reinantes.

Ploeg, fazendo referência ao trabalho de Scott, chama a atenção para a importância das práticas de resistência cotidiana dos camponeses em sua luta por autonomia. Segundo este autor,

A luta por autonomia toma muitas formas que estão, frequentemente, interligadas. Ela pode ocorrer através das clássicas “guerras camponesas” (WOLF, 1969; PAIGE, 1975) ou das menos visíveis “armas dos fracos” (SCOTT, 1985). Mais frequentemente, quase de forma contínua, essa luta passa pelos campos, currais e estábulos através das muitas decisões que precisam ser tomadas sobre a criação dos animais, a seleção de sementes, a irrigação e os insumos de trabalho. A luta por autonomia também se articula através da ampliação dos níveis elevados de agregação (PLOEG, 2008:49).

No capítulo final de “*Camponeses e Impérios Alimentares*” (2008), Ploeg volta a demonstrar como a autonomia e resistência são noções centrais na constituição dos camponeses enquanto atores sociais:

A resistência se encontra em uma vasta gama de práticas heterogêneas e cada vez mais interligadas através das quais o campesinato se constitui como distintamente diferente. Ela se encontra nos campos, na forma como o “estrupe bom” é produzido, como “as vacas nobres” são criadas e como as “belas propriedades” são construídas. Por mais antigas e irrelevantes que essas práticas possam parecer se consideradas isoladamente, no contexto do Império elas são cada vez mais veículos através dos quais a resistência é expressa e organizada. A resistência se encontra igualmente na criação de novas unidades de produção e de consumo em campos que deveriam manter-se improdutivos ou ser usados para a produção de culturas de exportação em grande escala. Em suma, a resistência do campesinato reside, acima de tudo, na multiplicidade de respostas continuadas e/ou criadas de uma nova forma para confrontar o Império como principal modo de ordenamento. Através de e com a ajuda dessas respostas, os camponeses conseguem remar contra a maré (PLOEG, 2008:289).

Meneses e Malagodi, Ploeg, assim como Scott, entendem que a busca por autonomia dos camponeses, de modo a garantir suas condições de reprodução social se expressa em formas de resistência individuais e coletivas, espontâneas e organizadas, cotidianas ou esporádicas. Assim sendo, as noções de autonomia e resistência são centrais na construção dos camponeses como atores sociais.

## 4 O Sítio Carretão: espaço de vida e trabalho

Neste capítulo será apresentado lugar no qual os sujeitos que protagonizam esta pesquisa vivem e trabalham: o Sítio Carretão. O estudo acerca deste espaço social é importante para a compreensão das peculiaridades do sistema de produção local, pois exerce influência nas relações sociais que aparecem como elementos identitários centrais nas vidas dos agricultores camponeses que ali residem. Por isso, a situação sócio demográfica em que o Sítio está inserido, sua história e suas organizações sociais são tratadas aqui, de modo que se possa compreender os muitos elementos que compõem o modo de vida e de trabalho dos camponeses que vivem no Sítio.

### 4.1 O distrito de Rajada

O Sítio Carretão está localizado no extremo setentrional do município de Petrolina, a uma distância de noventa e oito quilômetros da sede municipal. A área identificada pelos agricultores como Sítio Carretão, no que diz respeito aos seus limites, está inteiramente inserida no distrito de Rajada. O distrito, de acordo com o IBGE, possui um núcleo residencial considerado urbano, a vila de Rajada, e povoados rurais. Nas cercanias do Sítio Carretão destacam-se as comunidades de Surubim, Icó, Baixa Alegre, Lagoa da Pedra, Sítio Feijão, Simpatia, Almas, Grajau, Aranzel, Lagoa dos Mendes, Baixa do Tatu, Baixa do Manso, Atalho, Caititu e Água Branca.

No Brasil, a distinção entre rural e urbano atende a critérios político-administrativos e considera-se urbana “*as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) e às vilas (sedes distritais)*. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites” (IBGE, 1991). Desta forma, o meio rural é definido a partir de ausências e não por suas próprias características. Conforme Abramovay, “*há um vício de raciocínio (...) que contribui decisivamente para*” Abramovay (1998:2) que as áreas rurais fossem negligenciadas no que se refere à promoção de políticas de saneamento, saúde, educação, etc. Este tipo de posicionamento apartou por um longo período de tempo a população residente no rural, especialmente os agricultores familiares e as populações tradicionais, do acesso a bens e serviços fundamentais para o fortalecimento de suas cidadanias.

Wanderley, ao discutir as distinções entre o rural e o urbano no Brasil e suas consequências, salienta:

Aqui, toda sede municipal, independentemente da dimensão de sua população e dos equipamentos coletivos de que dispõe, é considerada cidade e sua população é contada como urbana. O meio rural corresponde ao entorno da cidade, espaço de habitat disperso onde predominam as paisagens naturais e os usos atribuídos às terras apropriadas, tradicionalmente, à produção agrícola ou os espaços improdutivos. Em consequência, o “rural” está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária e a vida da sua população depende, direta e intensamente, do núcleo urbano que a congrega. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial (WANDERLEY, 2009F:31-32).

Veiga (2002) destaca que a forma negativa de delimitação do rural e do urbano no Brasil leva a situações anacrônicas e aberrantes. Para o autor, a mais contundente delas é a superestimação do grau de urbanização no Brasil. Segundo a contagem do último Censo Demográfico de 2010, 84% do país é urbano. Para Veiga, tal distorção gera consequências sobre a vida cotidiana das pessoas que habitam o meio rural. Pois ao delimitar o rural como aquilo que não é urbano e, conseqüentemente, tratá-lo unicamente sob a perspectiva setorial, o Estado e suas políticas deixaram de promover a diversificação econômica e social destas áreas.

As distâncias físicas e simbólicas entre o urbano e o rural contribuíram para forjar um estilo de vida rural que é (destaca Wanderley) marcado por uma “*precariedade estrutural*” que torna o agricultor familiar “*incapaz de desenvolver toda as potencialidades do próprio sistema clássico de produção e de vida social*” (2009B:168). Nesse sentido, ao observar os indicadores socioeconômicos do distrito de Rajada é possível constatar como o afastamento das cidades é um fator que corrobora para a precária condição de vida dos agricultores.

A vila de Rajada conta com escolas de ensino fundamental e médio, posto de saúde, sistema telefônico residencial e celular, maternidade, templos religiosos, mercado público, hotéis, postos de gasolina, praça de esportes coberta, linhas de ônibus para Petrolina e outras cidades. Na área rural, em alguns casos, as comunidades contam com escola ou posto de saúde e posto de gasolina, bem como templos religiosos e estabelecimentos comerciais. Destaca-se também que desde 2006 há no distrito um movimento popular em prol da emancipação política do lugar.

O distrito de Rajada possui como principal atividade econômica a pecuária, cuja base é a criação de ovinos e caprinos, destacando-se também a agricultura, com as lavouras de capim, feijão, mandioca e milho. Recentemente, o anúncio do início das operações do perímetro

irrigado do Rio Pontal, na vila de Uruás (a 30 km do Sítio Carretão e a 47 km do Centro urbano de Petrolina), tem suscitado expectativas entre a população do distrito, sobretudo no que se refere, por um lado, às oportunidades de trabalho que podem surgir com o desenvolvimento da agricultura irrigada e pela possibilidade da ampliação do empreendimento da Codevasf, mas, por outro lado, à eventual necessidade de novas desapropriações de terra.

Diferente de outros distritos de Petrolina, que englobam as áreas próximas às margens do Rio São Francisco ou abrigam os distritos públicos de irrigação, Rajada apresenta uma paisagem relativamente homogênea, marcada pela preponderância da Caatinga e a escassez d'água.

No distrito de Rajada, destaca o Censo Demográfico de 2010, habitam 9.833 pessoas, 1.919 na área urbana e 7.914 na área rural, em 2.776 domicílios, uma média de 3,54 pessoas por domicílio. Deste total de habitantes, 1.866 são pessoas menores de 10 anos idade (Censo Demográfico de 2010).

A grande maioria da população local pode ser considerada pobre, conforme os critérios habitualmente adotados. Sabe-se que a pobreza é um fenômeno que não está relacionado exclusivamente à variável renda, mas que também está relacionada aos aspectos culturais e políticos. Em abordagens multidimensionais da pobreza, além da insuficiência de rendimentos levam-se em conta outras privações relacionadas às condições habitacionais, ao abastecimento de água, ao saneamento básico, ao grau de instrução escolar, à inserção no mercado de trabalho, entre outros. (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006; WANDERLEY, 2011; DEDECCA; BUAINAIN; NEDER; TROVÃO, 2012; OLIVEIRA; BUAINAIN; NEDER, 2012).

Pensar a pobreza sob um enfoque multidimensional é muito relevante quando o foco da análise é a pobreza no meio rural. Afinal, neste contexto a ela se expressa sob diversas formas e circunstâncias. No distrito de Rajada, um primeiro indicador da pobreza rural é a constatação do desigual acesso à terra. Embora o Censo Agropecuário de 2006 não apresente dados desagregados para o distrito de Rajada, é significativo recordar que a estrutura fundiária do Sertão do São Francisco é extremamente desigual (ver discussão do Tópico 1.3) e o padrão desta distribuição se repete no âmbito dos distritos de Petrolina.

Uma segunda expressão da pobreza consiste nos baixos níveis de renda monetária auferida pela população. No caso do distrito, 49,09% das pessoas como mais de 10 anos de

idade se declaram sem rendimentos e 44,65% têm rendimentos monetários de até um salário mínimo. Estes dois estratos da população somam 7.658 pessoas. Somente 6,25% declararam possuir rendimentos monetários superiores a um salário mínimo. A respeito da população rural do distrito corresponder a 80%, observa-se que metade dela não possui rendimentos (Tabela 8).

Tabela 8 (4) – Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento nominal médio mensal, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento, no distrito de Rajada em Petrolina

Classes de rendimento nominal mensal	Total		Rural	
	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)*	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual)	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Reais)*
Total	100	212,87	80,65	192,84
Até 1/4 de salário mínimo	10,23	83,43	8,8	82,53
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	7,91	185,63	6,95	185,81
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	26,51	484,93	20,22	485,05
Mais de 1 a 2 salários mínimos	5,08	798,41	3,56	789,26
Mais de 2 a 3 salários mínimos	0,66	1267,96	0,33	1256,37
Mais de 3 a 5 salários mínimos	0,34	1941,79	0,11	1981,11
Mais de 5 salários mínimos	0,17	3192,86	0,09	3257,14
Sem rendimento**	49,09	0	40,58	0

Nota: (\*) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00.

(\*\*) A categoria Sem rendimento inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios.

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010

A pobreza também se expressa através das dificuldades para o acesso aos serviços básicos. O distrito de Rajada revela dados alarmantes no que se refere ao nível de escolarização e ao acesso aos serviços de saneamento.

No que toca à escolarização dos residentes de Rajada, entre as 8.169 pessoas com idade acima de 10 anos domiciliadas no distrito, 1.795 não são alfabetizadas. Assim sendo, o taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade é de apenas 78,03%.

O abastecimento de água para consumo humano também é precário. Mais da metade dos domicílios do distrito (53,42%) depende do armazenamento de água da chuva ou de caminhões-pipa para se abastecer, e na área rural apenas 25,04% das casas recebem água da rede pública de abastecimento (Tabela 9).

Tabela 9 (4) – Forma de abastecimento de água por situação do domicílio no distrito de Rajada em Petrolina

Forma de abastecimento de água	Situação do domicílio	
	Total	Rural
Total	100	79,83
Rede geral	44,34	25,04
Poço ou nascente fora da propriedade	0,11	0,11
Carro pipa ou água da chuva	53,42	53,42
Rio, açude, lago ou igarapé.	0,18	0,18
Outra	1,95	1,08

Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 2010

É pertinente apontar que a ampla difusão das cisternas de placa permite que as famílias armazenem água de modo eficiente por longos períodos de tempo, seja ela proveniente de chuva captada no inverno ou dos carros pipa disponibilizados pelo município, estado e governo federal. O uso de cisternas para o abastecimento exclusivo da residência provocou transformações significativas no manejo da água nas áreas rurais. A disponibilidade dessa fonte de água e sua eficiência no armazenamento por longos períodos de tempo fizeram com que a pressão sobre a água disponível na propriedade diminuísse. Afinal, os moradores não necessitam mais fazer uso das águas dos barreiros para o consumo da casa. Isso significa um grande salto na qualidade da água consumida pela família.

Além disto, deve ser assinalado também que nos últimos trinta anos a CODEVASF e a prefeitura municipal de Petrolina perfuram poços de grande profundidade e instalam equipamentos para o bombeamento d'água e, quando possível, para sua dessalinização. Existe também o abastecimento d'água realizado pela Companhia Pernambucana de Saneamento.

Em Rajada, 21% dos domicílios rurais não contam com banheiro nem sanitário. Com relação ao lixo e sua coleta, os dados do Censo Demográfico informam que apenas 3,78% dos domicílios rurais contam com o serviço de coleta pública. A grande maioria dos domicílios, localizada sobretudo na área rural, incinera os detritos gerados pelas residências (40,74%) ou simplesmente jogam seu lixo em um terreno baldio (30,33%). Já a cobertura da rede elétrica alcança 97% dos domicílios. Na zona rural de Rajada, entre os 2216 domicílios apenas 67 estão desconectados da rede elétrica.

## 4.2 Caracterização do Sítio Carretão

Conforme o cadastro nacional de endereços para fins estatísticos (Censo demográfico de 2010), consta na comunidade a presença de 21 domicílios. Já a listagem da distribuição da água pelos carros pipas (Associação e IPA) consta que no Carretão existem 26 domicílios. Por fim, na relação de famílias e moradores do Sítio Carretão organizada pela agente de saúde constam de 31 domicílios no Carretão, sendo que três deles estão fechados porque as famílias que os ocupavam se mudaram da comunidade. Segundo as informações da agente de saúde, nos 28 domicílios da comunidade residem 104 pessoas, o que corresponde a 1,06 % da população do distrito de Rajada<sup>47</sup>.

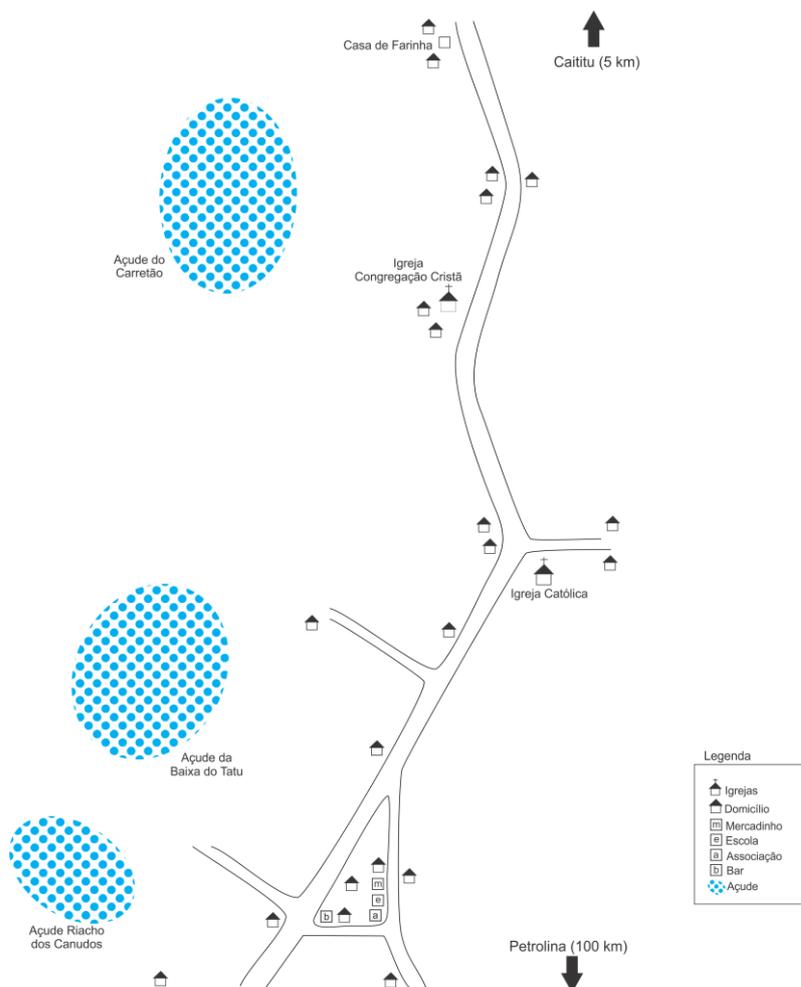
Basicamente, as diferenças entre as contagens, por um lado, decorrem do movimento populacional na comunidade, onde é observada a constituição de novas famílias e a saída de outras. Por outro lado, as diferenças também estão relacionadas à forma como o território que compreende o Sítio é definido por seus moradores e as instituições do Estado.

No Carretão, a maior parte dos domicílios está dispersa ao longo da Estrada de Atalho<sup>48</sup> a uma distância que não ultrapassa 500 metros entre uma casa e a outra. Porém, uma pequena parcela destes aglomera-se em um arruado. Nesta vila estão situadas seis casas, a escola municipal (no momento desativada), a sede da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão, o campo de futebol, um bar e um mercadinho. Seguindo a estrada do Atalho, em direção a Caititu, a 1,5 km da vila está localizada a Igreja Católica. Mais à frente, a 2,5 km e 3 km da vila, estão respectivamente o Templo da Congregação Cristã e a casa de farinha comunitária (Figura 11).

---

<sup>47</sup> Tanto o IBGE como a Associação não possuem dados sobre o número de moradores.

<sup>48</sup> Uma estrada rural de Petrolina que cruza o distrito de Rajada, passando pelas localidades de Uruás, Cruz de Salinas, Caititu, dentre outros Sítios como o Carretão e se prolonga até a cidade de Dormentes/PE.



FONTE: Klenio Costa (2013)

Figura 11 (4) – Croqui do Sítio Carretão com seus açudes, prédios públicos e domicílios

As unidades de produção agrícola no Sítio Carretão possuem áreas entre 40 a 90 ha. De acordo com o modelo de produção agropecuário local, que privilegia a criação pecuária extensiva, este tamanho é adequado para suprir as necessidades dos agricultores e suas famílias. Contudo, nos momentos de crise climática essa capacidade é questionada. Segundo moradores do Carretão, a falta de áreas de Caatinga para servir de pastagem põe em evidência a insustentabilidade da pecuária extensiva como ela é secularmente exercida.

O tamanho dos sítios também gera questionamento sobre a situação das gerações futuras. As informações obtidas junto aos moradores do Carretão revelam que na localidade não há novas áreas disponíveis para serem ocupadas produtivamente. Para todos os agricultores, essa indisponibilidade de terras implicará, num futuro próximo, em problemas no processo de herança e sucessão da propriedade. Isso porque para abrigar as futuras gerações, filhos e netos, mesmo considerando aqueles que deixarão a roça, será muito provável que aconteça o

desmembramento da unidade agropecuária em porções menores do que as consideradas capazes de abrigar a forma de produção agropecuária local.

No que diz respeito ao regime fundiário no Sítio Carretão, até a década de 1990 todos os moradores eram posseiros. No geral, até este período, os únicos documentos que as pessoas possuíam de suas terras eram quinhões de partilha das heranças. Contudo, esse cenário começa a ser alterado a partir do momento em que o Estado passa a exigir a regularização fundiária como condicionante para a concessão do benefício da previdência rural. Os agricultores sempre fazem referência à necessidade de apresentar os documentos da terra e de quinze comprovantes de quitação do Imposto Territorial Rural para que a aposentadoria rural por idade possa ser obtida. Recentemente, entre 2011 e 2012, outro estímulo para que os agricultores procedam à regularização fundiária são os rumores de que o Programa Nacional de Habitação Rural será implantado na região de Rajada. Segundo os critérios da CEF, só serão contemplados com uma residência, os agricultores que estiverem com o título de propriedade da terra.

Residentes de uma área típica do sequeiro, as pessoas que vivem no Carretão são herdeiros da história camponesa do Sertão. No momento em que se apresentam ou são apresentados, a pessoa diz o nome e em seguida faz referência à sua condição de agricultor, dizendo o local da casa de morada e da propriedade familiar. Nestas apresentações, explicar que é agricultor residente do Carretão antecede o esclarecimento de qualquer outra atividade profissional ou papel social que a pessoa exerça na comunidade ou fora dela. Deste modo, fica claro que todos os moradores do Carretão são, antes de tudo, agricultores familiares com profundos laços de pertencimento àquele lugar.

No Carretão, a atividade agropecuária mantém o princípio do consórcio de diversas formas de exploração da natureza e tem a família como a principal fonte de trabalho no campo. A saída de alguns membros da família para o trabalho fora da propriedade rural é também uma realidade. Além da cidade de São Paulo, onde muitos destes agricultores possuem parentes, outro importante destino é Petrolina.

Basicamente, os sítios no Carretão compreendem a casa onde reside a família, um ou mais terrenos dedicados à produção, que podem ou não ser contíguos ao espaço no qual está a casa. Junto à casa existe um quintal produtivo, onde se encontram o galinheiro, chiqueiro, ensilagens, a cisterna, terreiro, etc. Nos demais espaços produtivos estão as reservas de Caatinga

(capoeiras) que fornecem lenhas e servem de pastagem e/ou terras predispostas para a agricultura.

No geral, as casas dos moradores do Carretão são de alvenaria e telhas, contam com luz elétrica, possuem banheiros, mas não contam com serviço de coleta de lixo. Parte dos resíduos produzidos pelo domicílio é incinerado e outra parte, aquela de natureza orgânica, é reaproveitada na alimentação de algumas criações que ficam no quintal (passarinhos, cachorros, galinhas, etc.). Em função de dificuldades técnicas, não existe ligação da comunidade à rede telefônica convencional ou serviço de telefonia celular. A comunidade só possui um aparelho de telefone que funciona a rádio e está instalado no mercadinho. Por outro lado, seis moradores possuem computadores e conexão com a internet<sup>49</sup>.

No que se refere ao abastecimento de água do Sítio Carretão, é pertinente destacar que todas as casas da comunidade possuem cisternas domiciliares que são abastecidas por água de chuva ou carros pipa. Ao todo estão instaladas nos domicílios do Carretão, doze cisternas de polietileno adquiridas pelo programa do governo federal “Água para Todos” (2012), oito cisternas de placa construídas a partir do convênio entre a comunidade e a Articulação no Semiárido Brasileiro no programa P1MC (2008) e dezesseis cisternas de placa construídas pela prefeitura de Petrolina em 1993<sup>50</sup>. Quando ocorre o inverno, as cisternas são abastecidas com a água das chuvas, mas nos períodos mais críticos da estiagem, o abastecimento d’água é feito pelos programas emergenciais de combate à seca organizados pelos governos municipal, estadual e federal.

No inverno, o complexo de cursos d’água intermitentes que cortam o Carretão, que faz parte da bacia hidrográfica do Riacho Pontal<sup>51</sup>, passa a verter água suficiente para abastecer os açudes localizados na comunidade, quais sejam: Carretão, Baixa do Tatu e Riacho dos Canudos. A água acumulada nestes reservatórios é utilizada pela população local para a atividade agropecuária e algumas atividades domésticas. Além das barragens, a precipitação do inverno

---

<sup>49</sup> O sinal da internet, também transmitido por rádio, é captado de antenas instaladas em Caititu e Atalho.

<sup>50</sup> Segundo o presidente da Associação o número de cisternas é maior do que a quantidade atual de residências porque alguns destes equipamentos apresentaram vazamentos, o que tornou necessário sua substituição, e novas casas foram construídas na comunidade.

<sup>51</sup> O riacho Pontal tem sua nascente no extremo oeste do Estado de Pernambuco, entre os limites dos estados do Piauí e Bahia, no município de Afrânio. O riacho do Pontal recebe o nome riacho Cachoeira do Roberto na sua nascente e, a partir do município de Petrolina, passa ser chamado pelo nome que é dado à sua bacia hidrográfica. O riacho desemboca na margem esquerda do rio São Francisco, depois de percorrer uma distância de aproximadamente 200 km.

abastece também os barreiros das propriedades. São estes reservatórios menores que vão servir para saciar a sede das criações ao longo de boa parte do período de estiagem.

A situação do abastecimento de água no Carretão pode vir a se transformar em um futuro próximo. Isto porque paralela à estrada do Atalho está instalada e em funcionamento experimental uma adutora da Codevasf. Apesar de já estar em operação, não há previsão para que o Sítio seja interligado a ela. Segundo os moradores, falta a elaboração e implantação de uma caixa d'água e uma rede local de distribuição. A adutora está em construção desde 2009, essa demora faz com que os moradores do Carretão, apesar de terem a água passando em suas portas (Figura 12), dependam dos carros pipas e, principalmente, de articulações políticas para conseguirem estas carradas d'água (8000 litros) mensalmente.



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 12 (4) – Vista de uma casa e sua proximidade com a adutora (a tampa branca indica onde passa a adutora)

Para que tenham acesso a serviços de educação, os moradores do Sítio Carretão necessitam se deslocar para comunidades próximas, Atalho (4 km) ou Caititu (7 km). Nestas localidades existe a oferta de todos os níveis de ensino público, incluindo um curso de graduação, à distância, de licenciatura em pedagogia, oferecido por uma IES privada. Todo o alunado das escolas públicas é transportado gratuitamente durante os três turnos escolares.

Em Uruás, a 46 km do Carretão, fica sediado o posto da polícia militar que realiza a patrulha rural no Carretão e a outras comunidades situadas ao longo da estrada de Atalho até Caititu.

No que se refere aos serviços de saúde, a comunidade do Carretão é atendida pelo Posto de Saúde de Caititu, localidade onde está baseada a equipe do Programa Saúde da Família (PSF) e conta com a assistência de uma Agente Comunitária de Saúde. De acordo com essa profissional, que também é moradora do Sítio Carretão, o seu trabalho no PSF é fazer o acompanhamento da saúde e bem estar das famílias da comunidade, ademais assistir com uma maior atenção aos idosos, hipertensos, crianças menores de cinco anos e as gestantes.

Apesar de ser uma base do PSF, o Posto de Caititu conta apenas com o atendimento de um médico clínico geral, em dois dias na semana, e de uma enfermeira que está presente de segunda a sexta-feira. Na equipe do PSF faltam profissionais de odontologia, oftalmologia e ginecologia. Exames como o preventivo ginecológico e o pré-natal são realizados pela enfermeira. Para outros tipos de exames as pessoas são encaminhadas para unidades de saúde em Petrolina ou Dormentes. A falta de equipamentos e profissionais obriga que, no caso de urgências, os moradores tenham de procurar atendimento nos hospitais no núcleo urbano de Petrolina.

Pertencendo, embora, ao distrito de Rajada, Carretão tem pouca ligação com essa vila. A falta de transporte regular e a pouca oferta de serviços são para os moradores do Sítio o principal fator desse distanciamento. Para ir do Carretão até Rajada viaja-se mais ou menos 45 km em estradas de chão, já o deslocamento até Petrolina é de aproximadamente 100 km, mas 56 destes são em asfalto. Para a cidade de Dormentes são 50 km, trinta quilômetros em de estrada de chão. O maior grau de recursos e serviços oferecidos pelas cidades faz que os moradores do Sítio optem por se deslocar para elas ao invés de Rajada.

A disponibilidade de transporte coletivo é também um fator que influencia os deslocamentos. Todos os dias da semana uma linha de ônibus faz a ligação de Caititu a Petrolina. Já para Dormentes, por não haver ônibus e pouca fiscalização policial, o mais comum é que as pessoas se desloquem para aquela cidade de motocicleta.

Petrolina e Dormentes são as áreas urbanas visitadas com maior frequência pelos agricultores de Carretão. Nestes núcleos urbanos, além dos serviços de saúde e educação, busca-se resolver questões bancárias, fazer compras em geral. Na segunda sexta-feira de cada mês acontece uma grande feira em Dormentes, este evento atrai muitos moradores do Sítio Carretão. Dormentes, por sua expressividade na produção pecuária de caprinos e ovinos, é o lugar

preferido por estes agricultores para buscar informações veterinárias, insumos para ração dos animais e comprar produtos para a sanidade do rebanho (vacinas, vermífugos, etc.).

O grande movimento diário de motocicletas na estrada do Atalho indica que hoje este é o principal meio de transporte dos moradores da região do Carretão. Seja para o deslocamento até às cidades ou às comunidades vizinhas, para fins de lazer ou de trabalho. Com a ascensão deste transporte em duas rodas, os jumentos, que até então eram o meio de transporte mais usual, foram “aposentados”. A maioria dos animais foi abandonada por seus antigos donos e passou a viver livremente na Caatinga.

Em entrevista, Murilo 94 anos, destacou que no passado as casas localizadas na área do Sítio eram pertencentes à comunidade de São José. Essa antiga comunidade compreendia tanto os residentes do Carretão como os moradores onde hoje é a vila de Atalho. O nome localidade é explicado em uma história pitoresca sobre um cavalo que escapava recorrentemente de seu dono e sempre era encontrado na vereda que atualmente é o Sítio. Segundo Murilo, na localidade Cacimba do Bonfim (a vinte km de distância), *“Tinha um cavalo com o nome Carretão e esse cavalo deu para comer aqui. Então quando vinham caçar o cavalo diziam: vamos atrás de Carretão! Por isso o lugar ficou conhecido com esse nome”* (Murilo).

Antes de continuar a apresentar elementos a respeito da história da ocupação do Carretão, é importante ponderar que história e memória, sob a perspectiva das ciências sociais, são elementos estritamente conectados e muito significativos na construção do presente e do futuro. Sahlins (2011), esclarece o elo entre a história e o agir dos sujeitos:

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. A síntese desses contrários desdobra-se nas ações criativas dos sujeitos históricos, ou seja, as pessoas envolvidas (SAHLINS, 2011:07).

Nos termos de Sahlins, a história de um determinado grupo social tem uma importante função de contribuir para a sua estruturação e organização social. Ao compartilhar memórias e lembranças, um grupo de passado comum constituiu um forte sentimento de pertença que é definidor na constituição de uma identidade coletiva. Em última instância, a história e as memórias possuem a capacidade de “programar” a forma de ação, material e simbólica, dos sujeitos sobre o mundo.

O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre em interação com o seu grupo social. E é no contexto destas relações que as lembranças se estabelecem na memória. Dessa forma, a história vivida, ainda que seja uma experiência individual, nunca está fora de um quadro de referências que é dado pela vida em sociedade. Um dos elementos fundamentais para a socialização desse conhecimento compartilhado é a linguagem.

Godoi (1999), em estudo sobre o campesinato no sertão piauiense, destaca que a história e a memória em torno da criação e constituição das comunidades rurais servem de ligação entre o que foi e o porvir, sendo esta uma de suas funções sociais. Segundo a autora, as lembranças, evocações de tempos e espaços, apresentam e (re)transmitem aos indivíduos das gerações presentes e futuras os saberes e as particularidades sociais desta coletividade. Desta forma, a memória dos camponeses cria, por um lado,

uma história que a [eles] pertence e difere do grupo vizinho. (...) [Assim,] A memória coletiva aparece como um discurso da alteridade, no qual a posse de uma história que não se divide, dá ao grupo sua identidade.” Por outro lado, atua “como criadora de solidariedades, produtora de identidade e portadora de imaginário, erigindo regras de pertencimento e exclusão, delimitando as fronteiras sociais do grupo (GODOI, 1999:147).

Os primeiros habitantes do lugar, antes mesmo da comunidade receber o nome de Carretão, eram agricultores familiares que trabalhavam como vaqueiros nas criações de gado bovino das fazendas locais. Por serem trabalhadores das fazendas, estes agricultores possuíam o direito à “*posse na fazenda*” e assim ocuparam as terras devolutas da região. Este aspecto do contrato de trabalho entre fazendeiros e vaqueiros era o que tornava possível para os trabalhadores garantir uma área para fixar moradia, viabilizar lavouras para o autoconsumo e deixar um legado para sua família. O relato de Guilherme revela que a ocupação da terra acontecia a partir da identificação de uma área disponível e nestas “*terras soltas, cada um só fazia chegar e demarcar um pedaço. Aí pronto era dono*” (Guilherme).

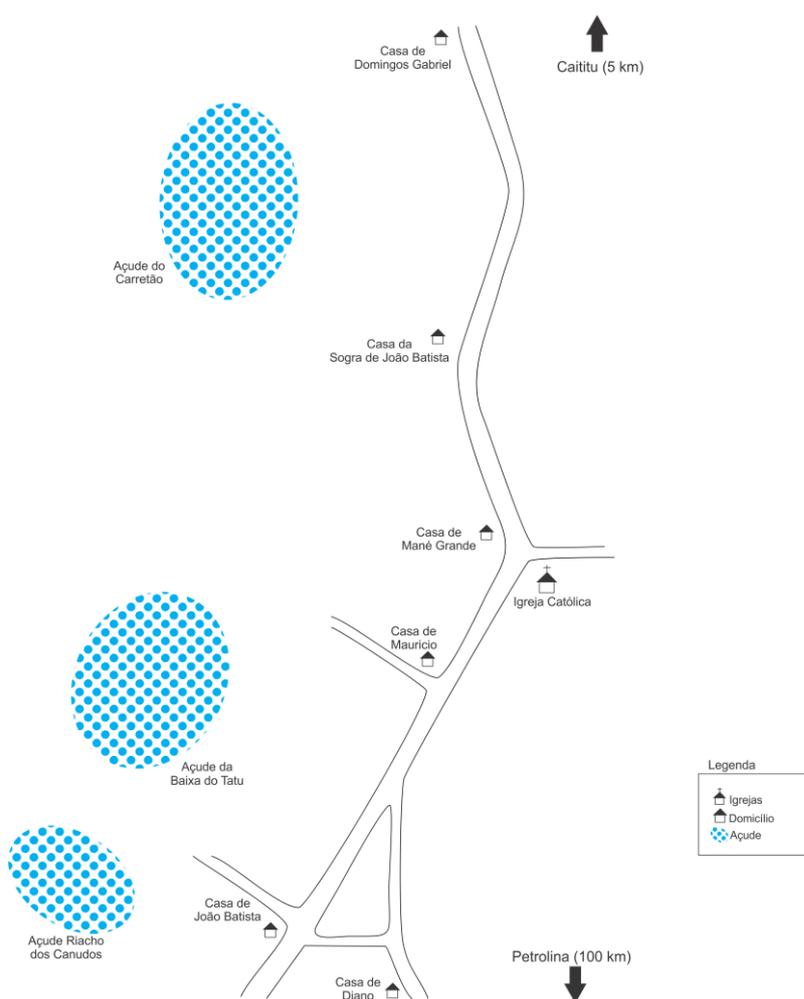
Por muito tempo a comunidade do Carretão permaneceu uma área pouco povoada. Em um raio de quatro quilômetros existiam algumas poucas famílias, os Gabriel, os Sá, mais tarde chegam na região, em função de casamentos, as famílias de sobrenome Santos e Bonfim. A história da sucessão do sítio que pertence a Murilo é ilustrativa desse processo de chegada das novas famílias.

Era José Maria o dono aqui desse sítio em que eu vivo. Então (...) um filho do Bomfim casou com uma filha de Teresa do Carretão, a finada Maximiana. Ai Bomfim veio da Cacimba e omprou esse sítio e aí botou o finado Vicente para morar aqui. Que era o

finado meu sogro. Ele enviuvou duas vezes aqui no Carretão. A primeira família da primeira mulher de Maximiniana foram 5 [filhos]: duas mulheres e três homens. Chico Gago, Antônio Gago – esses daí dizem que foram embora mocinho para Araripina, eles eu só conheci por nome – e Quinca. Quem me botou aqui foi Quinca e aqui eu estou (Murilo).

Lívia, também moradora do Carretão, destaca que até os anos 1960 a comunidade era constituída apenas por seis residências de pessoas destas quatro famílias:

Aqui nessa data só tinha esse do qual ele está falando, o finado Diano, o finado João Batista (...). De João Batista para cá morava um velho chamado Maurício, aí vinha a ter outra família bem aqui, do finado Mané Grande. Pulava daqui e ia ter a sogra de João Batista, que morava ali embaixo, e tinha a casa do finado Domingos Gabriel, que era o pai de Mauricio (Lívia).



FONTE: Klenio Costa (2013)

Figura 13 (4) – Croqui do Sítio Carretão seus açudes e a localização dos domicílios em 1960

Sobre o aumento da população na comunidade, Úrsula destaca:

Aqui mesmo só tinha três casas [até 1950]. Aí veio um velho, morou ali onde o compadre Lauriano mora. E daí foi chegando gente, chegando gente e hoje... não tem lugar para morar tanta gente. [O pessoal foi chegando] porque os mais velhos eram do lugar... aí [os novos moradores são] netos, outros filhos e outros são bisnetos

[desses moradores mais velhos]. Que hoje é cheio. Para não dizer que não tem pessoa de fora, tem esse homem que mora bem aqui. Ele morava aí pra cima, lá para Dormentes. Ai ele comprou um terreno aqui. No mais, [o restante do povoado] é tudo família (Úrsula).

O relato dos moradores mais antigos destaca que na localidade do Carretão a vida e o trabalho rural foram estruturados a partir de adaptações às situações impostas pelo meio social e ecológico no qual estes agricultores estavam inseridos. O trabalho na agropecuária sempre foi a principal atividade das pessoas do lugar. Em função do modelo produtivo, baseado na pecuária extensiva, e das condições climáticas, a agricultura era realizada nos períodos em que aconteciam os bons *invernos* e os principais produtos cultivados eram o milho, o feijão e a mandioca. A produção de mandioca era toda destinada à produção artesanal de farinha na própria localidade.

Até os anos 1960, a produção agrícola foi basicamente manual, sem a participação de qualquer tipo de implemento agrícola mais complexo que enxadas, machados e foices. Dos anos 1960 em diante, os relatos dão conta de que a transformação no campo da produção agrícola foi redefinida. Primeiro, na década 1960, foi introduzido o arado puxado por animal; nos anos 1970, por influência da Igreja Católica foram realizados mutirões entre os vizinhos; e na década de 1980 começou a ser utilizado na aração das terras o primeiro trator.

No que toca à produção pecuária, a princípio existia uma distinção entre fazendeiros e agricultores familiares. Por sua condição de posseiro e trabalhador das fazendas, ao agricultor camponês era vedada a possibilidade de manter um grande rebanho de bovino. Apenas os vaqueiros conseguiam acumular algumas cabeças de boi. Isto era possível em razão da forma de pagamento do trabalho. Murilo e Guilherme relatam que na pecuária tradicional, a remuneração do trabalho do vaqueiro era feita pela “quarta”, um sistema no qual em cada quatro bezerros nascido no ano um ficava para o trabalhador<sup>52</sup>. Quando perguntado sobre os principais criadores de gado bovino da região, Murilo destaca:

Aqui tinha um ricão ali no Icó, que se chamava Mané Gomes. Aqui na Volta do Riacho tinha o finado Renovato e o finado André. Meu padraço, que me criou, ele também criava uma cabecinha de gado, o finado Norato tinha umas cabecinhas. Mas, muito mesmo aqui vinha era do Icó (Murilo).

---

<sup>52</sup> Em “*A terra e o homem no Nordeste*” (1986), Andrade como citado anteriormente, descreve os termos do contrato de pagamento da “quarta” entre fazendeiros e vaqueiros.

Segundo Murilo, a pecuária própria dos agricultores camponeses era a caprinocultura, localmente referida por *criação*. O agricultor relata: “*quando eu me entendi, quase todo mundo tinha sua criaçãozinha. [Já] o negócio de gado [bovino] era dos ‘meus senhores’. Os pobres não, os pobres toda uma vida tiveram criação. Passava esse tempão e tinha era chiqueiros de criação*”. A criação de bodes, assim como a de bois, era feita de modo extensivo. Os animais pastavam soltos pela Caatinga durante o dia, e à noite os animais eram confinados. O criador tinha o cuidado de ferretear seus animais para que estes não se misturassem com outros. Além disto, cabia ao criador zelar pelas fêmeas e os filhotes na estação de reprodução e por toda a criação no período de estiagem.

Nos períodos de estiagem prolongada, quando a produção agropecuária entrava em crise, os moradores do lugar vivenciavam situações de extrema penúria. Em alguns casos, as famílias passavam fome. Arthur resgata em sua memória que num destes momentos críticos, mais precisamente na seca de 1932, quando ele tinha 12 anos de idade, muitas famílias do Carretão recorreram às “*comidas brabas da Caatinga*” para matar sua fome:

Se chegar meu pensamento, [eu vou dizer] a amargura que eu sofri. Vinha vindo, ainda vem inverninho, um inverno não dava nada, outros dá uma coisinha. Mas o tempo mais aperreado foi 1932. Morreu gente de seca! [Para superar esse tempo] foi gente de macambira, mucunã, comidas brabas do mato. Eu vou contar as comidas: mucunã, angelim, mamãozinho, coco de imbu, xique-xique, macambira. Até os fazendeiros, que tinham recursos, comiam comida braba (Arthur).

Sobre a seca de 1932, Úrsula descreve as dificuldades que enfrentou,

Eu me lembro assim, porque meu pai contava muito. Ele era lavrador, caçador no mato. E nessa seca de 1932 meu pai escapou a gente comendo mel de abelha do mato. O senhor sabe o que é abelha do mato? Era mandaçaia, manduri e irapuã. Então depois eu adoeci aí ele mandou mamãe comigo pra a rua para caçar remédio. Mas Deus ajudou e lá ela arranhou remédio e eu fiquei boa. Aí depois nós viemos embora porque ele ficou aqui mais dois [irmãos]. E [quando] nós chegamos aqui, Deus ajudou que foi havendo um inverninho de pouco a pouco até que endireitou o tempo. Mas nessa seca de 1932... O senhor conhece um mato que tem por nome de macambira? Pois o povo escapou naquilo (Úrsula).

Murilo, ao falar dos tempos em que a seca castigava, salienta: “*Está com muitos tempos que nós comemos comida braba. Graças a Deus [esse tempo] foi-se embora. Esse tempo ficou para trás mesmo.*”

No momento em que a produção agropecuária entrava em colapso, o governo federal lançava mão das políticas emergenciais contra à seca. O trabalho nas frentes de emergência ou

frentes produtivas<sup>53</sup> significava para o agricultor do Carretão o amortecimento dos efeitos da seca em sua vida. As “emergências” visam socorrer as famílias que atravessavam maiores dificuldades por meio de pagamentos em dinheiro e doação de alimentos por serviços realizados. Na ocasião de uma seca, órgãos federais como a SUDENE e a CODEVASF alistavam os agricultores da região e os colocavam em turmas de até trinta pessoas para que estas equipes realizassem diferentes trabalhos na própria comunidade:

Na frente de emergência e na frente produtiva a gente tinha de estar trabalhando em um órgão que era do governo. Você trabalhava fazendo uma cisterna pra um, você trabalhava cavando uma aguada, você trabalhava consertando uma rodagem, você trabalhava ajeitando qualquer coisa... Uma barragem, uma rodagem, fazendo um roço, você trabalhava também, na época de aguaceiro, fazendo um buracão aí no meio da rodagem aí juntava todo mundo para botar pedra ali. Tudo isso a gente trabalhava no tempo da emergência (Henrique).

A respeito das frentes de trabalho, Felipe conta:

Trabalhava uma multidão de gente, né? Fazendo uma barragem, um barreiro. Limpava de um, limpava de outro. Tinha o chefe. Tinha o cabra de turma que comandava as pessoas. [Ele dizia:] “Faça isso, faça isso”. E aí fazia. Assim como você está com esse caderninho na mão, aí colocava o nome das pessoas que estava trabalhando tudinho e aí eles contavam os dias das pessoas. Se falhava, ele botava falta e se não falhava era direto. Às vezes íamos receber em Petrolina e às vezes eles vinham pagar. Quando era tempo de pagar, eles vinham pagar. Agora acabou (Felipe).

Por outro lado, a crise produtiva suscitada pelos recorrentes períodos de estiagem fazia com que alguns moradores buscassem trabalho fora do sítio. O mais comum, lembra Murilo, era os moradores do Carretão se dirigissem para o sopé da Serra do Araripe, uma reconhecida área úmida no Semiárido em Pernambuco, para trabalhar na produção de farinha de mandioca. Nos momentos em que a produção agrícola fracassava no Carretão e os moradores não conseguiam se ocupar com algum tipo de trabalho no lugar, homens e mulheres saíam para rapar mandioca e torrar farinha na comunidade rural de São Gonçalo em Araripina. Por meio deste trabalho temporário, que durava em média duas a três semanas, os agricultores conseguiam algum dinheiro e farinha para trazer para suas casas.

A busca de trabalho fora do Sítio permanece ainda hoje. Contudo, ao longo dos anos, a migração passou a ter destinos e períodos de duração diferentes. Nos anos 1960 aos 1980, muitos moradores iam para São Paulo e outras cidades do “Sul” do país para conseguir trabalho na construção civil, em metalúrgicas ou no setor de serviços. No geral, estes migrantes

---

<sup>53</sup> Nome que o programa emergencial recebeu no governo FHC na seca de 1998/1999.

passavam alguns anos em cidades como São Paulo e trabalhavam com o objetivo de retornar ao Carretão e ter uma vida melhor. Em quase todas as famílias do Sítio há relatos de pessoas que vivenciaram a experiência de passar uma temporada de trabalho fora, sobretudo os homens quando jovens e solteiros.

Contudo, no que concerne aos jovens de hoje, pais e mães de família ou não, e suas experiências de trabalho fora, já é percebida uma mudança no destino da migração. Petrolina e suas oportunidades de estudo e trabalho, especialmente nas lavouras da fruticultura e no setor de serviços, tornou-se uma alternativa viável para estas pessoas. A experiência de Victor é significativa para ilustrar esse processo:

Tem vezes que eu trabalho para os lados do projeto. Agora tem... se tiver um mês que eu estava trabalhando aqui no Bebedouro fazendo latada de uva, na empreitada. (...). O cabra empreitou e nós fizemos por R\$1.200,00 por hectare. [O trabalho demorou] um mês e oito dias para darmos prontos. E ao final o cabra diz: “Não, tenho que ir para casa passar pelo menos uns 15 dias pro cabra folgar um pouco, porque quando você termina meu amigo, você está morto” (Victor).

A oportunidade de emprego em Petrolina muda qualitativamente a experiência de saída dos agricultores. Pois a proximidade dos postos de trabalho com o Sítio torna possível que os agricultores conciliem uma percepção de renda monetária em trabalhos assalariados com as atividades agropecuárias desenvolvidas no sítio familiar.

### **4.3 O Sítio Carretão e suas organizações sociais**

A sociologia rural vem há muitos anos contribuindo para a compreensão das comunidades rurais, cuja denominação, dada pelos próprios moradores, varia de um lugar para outro. Em São Paulo, elas são designadas como “bairros rurais”, enquanto no Nordeste são chamadas de “sítios”, como é o caso da área estudada.

De acordo com Woortmann, nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, a expressão “sítio” é utilizada tanto para designar a terra camponesa quanto a comunidade camponesa. Na primeira acepção do termo, destaca a autora, a expressão sítio faz referência “*aquela parcela onde se localiza a casa, parcela essa que geralmente foi o ponto de partida, por herança, das terras de um camponês*” (WOORTMANN, 1983:175). Em um sentido mais amplo o sítio pode designar “*todo um bairro rural de origem camponesa*”. Nesta compreensão, a categoria sítio, salienta Heredia (1979:37), serve para delimitar no espaço rural o lugar ocupado por uma comunidade

de agricultores, constituindo-se então como uma oposição a outros espaços rurais de habitação como, por exemplo, as fazendas.

Candido refere-se ao bairro rural como uma:

Estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo, e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de um povoado ralo e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega (CANDIDO, 2001:81).

Para Queiroz (1973), os bairros rurais são grupos de vizinhança,

cujas relações interpessoais são cimentadas pela grande necessidade de ajuda mútua, solucionada por práticas formais e informais, tradicionais ou não; pela participação coletiva em atividades lúdico-religiosas que constituem a expressão mais visível da solidariedade grupal; pela forma específica de ajustamento ao meio ecológico, através do trabalho de roça, executado pela família conjugal como unidade econômica e utilizando técnicas rudimentares; pelo exercício do comércio de parte dos gêneros obtidos com a lavoura ou com a criação, como um meio de permitir a aquisição de objetos e mercadorias fabricadas na cidade; pela interdependência visível entre o grupo de vizinhança e núcleos urbanos, locais e regionais, para os quais se dirigem os lavradores, seja para vender seus produtos e comprar mercadorias, seja em romarias religiosas, seja para tratar das poucas atividades administrativas e políticas que estão ao seu alcance (QUEIROZ, 1973:195).

Da forma como expõem Candido e Queiroz, fica explícito que, entre as pessoas que vivenciam este habitat, está presente um forte sentimento de localidade e pertencimento social que são essenciais na constituição e delimitação do sítio. Desta forma, muito mais que um amontoado de casas e áreas produtivas, o Sítio é o lugar em que os seus moradores reconhecem vivenciar coletivamente a vida típica das famílias de agricultores daquele lugar. Ou seja, se a propriedade é o espaço no qual se desenrola a vida cotidiana da família camponesa (trabalho agrícola, extrativismo, pecuária, artesanato, etc.) e onde é (re)criado o universo simbólico que fundamenta essa vida rural, o Sítio é o espaço social em que estas práticas, valores e ideologias são amalgamadas entre as famílias. Segundo Wanderley,

A vida social local é, assim, o resultado do entrelaçamento de relações sociais que atravessam o espaço local, atribuindo-lhe significados e integrando-o a redes de relações que se estendem por espaços sociais mais amplos e dentre as quais podem ser identificadas: as relações de parentesco e de vizinhança, que são a base da vida social local e cujo conteúdo é dado pelas necessidades do trabalho e da produção e pelas práticas de lazer e da vida religiosa (WANDERLEY, 2009F:298).

Deste modo, os moradores de um Sítio conhecem-no e se sentem ligados a ele, essa conexão impõe respeito e algum compromisso para com esse espaço de vida e seus demais

moradores. Em outras palavras, demonstram uma consciência grupal patente. Dessa forma, ainda que o Sítio seja composto por famílias relativamente autárquicas, que trabalham a terra de modo independente, o pertencimento a uma determinada comunidade pode favorecer a criação de dispositivos diversos de cooperação vicinal e de auxílio mútuo, que vão desde a troca de dias de serviço até à socialização de saberes. A cooperação visa a superação das dificuldades da vida do campo em diversos domínios, especialmente no trabalho e na produção agropecuária.

Na área estudada o termo *Sítio* designa a comunidade rural em seu conjunto. No sentido atribuído pelos moradores do Carretão, o Sítio consiste em uma forma específica de territorialização de uma rede de vínculos sociais estabelecidos por estes camponeses entre si e com o exterior.

Neste espaço, o sentimento de unidade está ligado, entre outras coisas, aos laços de parentesco entre os residentes do lugar. A existência dessas ligações consanguíneas, mesmo que envolvam graus de parentesco distantes faz com que uma família esteja sempre ligada a outra. Em razão do parentesco, os laços de vizinhança tornam-se ainda mais reforçados. A ancestralidade comum, o respeito à hierarquia familiar e às relações de compadrio constituem elementos importantes para manter e promover os vínculos existentes entre os moradores do Carretão. É significativo destacar que entre as famílias residentes ali hoje, apenas o núcleo familiar de Miguel não possui algum grau de parentesco com os demais moradores

Deve-se notar também que a religiosidade cumpre um papel fundamental na constituição da organização social. Os ofícios religiosos, o orar em comunidade e a novena de São José no mês de março (11 a 19), fazem emergir modos de ver e se relacionar que torna possível e/ou reitera o estreitamento dos laços sociais que dão feição e identidade ao Sítio Carretão. Queiroz (1973) ressalta que a religiosidade tem papel relevante na modelagem da comunidade rural, não significa dizer que as ações coletivas propostas pelos comunitários sejam o tempo todo dirigidas por compromissos religiosos, mas sim que a religiosidade incute em cada indivíduo uma predisposição a um compromisso social e coletivo comum.

É necessário destacar que nos anos 1960 e 1970 o trabalho pastoral da Igreja Católica, com a formação das comunidades eclesiais de base, significou um forte movimento de estreitamento dos laços comunitários entre os moradores do Carretão. Segundo Murilo,

Eu sei que no tempo da comunidade, quando o povo da Alemanha estava andando aqui. Nós estávamos trabalhando [na construção da igreja] (...) Eles vieram proteger

nós. Fazer reunião para o povo trabalhar junto. *“Hoje eu vou trabalhar para você e amanhã você vai juntar e trabalhar pra mim. E depois juntar e trabalhar para Chico”*. Era assim, de grupo. [Antes] O povo [só] sabia trocar dia. Trocar dia era [assim:] eu ia trabalhar pra Chico hoje e a manhã ele vinha trabalhar pra mim. Mas aí eles [os alemães] formaram essa comunidade... [eles nos ensinaram] a formar os grupos de gente para trabalhar. Aí juntava um grupo aqui outro acolá. Era 6, era 7, era 8, era 10 pessoas, era o que ajuntasse. A gente [que recebia a ajuda do mutirão] só defendia o de comer e todo mundo vinha para a enxada (Murilo).

Do mesmo modo que a religiosidade e os laços de família, a amizade é também um elemento que faz a solidariedade entre os moradores do Sítio se tornar mais densa. A amizade consiste em uma experiência de convívio interpessoal bem distinta daquela que acontece no interior da família. Para os comunitários, o grupo de amigos que convive no caminho da escola, que se encontra nas festas da comunidade, que visita uns aos outros em suas casas e se encontra nos espaços públicos, consiste em uma reunião de pessoas que se percebem como iguais e que tem uma profunda satisfação de estarem juntos.

No caso dos homens, o bar da comunidade consiste em um espaço social muito revelador de como a amizade suscita e reforça o sentimento de companheirismo e coesão social. Diferente dos espaços da casa ou de reuniões sociais como a reza, o bar, em quanto um espaço exclusivamente masculino, permite que algumas regras de conduta, regidas pela hierarquia familiar e pelas normas coletivas, sejam transgredidas. Assim, atitudes, comentários ou brincadeiras que não são realizadas no espaço da família, na presença de mulheres ou entre pessoas mais velhas, por serem consideradas ofensivas e desrespeitosas, são livremente realizados neste espaço lúdico. Portanto, o bar consiste em um espaço no qual as diferenças, de idade, na hierarquia familiar, etc., são postas em suspensão e todos se tornam iguais. Essa transgressão das normas estabelecidas, que dura a tarde do sábado, reafirma um sentimento de igualdade entre todos os frequentadores, sejam eles jovens, adultos ou idosos.

Movidos por um forte sentimento de localidade e pertencimento, os moradores do Carretão sempre se dispõem a cooperar uns com os outros e em prol da comunidade. Lá, o mais comum e antigo tipo de solidariedade entre os agricultores é a troca de dias de trabalho, em que um agricultor combina com o vizinho para que um trabalhe nas terras do outro, na realização de atividades como aração, semeadura, capina, colheita, na construção de cercas e barreiros, ou no processo de fabricação de farinha de mandioca. Por outro lado, as ajudas que envolviam grupos de famílias, os mutirões articulados pela Diocese de Petrolina e as frentes e emergência do governo federal, constituíram exemplos significativos de articulação entre os agricultores do

Carretão para a realização de serviços e benfeitorias para uma família ou da comunidade com o todo. Segundo Eduardo,

Esse negócio de mutirão é o seguinte, eu conheci muita gente aqui cercado roça assim. Esse mutirão aí (...) eu vi mais quando o pessoal tirava esse dinheiro de banco, muita gente fazia o seguinte, hoje, vamos dizer, o Afonso tinha o serviço dele, a gente ia lá para o serviço de Afonso. Outro dia serviço de Chico, fazia. Outro dia na semana ia lá para Damião. Ia para uma roça que tinha lá de outro cabra. Ia para a roça de João, vinha pra roça de outro aqui. Aquele mutirão ali só parava quando terminava de fazer o serviço tudinho. Estava todo mundo ali, você só ia gastar o que? Só ia gastar com a boia daquele pessoal (Eduardo).

É bem verdade, reconhecem os agricultores, que estas formas de solidariedade estão caindo em desuso. As trocas de dias e os mutirões, por razões que envolvem tanto as alterações tecnológicas como as seguidas secas, não encontram mais tantos espaços para sua realização na comunidade. Por exemplo, o uso dos tratores para a aração, plantio e debulha dos grãos tornou a ajuda dos vizinhos desnecessária para a execução dessas atividades. Há também o fato de que muitos dos agricultores locais, por não estarem com suas roças formadas, busquem trabalho como diaristas ou em empreitadas<sup>54</sup>. Porém, o fato de se realizar o pagamento pela execução de tarefas não é acompanhado de uma percepção de monetarização das relações entre os agricultores. Por sinal, aquele que paga ainda considera o contratado como uma pessoa que está cooperando com ele e não um funcionário, como é o caso do assalariamento rural.

Sobre essa relação entre trabalho familiar e trabalho assalariado no campesinato, Garcia Junior desenvolve uma das principais contribuições para o aprofundamento desta problemática. Segundo este autor, o pagamento de salário não significa, necessariamente, a configuração de uma relação capital-trabalho, tal qual a que se estabelece na produção capitalista. Da perspectiva daquele que contrata trabalhadores externos à família,

O alugado permite aliviar a unidade doméstica do pesado, a própria avaliação do que é pesado leva em conta a diferença de sexo e posição dentro da unidade doméstica. Note-se que o marco de que estão deixando de trabalhar significa que o esforço de membros masculinos da unidade doméstica está sendo substituído pelo trabalho alugado (GARCIA JUNIOR, 1989:142).

Por outro lado, tornar-se um trabalhador “alugado”, em caráter temporário, não implica a perda da condição de agricultor:

---

<sup>54</sup> A falta de safra também compromete as formas de solidariedade no trabalho agrícola, 2013 é o terceiro ano consecutivo que não há produção de mandioca e os moradores não se articulam para fazer farinha.

A venda da força de trabalho é necessária para proporcionar um feira semanal de dimensões adequadas ao tamanho e composição sexual e etária de cada grupo doméstico. [Portanto,] O *alugado* (...) significa literalmente a necessidade de trabalhar para quem tem recursos monetários a trocar contra a oferta de seus serviços, porque a unidade doméstica que oferta o trabalho *alugado* não tem esses recursos monetários e precisa deles para não passar fome (GARCIA JUNIOR, 1989:174)<sup>55</sup>.

Mesmo que seja um contundente evidencia da existência de agricultores em condições distintas mais “fortes” ou mais “fracos”, como costumam relatar os moradores do Carretão, a venda e compra da força de trabalho, é uma situação que substituiu em parte a troca de dias e os mutirões, e consiste em um novo componente da dinâmica da agricultura camponesa.

Em um momento em que processos de cooperação se transformam ou desaparecem, outras formas de solidariedade entre os moradores do Carretão permanecem mobilizando a comunidade. A festa do padroeiro São José ou festejos esporádicos em razão do pagamento de promessas levam os moradores do Carretão a se reunirem e reforçarem seus laços sociais. Nas celebrações em que se paga uma promessa, por exemplo, o pagador convida amigos e vizinhos para dançar e cantar em agradecimento ao santo que lhe auxiliou – na área rural de Petrolina o santo tradicionalmente homenageado nestas ocasiões é São Gonçalo.

A Roda de São Gonçalo consiste em séries de doze rodas de cantoria e danças coreografadas dedicadas ao santo e podem durar mais de 10 horas seguidas. Na ocasião da roda, pessoas da comunidade e de localidades vizinhas se reúnem em razão da dança, da cantoria e da distribuição de comida (Figura 14). Nesta celebração, a família e os parentes mais próximos daquele que paga a promessa ficam incumbidos de oferecer café da manhã e almoço para os convidados. Bebidas alcoólicas são comercializadas e algumas pessoas que vão participar da roda deixam ofertas em dinheiro ao pé do santo.

---

<sup>55</sup> Grifo do autor.



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 14 (4) – Preparação do almoço para uma roda de São Gonçalo

Mesmo que a força das atividades que envolvem a cooperação solidária tenha diminuído frente aos processos mercantilização, tal transformação não significa que reciprocidade entre os moradores esteja em extinção. Como pode ser visto, as festas religiosas, os encontros nos espaços públicos, a ajuda ao vizinho, a hospitalidade com o visitante, são elementos que sinalizam a persistência e a centralidade da reciprocidade entre os agricultores camponeses do Carretão. Por outro lado, como será apresentado adiante, é pertinente pensar que a institucionalização pelos agricultores do Carretão da Associação dos Pequenos Produtores Rurais constitua uma renovação da expressão da reciprocidade camponesa.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão é uma organização baseada na adesão voluntária das pessoas e é voltada para garantir a defesa dos interesses e gestão de ações ou benfeitorias destinadas aos associados. No caso do Carretão, a Associação reúne além dos moradores do lugar, pessoas de comunidades próximas que se identificam com o empenho comunitário do grupo e que também possuem algum vínculo de parentesco com os moradores do Sítio. Atualmente a associação conta com a participação de mais ou menos 30 associados. As reuniões desta instituição são mensais, no segundo domingo de cada mês, e acontecem na sede própria da associação, localizada na vila (Figura 15).



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 15 (4) – Vista da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão

Segundo Guilherme, o motivo central para que os agricultores do Carretão se reunissem em uma associação, eram as dificuldades que eles tinham em acessar recursos para a realização de obras em infraestrutura, projetos produtivos e crédito. De certa forma, foi percebido pelos moradores que as ações individuais surtiam efeitos limitados na “briga” por seus interesses e que o associativismo consistia em uma estrutura de oportunidade que possibilitava legitimação, visibilidade e, conseqüentemente, maior acesso ao Estado e seus projetos para a agricultura familiar:

era toda aquela burocracia para você conseguir alguma coisa. Era necessário você se encostar em uma associação. E aí era [aquela disputa] eu quero isso, eu quero aquilo, eu preciso disso, eu preciso daquilo. E tudo era através de um ofício, de um documento. Aí a gente resolveu fundar uma associação. Porque tem muita associação aí que foi fundada... porque o político chegou e [disse:] vamos fazer isso. E é por isso que um bocado de associação se afundaram. Aqui não. Aqui foi decisão nossa. “Vamos fundar uma associação, vamos para a briga” (Guilherme).

Sobre o que são essas “brigas”, Guilherme explica

Não é briga de sair no corpo não, é a briga para lutar pelas coisas. É o cabra chegar no gabinete do prefeito e receber um não. O cabra não vai dizer que não vai voltar lá? Volta. Por exemplo, nós não temos acesso ao governo do Estado, não temos acesso ao presidente da República, mas nós enviamos documentos. PRORURAL tem uma filial em Petrolina a gente está lá. Tem IPA, vamos fazer isso aqui. Nós queremos esse projeto, elabora projeto leva para o Conselho, não aprova. Aprova esse outro aqui (Guilherme).

Os interesses defendidos pela associação, no geral, dizem respeito a questões relacionadas a projetos produtivos e econômicos em prol dos associados, tais como

financiamentos, comercialização e/ou transformação dos produtos agropecuários. Além disto, tratam também de melhorias em infraestrutura e equipamentos coletivos para o uso das famílias residentes no Carretão. Desde sua criação, uma série de projetos já foi desenvolvida pela organização. O primeiro projeto da Associação aconteceu em 2002 e foi resultado de uma parceria entre a comunidade e o PRORURAL para a construção de banheiros nas residências dos moradores. Guilherme faz o seguinte relato,

O primeiro projeto que nós fizemos foi os banheiros. Foi do meu tempo [na presidência]. (...) [O projeto] foi pelo PRORURAL. Na época eu era presidente e a gente foi para a reunião em Petrolina [no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável]. E foi a [nossa] associação que conseguiu mais dinheiro e mais banheiro. (...) [Essa associação foi] A única que conseguiu 45 banheiros... As outras lá foram 10 banheiros, 12 banheiros, 5 banheiros, 20 banheiros... Ninguém acreditava não! ...e ainda tem outra coisa [essa associação] foi a única que prestou conta ao PRORURAL. A maioria das outras associações ainda está na pendência, respondendo processo (Guilherme).

Por problemas com a construtora responsável pela execução da obra dos banheiros, a segunda etapa do projeto foi realizada pela própria associação:

Muitas vezes o cabra é obrigado a usar a inteligência... na época nós botamos uma empresa, a empresa fez a primeira etapa e farrapou com a gente e nós ficamos no eixo. Não botar na justiça não. Calma que eu vou tentar puxar alguma coisa dele para que a associação faça o resto. Mas botar na justiça eu não vou. Os outros meteram a mesma empresa na justiça e eu digo eu não boto aí a gente tentou puxar alguma coisa e no final perdemos 4000 contos e eu digo, é melhor perder os 4000 e conseguir o resto, do que botar na justiça porque teve comunidade que nem a segunda etapa saiu... A segunda etapa quem construiu foi a própria associação... a associação chegou [no PRORURAL e disse:] olha nós temos condições de fazer. “*Vocês tem condições de prestar conta?*” Tem! “*Então faça!*”. Mandamos o documento para Recife no PRORURAL, abrimos a solicitação, a associação mesmo botou cinco pedreiros [para construir os banheiros] e quando terminou ficou dinheiro no caixa e tivemos de devolver para o PRORURAL. Fizemos os 45 banheiros e devolvemos dinheiro. Fizemos a prestação de contas e tivemos de devolver centavo por centavo (Guilherme).

Outro projeto destacado por Guilherme foi a experiência de venda direta para o PAA da (CONAB), uma ação pioneira no município de Petrolina:

Em 2009, fizemos um projeto na CONAB, eu era o presidente também. Sendo que o projeto era de 25 mil reais. E era para entregar produtos: doce de umbu, polpa, carne de bode, galinha, ovo. (...) Nós fizemos direto com a CONAB. Era nós mesmos que fazíamos a entrega. Nos mesmo era quem entregava os produtos nas escolas. Cadastramos as escolas daqui de Atalho, de Caititu, de Baixa Alegre, Cruz De Salinas, Uruás, Rajada e Pau Ferro. Nós cadastramos, entregamos e fechamos as contas. (...) Na época foram 15 famílias. E de todos eles era nós [a associação] quem fazia o pagamento. O dinheiro caía na conta da Associação, a Associação sacava o dinheiro e repassava para o agricultor. A gente elaborava recibo pela associação para fazer o pagamento. (...) Dava um comprovante para ele e a outra ficava guardada. (...) fechamos a conta e graças a Deus nunca tivemos problema (Guilherme).

O reconhecimento pelos agricultores de que suas tradicionais formas de ação coletiva eram pouco eficientes para alcançar os projetos de desenvolvimento e políticas sociais que desejavam, os levou a constituir um novo repertório de ação. A criação da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão é a expressão dessa mudança na estrutura política e social da comunidade. Por meio desta organização os camponeses do Carretão buscam estabelecer diálogos profícuos com órgãos do Estado, empresas públicas de extensão rural e outras entidades da sociedade civil para concretizar seus anseios.

É significativo lembrar que atualmente, para o exercício das atividades agropecuárias, especialmente aquelas que implicam a intervenção dos poderes públicos, há um conjunto de exigências que as seculares práticas camponesas não dão conta de atender. Dessa forma, a constituição de uma associação é uma forma da comunidade camponesa buscar seus interesses, tais como novos canais de comercialização, a obtenção de insumos, equipamentos e serviços para viabilizar a produção e o acesso aos benefícios sociais oferecidos pelo Estado (Bolsa Família, Garantia-Safra, distribuição de cisternas e água).

Sabourin (2003, 2009) destaca que a criação de organizações sociais formais de agricultores – tais como as cooperativas e associações – constitui uma evolução destas comunidades em matéria de interface com a sociedade global. Segundo o autor,

a integração ao mercado e a sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levou a sociedade rural nordestina, as comunidades dotarem-se de novas estruturas de representação, de cooperação e troca monetária, sem para isso abandonar certas formas de organização e, principalmente, os valores e as práticas de reciprocidade camponesa (SABOURIN, 2003:158).

Sabourin sugere (2003, 2009, 2011) que, em um contexto no qual os camponeses estejam mais expostos à lógica da troca mercantil e da regulação fiscal/burocrática do Estado, a continuidade de valores e de práticas tradicionais correspondem à “*modernização da reciprocidade camponesa*”. Desta forma, o autor indica que a integração à sociedade e ao mercado pode acontecer de modo que, em alguns casos, os agricultores camponeses subordinem a lógica da troca mercantil a seus interesses e não o contrário.

Ao observar o Sítio Carretão em sua multidimensionalidade, como espaço da vida, de trabalho, de religiosidade, de festa, da política, etc., percebe-se a permanência de relações de reciprocidade camponesa por meio diferentes mecanismos. Localmente, a dádiva apresenta-se nas relações de parentesco, compadrio e nas ocasiões em que acontecem as festas locais, sejam

elas de cunho religioso ou não. Por outro lado, a lógica da reciprocidade também está presente nos processos produtivos, na gestão dos recursos naturais e na troca de dias de trabalho.

Além disto, tal como destaca Sabourin em seus estudos (2003, 2009), as relações de reciprocidade, modernizadas no âmbito da associação, têm suscitado uma produção agropecuária local que extrapola a simples satisfação da subsistência de cada família. A experiência comunitária na formulação e execução de projetos produtivos e de comercialização em conjunto, como é o caso do PAA/CONAB, consiste em um elemento poderoso para a reiteração da agregação social no âmbito local e constitui também um significativo desenvolvimento econômico para estes agricultores camponeses.

Evidenciar o espaço social no qual transcorre a pesquisa de campo é importante, pois em muitos casos os elementos que o compõem estão diretamente relacionados às estratégias que os agricultores elaboram para evitar riscos e buscar a autonomia. O ambiente social historicamente construído, os agentes externos em interação com a comunidade e as organizações camponesas são limites (possíveis de serem transpostos) que, de alguma forma, estabelecem um conjunto de possibilidades de ação para os camponeses do Sítio Carretão. Embora se trate de experiências diferenciadas e mesmo únicas, o sistema de produção operacionalizado em cada unidade familiar até certo ponto é uma organização que está sob influência do espaço social proporcionado no Sítio Carretão. Na próxima seção, quando o sistema de produção familiar é examinado, é possível notar, por exemplo, que as peculiaridades do que é comercializado/consumido pelas famílias consiste em uma equação que considera o mercado institucional criado pelo PAA e buscado pela Associação.

## 5 A família camponesa e seu cotidiano no Sítio Carretão

Em todo o Brasil, e no Sertão do São Francisco não é diferente, nos últimos 20 anos, a situação do agricultor familiar passou por um processo de transformação não só econômica como também social e política. Desde meados dos anos 1990, a luta da agricultura familiar por reconhecimento provocou mudanças significativas na forma como alguns setores do Estado e da sociedade percebem este tipo de agricultura. Estas mudanças levaram a agricultura familiar a ser considerada como categoria política e ator social do campo; implicou também em um reconhecimento institucional que suscitou a criação de órgãos nos três níveis de governo e políticas públicas focalizadas na agricultora familiar; e, por fim, aconteceu uma ressignificação da agricultura familiar em que essa é associada a adjetivos positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos.

Tal inflexão na percepção sobre a agricultura familiar escancara que o processo de construção da agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura do tempo presente, está em um estágio avançado e que o agricultor familiar consiste em um personagem muito importante do campo brasileiro.

Mediante toda esta movimentação, acredita-se que as condições históricas do momento atual estão exercendo influências sobre a forma de organização interna da família, de suas práticas sociais e agrícolas, enfim, de seu modo de vida. Para perceber isto, neste capítulo é proposta uma reconstrução do cotidiano camponês, cujo objetivo é destacar algumas questões referentes ao modo de vida dos agricultores locais. Essas questões são: a organização da unidade de produção, a produção agropecuária, o trabalho familiar e os impactos das políticas públicas na vida e no trabalho dos agricultores do Carretão.

A família de Miguel é a única do Sítio que não tem relações de parentesco com os demais residentes do Carretão. Miguel, a esposa e os três filhos chegaram no Carretão em 1993 vindos do município de Dormentes onde moravam na comunidade de Lagoinhas. Essa família é composta por sete pessoas, são elas: Miguel (Esposo/Pai), Ana (Esposa/Mãe), Jandira (Filha mais velha/casada) seu esposo e uma filha, Pedro (Filho do meio/solteiro), Josélia (Filha mais nova/solteira). Atualmente, residem no Sítio Carretão apenas Miguel (63 anos), Ana (58 anos) e Pedro (28 anos). As filhas do casal moram em Petrolina e se mudaram do Carretão para

estudar e trabalhar na cidade. Jandira casou-se, tem uma filha pequena e trabalha junto com o esposo em sua fábrica de pré-moldados; e Josélia é solteira e trabalha em um hospital de Petrolina.

Todos os residentes no sítio estão empenhados na produção agropecuária. No relato de Ana, o seu marido nunca foi muito interessado no trato com a criação, por isso ela sempre tomou a frente desta atividade. Miguel confirma essa informação e destaca que seu maior empenho é na realização do trabalho nos roçados de milho, feijão e mandioca. Faz três anos que o casal se aposentou pelo sistema de previdência rural. Pedro, além de trabalhar na produção agropecuária da família, trabalha no mercadinho da vila. Essa ocupação fora do sítio é o que o faz permanecer no Carretão. O jovem agricultor manifestou o desejo de ir trabalhar fora do sítio paterno, a exemplo de seus amigos, mas a possibilidade de trabalhar no mercadinho local, sua responsabilidade e o seus investimentos na agropecuária familiar o mantêm no campo.

A convivência com essa família possibilita perceber que há uma divisão entre eles da responsabilidade das atividades produtivas: a caprinocultura está sob os cuidados Ana, Pedro ocupa-se do gado bovino e Miguel possui ovelhas na engorda e administra o roçado. Esse tipo de divisão, apesar de prezar uma independência entre os componentes da família, não implica em um descompromisso destas pessoas com a manutenção de todas estas atividades. O funcionamento da unidade de produção pressupõe o comprometimento de todos com os cuidados do sítio e um relativo compartilhamento das decisões a respeito da venda, compra e consumo dos produtos ou insumos necessários.

No Sítio Carretão, a existência destas divisões na produção agropecuária familiar passa despercebida para um observador externo. Entretanto, a partir da convivência com o grupo doméstico de Miguel foi possível perceber essa existência<sup>56</sup>. Diferente das atividades agropecuárias que vão suprir as necessidades da unidade produtiva – que são coordenadas pelo pai, resultantes do esforço conjunto de seus integrantes e que é dividido entre eles apenas no consumo – as explorações individuais sinalizam a existência de uma autonomia relativa das pessoas que a praticam.

---

<sup>56</sup> Além do grupo doméstico de Miguel, outros quatro núcleos familiares mencionaram a existência de explorações agropecuárias individualizadas, são eles: Henrique, Murilo, Mariana e Beatriz.

No estudo de Heredia (1979), sobre a morada da vida, a autora reflete sobre esta situação a partir das noções de roçado e de roçadinho. De acordo com ela, o roçado é uma exploração agropecuária que fornece os bens necessários ao consumo da família e para viabilizar o seu projeto de vida. O roçado é a área produtiva em que todos os membros da família trabalham, mas que somente o pai da família é responsável. Em contra ponto, o roçadinho são unidades de produção individuais. Ela destaca que o roçadinho é uma unidade de produção individualizada dos membros da família, isto é, roçados individuais que pertencem aos filhos e à esposa, que, via de regra, são de tamanho menor e que seus donos gozam de uma autonomia relativa sobre aquela produção.

Segundo a mesma autora, o que se planta no roçadinho não constitui um valor para a família, mas sim uma forma de ajuda àquele que realiza essa exploração. Tanto no caso estudado por ela quanto o Sítio Carretão, a existência da exploração agropecuária individual significa um reconhecimento pelos pais de que as necessidades de consumo aumentam segundo a idade e por isso, a partir de certo momento, os filhos devem trabalhar a terra individualmente para suprir essas necessidades. Incapacitados de repassar recursos monetários para os filhos, os agricultores familiares cedem parte da terra ou animais para que o jovem ganhe dinheiro com o seu próprio trabalho.

Por outro lado, o roçadinho é também um modo de ensinamento e socialização dos membros da unidade. *“Essa socialização refere-se tanto à aprendizagem e adestramento das técnicas, como a formação de comportamentos adequados ao trabalho agrícola. Constituiu também um forma de internalização das normas do grupo”* (1979:108). Assim, trabalhar no roçadinho consiste em um atestado de que os filhos estão aptos para se tornarem independentes, mesmo quando continuam a manter relações de dependência com o núcleo familiar. Portanto, a posse do *roçadinho* significa uma preparação, material e simbólica, para a constituição da futura família deste filho.

A casa da família de Miguel compreende um espaço que está situado às margens da estrada do Atalho, a uma distância de 400 metros da vila. Seguindo em direção ao povoado de Caititu, os vizinhos mais próximos são Felipe (600 m) e Murilo (1000 m). A casa de morada é uma construção de alvenaria e telha, conta com um terraço, sala de estar, sala de jantar, cozinha, banheiro, três quartos e mais dois cômodos que são utilizados como depósitos. Além disto, em anexo existe um quintal.

Considera-se a frente da casa a face da construção voltada para a estrada do Atalho. A porta da frontal liga a sala de estar ao terraço e existe ainda um espaço livre, o terreiro, entre o terraço e a estrada. Este terreiro, o terraço e a sala de estar são espaços de convivência por onde os visitantes, estranhos ou conhecidos, ingressam no espaço privado da família. A conexão do interior da morada ao quintal é feito por meio de duas portas, uma delas liga a cozinha ao quintal, e a outra, a sala de jantar ao quintal – essa porta é bem próxima à entrada de um dos cômodos utilizados como depósito. O quintal é um grande espaço situado imediatamente nos fundos da casa e é todo subdividido para acomodar tanto os diferentes animais criados pela família como delimitar os diferentes subespaços de trabalho. No caso da família de Miguel, o complexo casa-quintal está estruturado da seguinte maneira (Figura 16):



FONTE: Klenio Costa (2013)

Figura 16 (5) – Representação do conjunto casa-quintal e suas subdivisões

As portas da casa que levam ao quintal dão acesso a um setor em que está situada a área de lavar e estender roupas. Neste espaço existe também um portão que dá acesso à estrada por onde as motos são retiradas e é feito o ingresso de insumos agrícolas que serão armazenados em casa. Uma tela de arame delimita a área da criação de galinhas caipiras. No galinheiro há uma pequena construção para proteger as aves das condições climáticas. Para além deste cercado está o chiqueiro que abriga as *criações*. Este espaço é subdividido para facilitar o manejo dos animais em prenhez, lactantes e filhotes.

Em outro setor do quintal, imediatamente ligado à parede do fundo da casa, existe um cômodo que abriga a máquina picadeira, carrinho de mão, arado de tração animal e os insumos

agrícolas utilizados no preparo da ração dos animais. Equipamentos como enxadas, foices, motosserra, plantadeiras, etc. são guardadas em uma dependência situada dentro de casa. A família possui um diferentes equipamentos, mas na ocasião do plantio e da colheita ela que recorre ao aluguel ou empréstimo tanto do trator como de implementos mecanizados para debulhar dos grãos.

No lado direito da casa, há um espaço cercado por madeiras que serve de curral. A cisterna da residência fica localizada perto da estrada para facilitar o seu abastecimento pelo carro pipa. O quintal abriga também um terreiro de alvenaria utilizado para misturar a ração, a pilha de lenhas para o fogão e algumas árvores. No geral, são plantadas espécies arbóreas que fornecem sombra e são mais resistentes a estiagem, por exemplo, o ninho e a pereira.

O grupo doméstico de possui ao todo 90 ha terras que estão distribuídas em três áreas produtivas. Dois destes terrenos estão no Carretão, aproximadamente 60 ha, e é nestas terras que ela mantém sua produção agropecuária. As principais culturas plantadas são o milho o feijão, a mamona e a mandioca, há também o cultivo do capim-búffel; e a criação de bovinos, caprinos e ovinos.

No geral, o cotidiano de uma família camponesa no Carretão sofre alterações conforme as épocas do ano, sobretudo, em função do calendário ecológico/agropecuário. A alternância dos tempos agrícolas e pecuários é determinante da jornada do trabalho destas pessoas e nas formas de cooperação estabelecidas no interior da família.

Entre os meses de dezembro a abril é o “inverno”, período que compreende as chuvas. Na agricultura, este é um momento em que são realizados a preparação do solo, o plantio e a capina de todas as lavouras plantadas. O inverno significa também a rebrota da Caatinga. Para a pecuária, esta transformação das capoeiras é a certeza de que o gado passará alguns meses do ano se alimentando de pastagem nativa.

Seguramente o inverno é o momento no qual há uma maior quantidade de trabalho a ser realizado pelos agricultores. Neste período do ano, o roçado demanda um número maior de pessoas para cumprir as tarefas e a jornada é mais longa. Contudo, para os agricultores, o inverno é o momento mais tranquilo do ano. Essa tranquilidade está relacionada ao “sufoco” e “aperto” que estas pessoas passam no período de estiagem, quando há o colapso da produção agrícola, falta de água e de pastagens.

A estação seca, localmente chamada de verão, é marcada pela escassez ou ausência de chuvas. Nos primeiros meses de estiagem, a família de agricultores efetua a colheita do roçado. Com o término da colheita, o agricultor dedica o seu tempo para realizar a manutenção e construção de cercas, barreiros ou, se necessário, abrir uma nova área de roçado. O *verão* é o momento em que o agricultor se preocupa mais com a alimentação e a disponibilidade de água para o rebanho. Se o inverno anterior tiver sido “fraco”, grande parte do tempo de trabalho dos agricultores será destinado para providenciar alimento e água para o rebanho pecuário.



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 17 (5) – Na Seca Ana diariamente queima mandacaru para fazer a ração dos animais

A rotina diária de trabalho da família não apresenta grande variação, com exceção dos sábados e domingos. Por volta das 5:30 horas da manhã, ouvindo músicas e notícias que tocam no rádio, as pessoas já se levantam e estão ocupadas com os cuidados das criações. No quintal, cada um dos membros da família executa atividades para alimentar seus animais.

Em um setor do quintal, Miguel e Pedro preparam, sobre um terreiro de alvenaria, o alimento que vai ser oferecido aos animais. Nestes tempos de estiagem prolongada, a base da ração consiste em volumoso de bagaço de cana, nomeados pelos agricultores de “*come ou morre*”. Além disto, a ração é composta também por torta de algodão, comumente chamado de “*resíduo*”, pequenas quantidades de farelo de soja e xerém de milho. Este alimento é para todo o rebanho, mas em função das diferenças no manejo de cada tipo de animal as quantidades de ração oferecidas variam. A maior parte é destinada ao gado bovino.

Neste mesmo momento, Ana cuida da alimentação das aves confinadas no galinheiro e das galinhas de capoeira, que são criadas soltas pelo quintal. Ela também se ocupa dos cuidados com os cabritinhos e da ordenha das cabras e vacas que estejam em período de lactação. Após estes cuidados, Ana libera a *criação*, que passou a noite confinada no chiqueiro, para pastar na Caatinga.

Por volta das sete e meia, todos os membros da família realizam a primeira refeição. Ana geralmente prepara café, bolo, cuscuz e ovos ou carne, há também pão, margarina e leite em pó. Miguel e Pedro comem primeiro e Ana sempre depois deles. Logo após o café, Pedro se organiza para ir ao trabalho no mercadinho e o casal retoma o trabalho agropecuário. Nesta segunda parte da manhã, Ana e Miguel continuam a preparar a alimentação das criações.

No tempo da estiagem, por conta das altas temperaturas e da ausência de tarefas na lavoura, o trabalho agropecuário é interrompido às dez e retomado às quinze horas. Entretanto, quando há a necessidade de abrir uma nova área agrícola, limpar um barreiro, consertar ou fazer cercas, a jornada de trabalho se prolonga por todo o dia, enquanto houver claridade e só é interrompida no período do almoço. Quando há produção agrícola, no inverno, logo após o café, o trabalho na lavoura tem início e prossegue durante o resto do dia.

Por volta das dez horas, Ana recolhe algumas lascas de lenha da pilha armazenada no quintal, acende o fogão, cata feijão e o coloca para cozinhar. A partir do meio dia e meia, o almoço já está servido e o casal almoça junto. A refeição é composta de uma carne, de bode ou frango, feijão, arroz e farinha de mandioca. Feijão, farinha e arroz são alimentos sempre presentes nas refeições. Verduras e legumes não estão sempre à mesa. Estes ingredientes são comprados quando se vai à feira. O habitual é que Pedro almoce no trabalho, na casa do proprietário do mercadinho.

Terminado o almoço Ana faz um intervalo de descanso e em seguida retoma o trabalho nas atividades domésticas. Sobre o trabalho doméstico é importante pontuar que algumas das tarefas são diárias, mas outras acontecem em intervalos mais longos. São elas, a faxina geral na casa e a lavagem das roupas. Há uma divisão muito clara no trabalho executado entre os gêneros. O trabalho doméstico são exclusivamente executados pela mulher. No entanto o trabalho na pecuária é uma atividade que envolve tanto Ana como Miguel e Pedro.

A partir das quinze horas, Miguel e Ana retomam o trabalho agropecuário. No período da tarde, a obtenção e o preparo do alimento dos animais continua, mais uma vez os filhotes de cabras são postos para mamar e as galinhas caipiras são alimentadas. Já escuro, os animais que estavam pastando começam a se concentrar nas proximidades do chiqueiro e do curral. Antes de abrir a porteira do curral são colocados nos coxos mais alimento para o gado bovino. As cabras e bodes não são alimentados com ração pela tarde, apenas recebem sal mineral.

À noite, por volta das dezenove horas, o trabalho termina para Miguel e Ana. Pedro regressa do mercadinho mais ou menos neste horário. Às vinte horas, a família está reunida para o jantar, essa refeição varia entre uma sopa, um cuscuz, ou arroz com feijão e carne. Neste período, na sala de estar ou na cozinha, a família conversa sobre o que aconteceu no dia que se passou e também planeja as atividades que devem ser realizadas no dia seguinte. Como todos os membros da família são pessoas adultas e estão igualmente empenhadas no trabalho agrícola, geralmente as decisões são um consenso entre os pais e o filho.

No geral, após o jantar, a família se reúne para ver televisão e por volta das vinte e duas horas todos já estão preparados para dormir. Pelo fato de Pedro ser o atual presidente da Associação, é comum que à noite as pessoas o procurem para conversar sobre assuntos relativos às demandas ou providências que necessariamente devem receber o aval da entidade. As visitas sempre são recebidas com café e assim a conversa se estende. As demandas da Associação tomam parte do tempo de Pedro durante toda a semana. Segundo o agricultor, o cargo exige que ele participe de reuniões do CMDRS e de outras comissões que discutam a agricultura familiar, colabore com os agentes de extensão para a distribuição de programas públicos (aração, sementes, água), acompanhe as visitas de técnicos agrícolas do IPA e EMBRAPA, faça viagens e visitas a outras comunidades e cidades, etc.

Os fins de semana são momentos diferenciados. No sábado à tarde, logo após o almoço e o fim das tarefas domésticas, a mulher dedica um tempo para os cuidados pessoais. Já os homens terminam o trabalho agropecuário no meio dia, almoçam e saem de casa para ir ao bar jogar dominó ou conversar com as pessoas que ali se encontram. Os domingos, por sua vez, são dedicados às visitas. Neste dia é comum receber os parentes, sobretudo os que moram na área urbana, e vizinhos para longas e animadas conversas. Todo o segundo domingo do mês, parte do tempo livre deste dia, é reservado para a participação na missa; no terceiro domingo do mês, como já foi previamente mencionado, há a reunião da Associação.

O trabalho do final de semana também se modifica conforme o calendário ecológico. No inverno, pela abundância de pastagem na Caatinga os animais são soltos e permanecem pelos campos durante todo o fim de semana e não há trabalho no roçado. No período de seca, existe a obrigação com a alimentação do rebanho, trabalho que é realizado no período da manhã e no fim da tarde.

Miguel e Ana mensalmente vão a Petrolina para receber o ordenado de suas aposentadorias. Nesta ocasião, o casal visita as filhas, consulta médicos e faz eventuais exames de saúde. Pedro, além de ir ao núcleo urbano de Petrolina para resolver questões relacionadas à Associação, costuma ir à cidade para visitar suas irmãs, ir a shows e festas.

Outro lugar mensalmente visitado por Miguel e Ana é a feira livre de Dormentes. Lá o agricultor geralmente compra os insumos necessários para a preparação da ração dos animais que não é produzida no sítio. Assim como os demais moradores do Sítio Carretão, a família de Miguel faz a sua feira no mercadinho da vila. Segundo Ana, apesar dos alimentos vendidos no mercadinho custarem mais caro que nas feiras livres de Petrolina ou Dormentes, as dificuldades com o transporte e o valor do frete tornam as compras de alimentos fora do Carretão mais caras.

## 5.1 O sistema de produção familiar

A unidade de produção agrícola camponesa é aqui compreendida como um sistema de produção e consumo, integrado de partes que funcionam interligadas e que são orquestradas a partir de uma lógica, ou *habitus*, que busca ampliar ou manter uma base de recursos sociais e naturais, gerida de forma autônoma pelo agricultor e sua família. Segundo Woortman,

o sítio é um sistema de partes articuladas. O conhecimento camponês orienta no sentido de procurar constituir seu sítio num sistema fechado de insumos - produtos em que cada parte produz elementos necessários à outra parte. O sítio em seu conjunto produz então simultaneamente elementos de consumo direto e de renda monetária para o grupo doméstico que, por sua vez, provê a força de trabalho necessária ao funcionamento desse sistema. Em outras palavras, a lógica do sítio consiste em minimizar os gastos monetários com a produção, mantendo internos ao mesmo o maior número possível de supostos dessa produção (WOORTMAN, 1983: 200-201).

A lógica que governa as ações do camponês, o leva sempre a construir estratégias que promovam a manutenção de sua autonomia como produtor agrícola. Nestes termos, na terra de trabalho camponesa as distintas atividades produtivas que são desenvolvidas e a própria relação

entre comercialização/consumo estão submetidas à premissa de minimizar a dependência da família aos elementos externos.

Ploeg (2011:19) ressalta que nessa luta pela constituição da autonomia, o campesinato tem como objetivo “*a criação e o desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais*”. Segundo o autor, conseguir o controle sobre estes recursos, representa para este agricultor familiar atingir um certo nível de independência de seu trabalho e para o seu projeto de vida. Ploeg destaca:

Essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia (PLOEG, 2011:19).

O simples fato de estar “*modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa*” tem implicações importantes sobre a maneira como a agricultura camponesa se estrutura. Embora esteja também interessado na produção de valor agregado, o camponês faz isso motivado por sua obrigação de satisfazer as necessidades de sua família. Decerto, por ter no seu horizonte a preocupação com o grupo doméstico e o projeto familiar a longo prazo, a produção agropecuária da agricultura camponesa se distingue dos tipos de agricultura empresarial.

Garcia Junior salienta que o cálculo dos agricultores e as suas escolhas estão em sintonia com o fato do grupo doméstico ser simultaneamente unidade de produção e unidade de consumo. Por tal condição, a organização da produção agropecuária não pode ser vista como algo rotineiro, que se repete mecanicamente, ou que seja insensível às variações de preço dos produtos agropecuários. Segundo o autor,

Todas as decisões sobre produtos a cultivar e/ou beneficiar, e o destino venda e/ou consumo levam em consideração os preços e suas flutuações. Mas não se trata de um estoque de valor que se procura valorizar, de um estoque de dinheiro que por seu movimento específico engendra crescimento do estoque de dinheiro de seu possuidor, mas de pessoas a reproduzir mediante o produto da mobilização do esforço produtivo deste mesmo conjunto de pessoas (GARCIA JUNIOR, 1989:122).

Por ter como objetivo de prover o consumo alimentar da família, adquirir alimentos e bens no mercado, a produção camponesa cerca-se de cultivos que atendam à lógica da *alternatividade*. Segundo Heredia (1979) e Garcia Junior (1989), este princípio está relacionado à possibilidade dos cultivos e criações escolhidos pelo agricultor camponês serem tanto consumidos como comercializados. A decisão dependerá do preço do produto no mercado, da capacidade de armazenamento e perecibilidade, bem como da demanda do grupo familiar. Portanto, a alternatividade proporciona aos camponeses a possibilidade de vender parte da produção destinada ao consumo alimentar e, com isso, adquirirem produtos que também são essenciais à família.

Segundo Heredia,

a possibilidade de consumo e/ou venda dos diferentes produtos, aliada à possibilidade de armazenamento para aproveitamento nos diferentes momentos do ano agrícola, são elementos de grande relevância na hora da escolha dos cultivos a serem realizados, determinando, em consequência, a associação e sucessão que se estabelecerão entre eles. Por outro lado, o conjunto desses produtos permitirá ao pequeno produtor atender ao consumo familiar durante o ano agrícola (HEREDIA, 1979:53).

Para Garcia Junior,

Alternatividade entre serem consumidos diretamente, e assim atender às necessidades domésticas de consumo, e serem vendidos, quando a renda monetária que proporcionam permite adquirir outros produtos também do consumo doméstico, mas que não podem ser produzidos pelo próprio grupo doméstico como sal, o açúcar, o querosene, etc. (...) [afinal] o feijão sem sal não é alimento (GARCIA JUNIOR, 1989:117).

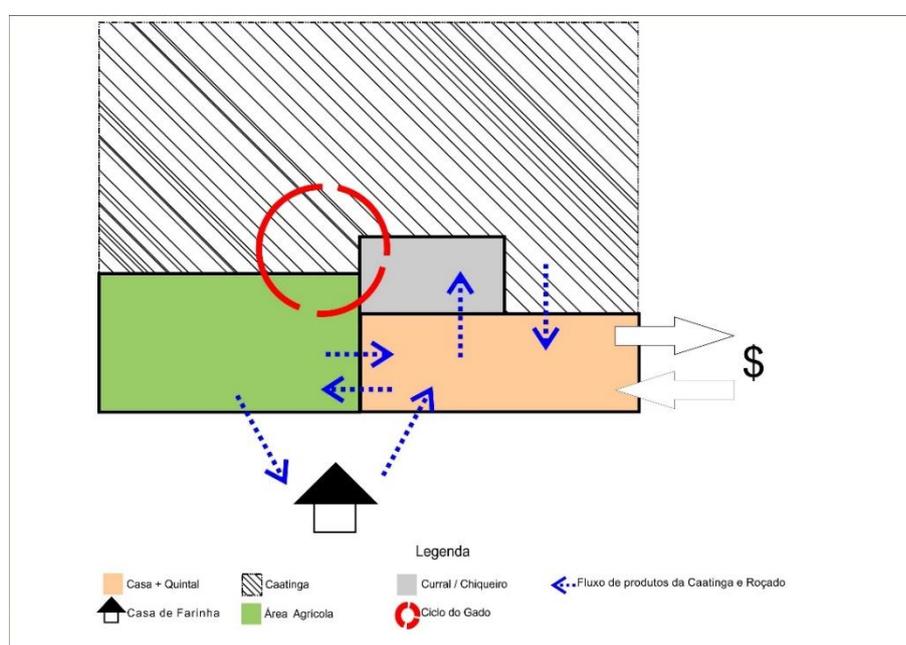
Em uma situação de monocultivo ou especialização produtiva, o acesso aos alimentos dependeria exclusivamente da realização da venda e a posterior compra, onde há o risco de flutuações de preço, e, ainda, este não ser compensador. Essa certamente seria uma circunstância que conduziria o camponês à extrema dependência do mercado, podendo inclusive levar todo o grupo familiar ao colapso. Para escapar disto, os camponeses desenvolvem uma produção agropecuária diversa e geram renda monetária a partir da comercialização dos excedentes destas lavouras e criatórios.

Wanderley (2009B) afirma que o sistema tradicional de policultura-pecuária adotado pelos camponeses deve-se ao fato da diversificação conferir maior estabilidade e segurança à família. Citando Mendras, a autora observa que

Toda a arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas e criações o mais amplo possível e a integrá-los em um sistema que utilizasse ao

máximo os subprodutos de cada produção (...) e pela diversidade de produtos fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas (WANDERLEY, 2009B:157).

Confrontados recorrentemente com questões que envolvem a disponibilidade de recursos naturais, os camponeses do Carretão buscam desenvolver múltiplas atividades produtivas com o objetivo de tornarem-se mais resistentes aos efeitos da escassez de água, da pouca disponibilidade de pastagem, etc. No presente momento, a articulação para o desenvolvimento da produção agropecuária no Carretão pode ser representada da seguinte forma:



FONTE: Klenio Costa (2013)

Figura 18 (5) – Esquema de articulação entre os diferentes sistemas do sítio.

A *Caatinga* é o ponto de partida para o desenvolvimento da produção camponesa. É da capoeira que surge a terra de exploração agrícola e é ela que serve de pastagem para as criações. Além disto, é desta reserva florestal que os agricultores retiram estacas para as cercas, a lenha para abastecer o fogão, coletam plantas que depois de processadas são alimento para o gado na seca (mandacaru e o xique-xique) e frutos que são consumidos pela família ou comercializados (umbu).

Da área agrícola saem o feijão, o milho, a mamona e a mandioca. O feijão, base da alimentação da família, quando colhido, visa abastecer a família, mas pode às vezes ser vendido. Parte do milho pode ser comercializada e a parcela restante fica na casa para a alimentação das

criações. Já a mamona é integralmente comercializada com atravessadores ou no contrato do Biodiesel.

Diferente dos demais roçados, a mandioca precisa ser beneficiada para então o agricultor familiar obter o principal produto dessa lavoura: a farinha. Parte da *desmancha* cobre o custo da produção (remunera a casa de farinha e os trabalhadores) e o restante é armazenado para o consumo da família. Em algumas ocasiões, tal como acontece com o feijão, a farinha pode ser comercializada. Do processamento da mandioca, também são obtidos o polvilho e as rasps. Depois de colhidas as lavouras, a área agrícola é convertida em pastagem para as criações ou a palha é processada para se tornar ração e ensilagem.

O criatório pecuário é a principal atividade para obtenção de renda monetária no sítio camponês. Cabras, bodes, ovelhas e o gado bovino vivem em constante circulação pelo sítio cuja finalidade é se alimentar. Esta mobilidade busca otimizar a disponibilidade dos diversos tipos de alimentos disponíveis nos diferentes períodos do ano. Basicamente, os espaços da criação se alternam entre as capoeiras, as áreas de agricultura pós-colheita e o confinamento em áreas de pastagem cultivada. Parte dos animais é comercializado, alguns abatidos para as despesas da casa ao longo do ano e outros são mantidos como reprodutores.

A casa é o espaço do consumo, mas é também onde são processados os insumos que servirão de ração para as criações. Ela o lugar que o agricultor armazena suas ferramentas, os produtos que vão ser comercializados e os insumos que serão utilizados futuramente nas diferentes atividades agropecuárias. Além disto, na cozinha e no quintal da casa é que se preparam os doces, as polpas e são abatidas as aves.

Da forma como se apresenta, fica claro que o sítio consiste em um emaranhado de sistemas produtivos que estão em alguma medida articulados entre si. O camponês, com sua sabedoria, coordena todas estas atividades com o objetivo de torna-lo uma unidade que produz, ao menos em parte, insumos que são aproveitados nos demais subsistemas ou que podem ser comercializados e consumidos pela família.

### **5.1.1 A agricultura**

A agricultura em áreas de sequeiro, embora recorrentemente submetida aos imprevistos climáticos, é uma atividade que nunca foi abandonada pelos moradores do Sítio. A produção agrícola local é realizada em pequena escala, quase toda de forma manual, destinada a garantir

uma produção alimentícia – cujos excedentes são comercializados ou compõem outros ciclos produtivos dentro da propriedade – e é geralmente intercalada com uma cultura exclusivamente destinada à comercialização.

No Carretão, os principais cultivos agrícolas são o feijão, o milho e a mandioca. Além destas culturas alimentares, destacam-se também as plantações do capim-búffel e da mamona. A variabilidade climática, sobretudo no que se refere à precipitação pluviométrica, torna a exploração agrícola local um investimento arriscado e com baixa produtividade. Dependente exclusivamente das chuvas, a agricultura de sequeiro, por estar sujeita a altos riscos de perdas da safra, é realizada nos solos “fortes” e com maior predisposição a reter umidade. Isto é, nas áreas de “chapada” e nas encostas que circundam os baixios.

No geral, tomando como exemplo a nova área de cultivo aberta por Miguel, a primeira atitude do agricultor depois de definida a parcela de Caatinga que deseja tornar agricultável é realizar a abertura da área. O método mais comum para executar esse serviço é o desmatamento seletivo, conjugado com a coivara – tipo de queimada utilizada para limpar o terreno agrícola e adubá-lo com as cinzas. O desmatamento que antecede a queimada é o momento em que o agricultor seleciona árvores para utilizar como moirões e estacas para cercas. O habitual é que o dono do terreno combine com os vizinhos para que estes lhe auxiliem, o pagamento por este trabalho pode ser em diária ou com a troca de dias.

Outra atividade que também faz parte deste processo de desmatamento, mas não é abertamente comentado, é a queima de Caatinga para a feitura de carvão vegetal. Nas conversas informais, diz-se que há um ativo comércio de madeira para carvoaria e carvão nesta região de Caatinga.

Feita a coivara e o cercamento da área, a terra é revolvida e sulcada por arado, deixando o terreno pronto para o plantio. Nas áreas exploradas pela primeira vez, não é feito nenhum tipo de fertilização ou suplementação do solo além da própria queimada. Nos terrenos em que a exploração agrícola acontece há algum tempo, a preparação para o plantio conta também somente com a lavra da terra. Não há uma preocupação em fazer correção de solo, adubação química ou orgânica. Chama a atenção o fato de que os agricultores preferam vender o esterco produzido por seus animais a realizar a fertilização de suas áreas agrícolas com ele. Em Petrolina, a agricultora irrigada forma um grande mercado consumidor de esterco.

A preparação da área agrícola e o plantio acontecem nas primeiras chuvas do inverno, o que pode ocorrer entre final de novembro e o início de janeiro. Em geral, as chuvas que antecedem a aração das terras devem ser de no mínimo de 20mm. O “*bom inverno*”, ressalta Miguel, é aquele período em que logo após as primeiras chuvas acontecem outras precipitações de menor intensidade e volume, que vão proporcionar uma manutenção da umidade nas partes mais superficiais do solo. No “*bom inverno*”, essa chuva moderada prolonga-se por meses e proporciona umidade em abundância para o desenvolvimento completo do ciclo vegetativo das culturas agrícolas.

Caso as chuvas secundárias não aconteçam ou sejam muito espaçadas, o agricultor pode adiar o plantio ou perder completamente essa semeadura. Nestes casos, a tendência é que o camponês realize um novo plantio nas próximas chuvas:

Tem gente que nas primeiras chuvas do mês de outubro põe o trator pra gradear, aí a planta acontece. Vêm aquelas chuvas do mês de outubro, aí fica. Em novembro não chove e só vem chover no fim de dezembro, pronto perdeu aquela plantação. Tem vez que o cabra conta: “*Você está plantando quantos hectares?*” “*Estou plantando só 3 ha.*” “*Mas como você está dizendo que está plantando seis vezes.*” Aí o cara não entende. Mas é por que você está plantando num lugar só. Você planta a primeira vez, perde. Planta a segunda vez, o verão mata. Quarta vez você planta de novo. Quando você termina, você colhe alguma coisa e você nem lembra mais quantas vezes você plantou ali (Eduardo).

Entretanto, há uma data limite para que estas tentativas ocorram. Segundo os agricultores do Carretão, o derradeiro dia é 19 de março, dia de São José. Isso porque é sabido entre eles que após este dia santo, mesmo que aconteçam chuvas de mais de 20mm, estas precipitações e a umidade residual no solo não serão suficientes para que as plantas desenvolvam todo o seu ciclo vegetativo até a formação dos grãos ou raízes.

Se as primeiras chuvas do inverno coincidem com a segunda quinzena de dezembro<sup>57</sup>, no final deste mês e o início de janeiro os agricultores estarão arando a terra e semeando a lavoura. No Carretão, o trabalho na aração atualmente é realizado a partir de duas possibilidades, há aqueles agricultores que optam por realizar este serviço utilizando arado puxado por animal, e existem agricultores, a maioria, que optam por executar a aração por tratores. Para utilizar este serviço de aração, tanto por máquina como por animal, o agricultor

---

<sup>57</sup> Será considerado, ao longo desta explicação a respeito do calendário agrícola no Sítio Carretão, que as primeiras chuvas do inverno ocorrem em dezembro e assim as atividades de plantio capina e colheita, seguem uma dinâmica “normal”. É importante destacar que não há uma precisão nas chuvas e que a atividade agrícola pode ser atrasada ou suprimida em função das condições climáticas.

que não possui nenhum destes equipamentos necessita contratá-los junto aos seus vizinhos ou pessoas externas ao sítio.

A diminuição da demanda por trabalhadores externos e a economia de tempo gerada pela máquina fazem com que muitas famílias prefiram utilizar esse equipamento ao invés de realizar a aração por meio da tração animal e pagar diárias para isso. Nestes últimos anos, o uso de equipamentos agrícolas movidos por tratores tem sido largamente utilizado, pois em uma área agrícola de dez ha são necessários apenas vinte horas de trator para a aração. Se a mesma área e serviço fossem realizados em mutirão ou por diárias, seriam necessários três conjuntos de arado animal e dez dias de trabalho.

Além disto, o serviço de aração se torna ainda mais atrativo aos agricultores porque há tratoristas que dispõem de equipamentos que realizam a aração e o plantio ao mesmo tempo. A realização destes dois serviços representa uma maior economia de tempo e um melhor aproveitamento do período em que a terra está úmida. Contudo, o uso de tratores gera algumas controvérsias. Há produtores que reconhecem os benefícios da aração mecanizada, mas destacam que o uso recorrente deste equipamento prejudica o solo:

o que acabou com as terras aqui se chama trator. Porque trator é um bicho bom, adianta pra plantar, mas aquilo se chama acaba com a terra. (...) Hoje qualquer chuva de 20mm você chega na roça tem as águas descendo [enxurrada]. Ela vai embora todinha. Passa em cima da terra e [vai embora]. O dono da terra que ara a terra com trator, com o tempo ela vai criando um salão debaixo e vai subindo. Na minha chapada tem uma área lá que eu nunca botei trator e hoje quando dá uma chuva, onde está arado, você só vê o molhado por dois ou três dias. Porque a água quando ela bate ela vai embora. A chuva, a umidade não penetra na terra... não tem centro de molhação. E onde nunca foi arado, quando chove passa tempo e o molhado e segura mais tempo. Mas donde se trabalha diretamente só com o trator aquilo cria uma salão embaixo que a água vai embora, a água não fica. Fica dois palminhos de terra e pronto (Guilherme).

A adesão ao uso de tratores acontece também em função do estímulo feito pelas políticas públicas. Além das políticas e programas que no passado incentivaram a aquisição de máquinas agrícolas por Associações de produtores, recentemente programas do Governo federal e do Estado de Pernambuco facilitam e desoneram o uso deste equipamento pelo agricultor familiar. Programas como o PNPB e o Programa Terra Pronta (Gov. de Pernambuco – 2008) são ações que articuladas proporcionam aos agricultores do Carretão até três ha de terra arados gratuitamente.

O plantio, quando realizado manualmente, é uma atividade que envolve a família ou a colaboração de outras pessoas na condição de trocadores de dia ou diaristas. A semeadura

acontece no mês de janeiro e é realizada com equipamento específico chamado de matraca ou com enxada. A escolha entre estes equipamentos vai depender da disponibilidade e da forma de plantio exigido por cada espécime. Por exemplo, a mandioca, diferente dos grãos, que podem ser plantados com a matraca, tem como semente estacas de maniva, que necessariamente devem ser plantadas com o trabalho de enxada<sup>58</sup>.

As sementes utilizadas para a preparação da lavoura são obtidas através de doações feitas pelo IPA, a partir do contrato do Biodiesel, por compra ou trocas entre os vizinhos. Sobre essa última modalidade de aquisição das sementes é relevante pontuar que tal processo de socialização acontece a partir da constatação da qualidade da lavoura plantada e a manifestação de interesse do vizinho em também obter aquele padrão de produção.

No Carretão, assim como em outras áreas de sequeiro, os pequenos produtores cultivam a terra a partir do consórcio de espécimes. Essa prática apresenta a vantagem de promover uma melhor utilização da terra, melhor aproveitamento de água, otimização do trabalho, praticidade no controle de ervas daninhas e, principalmente, garante a disponibilidade de mais de uma fonte de alimentos e renda para o agricultor. Na comunidade, as associações mais comuns são milho + feijão + mamona e mandioca + milho ou feijão. O búffel, por ser plantado em uma área fora do roçado, em uma terra pedregosa, pode ser consorciado apenas com a palma.

A plantação consorciada segue por padrão intercalar fileiras dos diferentes cultivos. Na associação milho, mamona e feijão, o comum é que a mamona seja plantada com um espaçamento de 3 metros entrelinhas e nestas “ruas” são plantadas o feijão e o milho. No caso do consórcio mandioca + milho ou feijão, a maniva-semente é plantada com um espaçamento dois metros e nas entrelinhas o milho ou o feijão é plantado.

A área onde foi efetuado o plantio, durante o período de crescimento da planta, nos meses de fevereiro a março, deverá ser cuidada para que não aconteça a interferência de plantas daninhas. O crescimento do mato no meio da lavoura gera uma competição entre essas plantas que pode vir a prejudicar o desenvolvimento das culturas agrícolas. No Carretão, a primeira capina da lavoura é realizada por equipamento movido à tração animal (arado) e, aproximadamente trinta dias depois, uma segunda capina é realizada com enxada. No mês de abril, final do inverno, o milho, a mamona e a mandioca recebem uma terceira capina de enxada,

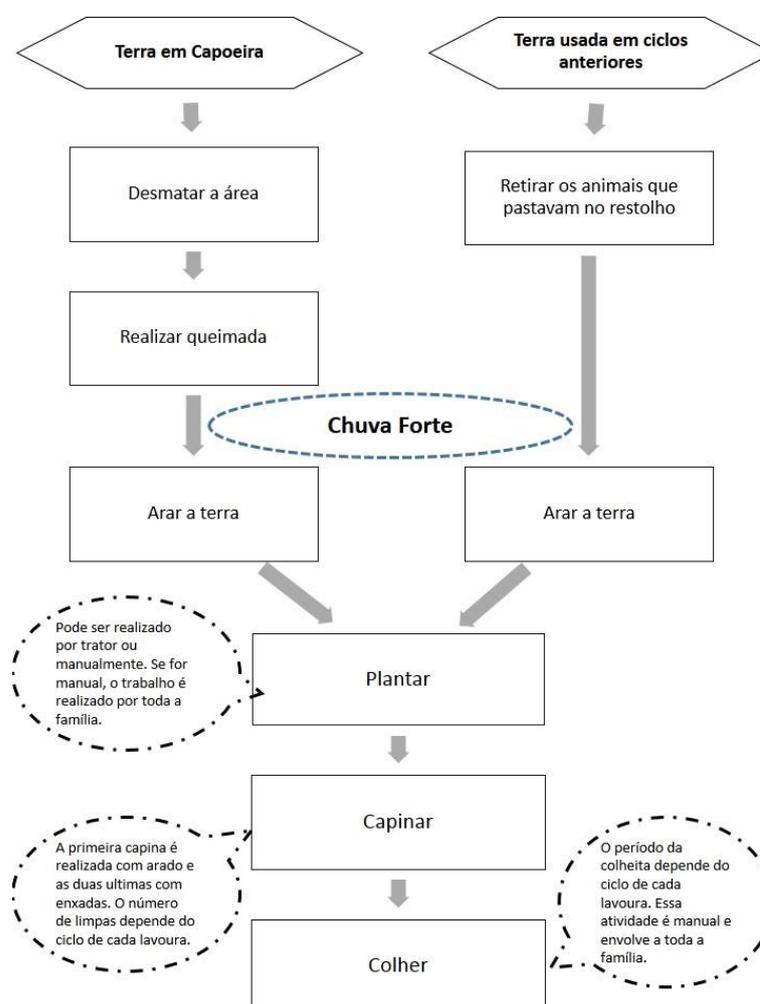
---

<sup>58</sup> Nesse caso, duas pessoas são necessárias, uma abre a cova e a outra lança a semente e a enterra.

a fim de evitar que haja atraso no desenvolvimento destas culturas. O feijão, por estar prestes a ser colhido, não necessita dessa atenção.

Após a capina, os ciclos de produção dos diferentes cultivos agrícolas acontecem de modo independente uns dos outros. No fim do inverno, as primeiras colheitas são realizadas e elas vão se prolongar até o início do mês de novembro. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica optou-se por realizar aqui uma descrição separada da continuidade dos ciclos de produção e pós colheita do feijão, milho, mandioca e mamona. Por fim, há também uma descrição do ciclo de coleta e processamento do umbu.

Quadro 4 (5) – Tarefas agrícolas do roçado no Sítio Carretão



FONTE: Klenio Costa, 2013

No Sítio Carretão, o feijão-caupi é a variedade mais cultivada – usualmente citado como canapu, canapuzinho e canapuzão, também conhecido como feijão de corda. A lavoura é semeada no começo do inverno e seu ciclo produtivo se estende até o primeiro mês do verão, quando é colhido. Este produto é a primeira colheita realizada no roçado. Em algumas situações

um pouco do feijão pode ser colhido verde, mas essa prática é restrita a uma quantidade necessária apenas para algumas refeições da família. O canapu cresce em ramas e durante o desenvolvimento da lavoura são necessários duas capinas. Por ter um crescimento e amadurecimento homogêneo a colheita é realizada de uma só vez quando os grãos já estão secos na própria vagem.

Depois de colhidas, as vagens são debulhadas e o feijão é ensacado para ser armazenado. A sua produção não tem um grande apelo comercial entre os agricultores, pois no período da safra, por conta da grande oferta, os preços caem drasticamente. Além disso, por ele ser um dos principais produtos da alimentação e também dada a incerteza na produção do próximo ano, é usual que os agricultores não comercializem sua produção e constituam grandes estoques do produto. Este armazenamento pode durar até dois anos. O restolho da produção do feijão permanece no campo e os agricultores colocam esta palhada à disposição dos animais para que eles se alimentem.

O milho é plantado logo após as primeiras chuvas do inverno, junto com as demais lavouras, e é colhido entre os meses de junho e julho. A lavoura recebe três capinas durante o período de inverno. A colheita deste produto é toda manual e é realizada pelo agricultor juntamente com seus familiares ou pessoas contratadas para quebrar o milharal e catar espiga por espiga. O milho é debulhado mecanicamente com auxílio de implementos acoplados a tratores e sai da lavoura já ensacado, pronto para ser armazenado.

Ainda que possa ser consumido verde, especialmente nas festas dos santos juninos, no Carretão, a maior parcela do milho é colhida como grãos secos. Diferente do feijão, que é um produto voltado exclusivamente para o consumo da família, o milho é uma lavoura, cujo produto destina-se à alimentação do rebanho. Os animais são alimentados com os grãos ou o xerém (milho pilado grosseiramente), bem como a palha é utilizada para o pastejo direto, ensilagens ou é triturada para compor a ração dos animais. Um pouco do milho seco também é utilizado na culinária sertaneja para preparar pratos como mungunzá (salgado e doce) e o cuscuz.

Depois de colhida a lavoura de milho, ele pode permanecer armazenado por apenas um ano. Quando há uma boa produção, aproximadamente 50% milho colhido pode ser comercializado, à medida que o preço se torne interessante para o agricultor. Os comerciantes da região são os principais compradores e revendem o produto em casas de comércio ou nas

feiras. O restante é destinado ao uso da família, servirá de semente para a próxima safra e vai compor a alimentação animal.

A mandioca destaca-se das demais plantas cultivadas pelos agricultores do Carretão por conta de dois aspectos. O primeiro está relacionado ao ciclo produtivo desta planta, que é de mais ou menos 18 meses. Em segundo lugar, porque o principal produto deste roçado só é obtido depois que o tubérculo passa por um processo artesanal de trituração, moagem e secamento.

Entre o plantio e a colheita, o roçado de mandioca passa por dois invernos. Neste período de desenvolvimento ela recebe até seis capinas. O plantio acontece por brotamento das manivas-mentes – a semente consiste em uma estaca obtida do caule de uma planta adulta que não será colhida. Quando a lavoura alcança o ponto de colheita, entre os meses de junho e julho, a planta é toda arrancada do solo. Tal como o milho e feijão, o restolho da mandioca serve de alimento aos animais.

Logo após a colheita, a mandioca é processada para ser obtida a farinha e outros produtos derivados. O processamento do tubérculo é feito em casas de farinhas existentes na comunidade. Ao todo, o Carretão conta com seis casas de farinha, cinco delas são privadas e uma comunitária. Construída em 2009, a casa de farinha comunitária é parte de um projeto da Embrapa Semiárido que envolveu também o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Petrolina e vinte associações de produtores da cidade. Este equipamento conta com dois fornos automatizados, raspadeira, triturador e peneira elétrica. Na casa de farinha do Sítio Carretão apenas a prensa ainda é manual.

Este equipamento pode ser utilizado por todos os moradores do Sítio, mas para isso é necessário pagar pelos custos e manutenção do equipamento. No geral, é cobrado uma saca de farinha por cada dez sacas produzidas – esse valor foi estabelecido em assembleia da associação.

O processo de trabalho na casa de farinha, conforme descrevem os moradores, é dividido nas seguintes etapas. Primeiramente, a mandioca deve ser raspada a fim de que fique sem a casca. Essa atividade pode ser feita mecanicamente ou manualmente. Quando processada pelo raspador elétrico ainda é necessário algum trabalho manual, pois a máquina só retira 70% da casca (Figura 19). As cascas da mandioca são postas para secar e utilizadas posteriormente na

alimentação animal. Em um equipamento, do mesmo tipo das picadeiras de capim, a mandioca já raspada é triturada e a massa que resulta deste processo fica acondicionada em gamelas.

Quando há uma boa quantidade dessa massa, ela é posta em uma prensa para que seja extraído o máximo possível de sua umidade. O líquido extraído deste processo é posto para decantar e dele é obtido o polvilho (Figura 20). A massa prensada é peneirada em uma máquina também elétrica. É esse processamento que vai definir o tipo de farinha que será obtida, com flocos maiores ou menores. Depois de peneirada, a massa homogeneizada vai para forno. Em um forno manual, é necessário que uma pessoa, o forneiro, fique continuamente mexendo a farinha para que ela torre de modo homogêneo. Nos fornos automatizados, o trabalho de mexer a farinha com “rodo” não existe, cabe então ao forneiro controlar o fogo e o ponto da farinha.



FOTO: Klenio Costa (2011)

Figura 19 (5) – Grupo de pessoas reunidas executando a raspagem da mandioca



FOTO: Klenio Costa (2011)

Figura 20 (5) – Prensagem da massa de mandioca e os depósitos em que polvilho decanta

A farinhada é uma atividade que mobiliza muitas pessoas, no geral são famílias que se reúnem e trabalham de modo cooperativo na produção de farinha. Os postos de “*forneiro*” e “*preseiro*”, por envolverem o esforço físico, são exclusivamente masculinos. Já as demais atividades são executadas por mulheres e pelos mais jovens. Segundo Eduardo,

A farinhada tem animação, porque mandioca é para o grupo. O grupo que eu quero dizer [são de até] três casa dessa aí. Vão todas as famílias ou até mais pessoas para fazer a farinhada. O dono da casa vai arrancar mandioca e as mulher vai rapar a mandioca na faca. Além disto, tem uma cozinheira ali só para tratar da comida do povo: é café, é chá e é almoço. O forneiro tem que você dar um zelo a ele diferente dos outros. O trabalho do forneiro é de no máximo umas sete horas. Você tem que dar um negócio bom ali pra ele comer, porque ele não aguenta estar lá só com o rodo para lá e para cá. Se você não der uma assistência ele cai dentro do forno. E tem mais essa, se ele passar fome, quando for outro ano que você for lá: “*Rapaz, vai torrar ali uma farinha pra mim.*” Ele diz: “*Eu não vou não, você quase me matou de fome.*” (Eduardo).

Victor descreve assim o trabalho do forneiro,

começa mais ou menos às duas horas da manhã. Duas horas da manhã você joga fogo, joga massa dentro e desce rodo. Começa às duas horas da manhã e vai até as cinco horas da tarde. Até as cinco horas da tarde você está com dez sacos de farinha fina. (...) Ele é um trabalho que quando você termina você não pode tomar banho, você não

pode tomar banho porque ali você passa o dia todinho levando quentura do forno. (...) Agora eu acho bom, eu acho bom trabalhar torrando farinha, só acho ruim isso de você não poder na parte da tarde se banhar (Victor).

No geral, a produção de farinha é voltada para o consumo da casa. Contudo, em períodos de exceção, quando a safra extrapola as expectativas, esse produto pode ser comercializado. Inclusive, em um destes momentos de grande excedente de farinha, a comunidade comercializou-a para a CONAB.

O ciclo produtivo da mamoneira é o segundo mais longo do roçado. Plantada em janeiro, a mamona só vai produzir a partir do mês de agosto e a colheita prossegue até o final de outubro. No que diz respeito à capina, essa roça recebe os mesmos tratos que as demais lavouras. A colheita é uma operação dispendiosa, pois exige um maior número de pessoas trabalhando e é necessário repetir o processo de colheita algumas vezes durante o safra.

O trabalho de colheita é manual e consiste em cortar os cachos de mamona pela base, utilizando-se de faca ou tesoura. Depois de colhidos, os cachos são transportados para o local de secagem. Quando secas, as sementes são ensacadas e podem ficar armazenadas por até 2 anos.

O produto principal da lavoura de mamona, as sementes, não é utilizado diretamente pelos agricultores. Ele é todo destinado à comercialização e é repassado às indústrias para ser transformado em óleo. O óleo de rícino compõe a fórmula de produtos cosméticos, medicinais, tintas, vernizes, biocombustíveis, etc. Além do dinheiro obtido na comercialização das sementes de mamona, interessa ao agricultor familiar o restolho da lavoura, pois este servirá para que as criações se alimentem.

Até a safra 2003/2004, a mamona era comercializada apenas com atravessadores. Entretanto, em 2004, com a criação do PNPB, a relação de compra e venda passou a ser realizada diretamente entre agricultores e a indústria, e a partir de contratos que garantem preço mínimo, a compra de toda a produção, bem como o serviço de assistência técnica para a produção. O PNPB, ao estabelecer preços mínimos e garantir compra da produção, forçou o mercado, destacam os agricultores, a se reorganizar com a finalidade de melhorar as condições de comercialização para o agricultor familiar.

O umbuzeiro é uma árvore frutífera típica da Caatinga e seus frutos, colhidos de forma extrativista, são apreciados e consumidos *in natura*, ou sob a forma de sucos, de umbuzada

(vitamina com leite) ou de doces. O umbuzeiro cresce espontaneamente em diversas regiões do Semiárido, mas a maior ocorrência dessa planta é na Caatinga alagoana, baiana e pernambucana.

É uma árvore de pequeno porte, em torno cinco metros de altura, possui sombreamento denso e é de vida longa. A florada do umbu acontece na primavera, estando condicionada a uma chuvorada, e a safra ocorre entre o fim do verão e os dois primeiros meses de inverno. Os frutos são pequenos e possuem uma forma arredondada, são colhidos e consumidos verdes, maduros ou “inchados” (fruto de vez), seu sabor varia do azedo ao doce. Os frutos são utilizados de diferentes formas, mas os que estão maduros, geralmente, são preferidos para fazer umbuzadas e o inchado para o consumo *in natura*. Os doces, que podem ser em compotas, barra ou geleia, são fabricados tanto de frutos verdes como maduros ou inchados.

A colheita de umbu dura dois meses e os frutos para o consumo humano são apenas os colhidos do pé. Aqueles que são derrubados pelo vento ficam no chão para alimentação animal. De acordo com o relato de Pedro, um único pé de umbu pode render até vinte litros de fruta por dia. Para a fabricação de doces ou polpa, é necessário que o umbu seja cozido e processado em um liquidificador. A polpa congelada e os doces podem ser armazenados por até doze meses. Nos tempos de safra, uma família chega a fazer facilmente até mil quilos de polpa congelada, fora os doces.

A comercialização de polpas, doces e frutos na época da safra é muito grande. A população urbana compra nas feiras livres e há empresas de polpa de pequeno e grande porte que demandam um grande volume desse produto para abastecer os mercados do litoral nordestino e a exportação. Para os agricultores do Carretão, o principal mercado de umbu é o PAA. Com o dinheiro obtido da comercialização do umbu no PAA, alguns agricultores do Sítio adquiriram freezer e despulpadoras para ampliarem sua capacidade de processar os frutos que coletam.

Por não haver coincidência entre a safra (meses de dezembro e janeiro) e a compra institucional (setembro a novembro) os agricultores se sentem prejudicados, pois eles não possuem grande capacidade de armazenamento da polpa congelada. Assim, acabam perdendo a oportunidade de comercializar esse produto que tem baixo custo e alto valor de revenda. Na compra governamental, o preço pago pelo quilo da polpa é de R\$ 8 reais (PAA/2013). Para

conseguir acumular polpas e não perder a oportunidade do PAA, muitos agricultores costumam alugar refrigeradores por até um ano, ao custo de 50,00 reais ao mês.

No Carretão, o umbu é unicamente coletado de árvores nativas. Desta forma, o umbuzeiro é protegido por todos os moradores. Entre eles é consenso de que ninguém pode extrair os tubérculos da árvore, conhecida localmente como batata do umbu, para produzir doces. Uma vez que a retirada da batata, que é o “reservatório” de água da planta, na prática mata a árvore. Outra particularidade dessa atividade na localidade é que independentemente da localização do umbuzeiro, se estes estão nas terras próprias ou pertençam aos vizinhos, as pessoas do lugar, mediante uma autorização prévia (sempre concedida), podem recolher os frutos da árvore gratuitamente.

Quadro 5 (5) – Calendário Agrícola no Sítio Carretão

Culturas	Meses											
	Inverno				Verão							
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Feijão	Plantio	Capina		Colheita								Aração
Milho	Plantio	Capina				Colheita <sup>1</sup>						Aração
Mamona	Plantio	Capina						Colheita				Aração
Mandioca	Plantio	Capina				Colheita <sup>2 3</sup>						Aração
Umbu	Coleta								Florada			Coleta

Notas: (1) no fim de junho é realizada a colheita de milho para as festas Juninas;

(2) Colheita a da mandioca acontece 18 meses após o plantio;

(3) depois de realizada a colheita, é necessário que os agricultores processem a raiz e produzam farinha.

FONTE: Elaborado por Klenio Costa (2013)

### 5.1.2 A pecuária

Tendo em vista o alto grau de incerteza inerente à produção agrícola, a secular tradição no criatório de animais e os estímulos governamentais realizados a partir de 1970, a pecuária firmou-se como a atividade produtiva com maior destaque entre os agricultores familiares no Semiárido. No Carretão isto não é diferente. Nos dias de hoje, mesmo com três anos de seca, é

raro ver uma casa que não tenha um chiqueiro com algumas cabeças de caprinos, ovinos ou gado bovino. Segundo Arthur, o morador mais idoso do Sítio Carretão, a grande diferença de hoje para os tempos de sua mocidade, no que se refere à produção agropecuária local, é que antes não existia uma grande quantidade animais pastando pelas catingas de propriedade dos pequenos criadores.



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 21 (5) – Pecuária extensiva de caprinos

No Carretão, a criação pecuária é uma atividade semiextensiva. Nesse sistema, os animais são soltos no início do dia e confinados ao entardecer, permanecendo presos em currais ou chiqueiros no período da noite e parte da manhã, sobretudo, em razão dos roubos de animais. Além disto, os criadores mantêm áreas de confinamento para aqueles animais destinados à engorda.

No geral, a criação pecuária no Sítio destina-se à produção de carne. O sistema de comercialização é baseado na venda dos animais para atravessadores que residem na região e revendem os animais nas feiras, principalmente em Dormentes. Todos os entrevistados reiteraram que não vão à feira comercializar a produção, tanto os grãos como os animais são sempre negociados com os comerciantes locais. Estes atravessadores podem ser um vizinho ou parente com mais recursos financeiros e meio de transporte para fazer o carreto dos animais até a feira. A explicação de Mariana acerca da comercialização de suas criações é esclarecedora e pode ser generalizada para os demais moradores do Carretão:

Um dia desses mesmo eu vendi cinco cabeças e amanhã é dia de receber o dinheiro dessa criação que eu vendi. (...) Eu vendo a um rapaz aqui. Ele é tio dos meus meninos. Era primo de meu marido. Ele compra e leva para Dormente. Eu mesma não, nunca fui lá. Essas coisas assim, eu não bulo essas coisas não. Eu vendo para ele, ele leva para Dormente. Depois, por exemplo, se ele leva hoje, e as pessoas compram, tem vezes que ele paga logo hoje, se não pagar hoje, paga de hoje a oito (Mariana).

A infraestrutura para a produção pecuária é simples, consiste apenas em currais e chiqueiros, que são cercados de madeira. No caso dos caprinos, existe também uma estrutura coberta de telhas para proteger os animais mais novos do sol. As áreas de pastagem na Caatinga não são cercadas. Para que a criação não se misture ao rebanho dos vizinhos, animais são marcados a ferro. Os materiais e equipamentos para o manejo pecuário são manuais, porém há presença de triturador elétrico para o preparo da ração.

A Caatinga nativa é a principal fonte de alimentação para a maioria dos rebanhos. No entanto, durante a época seca, o uso desta vegetação como única fonte alimentar limita o potencial produtivo dos rebanhos. Assim, para a época de estiagem, os criadores buscam cultivar pastagens e forragens para superar a falta de alimento nativo. Além disto, na seca os animais recebem alimentação complementar à base de milho e outros farelos. Essa suplementação é fundamental para que os animais não percam muito peso ou morram de fome entre as estações chuvosas.

O capim-búffel é a principal forragem exótica plantada pelos agricultores do Carretão para alimentar o rebanho. Esse tipo de capim, destacam Eduardo e Nicolas, é altamente adaptado às condições climáticas do Semiárido. “*A vantagem do capim-búffel é que quando você pensa que a roça de capim está morta é só acontecer uma chuva que com quinze dias o bicho já está de barriga cheia*” (Nicolas). O agricultor destaca também que as lavouras de búffel são realizadas em terrenos mais pedregosos, que são inapropriados para os cultivos alimentares, o que otimiza a área produtiva dos sítios. Tal como o roçado, o búffel é plantado no inverno e no verão a pastagem é liberada para o pastejo direto ou o agricultor faz ensilagens.

No sítio, a água para os animais é garantida a partir dos barreiros. Mas, no período em que os barreiros secam, o rebanho passa a consumir a água disponível nos açudes comunitários ou nos poços de profundidade. Alguns criadores, aqueles cuja propriedade compreende um baixio ou leito de rio, usam escavar cacimbas para ajudar o gado a “*escapar*”. No momento em que a seca se torna mais grave, os agricultores começam a se desfazer dos animais deixando seus rebanhos com um número de cabeças que consideram capaz de manter ao longo do período de estiagem. Como último recurso, alguns criadores dividem a água de suas cisternas com os

animais, compram carradas de água para encher os barreiros ou transferem o rebanho para outras localidades que disponham de água.

No que toca à questão da sanidade do rebanho, os criadores vacinam seus animais contra a raiva e a febre aftosa e fazem vermifugação. Na ocorrência de alguma doença grave, com sintomas desconhecidos, o mais comum é que os agricultores consultem um médico veterinário em lojas especializadas na venda de produtos para o produtor nas cidades de Dormentes ou em Petrolina. O IPA em Petrolina só conta com um veterinário para atender todo município, essa deficiência em pessoal desestimula os agricultores a buscarem soluções para suas questões neste órgão público.

O princípio da multiprodução também é aplicado à produção pecuária. O rebanho do agricultor camponês não consiste no criatório de apenas um tipo de raça ou espécie de animal. Os ovinos, caprinos e o gado bovino, por possuírem tempos e capacidade de recria, engorda e valorização distintos, são criados pelos agricultores de modo articulado, visando garantir a constituição de um fundo de consumo e comercialização o mais diversificado possível. O caso da criação de ovinos e caprinos é um exemplo representativo.

A caprinovinocultura é uma atividade de destaque em todo Semiárido pela excepcional capacidade de adaptação destes animais às condições adversas da região. Essa excepcionalidade, como explica Pedro, diz respeito à capacidade deste rebanho de ser tolerante às altas temperaturas, à pouca disponibilidade de água, ao baixo consumo de alimentos e de possuir uma boa capacidade de engorda. Em relação ao gado bovino, os ovinos e caprinos se destacam ainda mais, pois a alimentação e a quantidade de água necessárias para a manutenção de uma cabeça de gado é suficiente para que o produtor mantenha dez cabeças de ovinos e caprinos.

Por outro lado, comparados entre si, caprinos e ovinos apresentam diferenças que servem de motivos para que os agricultores diversifiquem sua criação. Pedro destaca como a principal virtude dos ovinos o fato de que estes animais possuem uma capacidade de produção de até dois borregos por fêmea ao longo de um ano. Essa capacidade de procriação, com aproximadamente duas estações reprodutivas em um ano, é um fator muito significativo quando se pensa no abastecimento do crescente mercado de carne de ovinos na região do Sertão do São Francisco. Entretanto, os ovinos são animais mais suscetíveis às condições climáticas, à escassez d'água e a doenças.

Em contraponto, as cabras e bodes são animais mais rústicos e, portanto, melhor adaptados às situações climáticas extremas. Já do ponto de vista da capacidade de procriação, os caprinos não se destacam, a média é de um nascimento por fêmea ao ano. Estes pontos fortes e fracos, dependendo das intenções do criador, fazem com que os rebanhos possuam proporções distintas de cada animal/espécie.

Também há uma preocupação dos agricultores na realização de melhoramentos genéticos de seus rebanhos. Em visita à III Feira de Caprinos da comunidade do Caroá - Expocaróá (comunidade vizinha ao Carretão), Pedro explicou que nestes eventos os expositores, grandes e pequenos criadores de ovinos e caprinos, apresentam a excelência genética de seus animais. Pelo aprimoramento e pela obtenção de novas raças por cruzamento, os criadores sempre buscam alcançar animais precoces, com grande produção leiteira e alto rendimento e qualidade na produção de carne.

Feiras de animais como a realizada no Caroá se tornaram oportunidades de negócios e diversificação do plantel de caprinos e ovinos. Para além das vendas e compras de animais, estes espaços são oportunidades para que aconteçam trocas de experiências entre os criadores sobre a criação pecuária. Por serem eventos sociais com grande apelo entre os criadores, estes espaços servem também para que extensionistas e pesquisadores façam a difusão de novas práticas e manejos agropecuários.

As entrevistas e observações que foram feitas mostram que não é simplesmente a *tradição* o elemento que explica a decisão em adotar ou desconsiderar o desenvolvimento de certas atividades produtivas. Do mesmo modo que essas conversas também esclareciam que não é o rendimento monetário auferido por estas atividades que vão influenciar a decisão dos agricultores em optar por um determinado tipo de criação. Mas o fato das decisões não serem tomadas em consonância com a lucratividade, não significa que camponeses estejam alheios ao comportamento dos preços no mercado.

Ora, todos os entrevistados no Carretão sabiam claramente que as diferentes espécies animais de médio porte (ovinos e caprinos) são valorizados e possuem produtividade diferenciadas. Com destaque para os ovinos, que tem o rendimento anual de duas crias, chegam ao ponto de abate com seis meses na engorda e a carne é preferida pelo consumidor urbano por ser macia. Apesar de sua maior rentabilidade, os moradores do Carretão não substituíram completamente a criação de caprinos por ovinos.

Reiteradas vezes ouviu-se dos agricultores que as ovelhas são “um bicho doido” e, sendo assim, preferiam criar caprinos:

O bode sabe ir e voltar. Você solta ele de manhã, umas 7 horas. E quando é de tarde ele já volta todinho. Umas 4 horas, 6 horas, eles vem chegando. É sabido. Agora a ovelha é doida. A ovelha não vem, não. Só algum lugar que pode ser que venha, mas aqui mesmo nós tínhamos uma e nunca soltemos. Se soltasse... nós já estamos velho, soltar pra dentro dos mato e aí nós não “soltava” de jeito nenhum. E aí não tinha comida na roça, o único jeito foi vender (Manuela).

Por de trás desta tipificação, tem-se que os ovinos demandam uma estrutura produtiva distinta daquela empregada para as “criações”. A doidice das ovelhas e carneiros está relacionada ao fato de que estes animais não podem ser criados soltos, pastando na Caatinga, pois eles não adquirem o hábito de retornar ao fim do dia para o chiqueiro. Assim, considerando que as áreas de pastagem na Caatinga não são cercadas, muitos animais podem ser perdidos. Além disto, a capacidade de engorda destes animais em pastagens naturais, sem qualquer tipo de manejo (raleamento, adubação, etc.), é baixa. Tendo em vista estas questões, o criatório de ovinos exige que o agricultor construa apriscos, faça criação intensiva, cultive pastagens, forrageiras, etc., para conseguir produtividade e rentabilidade que este negócio exige.

Nestes termos e em razão das circunstâncias climáticas, a dedicação exclusiva ao criatório de ovinos é contraproducente para os agricultores do Carretão. O desenvolvimento intensivo da ovinocultura, com todos estes riscos, deixaria a família de agricultores à mercê de empréstimos bancários, da demanda do mercado e dos preços de outros produtos agropecuários, pois o investimento na produção especializada, tal como todas as outras atividades, correm o risco de colapso por conta das secas.

Está descrição comentada do criatório pecuário apresenta, mesmo de maneira pontual e resumida, que, como a generalização de espécies animais (ovelhas) e técnicas de manejo modernas (pastagens exóticas), até entre os camponeses da área de sequeiro, a lógica monetária e do cálculo econômico “racional” existe e é aplicada. Essa presença, torna impossível afirmar que tais pessoas seriam “alheias” ao mercado ou agentes conservadores que estão fortemente apegados a “tradição”. A análise desta prática social, a luz da noção de *habitus*, possibilita ver que o comportamento “econômico” ou o *espírito de cálculo* do camponês no Carretão consiste em uma imbricação entre as condicionantes socioambientais, a concepção utilitarista da produção agropecuária e a centralidade da grupo doméstico.

A prioridade na reprodução da família conduz ao que Bourdieu define como uma orquestração sem maestro das práticas e das estratégias do projeto familiar. Ou seja, a reprodução da família camponesa por ser o elemento que subordina e impulsiona todas as práticas sociais, acontece em função de um conjunto de disposições internalizadas e naturalizadas, que são históricas, e estão em relação dialética com elementos circunstanciais.

### 5.1.3 O quintal

O quintal é o espaço onde homens e mulheres vivenciam e trabalham a produção e a reprodução da unidade familiar. Este é lugar no qual as crianças mais novas brincam, assistem e até reproduzem no “*faz de conta*” o trabalho nas atividades da casa e na agropecuária, realizados por seus irmãos mais velhos, pais, tios e avós. Portanto, no âmbito do simbólico, o quintal é um espaço que emerge na memória dos agricultores camponeses como lugar do acolhimento familiar, da alegria e das tristezas, das conversas entre vizinhos e parentes; é também o lugar das lembranças do trabalho, das brincadeiras e dos festejos.

Neste espaço, os membros da família executam tarefas de modo distinto ou em cooperação para cumprir as atividades da jornada de trabalho diário. Este setor do estabelecimento agrícola é a ligação entre a casa e a atividade agropecuária. Nele são realizadas atividades complementares e essenciais ao sistema produtivo familiar. No “ao redor” da casa, são cultivadas plantas para vários fins: alimentares, condimentares, ornamentais, etc., e criados animais domésticos de pequeno porte: galinhas, patos, porcos, passarinhos e cachorros. O quintal é também o espaço onde estão armazenados a lenha e os insumos para as atividades agropecuárias, e é onde se prepara a ração e a ensilagem dos animais.

Apesar de ser uma área pequena do estabelecimento agrícola, este espaço é fundamental para a construção da segurança hídrica e alimentar das famílias camponesas. No Carretão, todas as cisternas para o abastecimento da família estão instaladas no quintal. O fato de estarem tão próximas às casas significa um alívio para o trabalho da família, pois a cisterna representou, especialmente para as crianças e mulheres, o fim do extenuante trabalho de transportar água, por centenas de metros, dos barreiros ou açudes até em casa. Guilherme resgata de suas memórias como era essa atividade:

quando eu era meninote grande, eu ia pegar água nos barreiros ali ainda. Para você ver a situação, o cabra chegava nas cacimbas e estava dentro d'água o cururu e as bostas. [Todos eles] amanheciam boiando nas águas. O cabra atingia os cururus e só

fazia abanar a merdas de um lado para o outro para [depois] encher as vasilhas (Guilherme).

Certamente, considerando a fala de Guilherme e as observações realizadas, a instalação das cisternas, caixas d'água, banheiros, fossas e bombas de água elétricas constituíram para a família de agricultores uma maior qualidade de vida.

Sobre a segurança alimentar é fundamental reconhecer que o quintal possui um papel importante no fornecimento de alimentos para casa. O manejo dos grandes, médios e pequenos animais fornece leite, carne e ovos para o consumo da família. A produção realizada no quintal permite enfrentar diretamente qualquer necessidade do grupo doméstico, seja relacionado ao consumo ordinário ou receber uma visita inesperada. Por outro lado, se estes produtos forem vendidos aos vizinhos, nas feiras ou a atravessadores, eles geram rendimentos em dinheiro que vai ser empregado na compra de mantimentos de fora do sítio ou administrado em uma emergência médica.

Nos últimos anos, o sistema produtivo do quintal no Carretão vem se transformando. A mudança em curso está modificando o quintal para que este se torne uma fonte geradora de rendimentos monetários. Acontece que, desde 2010, alguns moradores vêm adaptando o espaço do quintal para que nele seja desenvolvido a avicultura com fins comerciais, voltada para a produção de ovos e galinhas caipiras para o abate.

Essa atividade econômica surge por influência de cursos, palestras e visitas a unidades demonstrativas, realizados por órgãos como o IPA e a EMBRAPA, a partir da experiência acumulada previamente na criação de galinhas de capoeira e do reconhecimento pelos agricultores de que existe um mercado urbano ávido por consumir produtos artesanais do campo. Dessas trocas de experiências e confluência de ideias é que o criatório de galinhas caipiras toma fôlego. A materialização desse projeto ocorre no momento de crise produtiva e ambiental, quando alguns agricultores conseguem acessar linhas especiais de crédito, tais como Pronaf Seca e o Brasil Sem Miséria. Essa disponibilidade financeira viabilizou a concretização desta transformação.

Tradicionalmente, a criação de galinha de capoeira é realizada nas unidades agrícolas familiares do Carretão sob a forma de exploração extensiva. Neste modo, as aves vivem soltas pelo terreiro e as práticas de manejo são mínimas, sobretudo, no controle dos aspectos reprodutivos, nutricionais e sanitários. Desta forma, a criação não alcança volume e

produtividade para abastecer com regularidade mercados, mas estas aves são eficientes no fornecimento de carne e ovos para o consumo familiar.

Diferente das galinhas de capoeira que são para o autoconsumo, a criação de galinhas caipiras está voltada para a comercialização. Isso suscita para os agricultores modificações profundas no manejo das aves. Em primeiro lugar, a criação passa a acontecer de modo semiextensivo, os animais ficam acomodados no quintal em um galinheiro, contam com uma área coberta e dispõem também de um espaço para ciscarem. As especificidades não param por aí. Se a criação pretende alcançar uma escala comercial e manter um fluxo regular de entregas em um ponto de consumo, é necessário que: o agricultor adquira pintinhos em empresas especializadas, em intervalos de quinze dias; que a alimentação seja balanceada para as diferentes etapas de crescimento da ave; e que o agricultor tenha um suporte técnico especializado.

Ao adotar essas práticas de manejo, o agricultor reduz problemas comuns à criação de galinhas de capoeira: a alta taxa de mortalidade das aves, o baixo desempenho de engorda. Conseqüentemente ele consegue melhorar a performance produtiva desta criação. Caso o agricultor atenda a todos estes padrões de criação, em aproximadamente 100 dias, ele já pode começar a entregar animais com o peso (aproximadamente de 2,5 kg) e textura da carne preferidos pelo mercado. Os principais compradores deste produto em Petrolina são restaurantes que, em alguns casos, firmam contratos de fornecimento com agricultores.

A criação de galinhas caipiras é uma opção de geração de renda interessante. No Carretão um frango abatido e limpo, com um peso de 2,5kg, é comercializado ao preço de R\$ 22 reais. Quando o produto é vendido ao PAA, o preço por unidade passa para aproximadamente R\$ 30 reais<sup>59</sup>. A criação de aves é relativamente simples e em termos de trabalho é pouco dispendiosa. Por serem animais de pequeno porte, as aves bebem pouca água e se alimentam pouco, quando comparadas a outras criações. Os maiores cuidados que o produtor deve ter são com a alimentação diária, que deve ser balanceada, e com as condições sanitárias do galinheiro.

---

<sup>59</sup> Diferente da carne de gado bovino e caprino, o frango pode ser abatido e entregue pelo agricultor ao PAA sem que exista algum tipo de restrição nessa comercialização.

Entretanto a avicultura comercial de galinhas caipiras, por suas especificidades, leva o agricultor a tornar-se extremamente dependente de insumos externos a sua propriedade. Segundo Guilherme, a manutenção de um sistema de produção com um grau de dependência externa tão alto, como é a avicultura comercial, em que é sempre necessário que se disponha de dinheiro para comprar pintinhos, ração balanceada e remédios, sem a certeza da comercialização com bons preços do produto, é uma situação que não pode ser sustentada por qualquer agricultor. Nestes termos, a criação avícola conforme determina o protocolo de criação prescrito pela empresa fornecedora é inviável.

Diante das restrições impostas pelo modelo de criação comercial e não tendo a obrigação do fornecimento de frangos em quantidade, percebe-se que em seus criatórios os agricultores do Carretão adotam apenas parcialmente o manejo indicado para as galinhas caipiras. Parcial porque muitos criadores vão inserindo para as galinhas caipiras algumas práticas já executadas na criação das galinhas de capoeira, sobretudo, no que se refere à alimentação.

Um exemplo disto é estratégia desenvolvida por Guilherme em sua criação de aves caipiras. Segundo esse criador, a principal dificuldade para ingressar na produção avícola comercial diz respeito ao elevado grau de artificialização que o criatório exige. Essa artificialização da produção se expressa na desconexão entre a realidade produtiva de seu sítio e as demandas por insumo exigidas pelo modelo. Para Guilherme, em sua atual condição, assumir esse padrão de produção altamente profissionalizado é inviável.

A percepção de Guilherme é a de que o criatório de galinhas caipiras pode vir a se tornar uma armadilha para sua autonomia e, assim sendo, ele opta por não dedicar sua produção integralmente ao mercado, por exemplo, não se tornando fornecedor de frangos para restaurantes. O agricultor reconhece que tal medida o faz perder oportunidade de garantir a compra e bons preços para o seu produto. Mas, por outro lado, não o coloca em uma situação de dependência.

A desistência do grande mercado não é algo definitivo. Guilherme reconhece as possibilidades da avicultura e trabalha no desenvolvimento de meios para reconectar a produção avícola com os processos produtivos locais. Nesse sentido, ele tem buscado trazer a realidade da produção avícola para o nível local, experimentando modificar a alimentação que fornece às aves. Baseado na experiência do criatório de galinhas de capoeira, o agricultor passou a incorporar ração que oferece aos frangos caipiras, a saber, maniçoba ou palha de milho triturada.

A adição destes alimentos, disponíveis com relativa abundância em sua propriedade, possibilita que Guilherme deixe de gastar na compra dos farelos de soja e trigo que são misturados na alimentação das aves e da ração industrializada. A partir de ensaios de tentativa e erro, o agricultor conseguiu formular uma ração, à base de maniçoba, que mantém o desenvolvimento de cem dias dos frangos caipiras, sem que o produto final tenha alguma diferença no padrão esperado pelo mercado (Figura 22).



FOTO: Klenio Costa (2013)

Figura 22 (5) – Galinhas caipiras comendo a ração preparada à base de maniçoba

A exemplo da produção pecuária e da multiprodução agrícola, as decisões de Guilherme sobre o criatório de galinhas caipiras expressam que o comportamento produtivo do agricultor familiar no Carretão não é exclusivamente para a produção de autoconsumo e alheio ao mercado. Entre estes agricultores, são percebidos uma leitura do mercado e conhecimento daquelas atividades que são mais lucrativas e rentáveis. Contudo, por dominarem um saber prático a respeito das relações de comercialização e estarem sob a influência de variáveis como a seca, estes agricultores não se permitem uma integração ao mercado tal como aquela observada nos agricultores familiares que lavram a terra nos projetos de irrigação.

De um modo geral, os agricultores do Carretão prezam, na elaboração de suas atividades agropecuárias a constituição de um sistema de cultivo e pecuária com múltiplas possibilidades, tanto naquilo que diz respeito à relação consumo/comercialização como na diversidade agrícola e pecuária. Isso acontece porque as escolhas realizadas por estes camponeses tem como referente o consumo socialmente necessário e o objetivo de atender as expectativas imediatas e no longo prazo da família.

Esta forma de configuração produtiva da unidade doméstica é fundamental para assegurar a sua autonomia. Pois, por um lado, ela garante o controle sobre uma de suas necessidades vitais, a alimentação. Produzir para comer significa minimizar a exposição da família às relações mercantis. Assim sendo, a produção para o autoconsumo coloca sob o controle do agricultor camponês o seu destino histórico. Por outro lado, produzir para o autoconsumo e, concomitantemente, desenvolver atividades produtivas comercializáveis (não perdendo de vista a venda da força de trabalho fora do sítio) contribuem para uma diversificação das fontes de segurança que a família tem para se apoiar em situações de crise.

## 5.2 O trabalho familiar camponês

Na unidade de produção camponesa no Sítio Carretão, a divisão do trabalho entre os membros da família se articula, mas não se confunde, a partir da oposição entre os gêneros masculino e feminino. A organização do tempo semanal entre os dias dedicados aos cuidados dos animais, do roçado e do sítio consiste em uma atividade colaborativa, mas que em via de regra as decisões finais competem aos homens, particularmente aos pais de família. Quando se encontram mulheres realizando essa atividade em tempo integral, que assumem o papel de chefe de família, é porque se trata de pessoas cujo marido exerce atividade fora do sítio, ou de viúvas.

A oposição entre os gêneros transpassa as atividades cotidianas dos agricultores do Carretão. Quando questionados sobre as diferenças entre o trabalho de homens e de mulheres, as falas de Manuela e de Felipe são significativas:

Manuela - Tem vez que eu trabalho de manhã, vou sossegar lá pra uma hora da tarde. A casa é grande, eu sozinha. Vou cuidar de uma coisa, cuidar de outra. Tem que trabalhar muito. Muita gente acha que quem fica em casa quase não trabalha, mas trabalha muito. Varrendo casa, cozinhando, lavando roupa. Varrendo o terreiro ali por fora, cria galinha e aí a galinha fica sujando. E a gente que varrer todo dia. E passa pano na casa, tudo. Ajeita as coisas dentro de casa.

Felipe - Trabalho de homem é viver no mato, pras roças. Ajeitando cerca. Pegando lenha. É difícil (Manuela e Felipe).

Sobre essa distinção, Victor faz a seguinte reflexão:

O trabalho da mulher é coisa de casa, não tem como a mulher trabalhar igual um homem. [O trabalho de mulher] é mais devagar. Mas tem muita mulher por aí que trabalha muito. Só que não tem como ela trabalhar que nem um homem. Muitas delas por aí que quer tentar fazer o que um homem faz, pegar uma enxada aqui e trabalhar, derrubar uns pau, não consegue. A mulher não vai pegar uma foice. Tem delas por aí que tenta, querer fazer isso, mas não tem condição não. (...) Se fosse uma coisa que o

homem fizesse, que a mulher fizesse, meu amigo o negócio era outro! Você tinha coisa forte, mas sempre a mulher foi mais fraco (Victor).

Como destaca Victor, ainda que existam uma divisão e hierarquização de cunho sexual do trabalho, é fundamental notar que quase nenhum homem realiza os trabalhos domésticos. Porém, como já foi dito, isto não significa que as mulheres não exerçam atividades agropecuárias. Tanto na criação pecuária como na atividade agrícola a mulher tem participação. Há tarefas femininas na lavoura, como plantar e ajudar na colheita. As mulheres podem ser escaladas para limpar as lavouras do mato que cresce entre os cultivos. Contudo, em tarefas consideradas masculinas – desmatamentos, aração, construção de cercas – o habitual é que sejam contratados trabalhadores diaristas, se realize a troca de dias ou mutirões para preservar mães e filhas do trabalho mais pesado.

O criatório pecuário é uma atividade também segmentada. No geral, a “criação”, os ovinos e a pecuária bovina são atividades masculinas, enquanto que o cuidado dos animais criados no quintal, porcos, galinhas e outras aves, são uma ocupação feminina. Alimentar e fornecer água aos animais do quintal consiste em uma atividade executadas pelas mulheres da família e crianças pequenas. Mas a participação feminina alcança também o criatório pecuário. Como exposto anteriormente, na família de Miguel, é Ana, sua esposa, quem administra a criação de caprinos. Segundo a agricultora, por desinteresse do marido, ela que sempre gostou de *criação* assumiu essa atividade da família. Assim, além de realizar atividades notoriamente femininas do criatório pecuário – quais sejam, cuidar dos filhotes, tirar leite, etc. – a agricultora também atua nas decisões de comercialização e compra de alimentos para o rebanho. Inclusive, no ano de 2013, o empréstimo feito pela família, PRONAF-Semiárido/Seca, com o objetivo de socorrer o criatório pecuário foi obtido no nome de Ana.

Além das diferenças de gênero, a divisão das tarefas familiares é também influenciada pela disponibilidade de membros da família aptos ao trabalho no sítio e, conseqüentemente, da hierarquia familiar. Victor destaca: *“aqui só não trabalha esses novos aí, os mais velhos, é aquele ditado, jovem tem que trabalhar, se não trabalhar como é que vai viver, tem que trabalhar”* (Victor). A exploração agrícola familiar pressupõe, além do trabalho do pai e da mãe, a colaboração dos filhos e filhas. Esse processo de autoexploração dos membros da família é o elemento característico da agricultura familiar. Junto de todas as despesas, com trabalhadores diaristas, com o pagamento pela terra (quando se trata de arrendamento), com enxadas e outros instrumentos de trabalho adquiridos, com as horas de trator, etc., o número de

membros da família que participam dos processos de produção é também uma variável considerada do produto final, sobretudo em sua quantidade e variedade<sup>60</sup>.

Sobre a socialização no trabalho em seu grupo familiar, Mariana relata:

Eles começaram a trabalhar assim de sete anos, oito anos. Meu menino mais velho está de 28 anos. Já a minha menina mais velha, ela era pequenininha assim e eu já deixava ela [responsável pelo] o feijão no fogo. “– Está aí filha, mãe vai para a roça trabalhar mais pai e os outros meninos, quando o feijão estiver bom de escorrer, e botar o arroz no fogo, vai dar um grito em mãe ou manda um dos pequenos e chama mãe na roça para eu vir escorrer o feijão”, dava a hora ela ia lá “– Mãe, o feijão está bom de escorrer”, eu vinha e os outros ficavam lá trabalhando mais o pai, eu vinha, chegava aqui escorria o feijão, temperava e botava no fogo de novo, botava o arroz no fogo, até cozinhar a minha filha sabe, quando eu chegava ela já tinha arrumado as coisinhas (...) Ela já tinha cozinhado o feijão e já estava se ajeitando para escola. No dia que ela ia para a escola de manhã eu já não ia para roça, para poder ficar em casa... e organizar o rango para a gente comer. (...) Meus meninos eu botava eles para trabalhar desde pequeninhos, o pai não, o pai obrigava ir só, “Zé, Zé, como é que você vai criar esses meninos? Pelo amor de Deus Zé, esses meninos pequenos, deste tamanho Zé, a meninada aí só correndo, quando não estava na escola não estava trabalhando”. Mas na hora que eu ia eu levava, não fica vadiando não. E nisso foi criado os meus meninos (Mariana).

Segundo Nicolas, quando os seus filhos ainda moravam no Carretão,

Eles ajudavam na roça, pra plantar, para colher, catar o feijão, mas não tem nenhum aqui mais eu. Hoje, milho e feijão mesmo como eu já plantei, eu não planto. Eu sou ruim da coluna, eu não aguento catar feijão, a mulher é que cata. Feijão mesmo eu só planto a conta de comer. Planto milho, porque o milho é melhor de você zelar e melhor de você colher. Você bota um trabalhador mais um cabra pra quebrar milho, você quebra dez sacos de milho em um dia. Já o feijão, uma pessoa só não cata um saco de feijão. Hoje, na hora que cai a chuva, eu só planto feijão, só a ponto de comer mesmo (Nicolas).

Dois elementos merecem destaque na fala de Nicolas. O primeiro deles refere-se à fórmula que este camponês realiza para desenvolver suas atividades agropecuárias e garantir o suprimento das necessidades de sua família – necessidades que vão desde a segurança alimentar (o feijão e o milho), o vestuário, como também aquelas impostas socialmente ou economicamente (eletrodomésticos, motocicletas, impostos, etc.). No passado, quando os três

---

<sup>60</sup> Para Chayanov, ao discutir as condições que afetam o desenvolvimento da exploração camponesa (CHAYANOV, 1985: Capítulo III), a capacidade de trabalho familiar, conjugada à necessidade de alimentar todos os seus membros, é determinante na composição e utilização de todos os demais elementos implicados na produção agrícola (capacidade técnica e terra). Segundo o autor, “*las unidades campesinas de explotación se estructuran para ajustarse al óptimo grado de autoexploración de la fuerza de trabajo familiar y en un sistema de factores de producción técnicamente óptimo en lo que respecta a su tamaño a la relación entre las partes*” (CHAYANOV, 1985:103). O modelo básico chayanoviano pode ser entendido como sendo uma análise interna das unidades camponesas. Cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades. Esta composição do grupo doméstico determinará a variação no volume de trabalho e consumo necessários para garantir a sobrevivência desta unidade.

filhos de Nicolas residiam na casa paterna, a produção agrícola familiar era desenvolvida em maior escala. Contudo, no presente, quando o núcleo familiar é reduzido (composto por dois adultos e uma criança) e sua capacidade de trabalho é menor do que na juventude, a produção agrícola passa a ser organizada de modo a atender às necessidades sem expor o grupo familiar a riscos de escassez ou a situações de trabalho que agravem as condições de saúde de Nicolas e sua esposa.

Outro ponto relevante desta fala está relacionado à saída dos filhos do grupo familiar e à subsequente necessidade de contratar trabalhadores diaristas para os momentos de pico<sup>61</sup> das atividades do sítio. Ao longo de sua existência, a família camponesa não dispõe de um grupo fixo de trabalhadores, com capacidade produtiva constante, empenhados na realização da exploração agropecuária. Pelo contrário, é efetivamente válido e explicativo do comportamento da família camponesa considerar que no interior do grupo doméstico não há uma equivalência entre a capacidade de trabalho do homem e da mulher, bem como entre o trabalho de crianças, dos jovens e dos velhos. Essa variação natural da capacidade produtiva conduz o camponês a recalcular continuamente o processo de auto exploração dos membros do grupo doméstico.

Em relação ao seu ciclo de existência, considerando as diferentes capacidades de trabalho entre as idades, é possível deduzir que a família camponesa alcança o seu ponto produtivo ótimo quando, além dos pais, os filhos e filhas, solteiros e jovens, participam dos trabalhos agropecuários na unidade de produção familiar. Neste momento, quando a maioria dos integrantes da família (consumidores) são também trabalhadores, a produção agropecuária tende a gerar maior excedente, ao mesmo tempo que não é necessário a contratação de trabalhadores externos (gasto monetário) ou sobrecarregar fisicamente um pequeno grupo de trabalhadores para alimentar muitos consumidores<sup>62</sup>.

Entretanto, as entrevistas e a observação direta apontam para um paradoxo no ciclo de vida das unidades domésticas dos agricultores no Carretão. Este mesmo paradoxo foi discutido por Garcia Junior (1989), e se refere à situação de redução no grupo familiar da parcela que potencialmente mais produtiva, os jovens. O fato é que na maioria das vezes os filhos e filhas

---

<sup>61</sup> Não há uma uniformidade no trabalho do sítio, ao longo do ano, sobretudo no período de inverno, a necessidade por trabalhadores varia. Em momentos como o plantio e a colheita sempre é necessário, ressaltam os moradores do Carretão, contratar trabalhadores externos ao sítio para que as atividades possam ser concluídas em seu tempo.

<sup>62</sup> Nos estudos de Chayanov, o número absoluto de trabalhadores é pouco importante, para o autor interessa mais a relação entre trabalho e consumo da unidade doméstica.

dos agricultores do Carretão com idades entre dezesseis e dezoito anos começam a sair do Sítio e migram para Petrolina ou cidades do Sudeste em busca oportunidades. Os projetos de irrigação são grandes polos de atração de pessoas que buscam trabalho assalariado. Nicolas destaca:

a maioria do povo aqui corre pros projetos. O que tem de gente daqui mesmo nos projetos é grande. Essa é a sorte do povo. Eu vou dizer para você, se não fosse esses projetos a fome estava brava (Nicolas).

Alice, esposa de Nicolas, completa:

Dois dos meus filhos estão nesse projeto faz tempo. O mais novo eu acho que tem uns três anos. O outro tem uns seis anos que saiu daqui. Eles trabalham na AMACOCO. Meus meninos trabalham nesse negócio de embalar coco e exportar (Alice)

Sobre à saída dos jovens da comunidade, Isabela, moradora do Sítio e professora na escola de municipal em Atalho, relata que o colapso climático da produção agrícola aliado à falta de perspectivas de trabalho com remuneração em dinheiro e as possibilidade dos cursos técnicos em unidades educacionais como Instituto Federal do Sertão, SENAI e SENAC, estimulam a juventude, mesmo antes da conclusão do ensino médio, a se empenhar para migrar. Segundo a professora, alguns de seus alunos,

Logo que terminam a oitava série, ainda em dezembro, já mandam currículo... para ir caçar emprego. Outros terminam o ensino médio e já vão pra rua, por quê? Porque aqui ainda não está tendo [meios para permanecer]. Tem que ter cursos profissionalizantes aqui, e tem que ter também renda de trabalho para as pessoas, porque se não tive não vai (Isabela).

A respeito das saídas dos jovens em busca de trabalho e formação profissional, alguns pais manifestam que isso contraria as suas vontades. Ana, por exemplo, destacou que por ela os três filhos nunca deixariam o Sítio Carretão. Contudo, a agricultora compreende que a permanência na comunidade, tendo em vista a pouca oferta de trabalho existente, inviabiliza que eles alcancem os próprios projetos de vida. O mesmo tipo de pensamento é utilizado por Guilherme e Laura para justificar a migração dos filhos para a cidade de Petrolina e São Paulo. Segundo o casal, apoiar os filhos neste momento é uma forma de proporcionar a eles um ponto de partida para sua vida adulta.

A saída dos jovens adultos, leva à configuração de um grupo doméstico com crianças, pais (agricultores) e idosos. A perda de membros da família com grande potencial de trabalho desequilibra as relações de produção x consumo e a divisão do trabalho na unidade produtiva. A curto prazo, o processo de saída, tal como destacou Nicolas, gera uma demanda pela

contratação de trabalhadores externos à família para a realização dos serviços necessários ao desenvolvimento da agricultura. Nestes termos, parte da possível renda obtida com a venda do excedente agropecuário, que converter-se-ia em poupança ou reinvestimentos na unidade agropecuária, passa a ser destinada a gastos com trabalhadores diaristas.

Como demonstrado nos primeiros tópicos deste capítulo, as atividades agropecuárias são a base da estratégia posta em prática pelos agricultores familiares do Carretão para atingir o produto e a renda necessárias à reprodução do grupo familiar. Durante o trabalho de campo percebeu-se que, de fato, todos os moradores do Sítio Carretão tentam viabilizar uma atividade agropecuária. Na agricultura, logo quando caem as primeiras chuvas, todos preparam a terra e tentam botar roçado. Eduardo destaca: *“o agricultor segue plantando porque é teimoso. A gente da roça tem que aventurar a sorte. Se deu bem, se não deu, apela para um outro ano. Aí faz tudo de novo”* (Eduardo). Independente das fontes de recurso que dispõem, a atividade agropecuária sempre é buscada por estes agricultores familiares.

Entretanto, num contexto em que a produção agropecuária está sujeita às incertezas climáticas, nem sempre as lavouras e a pecuária são capazes por si só de garantir o suficiente para a reprodução da família. Nos momentos em que o inverno é fraco ou acontece a Seca, a produção agropecuária é drasticamente reduzida e o consumo socialmente necessário a partir do trabalho na unidade familiar fica comprometido até à ocorrência do próximo inverno. A impossibilidade de manutenção da família camponesa por sua própria unidade de produção, em algumas situações, leva o agricultor a comercializar a venda de sua mão-de-obra:

Rapaz é o seguinte, esse ano que já está ficando mais perto da chuva, [agora é] esperar aí e ver como é que vai daqui até o mês de dezembro. Acho que quando entrar o mês do ano novo, e eu ver que o inverno é meio fraco, que eu ver que não vai dar nada, meu apelo é ir para lá [para os projetos]. Lá é onde você trabalha para ganhar o pão. Às vezes quando tem inverno até aparece uma diária para trabalhar. Agora quando não tem, nem isso aparece. Nesses projetos, quem não trabalha, só não trabalha se não tiver coragem. Lá não falta ganho (Victor).

A escassez de produção desencadeada pela estiagem prolongada atinge de modo variado os diferentes grupos familiares. Conforme os recursos disponíveis, o impacto da escassez de água e alimentos é mais ou menos agudo. No geral, a crise é mais sentida quanto mais desprovido de recursos for o grupo doméstico. Entre os agricultores cuja produção agropecuária é insuficiente para proporcionar o bem-estar de sua família, a estratégia traçada por Victor é a opção para muitos moradores do Carretão. O trabalho como diarista ou temporário é a maneira que o camponês possui para viabilizar a compra dos alimentos que não conseguiu produzir e

adquirir outros bens necessários à família. No geral, pode-se caracterizar a existência do trabalho de diarista em um grupo doméstico como indício da precariedade vivenciada por uma família.

Além do trabalho externo ao sítio, atualmente a obtenção de renda monetária não agrícola entre os camponeses do Carretão passa também pela percepção dos programas de transferência de renda. Em muitos casos, a Aposentadoria Rural, o Bolsa Família e o Garantia-Safra se inserem no orçamento familiar com a função específica de suprir as necessidades do grupo doméstico, constituindo a principal fonte de renda monetária da família. Para a maioria das famílias, as condições de vida melhoraram muito nos últimos anos e tais políticas sociais são consideradas as principais medidas que contribuíram para isso. Guilherme destaca:

Tudo isso que temos e fazemos hoje, a gente primeiramente tem de agradecer a Deus e em segundo a gente levanta a mão para os governantes. Falamos do político, da política, mas estaríamos pior se não fosse a política. Porque aqui já teve seca, em 1962, que morreu gente de fome. Hoje nós temos quatro anos de seca e apesar desses anos é mais fácil você chegar ali numa casa e o dono da casa estar lá com a mão na cabeça: “– Meu Deus que é que eu faço?” “– O que foi?” “– Os meus bichos estão morrendo de sede ou de fome, porque eu não tenho mais o que dar.” “– E o senhor?” “– Eu estou com minha barriga cheia e tenho o que comer”. Entendeu? Quer dizer, melhorou (Guilherme).

Certamente a situação de crise produtiva, desencadeada pela seca de 2010, é um elemento que torna a função das políticas de transferência de renda muito mais evidente entre a população. Com poucas exceções, neste longo período de crise, a agricultura familiar é parcialmente sustentada pelo ingresso de aposentadorias, do Bolsa Família e do Garantia-Safra na economia local. Tal como é observado em outros estudos (ABRAMOVAY 2003; DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 2000), as transferências sociais contribuem para estabilizar os rendimentos das famílias rurais e mesmo para reduzir o número de famílias consideradas pobres. Os benefícios sociais, destaca Guilherme, criaram um “*seca gorda*”, na qual o impacto da crise produtiva é minimizado entre os agricultores devido às transferências de renda e outros programas sociais: falta trabalho, mas não há fome e sede.

A aposentadoria rural e os demais benefícios garantem rendimentos que variam de oitenta reais a um salário mínimo. Entre os agricultores do Carretão, essa “ajuda” financeira consolida os orçamentos familiares. De acordo com Lorena, que recebe o Bolsa Família referente a três filhos, no orçamento familiar o dinheiro do benefício serve para “*fazer uma feirinha pra comer e compra as coisas para os meninos irem para a escola*”. Segundo a

agricultora, o benefício “*não é uma ajudona, mas é uma ajudinha*” e destaca “*o pouco com Deus é muito!*”.

As políticas sociais de transferência de renda, além de garantirem um incremento monetário do orçamento familiar, também suscitam uma revitalização da economia familiar rural (DELGADO, CARDOSO JÚNIOR, 1999). Esse fenômeno, analisado por Delgado e Cardoso Júnior, refere-se à “*reconstrução do espaço social rural brasileiro, em que o aposentado idoso passa a ter um certo papel respeitável*” (1999:08) em razão de receber a aposentaria e este benefício tornar-se para o grupo familiar a principal fonte de renda da família, inclusive financiando a atividade agrícola<sup>63</sup>.

No Carretão, é notória a conversão do seguro previdenciário em favor das atividades agropecuárias. Segundo Felipe, o dinheiro da aposentadoria é para:

Fazer a feira, comprar uma raçãozinha de um animalzinho, bode, galinha. E, quando é época de plantio a gente gasta um pouquinho também na roça. Não tudo, pois a gente compra o remédio, roupa (Felipe).

Melissa destaca:

O meu dinheiro dá pra eu comer, e ainda dá pra eu fazer uma coisinha desse tamanho [a agricultora apontou para os dez sacos de insumos que acabou de comprar em Dormentes e que vão compor a ração das *criações*]. Eu só gasto com meus bichos, eu aqui não tenho nada comprado [com o dinheiro da aposentadoria] é tudo pro gado. [No último inverno] eu gastei 600 reais com trator e para pagar trabalhador (Melissa).

Estes depoimentos são relevantes porque indicam a conversão incidental do benefício previdenciário em um instrumento de política de apoio à agricultura familiar. Nota-se que a disponibilidade de uma fonte de renda monetária estável possibilita que as unidades de produção agropecuárias comandadas por idosos continuem a desenvolver atividades agrícolas e gerando excedentes de produção e renda. Como indicam os depoimentos, a aposentadoria proporciona aos agricultores a capacidade de realizar (re)investimentos na atividade produtiva

---

<sup>63</sup> Devido à natureza diferenciada, no que diz respeito ao tipo de beneficiário e volume de dinheiro transferido, julga-se que apenas a percepção do bolsa-família não produza um efeito com a mesma intensidade neste processo de transformação tal como são com as aposentadorias. Entretanto, não se pode perder de vista que o Bolsa-Família gera mudanças significativas na organização da família, sobretudo no que diz respeito à minimização do trabalho infantil e o incentivo à escolarização das crianças.

e amplia as capacidades da família, incluindo os filhos já casados<sup>64</sup>, de se livrar da precariedade e do empobrecimento extremo.

---

<sup>64</sup> Via mecanismos de solidariedade, a renda obtida através das aposentadorias e pensões serve também para auxiliar um filho que passa por dificuldades. Segundo Manuela, o dinheiro da aposentadoria é do casal, mas ele também é utilizado para ajudar os filhos que residem no Carretão. *“Às vezes a gente ganha um dinheirinho, faz a feira pra gente... Os que moram em Petrolina é difícil a gente ajudar, porque lá eles têm o empreguinho deles. Mas os que moram aqui a gente ajuda”* (Manuela).

## Conclusões:

O estímulo inicial desta pesquisa foi uma inquietação sobre o destino da agricultura familiar de *sequeiro* no momento em que a modernização agrícola transforma a paisagem do mundo rural no Sertão do São Francisco. Por mais que pareça simplória, a dúvida formulada é atual e não se trata de uma indagação despropositada para orientar um estudo acadêmico. Afinal existe um debate com posições de negação e afirmação sobre as possibilidades de que a agricultura familiar, especialmente a camponesa, se mantenha presente no campo frente às contínuas mudanças pelas quais o mundo rural tem passado.

O problema formulado não é uma questão original. Afinal, são muitos os que questionam a presença da agricultura camponesa na contemporaneidade, bem como, tendo em vista as diferentes visões e concepções teóricas existentes, são também muitas e diversas as respostas obtidas. Tal constatação exigiu que a pergunta motivadora deste estudo fosse refeita. Considerando os posicionamentos teóricos das Ciências Sociais que percebem a presença do campesinato na agricultura das sociedades desenvolvidas, o questionamento foi atualizado e ganhou a seguinte formulação: quais são as principais estratégias empregadas pelos agricultores do sequeiro para garantir a sua produção agropecuária e, por conseguinte, a reprodução de seu modo de vida camponês?

A tentativa de resposta à questão de pesquisa exigia uma análise da história da ocupação do Sertão do São Francisco, cuja ênfase é o lugar e o papel do camponês nos diferentes momentos históricos, bem como uma revisão das políticas governamentais implementadas pelos governos e suas implicações na agricultura familiar. Além disto, para compreender a situação presente dos agricultores camponeses do Sertão, também foi necessário revisitar o debate teórico conceitual sobre a contraditória permanência do camponês como ator social do tempo presente e suas especificidades na forma de agir sobre o mundo.

Os estudos bibliográficos e o trabalho de campo realizado permitiram alcançar algumas conclusões que serão apresentadas a seguir:

*A primeira conclusão é de que realmente ocorreram transformações significativas no mundo rural do Sertão do São Francisco, algumas destas tiveram impacto tão grandioso que*

*promoveram uma profunda redefinição do espaço rural nos municípios sertanejos. Entretanto, tais mudanças não implicaram na extinção da agricultura familiar camponesa.*

Ao rememorar a história do campesinato no Sertão, por um lado, pôde ser observado a criação de inúmeros dispositivos, pela força ou por lei, que conformaram uma ampla gama de condições favoráveis à consolidação definitiva dos grandes proprietários de terra e, mais recente, das empresas agropecuárias ligadas à agricultura irrigada. De modo geral, o bloqueio ao desenvolvimento do campesinato, negando-lhe sobretudo o acesso à terra, tratava de manter as condições de vida destes atores sociais sob um tênue equilíbrio, enquanto privilegiava a reconversão econômica e social dos grandes proprietários.

No momento em que a modernização da agricultura é implementada, o que no Semiárido brasileiro consiste no desenvolvimento da agricultura irrigada e ampliação das fazendas de gado bovino, a situação do campesinato se agrava. Os pesados investimentos públicos em infraestrutura, financiamentos, subsídios e incentivos fiscais coadunam-se à desigual estrutura fundiária e tornam a situação vivenciada pelos camponeses ainda mais precária.

Com a modernização, a perda de concessões tradicionais que os vaqueiros e agregados de fazenda possuíam, como a residência gratuita e o acesso ao roçado, entre outras, provocou uma pauperização absoluta de um grande contingente de pessoas. Para aqueles que não tiveram alternativas no campo, a grande maioria, restou se instalar nos bairros periféricos das cidades, mesmo sem condições para possuírem unidades domésticas urbanas com a mesma qualidade daquelas de seu passado no mundo rural.

Entre aqueles que permaneceram no campo, a situação também não foi favorável. As cíclicas estiagens e o colapso da produção de algodão, produto que até os anos 1980 era a principal lavoura comercial explorada pelo campesinato sertanejo, tornaram as condições de vida mais precárias. Porém, mesmo diante das dificuldades, os camponeses resistem e mantêm-se como produtores agrícolas. A retração econômica restringiu a produção agrícola aos produtos tradicionais (milho, feijão mandioca), parte dela convertida em produtos para a comercialização, bem como estimulou o agricultor camponês a investir na pecuária e nas lavouras de capim.

Essa multiprodução, combinação de lavouras, pecuária e a criação de bichos de terreiro, sempre foi a principal estratégia para assegurar o consumo da casa. Contudo, devido a condicionantes como a falta de terra e as crises ecológicas e na produção, ela não é suficiente para atender a todas as necessidades da família. A precariedade nas condições de vida e a urgência em prover a familiar empurraram os agricultores ao trabalho externo ao sítio - em Petrolina, nos projetos de irrigação e na construção civil, ou nas cidades do “Sul”, especialmente São Paulo.

Por outro lado, a partir dos anos 1990, quando o Estado inicia o pagamento de benefícios sociais, uma nova fonte de renda monetária surge para as famílias camponesas. Estas políticas sociais de transferência de renda têm o grande mérito de estabilizarem os orçamentos familiares e, quando conjugadas a outras medidas de promoção da cidadania (e.g. água, energia elétrica, escolaridade para descendentes), proporcionam níveis mínimos de decência para os agricultores familiares camponeses do Sertão. O exemplo mais significativo disto consiste no fato de em pleno período de estiagem, como tem sido os anos de 2010 a 2013, as famílias do Carretão não estarem em situação de carestia.

As políticas públicas, não só aquelas voltadas para a transferência de renda, tornaram possível também que os agricultores familiares recuperassem alguma capacidade de participar ativamente da melhoria de suas condições de existência, minimizando sua posição de eterno objeto dos *socorros* e das *emergências*. Contudo, estas políticas ainda não são suficientes para conter a histórica expropriação a que é submetido o campesinato no Sertão. Elas estabilizam as condições sociais, mas não extinguem entraves com a exiguidade das terras.

Atualmente, algumas formas de resistência camponesa desenvolvidas pelos agricultores camponeses no Sítio Carretão se materializam no âmbito local através:

- da autonomia no processo produtivo – que passa pelo controle do tempo dos trabalhadores familiares e do espaço disponível no sítio em função de atender às necessidades do grupo familiar.
- da organização de uma produção diversificada, que conjuga a criação de animais, roçados agrícolas, extrativismo e beneficiamento de produtos agrícolas que são voltados para o consumo familiar e a comercialização.

- da aplicação do princípio da alternatividade em consumo e comercialização dos produtos agropecuários, juntamente com a possibilidade de realizar cultivos agrícolas ou criações de animais exclusivamente para comercialização.
- da estocagem de sementes e o melhoramento genético do rebanho pecuário pelo grupo familiar.
- da participação na Associação de produtores em prol de garantirem a chegada de políticas públicas, projetos produtivos e subsídios que vão complementar o desenvolvimento das atividades agrícolas ou visam melhorar a qualidade de vida local.

*A segunda conclusão refere-se ao fato do trabalho familiar manter-se como o elemento fundante da recriação da família camponesa.*

Tal como outras categorias sociais, a agricultura familiar camponesa tem como característica a formação de uma unidade familiar que é ao mesmo tempo consumidora e produtora. No interior da família criam-se especializações por sexo, idade e geração, em que todas as pessoas realizam atividades conforme o que é socialmente esperado de cada um, para viabilizar a unidade doméstica. Esses grupos são hierárquicos, ou seja, a coordenação das atividades é responsabilidade do chefe da família, que pode ser os pais ou avós.

O empobrecimento dos agricultores camponeses no Sertão do São Francisco e as condições precárias que marcam a trajetória da luta pela manutenção do grupo familiar sempre impulsionaram um realinhamento constante das relações domésticas, sobretudo no que refere-se ao trabalho dos membros da família. Dentro desta regra, há diversas possibilidades de combinação das formas de trabalho, são elas: o trabalho familiar exclusivamente no sítio, o sistema de trocas de dias, o trabalho assalariado temporário ou não, e ainda a combinação do trabalho na terra com atividades não agrícolas como o pequeno comércio, o serviço público e a prestação de serviços. Essas diversas formas de relações de trabalho surgem como resistência ao desenraizamento do campo e à submissão à forma de trabalho exclusivamente assalariada<sup>65</sup>.

No esforço de garantir o bem-estar da família e sua reprodução, o responsável pela unidade familiar administra o trabalho de todos como uma complexa articulação que procura

---

<sup>65</sup> É pertinente ter claro que, seja contexto de Petrolina ou não, a dependência exclusiva do assalariamento é geradora de condições ainda mais precárias do que aquelas vivenciadas no sítio. Nas situações de necessidade, os agricultores viabilizam o orçamento familiar com o trabalho assalariado precário, recebendo baixa remuneração, aceitando condições de trabalho aviltantes, o que consequentemente impossibilita o roçado.

equacionar as capacidades de produção dos trabalhadores individuais com as demandas da família. Tendo como referência o compromisso de suprir as necessidades mais imediatas e aquelas de longuíssimo prazo, o responsável pela unidade familiar examina o contexto atual e produz adaptações funcionais para compor estratégias que garantam a satisfação do grupo doméstico.

O processo de recriação da unidade familiar não está circunscrito à organização de atividades agropecuárias cuja produção é socializada na forma de consumo. Como foi percebido, no Sítio Carretão existem divisões na produção familiar, explorações agropecuárias individuais, que sinalizam formas de promoção da autonomia relativa dos membros da família que a praticam. Essa produção individualizada é percebida não como um rompimento do membro com a família, mas sim como forma de aprendizado do ofício de agricultor familiar e do reconhecimento social das capacidades do filho ou filha para a constituição de sua futura família.

Além disto, é pertinente ressaltar que a migração também constitui uma estratégia tradicional, historicamente enraizada nas práticas de reprodução das comunidades camponesas no Sertão. Os processos de migração não apenas são o resultado das transformações socioeconômicas que aconteceram no período histórico recente, cuja marca é a monetarização das relações de produção. No curso desta pesquisa, foi percebido que entre os agricultores do Carretão o afluxo de pessoas – para Petrolina ou São Paulo, por longos ou curtos períodos – consiste em uma face da organização camponesas para otimizar e bem empregar todos os membros da família, tal como é a divisão sexual e geracional do trabalho.

*Por fim, a terceira conclusão decorrente deste estudo diz respeito ao papel das políticas públicas e sociais no processo de resistência da agricultura familiar camponesa no Sítio Carretão.*

Ocorreram consideráveis mutações nas formas de intervenção pública no Semiárido brasileiro, no que foi e está sendo feito para superação das problemáticas ambientais e socioeconômicas. Nos vários momentos históricos, diferentes tipos de políticas e práticas governamentais predominaram como forma de intervenção no espaço e na sociedade sertaneja<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Verifica-se que os processos de mudança têm sido caracterizados por inovações e continuidades, assim a emergência de novas formas de intervenção política não representa a extinção daquelas precedentes.

Portanto, é errôneo afirmar que as precárias condições de vida ou a pobreza rural persistente é uma realidade por conta de ausência de políticas públicas na região. Acontece que, em grande parte, as medidas políticas implementadas no Nordeste Semiárido foram capturadas pela elite (as políticas de socorro público, as obras de *açudagem e a modernização agrícola*), gerando o bloqueio do desenvolvimento da agricultura familiar.

Somente na virada do século XX para o XXI, tem início uma transição nas políticas públicas que abre possibilidades para a agricultura familiar se desenvolver, ainda que de modo acanhado. A redemocratização do Brasil, com a criação de uma sociedade mais sensível às questões das desigualdades sociais, proporcionou a concretização de um ambiente político favorável ao reconhecimento e valorização da agricultura familiar, disseminação e experimentação de ideias alternativas para o desenvolvimento rural, sobretudo aquelas voltadas para a convivência com semiaridez.

Essas novas orientações das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, por pressuporem as especificidades da agricultura familiar, têm sido incentivadoras do uso de tecnologias sociais formuladas localmente, da produção apropriada e solidária, e do apoio ao fortalecimento da agricultura familiar. Além disto, as novas políticas promovem a mobilização dos agricultores e de outros setores da sociedade civil ligados ao campo para que eles ocupem e ampliem espaços na governança e no controle social do Estado.

É necessário apontar que incidentalmente benefícios sociais, como a aposentadoria rural e o PBF, garantem uma “*ajuda*” financeira que consolida os orçamentos domésticos. Estas transferências de renda de um modo indireto proporcionam uma revitalização da economia familiar rural no momento em que o agricultor tem a liberdade de fazer com ele um instrumento de política de apoio ao seu desenvolvimento como agricultor familiar.

Alguns dos impactos suscitados pelas políticas públicas e sociais na vida dos agricultores do Carretão são:

- A organização dos agricultores na *Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Carretão*.
- A viabilização de projetos de infraestrutura (construção de banheiros pelo PRORURAL, instalação de cisternas pela Prefeitura, ASA e Governo Federal, etc.) e produção/comercialização da produção agropecuária (PAA/CONAB e PNBD).

- A melhoria da estrutura física do sítio, obtenção de insumos, sementes e horas de trator para otimizar a produção agropecuária e minimizar o sobretrabalho da família.
- As políticas de transferências de renda possibilitam a estabilização do orçamento familiar e, em alguns casos, elas se tornam o meio para financiar a atividade agropecuária. Destacam-se a Previdência Rural, o Garantia-Safra e o Bolsa Família.

Ao resgatar o objetivo proposto por este estudo, qual seja, investigar as estratégias empregadas pelos agricultores familiares desta região para viabilizar sua existência, buscando compreender os fatores que possibilitam a reprodução social deste campesinato e lhe conferem especificidade neste início de século XXI, é possível assegurar que ele foi alcançado. Ao longo deste estudo, foi revelado que no atual contexto sócio histórico os agricultores residentes no Sítio Carretão articulam diversas práticas sociais e produtivas no intuito de viabilizar estratégias e táticas que garantam a perpetuação de suas famílias.

Vale notar que não são quaisquer práticas. De um modo geral, nas estratégias desenvolvidas pelos agricultores do Carretão, pôde ser percebido que elementos da tradição camponesa e da contemporaneidade estão amalgamados. É evidente que estas pessoas continuam a viver em condições de precariedade. Contudo, a partir das oportunidades que estão construindo, os agricultores do Carretão criativamente têm demonstrado que a transformação social que vivenciam consiste em uma maneira de perpetuar a existência desta singular forma de exploração agropecuária que é a agricultura camponesa do Sertão.

## Referências Bibliográficas:

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: 1990
- \_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo: IPEA, 1998.
- \_\_\_\_\_. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: **Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Elí da. **Novas Instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF)**. Texto para Discussão nº 641. Brasília: IPEA/FIPE, 1998.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. Disponível em: <[www.dominiopublico.gov.br/down/oad/texto/bn000062.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/down/oad/texto/bn000062.pdf)> Acesso em: janeiro de 2012
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Resumo Executivo do Relatório Final: Programa de ações estratégicas para o gerenciamento integrado da bacia do rio São Francisco e sua zona costeira – PAE**. Brasília, novembro de 2003. Disponível em: [www.projects.csg.uwaterloo.ca](http://www.projects.csg.uwaterloo.ca). Acesso em: maio de 2012
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. **Bacia hidrográfica do Rio São Francisco: caracterização dos recursos hídricos: irrigação**. Brasília: ANA, SPR, 2004. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>> Acesso: maio de 2012
- ALVES, Selma Maria Rodrigues De Andrade. **Trajетórias de vida e mobilidade dos trabalhadores do núcleo 4 do projeto Senador Nilo Coelho em Petrolina – PE**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2006
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Sertão Sul**. Recife, Sudene 1984A
- \_\_\_\_\_. Produção de Energia e Modernização do Vale do São Francisco. **Revista de Economia Política**, Vol. 4, nº1, janeiro-março. 1984B
- \_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5a ed. São Paulo: Ed. Atlas 1986
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil por suas Drogas e Minas, 1711**. 3. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Disponível em  
<<http://www3.dataprev.gov.br/infologo>> Acesso em: junho de 2013

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares (Ed.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

\_\_\_\_\_. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, vol.11, nº 29, 1997.

ASA. Articulação no Semiárido Brasileiro. **Declaração do Semiárido Brasileiro**. Recife 1999. Acesso em julho/2012. Disponível em: <[http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=104](http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104)> Acesso em: setembro de 2012

\_\_\_\_\_. **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um milhão de cisternas rurais – P1MC**. (Anexo II. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre Febraban e AP1MC em 31/05/2003 – FB-101/2003). Portal da Febraban. Disponível em: <[www.febraban.org.br/arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.doc](http://www.febraban.org.br/arquivo/Servicos/RespSocial/Acordo.doc)> Acesso em: setembro de 2012

\_\_\_\_\_. **Carta de princípios**. 2000 Disponível em: <[http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD\\_MENU=103](http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103)> Acesso em: setembro de 2012

BACELAR, Tânia. Modernização econômica e manutenção da pobreza. In.: BURITY, Joanildo A.; CAVALCANTI, Helenilda (Orgs.). **Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2002.

\_\_\_\_\_, Tânia. **A crise pode ser uma oportunidade para o Brasil diminuir as desigualdades regionais?**. Blog Criseoportunidade. 2011. Disponível em: <<http://criseoportunidade.wordpress.com/2009/09/11/a-crise-pode-ser-uma-oportunidade-para-o-brasil-diminuir-as-desigualdades-regionais-entrevista-com-tania-bacelar-de-araujo-revista-rumos/>> Acesso em: setembro de 2013

BANCO CENTRAL DO BRASIL. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO CRÉDITO RURAL 2012. Brasília: BACEN, 2012. <Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2012>> Acesso em: março de 2013

\_\_\_\_\_. **MANUAL DE CREDITO RURAL**. 2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsGeropMCR:idxGeropMCR>> Acesso em: março de 2013

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 4.107, DE 28 DE JUNHO DE 2012**. Altera as disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), para aplicação a partir da Safra 2012/2013. Resolução nº 4.107, de 28 de junho de 2012 Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO4107.pdf>> Acesso em: março de 2013

- \_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 4.159, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2012. Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR). Resolução nº 4.159, de 22 de novembro de 2012, Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res\\_4159\\_v1\\_O.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2012/pdf/res_4159_v1_O.pdf) Acesso em: março de 2013
- \_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 4.164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012. Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR 10). Resolução nº 4.164, de 20 de dezembro de 2012, Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/fresoluo-n-4.164-de-20-de-dezembro-de-2012-atualiza-o-pronaf-credito.pdf> Acesso em: março de 2013
- BARROS, Edonilce da Rocha. **Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento: o caso dos perímetros de irrigação no Vale do São Francisco, Semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, 2007.
- BEDOR, Cheila Nataly Galindo. **Estudo do potencial carcinogênico dos agrotóxicos empregados na fruticultura e sua implicação para a vigilância da saúde**. Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Recife; 2008.
- BETTO, Frei. A fome como questão política. In. BETTO, Frei [Org]: **Fome zero: textos fundamentais**. Hunger zero: fundamental textos. 2004.
- BICHIR, Renata Mirandola. O bolsa família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 87, 2010.
- BNB. Banco do Nordeste Brasileiro. **Avaliação do POLONORDESTE e do Projeto Sertanejo**. Fortaleza: BNB, 1985.
- \_\_\_\_\_. Público-Alvo e Condições Operacionais dos Grupos e Linhas do PRONAF, 2012. DISPONIVEL EM: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRONAF/Grupos\\_e\\_linhas/gerados/gb\\_grupos\\_txt.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRONAF/Grupos_e_linhas/gerados/gb_grupos_txt.asp) Acesso em: março de 2013.
- BOURDIEU, Pierre, Esboço de uma teoria da prática. In.: ORTIZ, Renato, **Pierre Bourdieu : sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da Terra: imaginários, sensibilidade e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Mantiqueira**. Joanópolis. Campinas, SP: ed. da Unicamp. 175p, 1999.
- BRASIL. DECRETO Nº 4.682, DE 24 DE JANEIRO DE 1923. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1923

- \_\_\_\_\_. Constituição (1946). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1946
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 74.794, DE 30 DE OUTUBRO DE 1974. Dispõe sobre a criação ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 30 de outubro de 1974
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 78.299, DE 23 DE AGOSTO DE 1976. Dispõe sobre a criação do Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste (Projeto Sertanejo). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 23 de agosto de 1976
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 91.179, de 1º de Abril de 1985 Dispõe sobre a definição da estratégia de desenvolvimento rural para pequenos produtores, e a criação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, no âmbito do programa de Desenvolvimento da Região Nordeste - Projeto Nordeste. Brasília, 1º de abril de 1985
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei Orgânica da Seguridade Social, dispõe sobre a organização da Seguridade Social. Brasília, 24 de julho de 1991
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. Brasília, 24 de julho de 1991
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 21 de junho de 1993
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 7 de dezembro de 1993
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 1.946 DE 28 DE JUNHO DE 1996, publicado em 01 de julho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 1 jul. 1996.
- \_\_\_\_\_. DECRETO DE 20 DE JUNHO DE 2001. Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito suplementar no valor de R\$ 1.429.900,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 20 de junho de 2001
- \_\_\_\_\_. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 11, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2001. Cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício Seguro-Safra para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais, nos Municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem. Brasília, 21 de novembro de 2001

- \_\_\_\_\_. LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002. Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003). Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 10 de abril de 2002
- \_\_\_\_\_. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 132, DE 20 DE OUTUBRO 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 20 de outubro de 2003
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003 - (art.19 – Criação do PAA) Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2 de julho de 2003
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004 Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 9 de janeiro de 2004
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Referências para a gestão social de territórios rurais. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- \_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Portaria interministerial nº 1, de 09 de março de 2005. Atualiza os critérios que delimitam a região Semiárida do Nordeste.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de março de 2005.
- \_\_\_\_\_. DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília, 25 de fevereiro de 2008
- \_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento para a Educação. Resolução FNDE/CD nº 38, de 16 de julho de 2009. Brasília, DF, Brasil. 2009
- \_\_\_\_\_. Congresso Nacional. Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF, Brasil. 2009. Publicado no DOU em 17 de junho de 2009.
- \_\_\_\_\_. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nº 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 14 de outubro de 2011
- \_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.775, DE 4 DE JULHO DE 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 4 de julho de 2012
- \_\_\_\_\_. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 610, DE 2 DE ABRIL DE 2013. Amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica, altera as Leis nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de

setembro de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2 de abril de 2013

BRUNO, Regina Ângela Landim; DIAS, Marcelo Miná. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil. Relatório de consultoria.** Rio de Janeiro, 2004

BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. “Desenvolvimento rural do semiárido brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas”, **Confins[Online]**, 19 | 2013, posto online em 29 Novembro 2013. Disponível em: <<<http://confins.revues.org/8633> ; DOI : 10.4000/confins.8633>> Consultado o 18 Março 2014

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste.** 3ª. Ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** São Paulo: Editora 34, 2001.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In. Tavares, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 70-82, 1997.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. Contexto e diversidade das agriculturas familiares do Nordeste Semiárido. In. \_\_\_\_\_. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil.** Brasília, EMBRAPA, 2003.

CARVALHO, Otamar de; EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste Semiárido: relatório final.** Fortaleza: Ministério da Fazenda, Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale do São Francisco. In:\_\_\_\_\_. **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação.** 1 ed. Recife: Pernambuco, 1999.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas Sociais e os novos desafios da globalização: Circulação de Mercadorias, populações e capitais. In. GOMES DA SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Orgs). **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil.** João Pessoa, Editora Zarinha Centro de Cultura. 2009.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da. Trabalhadores Rurais no Brasil no Fim do Milênio. **Cadernos de Estudos Sociais.** FUNDAJ, Recife, v. 18, n. 2, 2002

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Pedro Carlos Gama. New local/global dynamics. Agroindustries, family farmers and workers in tropical fruit production. In: **LASA 2003 Congress, 2003, Dallas.** Tendências recentes na agricultura e no mundo rural latino americanos. Pittsburg: LASA, 2003.

- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1985.
- COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia: o que é, como se faz**. Loyola, 2004.
- COSTA, Sérgio Rodrigues. BUENO, Miguel Garcia. **A saga do algodão: das primeiras lavouras à ação na OMC**. Rio de Janeiro: Insight Engenharia, 2004
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 2009. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/os\\_sertoos\\_i.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/os_sertoos_i.pdf)> Acesso em: junho de 2012.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnógrafo ou como ter "anthropological blues". In.: Nunes EO, [Org.]. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DEDECCA, Cláudio, BUAINAIN Antônio. NEDER, Henrique. TROVÃO, Cassiano. Uma Abordagem Multidimensional Da Pobreza Rural Segundo A Perspectiva Da Política Pública. In. **A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.16)
- DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. [Org]. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.
- DELGADO, Guilherme Costa; CARDOSO JUNIOR, José Celso. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a experiência da previdência rural nos anos 90**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000B.
- DELGADO, Guilherme Costa; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina da; OLIVEIRA, Jader José de. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005.
- DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **NCN-Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, 2012.

- DINIZ, João Fábio; FAVARETO, Arilson. Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o biodiesel no Brasil. In: **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 139-187
- DINIZ, Paulo César O. PIRAUX, Marc. Das intervenções de combate à seca às ações de convivência com o Semiárido: trajetória de ‘experimentalismo institucional’ no Semiárido brasileiro. **Cadernos de Estudos Sociais**. FUNDAJ, Recife, v. 26, no. 2, p. 227-238, jul./dez., 2011
- DRAIBE, Sonia. A política social no período FHC eo sistema de proteção social. **Tempo social**, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003
- DUQUÉ, Ghislaine. “Conviver com a seca”: uma contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba-PR, nº. 17, p. 133-144. Jan-jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. A Articulação do Semiárido Brasileiro. Camponeses Unidos em Rede Para Defender a Convivência no Semiárido In. FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. e PAULILO, M. I. (coord.) **História Social do Campesinato, Tomo 5: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009
- ECHEVERRI, Rafael. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. In: FAVARETO, Arilson. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, v. 12, 2010.
- FASSIN, Didier. Les économies morales revisitées. In: **Annales. Histoire, sciences sociales**. Éditions de l’EHESS, 2009. p. 1237-1266.
- FAVARETO, Arilson da Silva. Três Momentos na Evolução Recente da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial – Dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ao Territórios da Cidadania. In. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10)
- \_\_\_\_\_. As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural - lições para uma nova geração de políticas públicas. **Raízes**, v. 29, p. 52-62, 2010
- FAVERO, Celso. Arilson; CERQUEIRA, Nelson; MENESES, Alexandre. Redução da Pobreza Rural: Revisão Crítica da Situação e Desafios para o Próximo Século. In: Winrock International; FIB. (Org.). **Pobreza Rural no Nordeste do Brasil – Um Estudo Participativo**. 1ªed.Salvador: Casa da Qualidade Editora LTDA, 2000
- FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S. e PAULILO, M. I. (coord.). Apresentação da Coleção História social do campesinato brasileiro. In. \_\_\_\_\_. **História Social do Campesinato, Tomo 5: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

- FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio; BURSZTYN, Marcel. Das sesmarias à resistência ao cercamento: razões históricas dos Fundos de Pasto. **Cad. CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, Aug. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792010000200012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200012&lng=en&nrm=iso)> Acesso em:
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Editora Universitária, UFPB, 1993.
- FRANÇA, Caio Galvão. **Participação social na organização da agenda e na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, OPPA/CPDA/UFRRJ, 2011.
- FRANÇA, Caio Galvão, SORIANO, Joaquim. Territórios da Cidadania: inovação na trilha do Fome Zero. In: SILVA, José Graziano da; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de (org.) **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília, MDA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.12)
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4.ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1997
- FURTADO, Celso. O processo revolucionário no Nordeste. In. \_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964
- \_\_\_\_\_. **O Brasil pós-“milagre”**. Paz e Terra, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Análise do “modelo” brasileiro**. 7ª ed. -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982
- \_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003
- GALINDO, O., LESSA, S. Nordeste: insucessos e lições das políticas agrícolas. **Cadernos de Estudos Sociais**. FUNDAJ, 1, mai. 1985. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD/article/view/163>>. Acesso em: janeiro de 2013.
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Universidade de Brasília, 1989
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, v. 2**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2009
- GARCIA-PARPET, Maria France. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantation açucareira nordestina. In. NEVES, Delma Pessanha; DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF, 2008

- GASQUES, José Garcia; FREITAS, Rogério Edivaldo; BASTOS, Eliana Teles; SILVA, Hélio Doyle P. da; SILVA, Alan Ricardo da. **Agricultura Familiar e PRONAF: análise de alguns indicadores**. 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/504.pdf>  
Acesso em: junho de 2011.
- GEERTZ, Clifford. O Impacto do Conceito de Cultura Sobre o Conceito de Homem. In. Geertz, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: 1993
- \_\_\_\_\_. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999
- GREMAUD, Amaury Patrick; DE VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; JÚNIOR, Rudinei Toneto. **Economia brasileira contemporânea**. Atlas, 2005.
- GTDN. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol.45, n.2, 2007
- GUIMARAES DUQUE, Jose. **Solo e agua no polígono das secas**. 5. ed. -. [Brasília]: CNPQ; Fundação Guimaraes Duqué, 1980. (Coleção Mossoroense; 142)
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HEREDIA, Beatriz M. Alasia de. O campesinato e a plantation. A história e os mecanismos de um processo de expropriação. In. NEVES, Delma Pessanha; DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. 2008
- \_\_\_\_\_. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Notas técnicas do Censo Agropecuário. 2007. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/notatecnica.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/notatecnica.pdf)>. Acesso em Outubro de 2011
- INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. INSTRUÇÃO ESPECIAL/INCRA/Nº 20, DE 28 DE MAIO DE 1980 Aprovada pela Portaria/ MA 146/80 - DOU 12/6/80, Seção I p. 11.606. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980.

IPEA. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento regional, questões urbanas e acesso à Moradia no Brasil. In. **O Brasil em 4 décadas**. Brasília, DF: 2010.

KAGEYAMA, Ângela Antônia. coord. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. IN: DELGADO, GC, GASQUES, JG, VILLA VERDE, CM. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

KAGEYAMA, Angela. HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 26, 2006.

LAMARCHE, Hughes (Coordenador). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: Uma realidade multiforme. Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 1993

\_\_\_\_\_. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. II: Do mito à realidade. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998

LEITE, Sérgio Pereira; KATO, Karina; ZIMMERMANN, Silvia. Gestão Social: Reflexões e Proposições. In. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável:v.10)

LIMA, Marcos Antônio Alves de; WEHRMANN, Magda Eva Faria de Faria. Convivência com o Semiárido: quais os desafios para o Programa Garantia-Safra no Ceará? In: **VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS**, 2012, Belém - PA. Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS. Belém - PA, 2012

LLAMBÍ, Luis. Procesos de transformación del campesinado latinoamericano. Economía, Teoría y Práctica: Nueva Época 2. No. 2-1sem, Diciembre 1994

LONG, Norman e PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In. SCHNEIDER, S. (Org.) ; GAZOLLA, Marcio (Org.) . **Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em: Salvador no século XIX (1830-1873)**. Disponível em: <[http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Dissertacao\\_final.pdf](http://www.ppgh.ufba.br/IMG/pdf/Dissertacao_final.pdf)>. Acesso em: 17 abril. 2010, 00: 10: 30. p.153

MAGALHÃES, Reginaldo, ABRAMOVAY, Ricardo. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006.

MAIA GOMES, Gustavo. **Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos**. Brasília: Ipea, 2001.

- MAIA, G. B da Silva. BASTOS, V. D., De CONTI, B. M., & ROITMAN, F. B. **O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do Semiárido**. 2012. DISPONIVEL EM: [http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3706.pdf](http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3706.pdf)
- MALINOWSKI, Bronisław. Objeto, Método e Alcance desta Pesquisa. In: ZALUAR, A. (org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990
- MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 23, p. 7-37, 1991.
- MARTINE, George; BESKOW, Paulo Roberto. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. Editora Caetés, 1987.
- MARTINS, Dhiego de M. F; CHAGAS, Rogério M; MELO NETO, José de O. MELLO JUNIOR, Arisvaldo V. Impactos da construção da usina hidrelétrica de Sobradinho no regime de vazões no Baixo São Francisco. **Rev. Bras. Eng. Agríc. Ambient.** Campina Grande , v. 15, n. 10, Oct. 2011 .
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975
- \_\_\_\_\_. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: vozes, 2002.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify Edições, 2003.
- MAZOYER, Marcel; ROURDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2008
- MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**. n.79, 2007.
- MEDEIROS, Salomão de Sousa; CAVALCANTE, Arnóbio de Mendonça Barreto; PEREZ, Aldrin Martin Marin; TINÓCO, Leonardo Bezerra de Melo; SALCEDO, Ignácio Hernan; PINTO, Tiago Ferreira. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande: INSA, 2012
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. “Sem-terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MELO, Mario Lacerda de. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: Sudene, 1988.
- MENDES, Benedito Vasconcelos. **Alternativas tecnológicas para a agropecuária no Semiárido**. São Paulo: Nobel, 1986

- \_\_\_\_\_. **Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável do Semiárido**. Fortaleza: SEMACE, 1997
- MENDRAS, Henry. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- \_\_\_\_\_. Un schéma d'analyse de la paysannerie Française. In.: Marcel Jollivet [Org.]. **Les Collectivités rurales françaises. Tome II : Sociétés paysannes ou lutte de classes au village ? Problèmes méthodologiques et théoriques de l'étude locale en sociologie rurale**. Sous la direction de. Paris, Armand Colin, 1974
- MENEZES, Marilda Aparecida de; MALAGODI, Edgard Afonso. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Marcio. (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. 1a.ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- MOREIRA, José de Alencar Nunes; FREIRE, Eleusio Curvêlo; SANTOS, Robêrio Ferreira dos; NETO, Miguel Barreiro. **Algodoeiro mocó: uma lavoura ameaçada de extinção**. Campina Grande: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, 1989.
- MOTA, Dalva Maria da. O Trabalho temporário no projeto de fruticultura irrigada Platô de Neópolis. **Revista de Ciência & Tecnologia**, Brasília, EMPRAPA, v. 18, p. 113-134, 2001.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Jogos de memória: conflito de terra e amnésia social. **Revista Tempo**, 1998.
- \_\_\_\_\_. Fronteiras internas no Brasil do século XIX. Um breve comentário. **Vivencia**, v. 33, p. 55-65, 2008.
- MOURA, Magna Soelma Beserra de; GALVINCIO, Josiclêda Domiciano; BRITO, Luiza Teixeira de Lima. Clima e a água de chuva no Semi-Árido. In: BRITO, Luiza Teixeira de Lima MOURA, Magna Soelma Beserra de. **Água de Chuva no Semiárido brasileiro**. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido. 2007
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª Ed. São Paulo, Ática, 1988
- NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa**. Editora UNESP, 2008
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos avançados**, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. Expressão Popular, 2010.

- PESSOA, Dirceu. **Espaço rural e pobreza no Nordeste do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1990.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS, 2008.
- \_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In. PETERSEN, Paulo (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011
- PTDRS do Território da Cidadania Sertão do São Francisco PE**, 2011. Disponível em: < [sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio083.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio083.pdf) > Acesso em: maio de 2013
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. Livraria Duas Cidades, 1973.
- REDWOOD III, John. CABRAL, Pedro Eugenio Castro. **Análise preliminar dos programas especiais de desenvolvimento rural que atuam em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1981.
- SABOURIN, Eric. Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção social. In. CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília, EMBRAPA, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Camponeses do Brasil: entre a troca e a reciprocidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Sociedades e Organizações Camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011
- SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Jorge Zahar Editor, 2011.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, v. 2, n. 2, p. 109-117, 1982.
- SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.14, Abril 2000
- SCOTT, James Cambell. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Revista Raízes**, v. 21, n. 1, p. 10-31, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos**. Ediciones Era, 2004.
- \_\_\_\_\_. Exploração normal, resistência normal. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 5, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: junho de 2013
- SCOTT, Russell Parry. Frutas Tradicionais, Irrigação E Agroindústria Em Um Projeto De Reassentamento. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (Org.). **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças Socioeconômicas em Regiões Frutícolas para Exportação**. 1 ed. Recife: Pernambuco, 1999

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

\_\_\_\_\_. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: ROSA, L.P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Org.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo: Marco Zero, CNPQ, 1988.

SILVA, Kalina Vanderley. O Sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII), **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXXVII, n. 2, DEZ, 2006.

SILVA, Marlene Maria da; ANDRADE-LIMA, Diva M. de. **Sertão norte: área do sistema gado-algodão**. Recife: SUDENE, 1982

SILVA, Pedro Carlos Gama. **Articulação de interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas**. Tese (Doutorado). Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas, 2001

SOARES, Luísa de Azevedo Senra. **Transferências de Renda: Modalidades e Finalidades**. Brasília. 2010.

SOBRINHO, Raimundo Braga, FREIRE, Elêusio Curvelo. **Distribuição dos algodoeiros no Nordeste do Brasil**. Campina Grande: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, 1982

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo, Companhia editora nacional 1938. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/9/Tratado-descritivo-do-Brasil-em-1587>>. Acessado em: janeiro de 2012

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **I Plano diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste 1961-1963**. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966A

\_\_\_\_\_. **II Plano diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1963-1965**. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966B

\_\_\_\_\_. **III Plano diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste 1966-1968**. Recife: Div. Documentação SUDENE, 1966C

THOMPSON, Edward Palmer. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VEIGA, José Eli da. Pobreza Rural, Distribuição da Riqueza e Crescimento: a experiência brasileira. **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. NEAD/MDA, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Autores associados, 2002.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In. Nunes EO, [Org.]. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O Camponês um trabalhador para o capital. In. \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009A

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009B

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar e campesinato. Rupturas e continuidade. In. \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009C

\_\_\_\_\_. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In. PETERSEN, Paulo (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009 v. 33, 2009D.

\_\_\_\_\_. A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil. In. \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009E

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In. \_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009F

\_\_\_\_\_. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. **Revista da ALASRU**. Nueva Epoca, v. 5, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. 1. ed. Campinas SP: Unicamp, 2011

WILKINSON John. HERRERA Selena. “Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil” In.: **Rede Brasileira pela Integração dos Povos Agrocombustíveis e agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate**. Rio de Janeiro. REBRIP/FASE.2008.

WOLF, Eric. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WOORTMANN, Ellen F. O sítio camponês. **Anuário Antropológico**, 81. Brasília, UnB, 1983.

WOORTMANN, Klaas. Com parentes não se neguecia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, 87. Brasília, UnB, 1990.

**Sites, aplicativos e banco de dados *on line*:**

Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil. Disponível em:  
<<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>

Banco de Dados Agregados do IBGE (SIDRA). Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>

Base de Dados do Estado de Pernambuco. Disponível em: [www.bde.pe.gov.br](http://www.bde.pe.gov.br)

Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/>>

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em:  
<[www.codevasf.gov.br/](http://www.codevasf.gov.br/)>

Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Disponível em:  
<<http://www3.dataprev.gov.br/infologo>>

Google Earth. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>>

Ministério de Desenvolvimento Social e Fome. Matriz de Informação Social. Disponível em:  
[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI\\_menu/internet.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/FerramentasSAGI_menu/internet.php)

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em:  
<<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em fevereiro 2012.

Ministério do Meio Ambiente. Acervo de Fotos Bioma Caatinga.  
<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/acervo-de-fotos>

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Informações Territoriais - MDA.  
Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>

Negócio Certo Rural - Disponível em:  
<<http://www.negociocertosebrae.com.br/institucional.php>>

Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Perguntas e Resposta. Disponível em: <<http://www.PRONAF.gov.br>>

Rede Interagencial de Informações para a Saúde. Disponível em: <[www.ripsa.org.br](http://www.ripsa.org.br)>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006. SIDRA.  
Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2011

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. SIDRA. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2011

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Populacional de 2010. IBGE, 2010. SIDRA. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2012

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa da Pecuária Municipal 2011. SIDRA. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2011

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. 2011. SIDRA. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em Outubro de 2011